

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

DANÚBIA ALINE SILVA SAMPAIO

**O DIÁLOGO ENTRE OS GÊNEROS CAPA DE REVISTA E REPORTAGEM DE
CAPA: um estudo à luz da Teoria da Estrutura Retórica (RST) e da
Multimodalidade**

BELO HORIZONTE
2018

DANÚBIA ALINE SILVA SAMPAIO

**O DIÁLOGO ENTRE OS GÊNEROS CAPA DE REVISTA E REPORTAGEM DE
CAPA: um estudo à luz da Teoria da Estrutura Retórica (RST) e da
Multimodalidade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística teórica e descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de pesquisa: Estudos da Língua em Uso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat

Co-orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Oliveira Pimenta

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
2018

S192d Sampaio, Danúbia Aline Silva.
O diálogo entre os gêneros capa de revista e reportagem de capa [manuscrito] : um estudo à luz da Teoria da Estrutura Retórica (RST) e da Multimodalidade / Danúbia Aline Silva Sampaio. – 2018.
357 f., enc. : il. color., p&b., diagr. + 1 CD-ROM.

Orientadora: Maria Beatriz Nascimento Decat.
Coorientadora: Sônia Maria Oliveira Pimenta.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudos da Língua em Uso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 348-357.

Inclui CD-ROM com o corpus da pesquisa.

1. Linguística – Teses. 2. Modalidade (Linguística) – Teses. 3. Retórica – Teses. 4. Textos jornalísticos – Teses. I. Decat, Maria Beatriz Nascimento. II. Pimenta, Sônia de Oliveira. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. IV. Título.

CDD : 410



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

O DIÁLOGO ENTRE OS GÊNEROS CAPA DE REVISTA E REPORTAGEM DE CAPA: um estudo à luz da Teoria da Estrutura Retórica (RST) e da Multimodalidade

DANÚBIA ALINE SILVA SAMPAIO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudos da Língua em Uso.

Aprovada em 02 de julho de 2018, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Maria Beatriz Nascimento Decat - Orientadora
UFMG

Prof(a). Sonia Maria de Oliveira Pimenta - Coorientadora
UFMG

Prof(a). Violeta Virginia Rodrigues
UFRJ

Prof(a). Rosane Cassia Santos e Campos
UFMG

Prof(a). Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira
UFMG

Prof(a). Zaira Bonfante dos Santos
UFES

Belo Horizonte, 2 de julho de 2018.

DEDICATÓRIA

Para vocês que, entre todas as pessoas que passam por minha breve existência, são aqueles que fizeram morada maior no meu coração: meus pais, **Luiz** e **Sandra**, minhas irmãs, **Daiane** e **Daniele**, e meu esposo, **Messias**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo e de todos, ao meu **Amigo e Grande Companheiro, Senhor Jesus Cristo**, “pois, nEle, foram criadas todas as coisas, nos Céus e sobre a Terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dEle e para Ele. Ele é antes de todas as coisas. NEle, tudo subsiste.” (Colossenses, Capítulo 1, versículos, 16 e 17). Amo e creio em Ti, meu **Amado Jesus!!!**

Sou eternamente grata aos meus amados **pais, Luiz e Sandra**. Vocês fizeram o melhor por mim, sempre, sempre e sempre. Nunca me deixaram, nunca disseram “não” ou se desanimaram quando era necessário fazer um grande esforço para garantir a minha educação, a minha construção enquanto ser humano. **Mãe**, obrigada por suas incessantes orações e apoio incondicional! **Pai**, obrigada por suas filhas terem sido sempre sua prioridade! Amo vocês! Tenho orgulho de ser fruto de um amor tão bonito, e raro!!!

O que dizer ao meu melhor amigo e companheiro de vida? Em um mundo cheio de pessoas tão altivas e egoístas, eu, FELIZMENTE, encontrei você! **Messias**, meu amor, muito obrigada pelo apoio sempre presente! Obrigada por ter compreendido minhas ausências! Obrigada por me ouvir e participar, tão de perto, da construção dessa etapa tão importante da minha vida! Obrigada por me respeitar, por acreditar, por se orgulhar de mim! Eu te amo!!!

Agradeço às minhas queridas irmãs, **Daiane e Daniele**. Sempre que precisei, sabia que podia contar com vocês! Obrigada pelo respeito e pela admiração que as duas têm por mim. Hoje, adulta, eu olho para trás e vejo: nossos pais, com sabedoria e esforço, educaram três fortes mulheres, prontas para os desafios da vida! Amo vocês!!!

Vovó Lina, *in memoriam*, que saudades da senhora! Queria muito que estivesse aqui... Tenho certeza que estaria muito orgulhosa da sua neta predileta! Eu jamais vou me esquecer do seu carinho e admiração! Farei de tudo para eu ser sempre alegre e animada, como a senhora sempre me dizia! Tenho certeza que nos veremos novamente quando Jesus voltar e estarei ansiosa para te dar um abraço bem apertado! Meu amor, vovó, é eterno!!!

Obrigada minha querida orientadora, **Beatriz Decat**. Eu adorei ser um “carma” na sua vida durante todos esses anos que nos conhecemos! Você é uma professora inteligente, competente, próxima, amável e brava – principalmente comigo! É um prazer ser sua

orientanda! Obrigada por ter me deixado ser eu mesma!!! Uma observação: depois de finalizar essa etapa da minha vida, não se engane: continuarei te perturbando... Te adoro!!!

Professora **Sônia Pimenta**, muito obrigada por ter aceitado o nosso convite para ser minha co-orientadora. Sou muito grata a você por ter me apresentado a Multimodalidade. Fiquei muito interessada, apaixonada pelo estudo das imagens! Não consigo olhar para elas a não ser de forma crítica! Você “abriu” os meus olhos e me instigou a pesquisar, cada vez mais, o poder que o material visual tem na construção dos diferentes gêneros de texto.

Agradeço aos **professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG** pelo apoio e pela troca de conhecimentos e ideias. Agradeço, especialmente, ao meu amigo **Jairo Carvalhais**, por sua atenção sempre tão disponível, pelo seu ouvido atento e por suas preciosas dicas! Sua amizade é muito especial para mim! Conte sempre comigo!!!

Agradeço à Capes, pelo apoio financeiro, concedido por meio de bolsa de estudos.

Sou muito grata aos meus **amigos diretores, professores, pedagogas e funcionários da Escola Municipal Professor Kássio Vinícius Castro Gomes**. Vocês são pessoas e profissionais muito especiais. Muito obrigada pelo apoio, pelo incentivo, pelo carinho que vocês têm por mim! Minha difícil caminhada ficou muito mais leve e gratificante com a presença e a torcida de todos! Para mim, vocês são a referência de profissionais que REALMENTE acreditam na educação e dão o melhor de si para que os nossos alunos, tão carentes de bons exemplos, tenham acesso ao conhecimento de forma crítica e libertadora. Adoro vocês!!!

Agradeço a todos os meus **alunos**, de todas as escolas por onde passei. Com sua juventude, energia e dificuldades, vocês me desafiaram e me impulsionaram a ser uma professora melhor, mais humana e preparada para lidar com realidades tão diversas. Sou professora convicta e amo minha profissão! E espero, sinceramente, estar a cada dia mais forte e pronta para fazer o melhor que posso por todos vocês!!!

Agradeço ao diretor pedagógico do Santo Agostinho Unidade Nova Lima, **Paulo Vidal**, à bibliotecária pleno, **Renata Castro**, e às bibliotecárias auxiliares, **Pollyanna Lima** e **Marilene Araújo**, pela simpatia, atenção, disponibilidade e receptividade. A ajuda de vocês foi fundamental para a constituição e organização do corpus do meu trabalho. Muito sucesso! Vocês merecem!!!

Por fim, agradeço a todos os meus **amigos** que, durante todo esse tempo, torceram por mim, mesmo quando não estavam presentes. No caminho que segui para chegar até aqui, não estive sozinha: sei que todos vocês estiveram sempre comigo, trazendo alegria para os meus dias e aquecendo meu coração.

“Seja forte e muito corajoso. Tome cuidado e viva de acordo com toda a Lei que o meu servo Moisés lhe deu. Não se desvie dela em nada e você terá sucesso em qualquer lugar para onde for. Fale sempre do que está escrito no Livro da Lei. Estude esse livro dia e noite e se esforce para viver de acordo com tudo o que está escrito nele. Se fizer isso, tudo lhe correrá bem, e você terá sucesso. Lembre-se da minha ordem: **‘Seja forte e corajoso! Não fique desanimado, nem tenha medo, porque eu, o Senhor, seu Deus, estarei com você em qualquer lugar para onde você for!’”**

(JOSUÉ, Capítulo 1, Versículos 7-9).

RESUMO

À luz da interface entre a *Teoria da Estrutura Retórica* (RST) - Mann e Thompson (1988); Matthiessen e Thompson, (1988) e Mann et al., (1992) – e a *Gramática do Design Visual* (GDV) - Kress e Van Leeuwen (2006) -, este trabalho tem como objetivo central a análise da emergência de relações retóricas, numa abordagem multimodal, a partir do diálogo entre dois gêneros intrinsecamente relacionados em revistas: a capa de revista e a reportagem de capa. Partimos da hipótese de que a forte ligação entre esses dois gêneros permite que porções textuais da capa se combinem com porções textuais da reportagem principal e vice-versa. Essas combinações entre porções de textos distintos, por sua vez, promovem a emergência de diferentes relações retóricas entre eles, o que se configura, de acordo com este estudo, como um dos fatores importantes que constituem e caracterizam o diálogo entre capa e reportagem. Antes de investigarmos, no entanto, a emergência de relações de sentido entre os referidos textos, primeiramente, considerando as conexões entre texto e imagem, tanto a capa quanto a matéria de capa foram examinadas separadamente. A investigação particular da capa foi norteada por três perspectivas de análise: (1) análise da emergência das relações retóricas entre as porções escritas do texto; (2) estudo da imagem central a partir das categorias de análise apresentadas pela GDV; (3) análise da emergência das relações retóricas entre porções escritas e imagens. Por sua vez, a investigação particular da macroestrutura da reportagem de capa foi orientada por duas perspectivas: (1) análise da emergência das relações retóricas entre porções escritas e (2) análise da emergência das relações retóricas entre porções escritas e imagens. As capas e reportagens foram retiradas de um exemplar selecionado das três revistas de informação de referência no Brasil: **Veja**, **IstoÉ** e **Carta Capital**. Essas publicações semanais se caracterizam como grandes formadoras de opinião, as quais circulam em todo o território nacional e, conforme edição escolhida, trazem como temática central a redução da maioria penal no Brasil. A partir das análises da emergência de relações retóricas entre modos semióticos distintos na capa e na reportagem de capa, percebemos que a RST nos possibilitou não apenas apontar relações simples entre os elementos que compunham o arranjo textual dos referidos gêneros, mas, principalmente, descrever, de forma mais elaborada, como todas as partes desses textos se conectam umas às outras e se organizam na constituição de uma estrutura complexa. Em especial, foi possível identificar e discutir, numa abordagem multimodal, como se concretiza e funciona a emergência de relações retóricas entre textos, apontando como essas combinações intertextuais estão a serviço da construção do ponto de vista da empresa responsável pela revista, no que diz respeito ao tema abordado nas edições examinadas.

Palavras-chave: Teoria da Estrutura Retórica; Relações Retóricas; Multimodalidade; Capa de Revista; Reportagem de Capa.

ABSTRACT

Based on the interface between *Rhetorical Structure Theory* (RST) – Mann and Thompson (1988); Matthiessen and Thompson, (1988) Mann et al., (1992) – and the *Grammar of Visual Design* (GVD) by Kress and Van Leeuwen (2006), this work has as its central aim the analysis of the emergence of rhetorical relations in a multimodal approach, departing from the dialogue between two genres that are intrinsically related in magazines: the magazine cover and the cover story. We started from the hypothesis that the strong connection between these two genres allows for textual portions of the cover to combine with textual portions of the cover story and vice-versa. The combinations between parts of distinct texts, on the other hand, promote the emergence of different rhetorical relations, which stands, according to this study, as one of the most key factors that constitute and characterize the dialogue between cover and report. Before investigating, however, the emergence of meaning relations between the mentioned texts, before considering the connections between text and image, both cover and the cover story were examined separately. The particular investigation on the cover was guided by three perspectives of analysis: (1) analysis of the emergence of rhetorical relations between the written parts of the text; (2) study of the central image from the categories of analysis presented by GVD; (3) analysis of emergence of rhetorical relations between written parts and images. The investigation on the macrostructure of covers was guided, on the other hand, by two perspectives: (1) analysis on the emergence of rhetorical relations between written parts and (2) analysis on the emergence of rhetorical relations between written parts and images. Covers and reports were taken from a selected issue of each of the three most prominent information magazines in Brasil: **Veja**, **IstoÉ** and **Carta Capital**. These weekly publications are characterized as opinion leaders and they circulate all national territory. The chosen issue also has as its main theme the matter of reducing criminal majority. From the analyses of emergence of rhetorical relations between distinct semiotic modes in the cover and in the cover story, we noticed that RST enabled us not only to identify simple relations between the elements composing the textual arrangement of those genres, but also to describe in a more elaborate manner how all parts from these texts are connected to each other, organized in the constitution of a complex structure. Specially, it was possible to identify and discuss, in a multimodal approach, how the emergence of rhetorical relations between texts works, indicating how these intertextual combinations serve the construction of the point of view held by the company issuing the magazine, in regard to the approached theme in the examined issues.

Keywords: Rhetorical Structure Theory; Rhetorical relations, Multimodality; Magazine Cover; Cover story.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANER - Associação Nacional de Editores de Revistas

CBSK – Confederação Brasileira de Skate

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GDV – Gramática do Design Visual

GSF - Gramática Sistêmico-Funcional

IVC - Instituto Verificador de Comunicação

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PR – Participante Representado

RST - *Rhetorical Structure Theory* (Teoria da Estrutura Retórica)

WCF – West Coast Functionalism (Funcionalismo da Costa-Oeste)

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Estrutura retórica do artigo de divulgação científica <i>Por que o lixo é um problema de todos?</i>	41
Diagrama 2 - Capa Veja : estrutura retórica das porções escritas	141b
Diagrama 3 – Capa Veja : estrutura retórica da chamada principal (1)	162b
Diagrama 4 – Capa Veja : estrutura retórica da chamada principal (2)	162c
Diagrama 5 – Capa Veja : estrutura retórica porções escritas e imagens (1)	171b
Diagrama 6 – Capa Veja : estrutura retórica das porções escritas e imagens (2)	171c
Diagrama 7 – Reportagem de capa Veja (1): estrutura retórica das porções escritas	182b
Diagrama 8 – Primeira perspectiva da combinação entre título, subtítulo e corpo da reportagem	185
Diagrama 9 – Segunda perspectiva da combinação entre título, subtítulo e corpo da reportagem	186
Diagrama 10 – Terceira perspectiva da combinação entre título, subtítulo e corpo da reportagem	187
Diagrama 11 – Reportagem de capa Veja (2): estrutura retórica das porções escritas	196b
Diagrama 12 – Diálogo entre as reportagens de capa da Veja : emergência da relação de evidência	207
Diagrama 13 – Reportagem de capa Veja (1): estrutura retórica das porções escritas e imagens	230b
Diagrama 14 – Reportagem de capa Veja (1): emergência das relações de MOTIVAÇÃO e PREPARAÇÃO entre o material visual e verbal	230c
Diagrama 15 – Reportagem de capa Veja (2): estrutura retórica das porções escritas e imagens	234b

Diagrama 16 – Reportagem de capa Veja (2): emergência das relações de MOTIVAÇÃO e PREPARAÇÃO entre o material visual e verbal	234c
Diagrama 17 – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da Veja : emergência da relação retórica de preparação	241
Diagrama 18 – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da Veja : emergência da relação retórica de elaboração	241
Diagrama 19 – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da Veja : emergência da relação retórica de motivação	246
Diagrama 20 - Capa IstoÉ : estrutura retórica das porções escritas (1)	250b
Diagrama 21 - Capa IstoÉ : estrutura retórica das porções escritas (2)	250c
Diagrama 22 - Capa IstoÉ : estrutura retórica das porções escritas (3)	250d
Diagrama 23 - Capa IstoÉ : estrutura retórica das porções escritas e imagens (1)	276b
Diagrama 24 - Capa IstoÉ : estrutura retórica das porções escritas e imagens (2)	276c
Diagrama 25 - Capa IstoÉ : estrutura retórica das porções escritas e imagens (3)	276d
Diagrama 26 - Capa IstoÉ : estrutura retórica das porções escritas e imagens (4)	276e
Diagrama 27 – Reportagem de capa IstoÉ : estrutura retórica das porções escritas	287b
Diagrama 28 – Reportagem de capa IstoÉ : estrutura retórica das porções escritas e imagens (1)	300b
Diagrama 29 – Reportagem de capa IstoÉ : emergência das relações de MOTIVAÇÃO e PREPARAÇÃO entre o material visual e verbal	311b
Diagrama 30 – Diálogo entre a capa e a reportagem de capa da IstoÉ : emergência da relação retórica de motivação	313
Diagrama 31 – Diálogo entre a capa e a reportagem de capa da IstoÉ : emergência da relação retórica de preparação	314
Diagrama 32 – Diálogo entre a capa e a reportagem de capa da IstoÉ : emergência da relação retórica de elaboração	315

Diagrama 33 – Capa **Carta Capital**: estrutura retórica das porções escritas e imagens (CD)

Diagrama 34 – Reportagem de capa **Carta Capital** (1): estrutura retórica das porções escritas e imagens (CD)

Diagrama 35 - Reportagem de capa **Carta Capital** (1): emergência das relações de MOTIVAÇÃO e PREPARAÇÃO entre o material visual e o verbal (CD)

Diagrama 36 – Reportagem de capa **Carta Capital** (2): estrutura retórica das porções escritas e imagens (CD)

Diagrama 37 - Reportagem de capa **Carta Capital** (2): emergência das relações de MOTIVAÇÃO e PREPARAÇÃO entre o material visual e o verbal (CD)

Diagrama 38 – Diálogo entre as reportagens de capa da revista **Carta Capital** (CD)

Diagrama 39 – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da **Carta Capital**: emergência da relação retórica de preparação (CD)

Diagrama 40 – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da **Carta Capital**: emergência da relação retórica de elaboração (CD)

Diagrama 41 – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da **Carta Capital**: emergência da relação retórica de motivação (CD)

OBSERVAÇÃO: Em função da organização dos esquemas arbóreos no corpo da presente tese, o número da página de alguns diagramas está acompanhado por letras como “b”, “c”, “d” ou “e”. Esse formato de numeração indica que, no corpo deste trabalho, apesar de o número permanecer o mesmo da página anterior, o diagrama, no entanto, encontra-se na página subsequente. Por exemplo, vejamos: se o **Diagrama 3** tem a numeração de **página 170b**, ele está presente, portanto, logo após a **página 170** da tese; se o **Diagrama 4**, por sua vez, tem a numeração de **página 170c**, ele está localizado logo após a **página 170b** e assim sucessivamente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação Núcleo-Satélite	30
Figura 2 - Relação Multinuclear	30
Figura 3 - Representação Narrativa: participante/evento/vetores/circunstância	52
Figuras 4 e 5 - Representações Conceituais	53
Figura 6 – Modalidade Naturalística	57
Figura 7 – Modalidade Abstrata	57
Figura 8 – Modalidade Tecnológica	58
Figura 9 – Modalidade Sensorial	58
Figura 10 - Combinação texto/imagem de mesmo status complementar - Adaptada de Martinec e Salway (2005)	69
Figura 11 - Combinação texto/imagem de mesmo status independente - Adaptada de Martinec e Salway (2005)	70
Figura 12 - “The Woman arrived too late to board the Paris flight” (A mulher chegou atrasada para o voo em direção à Paris). FONTE: Bateman (2014a, p.169)	88
Figura 13 – Identidade Visual do gênero Capa de revista. FONTE: Vitorino (2011, p.47)	104

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Artigo de divulgação científica – Revista Ciência Hoje	40
Imagem 2 – Capa da Veja (1)	140
Imagem 3 – Capa da Veja (2)	170
Imagem 4 – Primeira Reportagem da Veja	174-181
Imagem 5 – Segunda Reportagem da Veja	194-195
Imagem 6 – Capa da IstoÉ (1)	250
Imagem 7 – Capa da IstoÉ (2)	276
Imagem 8 – Reportagem da IstoÉ	281-286

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relações retóricas de apresentação	33
Quadro 2 – Relações retóricas de conteúdo	35
Quadro 3 – Relações retóricas multinucleares	38
Quadro 4 - Dimensão do <i>Status</i> conforme trabalho de Martinec e Salway (2005)	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	28
1.1 A Teoria da Estrutura Retórica (RST)	28
1.1.1 Diferentes grupos de relações retóricas	29
1.1.2 Exemplo de análise	39
1.2 Princípios gerais da Multimodalidade	44
1.2.1 Principais conceitos	45
1.2.2 Os modos semióticos e a intenção comunicativa	48
1.3 A Gramática do Design Visual (GDV): categorias para análise de imagens	49
1.3.1 Metafunção ideacional: função de representação	52
1.3.2 Metafunção interpessoal: função de interação	53
1.3.2.1 O olhar	54
1.3.2.2 O enquadramento	55
1.3.2.3 A perspectiva	55
1.3.3 Imagem e modalidade	56
1.3.4 Metafunção textual: função de composição	58
1.3.4.1 O valor da informação	59
1.3.4.2 A saliência	61
1.3.4.3 A moldura	61
1.3.5 A tipografia	61
1.4 As combinações entre modos semióticos distintos: breve percurso teórico	62
1.4.1 Teorias linguísticas para a análise das relações de sentido entre texto e imagem	65
1.4.1.1 Relações texto/imagem na perspectiva de estudos acerca da <i>coesão</i>	66
1.4.1.2 Relações texto/imagem na perspectiva da <i>gramática</i>	68
1.4.1.3 Relações texto/imagem na perspectiva da <i>semântica do discurso</i>	73

1.5 Aplicação da RST: a emergência de relações retóricas entre o texto e a imagem	75
1.5.1 A RST numa abordagem multimodal: de textos lineares para textos organizados espacialmente	79
1.5.1.1 Imagem: modo semiótico que se renova a cada combinação	87
1.5.1.2 A presença/ausência de sinalizações das relações retóricas nos diferentes modos	90
1.5.2 A identificação de porções núcleo/satélite numa abordagem multimodal	91
1.5.3 A imagem e seus diferentes propósitos comunicativos na estrutura retórica	93
1.5.4 Interface entre a RST e a Multimodalidade: decisão teórico-metodológica plausível	95
CAPÍTULO 2 – A CAPA DE REVISTA E A REPORTAGEM DE CAPA	97
2.1 O gênero <i>capa de revista</i>	99
2.2 O gênero <i>reportagem de capa</i>	106
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	117
3.1 Constituição e caracterização do corpus	118
3.2 Procedimentos metodológicos	122
3.3 Unidade de análise: a noção de unidade de informação	124
3.4 A unidade de análise na capa de revista e na reportagem de capa	125
3.5 Diagramas RST: algumas limitações	128
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE CAPAS DE REVISTA E REPORTAGENS DE CAPA	133
4.1 O tema da maioria penal na sociedade brasileira	133
4.2 Veja	137
4.2.1 Análise da capa	138
4.2.1.1 Relações retóricas entre porções escritas	141
4.2.1.2 As imagens na perspectiva da GDV	150
4.2.1.2.1 Metafunção ideacional	150
4.2.1.2.2 Metafunção interpessoal	151
4.2.1.2.3 Metafunção textual	155
4.2.1.3 Relações retóricas entre porções escritas e imagens	161
4.2.2 Análise das reportagens de capa	172
4.2.2.1 Relações retóricas entre porções escritas	173
4.2.2.2 Relações retóricas entre porções escritas e imagens	208
4.2.3 Emergência de relações retóricas entre a capa e as reportagens de capa	235

4.3 IstoÉ	247
4.3.1 Análise da capa	248
4.3.1.1 Relações retóricas entre porções escritas	249
4.3.1.2 A imagem na perspectiva da GDV	259
4.3.1.2.1 Metafunção ideacional	260
4.3.1.2.2 Metafunção interpessoal	260
4.3.1.2.3 Metafunção textual	263
4.3.1.3 Relações retóricas entre porções escritas e imagens	270
4.3.2 Análise da reportagem de capa	280
4.3.2.1 Relações retóricas entre porções escritas	287
4.3.2.2 Relações retóricas entre as porções escritas e a imagem	299
4.3.3 Emergência de relações retóricas entre a capa e a reportagem de capa	312
CONSIDERAÇÕES FINAIS	322
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	335

INTRODUÇÃO

Filiada ao Funcionalismo da Costa-Oeste (WCF) e à Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), a *Teoria da Estrutura Retórica* – doravante RST - é uma teoria linguística que tem como objeto de estudo a organização dos textos, identificando e caracterizando as relações que emergem entre as partes do mesmo, conforme Mann e Thompson (1988), Matthiessen e Thompson (1988) e Mann et al. (1992). Essa teoria aponta que, além do conteúdo proposicional explícito veiculado pelas orações de um texto, há proposições implícitas, denominadas proposições relacionais, as quais surgem das relações que se estabelecem a partir da combinação entre as porções do texto.

Um dos pontos de partida da RST é o princípio de que as proposições relacionais que se estabelecem no nível discursivo (nível do texto) podem se manifestar tanto na macroestrutura do texto, ajudando no estabelecimento de sua coerência, quanto na sua microestrutura, construindo-se, assim, através da combinação entre orações (MATTHIESSEN E THOMPSON, 1988).

Os conceitos de macro e microestrutura textual são esclarecidos por Van Dijk (1992, p.50 e 51). De acordo com esse autor, a macroestrutura é “a informação semântica que fornece unidade global ao discurso”, a qual também se refere a “segmentos maiores do discurso que não podem ser simplesmente definidos em termos das condições de coerência local”. Por sua vez, a microestrutura textual se refere às “relações entre sentenças ou entre proposições, isto é, em pares, conexões lineares entre elementos numa sequência”.

O fenômeno das proposições relacionais é *combinacional*, uma vez que estas são resultantes da combinação de partes do texto. Nessa perspectiva, a proposição relacional é entendida como o significado implícito que emerge da combinação de duas porções, sejam elas orações ou porções textuais maiores (DECAT, 2010). Enquanto isso, as porções de texto, chamadas no original de *spans*, referem-se ao intervalo linear do texto, sem interrupção (MANN & THOMPSON, 1987).

Essas proposições relacionais também podem ser chamadas de *relações de coerência*, *relações discursivas* ou *relações retóricas* (TABOADA, 2006, p. 2). Tais relações emergem independentemente de qualquer marca de sua existência, tal como marcadores discursivos (qualquer conjunção, preposição, locução conjuntiva, ou qualquer outro marcador que

estabeleça relações entre orações ou entre partes maiores do texto), modo, tempo e aspectos verbais, significado do verbo, encaixamento sintático ou implicaturas conversacionais. (ANTONIO, 2011, 2012a; ANTONIO E ALVES, 2013; TABOADA, 2006, 2009).

É importante ressaltar que, no processo de interação entre autor, texto e leitor, a emergência dessas relações entre porções maiores ou menores é essencial para o funcionamento dos vários gêneros textuais, uma vez que o entrelaçamento dessas relações de coerência contribui, significativamente, para que as diferentes partes do texto “caminhem juntas”, auxiliando escritor/leitor em seu processo de construção de sentidos.

De acordo com os estudos da RST, a manifestação das relações retóricas tem a ver com a intenção comunicativa do falante/escritor, e também com a avaliação que ele faz de seu interlocutor, o que reflete as escolhas, ou opções do usuário da língua para a organização de seu discurso (DECAT, 2010). Desse modo, por meio da emergência e funcionamento dessas relações semânticas, os produtores de textos podem efetivar seus propósitos e garantir que suas intenções comunicativas sejam alcançadas.

Vários trabalhos que analisam diferentes gêneros de texto têm a RST como principal referencial teórico. Esses estudos destacam as contribuições e diferentes aplicabilidades dessa teoria em diversos contextos de pesquisa, uma vez que a mesma promove a análise de textos de qualquer gênero, que circulem e funcionem nas mais diversas situações comunicativas (TABOADA e MANN, 2006a).

A RST, além da diversidade de contextos de análise em que é possível sua utilização, é também uma teoria que permite sua associação e articulação com outros quadros teóricos, o que propicia análises ricas e interessantes, construídas a partir de diferentes pontos de vista (TABOADA E MANN, 2006a, 2006b).

Um aspecto relevante para a construção da presente tese refere-se ao fato de que a maior parte das pesquisas e estudos publicados em RST apresenta suas análises e discussões somente a partir da linguagem verbal. Esses trabalhos analisam especificamente porções constituídas por texto escrito ou falado: ao investigar a emergência das relações retóricas, esses estudos não têm como objeto de análise a manifestação de outras linguagens – modos semióticos¹ -, como, por exemplo, as imagens, as cores ou mesmo as características

¹ Conforme será mais bem explicitado posteriormente, utiliza-se a palavra *modo* – significado - para se referir à própria linguagem. Para não se utilizar, a todo o momento, as expressões “linguagem verbal”, “linguagem visual”, usa-se o termo “modo”. Assim, os vários modos semióticos – ou as várias linguagens - são formas

tipográficas dos textos (ANTONIO, 2003, 2011, 2012a, 2012b; CAIXETA, 2015; CORREIA, 2011; COSTA, 2014; DECAT, 2010, 2012; FUCHS, SOUZA e GIERING, 2008; GIERING, 2007, 2008a, 2008b; GRIJO, 2011; JAMAL, 2015; MEIRA, 2015; NEPOMUCENO, 2013; RUCHKYS, 2014; TABOADA E MANN, 2006a, 2006b; dentre outros).

Entre os trabalhos realizados em que o estudo das relações retóricas se associa a outras linguagens e não somente à escrita, encontramos o trabalho de Campos (2012), em que a RST é associada à Multimodalidade. Em sua tese, a referida autora analisa os procedimentos argumentativos utilizados em anúncios publicitários para que este gênero textual atinja seu objetivo de convencer as pessoas a consumir os respectivos produtos ali anunciados.

Durante o trabalho foi possível perceber que essas duas teorias tinham pontos em comum quando se consideravam os elementos que serviam à estrutura argumentativa dos anúncios publicitários. Percebeu-se a união dos postulados defendidos por uma e outra teoria traria mais profundidade à análise e criaria um clima de maior segurança ao se afirmar que uma relação de sentido entre um conteúdo proposicional elencado pela estrutura retórica podia ser reforçada pelos aspectos da multimodalidade que constituíam os anúncios publicitários estudados. (CAMPOS, 2012, p.136)

Bateman (2008; 2014a; 2014b) e Taboada e Habel (2013) são trabalhos que utilizam os pressupostos teóricos da RST numa abordagem multimodal, apresentando contextos de análise em que diferentes relações retóricas emergem entre modos semióticos distintos, mais particularmente entre o texto e a imagem.

Bateman (2008), inicialmente, questiona se teorias como a RST – originalmente desenvolvidas para lidar com textos verbais linearmente organizados – podem, de fato, ser aplicadas em análises a partir de uma perspectiva multimodal, em que os textos estão organizados espacialmente. No entanto, esse mesmo autor defende que, como há uma intenção comunicativa “orientando” a organização dos diferentes modos semióticos – e criando, inevitavelmente, uma conexão entre eles -, é de se esperar que relações retóricas também emergem entre essas partes.

Taboada e Habel (2013) analisaram uma grande quantidade de documentos multimodais provenientes de revistas técnicas e do jornal *New York Times*. Eles descobriram que as

culturais usadas para gerar e materializar os significados. Segundo Kress e Van Leeuwen (2006), dentre alguns exemplos de modos temos a imagem, a escrita, a cor, o som, os gestos, os quais, nas diversas “composições” – como uma página multimídia na internet, um anúncio publicitário, uma cena de filme, uma capa de revista - exercem diferentes funções em um rico processo de construção de sentidos.

relações retóricas que emergem a partir das combinações texto/imagem se diferem dependendo do gênero textual em análise e do tipo de material visual apresentado – como, por exemplo, gráficos, figuras, tabelas e mapas.

A partir dos trabalhos em RST citados pela presente tese, foi possível constatar que poucas foram as pesquisas que apresentaram e discutiram a utilização desse quadro teórico numa abordagem multimodal, apontando e caracterizando a emergência de relações retóricas entre porções constituídas tanto por textos escritos quanto por imagens. De acordo com Redeker e Gruber (2014), esse é um grande desafio para os novos estudos em RST, visto ser este ainda um território desconhecido na pesquisa da coerência multimodal.

Entre os trabalhos que tratam da organização da estrutura retórica dos textos, além do desafio de lidar com a emergência de relações retóricas entre modos semióticos distintos, há outra questão que a presente tese considera ainda mais instigante: o estudo da emergência de relações retóricas *entre textos* e não apenas no interior de determinado texto. Os estudos em RST até então publicados analisam a manifestação das diferentes relações de sentido entre as partes de um *mesmo texto*, ou seja, entre porções de uma *mesma composição textual*. Comumente, nos trabalhos acerca da estrutura retórica - conforme será mais bem explicado no capítulo teórico -, os analistas delimitam quais serão as diferentes porções do gênero de texto em análise e, a partir disso, considerando o critério da plausibilidade², investigam as relações que emergem entre essas partes.

O presente trabalho, no entanto, após eleger a capa de revista e a reportagem de capa como objetos de análise e considerar a intrínseca relação desses gêneros na constituição da revista³, considera possível a emergência de relações retóricas entre esses dois gêneros. Nessa perspectiva, considerando as combinações entre os diferentes modos, acredita-se que porções textuais da capa, por exemplo, podem se relacionar tanto com outras porções presentes no interior desse mesmo texto, quanto com porções presentes na reportagem de capa.

² O critério da plausibilidade “é um critério que facilita a análise de texto à luz da RST, uma vez que possibilita análises diferentes para as mesmas porções textuais” (CORREIA e JAMAL, 2014, p. 13). De acordo com essas autoras, no reconhecimento da emergência de relações retóricas durante a interação entre o texto e o leitor/analista, devem-se levar em conta alguns aspectos importantes como o conhecimento prévio e a situação sociocomunicativa em que o texto está inserido.

³ A caracterização dos gêneros *capa de revista* e *reportagem de capa* será posteriormente realizada no Capítulo 2. Ao tratar desse tópico, a presente tese também discutirá aspectos importantes que apontam para o forte relacionamento desses gêneros na constituição da revista como um todo, buscando fundamentar a ideia de que entre eles podem se estabelecer relações de sentidos.

Dessa forma, na busca por contribuir para o avanço das pesquisas acerca da organização retórica dos textos, a presente tese, à luz da interface entre a RST e a *Gramática do Design Visual* – doravante GDV –, de Kress e Van Leeuwen (2006), considerando as combinações entre o texto e a imagem, tem como objetivo investigar a emergência e o funcionamento das relações retóricas não apenas no *interior de um mesmo texto*, mas a partir do *diálogo entre textos*, mais particularmente entre os gêneros capa de revista e reportagem de capa.

Para a análise, as capas e reportagens foram retiradas a partir de um exemplar selecionado das três revistas de informação de referência no Brasil: *Veja*, *IstoÉ* e *Carta Capital*. Esses periódicos semanais circulam em todo o território nacional e, conforme edição escolhida, trazem como temática central a redução da maioria penal brasileira.

Em sua primeira etapa, este trabalho identifica e discute, a partir da macroestrutura do texto, a emergência e funcionamento das relações de sentido em cada um dos gêneros selecionados, considerando as características dos diferentes modos semióticos presentes nesses textos. Desse modo, por meio dessa primeira etapa, tanto na análise da capa quanto na análise da reportagem, inicialmente, a partir da macroestrutura do texto, são examinadas as relações retóricas que emergem entre as porções escritas; em seguida, são investigadas as relações retóricas que emergem entre as porções escritas e as imagens. Na investigação das capas, conforme as categorias de análise apresentadas pela GDV, são caracterizadas as imagens centrais que constituem esse gênero.

Realizada a análise das imagens e a investigação da emergência das relações retóricas em cada um dos gêneros numa abordagem multimodal, o presente trabalho se direciona para sua segunda etapa. Nessa segunda fase da pesquisa, encontra-se seu objetivo central: identificar e discutir, considerando as combinações texto/imagem, as relações retóricas que emergem a partir do diálogo entre a capa e a reportagem de capa, gêneros de texto intimamente conectados em revistas.

É importante ressaltar que a análise particular da capa e da reportagem de capa tem como foco fundamental e enriquecer o cumprimento do objetivo central do presente estudo acima explicitado. A investigação individual da capa e da reportagem promove uma espécie de “raio X” desses gêneros, fornecendo informações específicas de como a estrutura retórica de cada um deles se constitui. Conhecer mais de perto as peculiaridades e a estrutura hierárquica tanto

da capa quanto da reportagem amplia nossa compreensão acerca do diálogo entre os dois gêneros, elucidando suas interfaces e revelando suas formas de combinação.

Conforme será mais bem explicitado no Capítulo 3 – Metodologia -, este trabalho optou por não apresentar, no corpo da tese, as análises e discussões realizadas referentes à capa e à reportagem de capa da revista **Carta Capital**: a investigação da referida revista foi apresentada em um CD, o qual acompanha a versão impressa deste estudo. Tal decisão metodológica foi tomada uma vez que optamos por não confeccionar um trabalho final com um número extenso de páginas. No entanto, desde já, é importante salientar que ainda que a análise dos textos da **Carta Capital** não esteja no corpo da tese, algumas questões e aspectos relevantes foram apontados nas discussões das outras revistas e, especialmente, na apresentação das considerações finais.

Diante das questões apontadas até aqui, faz-se importante esclarecer que toda a organização e desenvolvimento da presente tese foram motivados por **duas perguntas centrais**:

1. A partir do fato de que a capa de revista e a reportagem de capa são dois gêneros multimodais intrinsecamente relacionados na revista, é possível identificar e, assim, discutir – considerando as combinações entre o texto e a imagem - a emergência e funcionamento de relações retóricas no diálogo entre esses dois gêneros de texto?
2. A emergência e funcionamento de relações retóricas entre a capa de revista e a reportagem de capa são fatores importantes que constituem e configuram o diálogo entre esses dois gêneros na revista?

A busca por possíveis respostas a essas perguntas, as quais constituíram os pontos de partida para a construção deste trabalho, levou-nos a crer que, para compreender como as relações retóricas se configuram e funcionam *no diálogo* entre a capa e a reportagem, era relevante que primeiro se analisasse, por meio da interface entre a RST e a Multimodalidade, cada um desses gêneros em particular. Partindo desse ponto de vista, a análise individual da capa e da reportagem deu origem aos seguintes questionamentos:

- i. Como se constitui e se desenvolve, a partir da macroestrutura, a emergência das relações retóricas entre as porções escritas presentes em cada um desses gêneros de texto?

- ii. A partir das categorias de análise apresentadas pela Gramática do Design Visual, quais são as características das imagens centrais que constituem as capas de revista selecionadas para a investigação?
- iii. Como se constitui e se desenvolve, a partir da macroestrutura, a emergência das relações retóricas entre as porções escritas e as imagens, tanto na capa de revista quanto na reportagem de capa?

Nessa perspectiva, a presente tese, a partir de suas perguntas centrais, testou as seguintes **hipóteses**:

1. A partir do fato de que a capa de revista e a reportagem de capa são dois gêneros multimodais intrinsecamente relacionados na revista, é possível identificar e, assim, discutir – considerando as combinações entre o texto e a imagem - a emergência e funcionamento de relações retóricas no diálogo entre esses dois gêneros de texto.
2. A emergência e funcionamento das diferentes relações retóricas entre a capa de revista e a reportagem de capa são fatores fundamentais que constituem e configuram o diálogo entre esses dois gêneros de texto na revista.

A partir das perguntas de pesquisa e das hipóteses apresentadas, foram estabelecidos os **objetivos** geral e específicos da análise proposta. Assim, à luz da interface entre a Teoria da Estrutura Retórica (RST) e a Gramática do Design Visual (GDV), de Kress e Van Leeuwen (2006), o **objetivo geral** da pesquisa que originou o presente trabalho, a partir da macroestrutura do texto e considerando as combinações texto/imagem, é identificar e discutir a emergência e o funcionamento das relações retóricas no diálogo entre a capa de revista e a reportagem de capa. Desse modo, considerando que esses dois gêneros multimodais estão intrinsecamente relacionados na revista, o presente estudo testou a hipótese de que a emergência e funcionamento dessas relações semânticas *entre textos* são fatores que constituem e configuram o diálogo entre eles.

Para a concretização do objetivo geral, constituíram-se alguns **objetivos específicos**, a saber:

1. Identificar e discutir, a partir da macroestrutura, como se constitui e se desenvolve a emergência das relações retóricas entre as porções escritas em cada um desses gêneros, ou seja, tanto na capa quanto na reportagem de capa;

2. Identificar e discutir as características das imagens centrais que constituem as capas de revistas selecionadas, a partir das categorias de análise apresentadas pela GDV;
3. Identificar e discutir, a partir da macroestrutura, como se constitui e se desenvolve a emergência das relações retóricas entre as porções escritas e as imagens presentes tanto na capa de revista quanto na reportagem de capa.

Quanto à **relevância do trabalho** desenvolvido, conforme apontado anteriormente, a maior parte das pesquisas e trabalhos publicados tendo como base a RST apresenta suas análises e discussões a partir somente do modo semiótico da escrita. Ao examinar como as diferentes partes do texto estabelecem relações entre si, esses estudos não consideram em seus contextos de análise a manifestação de outras linguagens, como por exemplo, as imagens, as cores ou mesmo as características tipográficas presentes nesses textos (REDEKER e GRUBER, 2014, p. 9).

Conforme destacado por Kress e Van Leeuwen (2006) e tantos outros estudiosos da Multimodalidade, não existem textos monomodais. Especialmente nos dias atuais, diante dos grandes avanços tecnológicos e do crescimento e desenvolvimento de sociedades cada vez mais multiculturais, diferentes modos semióticos são, simultaneamente e intensamente, explorados nos vários gêneros de texto.

Em relação aos gêneros escolhidos para o desenvolvimento deste trabalho, a consideração dos diferentes modos tem uma importância significativa. Tanto na capa de revista quanto na reportagem, o material verbal e o visual estão intimamente conectados, contribuindo cada um deles, conforme seus recursos, para a construção de sentidos.

Para o estudo das relações retóricas na capa de revista, por exemplo, é imprescindível que o texto escrito e a imagem sejam considerados na análise, uma vez que a relação entre esses dois modos semióticos é fundamental para a compreensão das estratégias argumentativas construídas nesse gênero. De acordo com esse ponto de vista, se o estudo da imagem for ignorado, o sentido que toda essa composição articula em si mesma não será integralmente alcançado e compreendido pelo leitor.

Partindo dessa mesma perspectiva, cada imagem, cada legenda, cada espaço que as fotografias ocupam no interior da reportagem também são fundamentais para que o leitor possa compreender e articular os diferentes aspectos que se constituem no processo de construção de sentidos. Por meio da combinação entre as várias partes do texto escrito e as

diferentes imagens ali apresentadas, informações, argumentos e defesas de pontos de vista se desenvolvem e se articulam nesse interessante e rico gênero de texto.

Destarte, o trabalho com as imagens, associadas a outros modos semióticos, assume um papel fundamental - tanto no que diz respeito à capa de revista quanto à reportagem de capa -, uma vez que o visual é, de fato, um poderoso meio de comunicação (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006).

Como anteriormente apontado, são poucos os trabalhos que, na busca de compreender a emergência das relações retóricas entre modos semióticos distintos, consideraram a interface entre a RST e a Multimodalidade, cujos pressupostos e categorias de análise foram fundamentais para a concretização do presente estudo. Conforme será mais explicitado no capítulo teórico, os trabalhos que realizaram essa interface em suas análises, além de serem restritos, são também muito recentes, como é o caso das pesquisas de André (1995); Bateman (2008, 2014a, 2014b); Campos (2012); Taboada e Habel (2013).

Além de apresentarem como foco de análise a língua escrita e/ou falada, os trabalhos em RST analisam a emergência das relações retóricas apenas entre porções de *um mesmo texto*. Após a revisão dos trabalhos desenvolvidos e publicados, até o momento, não foram encontradas análises que consideram e investigam a emergência das relações retóricas a partir do *diálogo entre textos* distintos.

Diante dessas considerações, a presente tese, utilizando os pressupostos da RST numa abordagem multimodal, tem como meta **avançar em duas direções principais**. A **primeira direção** diz respeito ao fato de que esta proposta de trabalho busca analisar a emergência das relações retóricas não somente entre as porções escritas do texto, mas também a **emergência dessas relações de sentido entre porções escritas e imagens**.

A **segunda direção** diz respeito ao fato de que nesta investigação, considerando as combinações entre o texto verbal e a imagem, a emergência das relações retóricas não será analisada apenas entre porções de um mesmo texto, mas também será examinada **entre porções de diferentes textos**, buscando descrever e entender o diálogo entre gêneros textuais distintos, mais especificamente entre capa de revista e reportagem de capa.

Quanto à **organização da tese**, em sua **introdução** é destacada a proposta de trabalho, explicitando as perguntas de pesquisa que a nortearam e as hipóteses que foram testadas. Além disso, são explicitados o objetivo geral e os específicos. Por último, é destacada a

relevância da presente investigação, especialmente entre os estudos que têm como foco a organização retórica dos textos, explicitando-se as possíveis direções em que este trabalho procurou avançar.

O **Capítulo 1** diz respeito a toda a **fundamentação teórica** da pesquisa e é subdividido em três grandes partes. A primeira parte diz respeito à apresentação geral do quadro teórico-metodológico da RST. Em sua segunda parte são apresentados alguns princípios e conceitos gerais da Multimodalidade, com atenção especial para as categorias de análise presentes na GDV, as quais orientaram a investigação das imagens centrais presentes nas capas de revistas. Em sua terceira e última parte, o segundo capítulo apresenta, de forma geral, teorias linguísticas utilizadas na análise das relações de sentido entre modos semióticos distintos, enfatizando a aplicação da RST no estudo da emergência de relações retóricas entre o texto e a imagem.

O **Capítulo 2** explicita a concepção de gênero textual assumida pela presente tese. São também apresentadas as principais características do **gênero capa de revista e reportagem de capa**, a partir das quais buscamos fundamentar a intrínseca relação entre esses textos na revista.

O **Capítulo 3** se refere à **metodologia**. É inicialmente feita uma caracterização do *corpus* da pesquisa, em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos realizados e, por último, é esclarecido qual o conceito de unidade de análise está sendo considerado na investigação dos gêneros textuais escolhidos.

O **Capítulo 4** apresenta a **análise das capas e das reportagens de capa** das revistas **Veja** e **IstoÉ**, a partir da utilização da RST numa abordagem multimodal. Na investigação de cada revista, primeiro é apresentada a análise particular das capas e, em seguida, a análise das reportagens de capa. Por fim, este quarto capítulo apresenta a última etapa de investigação da pesquisa: a análise da emergência das relações retóricas no diálogo entre a capa e a reportagem de capa.

Após o Capítulo 4, são apresentadas, respectivamente, as **considerações finais** e as **referências bibliográficas**.

Conforme apontado anteriormente, a versão impressa deste trabalho está acompanhada por um **CD**, no qual estão presentes os seguintes conteúdos:

- 1) **Características gerais da imagem central** da capa da revista Carta Capital;
- 2) **Diagrama 33** – Capa Carta Capital: estrutura retórica das porções escritas e imagens;
- 3) **Diagrama 34** – Reportagem de capa Carta Capital (1): estrutura retórica das porções escritas e imagens;
- 4) **Diagrama 35** - Reportagem de capa Carta Capital (1): emergência das relações de MOTIVAÇÃO e PREPARAÇÃO entre o material visual e o verbal;
- 5) **Diagrama 36** – Reportagem de capa Carta Capital (2): estrutura retórica das porções escritas e imagens;
- 6) **Diagrama 37** - Reportagem de capa Carta Capital (2): emergência das relações de MOTIVAÇÃO e PREPARAÇÃO entre o material visual e o verbal;
- 7) **Diagrama 38** – Diálogo entre as reportagens de capa da revista Carta Capital;
- 8) **Diagrama 39** – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da Carta Capital: emergência da relação retórica de preparação;
- 9) **Diagrama 40** – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da Carta Capital: emergência da relação retórica de elaboração;
- 10) **Diagrama 41** – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da Carta Capital: emergência da relação retórica de motivação;
- 11) Reprodução, integral, da capa e da reportagem de capa das revistas **Veja, IstoÉ** e **Carta Capital**.

A seguir, é apresentada a fundamentação teórica que norteia todas as análises desenvolvidas por este estudo.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, são apresentados os quadros teóricos que orientaram a análise das capas de revistas e reportagens de capa selecionadas para a pesquisa. Inicialmente, são apontados os pressupostos gerais da *Teoria da Estrutura Retórica* (RST), conforme Mann e Thompson (1983, 1988), Matthiessen e Thompson (1988) e Mann et al. (1992).

Uma vez que a presente tese busca identificar e discutir a emergência de relações retóricas a partir de porções constituídas tanto por texto verbal quanto por material visual, em seguida, são destacados alguns princípios gerais acerca da multimodalidade, assim como também as principais categorias de análise da *Gramática do Design Visual* (GDV), de Kress e Van Leeuwen (2006), as quais são utilizadas na análise das imagens presentes nos gêneros de texto examinados.

Por último, são apresentadas e discutidas questões teórico-metodológicas que envolvem a aplicação da RST na análise de combinações entre modos semióticos distintos, mais particularmente na investigação de combinações entre o texto verbal e a imagem, de acordo com os estudos de Bateman (2008, 2014a, 2014b) e Taboada e Habel (2013).

1.1 A Teoria da Estrutura Retórica (RST)

Como já apontado anteriormente, o presente trabalho tem como seu principal referencial teórico a Teoria da Estrutura Retórica (RST). Essa teoria linguística funcionalista surge na Califórnia, a partir de 1983, diretamente relacionada às pesquisas acerca da inteligência artificial, momento em que um grupo de estudiosos se dedicava à geração automática de textos. Atualmente, a RST se configura como uma importante base teórica da Linguística Moderna, a qual tem fundamentado, como se verá a seguir, trabalhos de diferentes pesquisadores que têm como objeto de estudo a organização da estrutura hierárquica dos variados gêneros de texto.

De acordo com a RST, os textos se constituem por meio de porções textuais que se organizam hierarquicamente de variadas formas. A intenção comunicativa do usuário da língua - a partir de gêneros de texto da língua falada ou escrita - e as avaliações que este faz acerca de seu interlocutor orientam a maneira como as diferentes partes de um texto irão se relacionar, se conectar umas às outras.

Como também já destacado, as relações de sentido – nem sempre marcadas – entre as diferentes porções textuais podem emergir tanto por meio de combinações entre orações quanto por meio de combinações entre porções maiores - entre parágrafos, por exemplo. Nessa perspectiva, é muito importante ressaltar que, de acordo com Mann e Thompson (1983), as proposições relacionais – ou relações retóricas - emergem por meio de um fenômeno combinacional, de forma que é possível descrever o modo como o falante organiza coerentemente seu discurso, apontando explicitamente suas opções e suas estratégias.

1.1.1 Diferentes grupos de relações retóricas

A partir dos pontos de vista teóricos apontados acima, depois de analisar um número significativo de textos capaz de validar a proposta da RST, Mann & Thompson (1983, 1988) apresentam uma lista de aproximadamente 25 relações retóricas – como, por exemplo, as relações retóricas de *solução*, *evidência*, *justificativa*, *causa*, *capacitação*, *fundo*, *elaboração*, dentre outras, as quais serão posteriormente caracterizadas e definidas. Contudo, essa lista não constitui um rol fechado e definitivo⁴, mas um número suficiente para descrever as relações identificadas na maioria dos textos analisados.

Pardo (2005), em sua tese de doutorado, atualizou essa lista de relações retóricas, na qual consta um total de 32 relações. Assim, com o desenvolvimento de pesquisas a partir da RST, outras relações retóricas podem ser identificadas, desde que o analista explicita e justifique tais ocorrências.

De acordo com Matthiessen e Thompson (1988), no que diz respeito às funções globais, as relações retóricas podem ser divididas em dois grupos:

- a) Relações retóricas que dizem respeito ao **assunto**, que têm como efeito levar o interlocutor a reconhecer a relação em questão, como as relações retóricas de *elaboração*, *circunstância*, *solução*, *causa*, *resultado*, *propósito*, *condição*, *interpretação*, *meio*, *avaliação*, *reafirmção*, *resumo*, *sequência*, *contraste*;
- b) Relações retóricas que dizem respeito à **apresentação** da relação, que têm como efeito aumentar a inclinação do interlocutor a agir de acordo com o conteúdo do núcleo, concordar com o conteúdo do núcleo, acreditar no conteúdo do núcleo ou aceitar o

⁴ Pardo (2005), Carlson & Marcu (2001) e Correia (2011) são exemplos de autores que ampliaram a lista de relações retóricas inicialmente apresentada por Mann & Thompson (1988). Entre as relações acrescentadas, estão as relações de *atribuição*, *comparação*, *conclusão*, *adição*, *modo* e até mesmo uma *relação interjetiva*, conforme postulado por Caixeta (2015).

conteúdo do núcleo: *motivação, antítese, fundo, competência, evidência, justificativa, concessão, preparação.*

Em termos de organização, as relações podem ser de dois tipos:

- a) **Núcleo-Satélite** (hipotáticas), nas quais uma porção do texto (satélite - S) serve de subsídio para a outra porção (núcleo - N), como na Figura 1, em que o esquema arbóreo apresenta um arco que vai da porção que funciona como *satélite* para a porção que funciona como *núcleo*;
- b) **Multinucleares** (paratáticas), nas quais uma porção do texto não é subsídio da outra, sendo cada porção um *núcleo distinto*, como mostra o esquema arbóreo apresentado na Figura 2.



Figura 1 - Relação Núcleo-Satélite

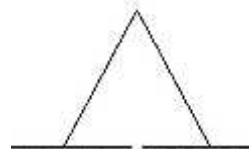


Figura 2 - Relação Multinuclear

Sobre a distinção núcleo-satélite, Matthiessen e Thompson (1988) apontam que esta parece ser universal como meio de organização dos textos. Assim, essa distinção pode ser utilizada para refletir o fato de que, em qualquer texto com muitas unidades, certas porções representam os *objetivos centrais* do escritor, enquanto que outras representam os objetivos que são *suplementares ou subordinados ao objetivo central*.

Ainda de acordo com esses autores, os julgamentos acerca do que é *nuclear* ou *suplementar* são baseados em nossas percepções, como leitores comuns, do que o texto foi construído para realizar. Esses julgamentos de cada leitor são parte integrante da sua compreensão de textos, enquanto que os escritores constroem textos esperando que esses mesmos leitores sejam capazes de compreendê-los.

Para descrever as relações que se estabelecem entre as partes de um texto é determinante considerar a intenção comunicativa do enunciador, assim como a avaliação que este faz do enunciatário. A manifestação das relações semânticas é o reflexo das escolhas do enunciador para organizar e apresentar as informações.

Acerca do trabalho do analista ao investigar as relações retóricas de um determinado gênero de texto, Antonio e Takahashi (2010, pág. 176), baseados em Mann e Thompson (1988), afirmam o seguinte:

A identificação dessas relações pelo analista, por sua vez, se baseia em julgamentos funcionais e semânticos, que buscam identificar a função de cada porção de texto, e verificar como o texto produz o efeito desejado em seu possível receptor. Esses julgamentos são de plausibilidade, pois o analista tem acesso ao texto, tem conhecimento do contexto em que o texto foi produzido e das convenções culturais do produtor do texto e de seus possíveis receptores, mas não tem acesso direto ao produtor do texto ou aos seus possíveis receptores, de forma que não pode afirmar com certeza que esta ou aquela análise é a correta, mas pode sugerir uma análise plausível.

A partir da citação acima, destacamos que a análise feita de qualquer gênero de texto à luz da RST deve ser contextualizada, sendo a *plausibilidade* um critério importante para nortear o trabalho do analista.

Para a realização dos procedimentos de análise, é crucial explicar que a definição de uma relação retórica é construída a partir das seguintes condições e/ou restrições de existência: a) restrições sobre o núcleo; b) restrições sobre o satélite; c) restrições sobre a combinação entre o núcleo e o satélite; d) efeito e e) lócus do efeito.

Enfatizamos que todas as definições das relações retóricas apresentam esse mesmo conjunto de condições ao núcleo, ao satélite e à combinação deles, à exceção das relações multinucleares, já que nesse tipo de relação as condições devem ser delimitadas por meio da união de dois ou mais núcleos. Respeitadas as condições de existência do núcleo, do satélite e da combinação entre essas duas porções, seguimos em direção ao aspecto funcional das relações retóricas, ou seja, o efeito proporcionado por meio da emergência de cada uma delas. Por último, o campo “lócus do efeito” aponta onde incide o efeito da relação de sentido.

De acordo com Fuchs e Giering (2008, p. 228), o analista de um determinado gênero de texto deve presumir esse efeito promovido pela emergência das relações semânticas com base nas considerações “sobre as possíveis intenções do produtor textual, sobre as plausíveis suposições do produtor a respeito do leitor e sobre seu conhecimento de determinados padrões posicionais em relação ao conteúdo do texto”.

Há que se considerar alguns aspectos importantes acerca da terminologia das definições das relações retóricas. Mann e Taboada (2005)⁵ explicam esses aspectos da seguinte forma:

N corresponde ao núcleo, S ao satélite, A ao autor ou autora (escritor e/ou falante) e L ao leitor. Por questões de síntese, nas definições, em diversos locais, N e S referem-se às situações comunicativas apresentadas por N e S; N e S nunca se referem ao texto de N ou S. Situação é um termo de sentido lato, que se utiliza para referir proposições ou crenças, acções (realizadas ou não), vontade de desempenhar uma acção e aprovação para que outra pessoa possa agir. Do mesmo modo, atitude positiva é um termo de atitude com sentido lato que, de forma genérica, abrange crenças, aprovação de ideias, vontade de agir, e aprovação para levar outra pessoa a agir — todas elas, obviamente, como conotação positiva. Os termos atitude positiva e crença (bem como os seus derivados), e plausível [...] constituem parte integrante de uma escala, e não termos binários.

A seguir são apresentados três quadros constituídos pela lista das relações retóricas proposta por Mann e Taboada (2005). No primeiro quadro, estão as relações retóricas de apresentação; no segundo, as relações de conteúdo e, no terceiro, as relações retóricas multinucleares.

⁵ MANN, W.C. e TABOADA, M. *Introdução à teoria da estrutura retórica*. 2005. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>> Acesso em: ago. 2017. Importante salientar que este endereço eletrônico corresponde à página da internet que apresenta informações específicas acerca da RST, como a explicação de conceitos básicos, características da terminologia utilizada e alguns exemplos de análise.

QUADRO 1 - Relações retóricas de apresentação

DEFINIÇÕES DAS RELAÇÕES RETÓRICAS DE APRESENTAÇÃO			
NOME DA RELAÇÃO	CONDIÇÕES EM S OU N, INDIVIDUALMENTE	CONDIÇÕES EM N + S	EFEITO
Antítese	Em N: A tem atitude positiva face a N.	N e S estão em contraste (cf. a relação de Contraste); devido à incompatibilidade suscitada pelo contraste, não é possível ter uma atitude positiva perante ambas as situações; a inclusão de S e da incompatibilidade entre as situações aumenta a atitude positiva de L por N.	A atitude positiva de L face a N aumenta.
Concessão	Em N: A possui atitude positiva face a N. Em S: A não afirma que S não está certo.	A reconhece uma potencial ou aparente incompatibilidade entre N e S; reconhecer a compatibilidade entre N e S aumenta a atitude positiva de L face a N.	A atitude positiva de L face a N aumenta.
Capacitação	Em N: apresenta uma ação de L (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N.	A compreensão de S por L aumenta a capacidade potencial de L para executar a ação em N.	A potencial capacidade de L para executar a ação em N aumenta.
Evidência	Em N: L pode não acreditar em N em um nível considerado por A como sendo satisfatório. Em S: L acredita em S ou considera-o credível.	A compreensão de S por L aumenta a crença de L em N.	A crença de L em N aumenta.

Fundo	Em N: L não compreende integralmente N antes de ler o texto de S.	S aumenta a capacidade de L compreender um elemento em N.	A capacidade de L para compreender N aumenta.
Justificação	Nenhuma	A compreensão de S por L aumenta a sua tendência para aceitar que A apresente N.	A tendência de L para aceitar o direito de A a apresentar N aumenta.
Motivação	Em N: N é uma ação em que L é o ator (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N.	A compreensão de S aumenta a vontade de L para executar a ação em N.	A vontade de L para executar a ação em N aumenta.
Preparação	Nenhuma	S precede N no texto; S tende a fazer com que L esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler N.	L está mais preparado, interessado ou orientado para ler N.
Reformulação	Nenhuma	Em N + S: S reformula N, onde S e N possuem um peso semelhante; N é mais central para alcançar os objetivos de A do que S.	L reconhece S como reformulação.
Resumo	Em N: N deve ser mais do que uma unidade.	S apresenta uma reformulação do conteúdo de N, com um peso inferior.	L reconhece S como uma reformulação mais abreviada de N.

FONTE: MANN, W.C. e TABOADA, M. Introdução à teoria da estrutura retórica. 2005. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>> Acesso em: ago. 2017.

QUADRO 2 - Relações retóricas de conteúdo

DEFINIÇÕES DAS RELAÇÕES RETÓRICAS DE CONTEÚDO			
NOME DA RELAÇÃO	CONDIÇÕES EM S OU N, INDIVIDUALMENTE	CONDIÇÕES EM N + S	EFEITO
Alternativa (anti-condicional)	Em N: N representa uma situação não realizada.	Realização de N impede a realização de S.	L reconhece a relação de dependência de impedimento que se estabelece entre a realização de N e a realização de S.
Avaliação	Nenhuma.	Em N + S: S relaciona N com um grau de atitude positiva de A face a N.	L reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído.
Causa involuntária	Em N: N não representa uma ação voluntária.	S, por outras razões que não uma ação voluntária, deu origem a N; sem a apresentação de S, L poderia não conseguir determinar a causa específica da situação; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S.	L reconhece S como causa de N.
Causa voluntária	Em N: N constitui uma ação voluntária ou mesmo uma situação possivelmente resultante de uma ação voluntária.	S poderia ter levado o agente da ação voluntária em N a realizar essa ação; sem a apresentação de S, L poderia não perceber que a ação foi suscitada por razões específicas ou mesmo quais foram essas razões; N é mais importante do que S para cumprir os objetivos de A, na criação da	L reconhece S como a causa da ação voluntária em N.

		combinação N-S.	
Circunstância	Em S: S não se encontra não realizado.	S define um contexto no assunto, no âmbito do qual se pressupõe que L interprete N.	L reconhece que S fornece o contexto para interpretar N.
Condição	Em S: S apresenta uma situação hipotética, futura, ou não realizada (relativamente ao contexto situacional de S).	Realização de N depende da realização de S.	L reconhece que a forma de realização de N depende da realização de S.
Condição inversa	Nenhuma.	S afeta a realização de N; N realiza-se desde que S não se realize.	L reconhece que N se realiza desde que S não se realize.
Elaboração	Nenhuma.	S apresenta dados adicionais sobre a situação ou alguns elementos do assunto apresentados em N ou passíveis de serem inferidos de N, de uma ou várias formas, conforme descrito abaixo. Nesta lista, se N apresentar o primeiro membro de qualquer par, então S inclui o segundo: conjunto :: membro abstração :: exemplo todo :: parte processo :: passo objeto :: atributo generalização :: especificação	L reconhece que S proporciona informações adicionais a N. L identifica o elemento do conteúdo relativamente ao qual se fornece pormenores
Incondicional	Em S: S poderia afetar a realização de N.	N não depende de S.	L reconhece que N não depende de S.

Interpretação	Nenhuma.	Em N + S: S relaciona N com várias ideias que não se encontram diretamente relacionadas com N, e que não estão relacionadas com a atitude positiva de A.	L reconhece que S relaciona N com várias ideias que não se encontram relacionadas com o conhecimento apresentado em N.
Método	Em N: uma atividade.	S apresenta um método ou instrumento que tende a aumentar as probabilidades de realização de N.	L reconhece que o método ou instrumento de S tende a aumentar as probabilidades de realização de N.
Propósito	Em N: N é uma atividade. Em S: S é uma situação que não se encontra realizada.	S será realizado através da atividade de N.	L reconhece que a atividade em N se inicia para realizar S.
Resultado involuntário	Em S: S não representa uma ação voluntária.	N causou S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S.	L reconhece que N poderia ter causado a situação em S.
Resultado voluntário	Em S: S constitui uma situação ou ação voluntária possivelmente resultante de uma ação voluntária.	N pode ter causado S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A do que a apresentação de S.	L reconhece que N pode ser uma causa da ação ou situação em S.
Solução	Em S: S apresenta um problema.	N constitui uma solução para o problema apresentado em S.	L reconhece N como uma solução para o problema apresentado em S.

FONTE: MANN, W.C. e TABOADA, M. Introdução à teoria da estrutura retórica. 2005. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>> Acesso em: ago. 2017.

QUADRO 3 - Relações retóricas multinucleares

DEFINIÇÕES DAS RELAÇÕES RETÓRICAS MULTINUCLEARES		
NOME DA RELAÇÃO	CONDIÇÕES EM CADA PAR DE N	EFEITO
Conjunção	Os elementos unem-se para formar uma unidade onde cada um dos elementos desempenha um papel semelhante.	L reconhece que os elementos inter-relacionados se encontram em conjunto.
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais dessas diferenças.	L reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitadas pela comparação realizada.
Disjunção	Um dos elementos apresenta uma alternativa (não necessariamente exclusiva) à(s) outra(s).	L reconhece que os elementos inter-relacionados constituem alternativas.
Junção	Nenhuma.	Nenhuma.
Lista	Um elemento comparável a outros e ligado a outro N através de uma relação de lista.	L reconhece a possibilidade de comparação dos elementos relacionados.
Reformulação multinuclear	Um elemento constitui, em primeiro lugar, a repetição de outro, com o qual se encontra relacionado; os elementos são de importância semelhante aos objetivos de A.	L reconhece a repetição através dos elementos relacionados.
Sequência	Existe uma relação de sucessão entre as situações apresentadas nos núcleos.	L reconhece as relações de sucessão entre os núcleos.

FONTE: MANN, W.C. e TABOADA, M. Introdução à teoria da estrutura retórica. 2005. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>> Acesso em: ago. 2017.

1.1.2 Exemplo de análise

Conforme os pressupostos apontados por Mann e Thompson (1988), ao examinar determinado gênero de texto, o analista deve primeiro dividir o texto em porções ou unidades, as quais não têm um tamanho definido, já que podem se apresentar desde pequenas porções textuais – como períodos, orações ou mesmo partes da oração – até porções maiores – como parágrafos ou blocos mais abrangentes do texto. É relevante enfatizar que o analista tem a liberdade de determinar o tamanho das porções textuais que irá investigar, orientando-se a partir de seu objeto de análise e de seus objetivos de pesquisa.

Depois de definir as diferentes porções textuais ou unidades de análise, o analista estabelece, de acordo com o critério da plausibilidade, as relações de sentido que emergem entre as porções previamente delimitadas. Dessa forma, a investigação com base na RST busca explicitar o modo como se dá a coerência do texto examinado.

A seguir é apresentado um exemplo de análise em RST. A investigação foi desenvolvida a partir da macroestrutura de um artigo de divulgação científica, presente na Revista Ciência Hoje, versão para crianças, de Janeiro/Fevereiro de 2013, intitulado **“Por que o lixo é um problema de todos?”**.⁶ Para a divisão das porções textuais, a unidade de análise utilizada foi o *parágrafo*. Inicialmente, apresentamos um diagrama – ou esquema arbóreo -, o qual materializa toda a organização da estrutura retórica do gênero selecionado, apontando as diferentes porções núcleo/satélite e as relações retóricas que emergem a partir da combinação que se concretiza entre elas.

Logo após, discutimos a emergência das relações retóricas, explicitando seu funcionamento na construção dos sentidos do texto como um todo. O artigo da Revista Ciência Hoje está reproduzido a seguir:

⁶ O uso do artigo de divulgação científica “Por que o lixo é um problema de todos” está diretamente atrelado aos trabalhos já desenvolvidos em minha prática pedagógica. Dessa forma, optei por apontar uma análise acerca da estrutura retórica com a qual já estou fortemente familiarizada, proporcionando mais segurança e assertividade às minhas considerações.

Por que o lixo é um problema de todos?



Simples: porque todo ser humano produz lixo. Alguns estudos indicam que, na média mundial, cada pessoa produz cerca de 300 quilos de lixo por ano. É muito, não é mesmo? E onde é que tudo isso vai parar? No meio ambiente! Por isso, a diminuição do que se joga fora é um problema de todos e um compromisso que devemos assumir já!

Somente o Brasil produz cerca de 250 mil toneladas de lixo por dia. Boa parte desse material não recebe tratamento adequado. Você já deve ter visto algumas pessoas jogarem objetos, como papel e plástico, entre outros tipos de lixo nas ruas públicas, em rios e nos terrenos baldios. Isso traz uma série de efeitos prejudiciais a todos nós.

O lixo sem tratamento forma ambiente favorável para a proliferação de animais que podem transmitir doenças, como moscas, mosquitos, ratos e baratas. Além disso, o acúmulo de objetos e matéria orgânica (como restos de comida, de animais e vegetais) jogados fora impede o escoamento da água, resultando no alagamento das ruas, em inundações de casas, entre outros transtornos. Queimar o lixo também não é nada bom, pois a fumaça colabora com o aumento da poluição atmosférica. O acúmulo

nos lixões nem se fala: contamina o solo, a água que corre debaixo dele e, conseqüentemente, os rios também.

QUANTO TEMPO LEVA PARA DESAPARECER DA NATUREZA:

- PAPEL: DE 3 A 6 MESES
- PANO: DE 6 MESES A 1 ANO
- CHICLETE: 5 ANOS
- MADEIRA PINTADA: 13 ANOS
- NAILON: MAIS DE 30 ANOS
- PLÁSTICO: MAIS DE 100 ANOS
- METAL: MAIS DE 100 ANOS
- VIDRO: 1 MILHÃO DE ANOS
- BORRACHA: TEMPO INDETERMINADO

A responsabilidade sobre o lixo produzido pelos habitantes de uma cidade é dos governantes e todo cidadão tem o direito de cobrar do seu prefeito um destino adequado para o lixo. Mas é claro que cada um pode dar a sua contribuição pessoal para minimizar esse problema. Você se lembra dos três "erres" – reduzir, reutilizar e reciclar? Então! Pense duas vezes antes de comprar algo para que você tenha menos coisas para jogar fora. Dê outras finalidades a objetos que você normalmente descartaria. Por fim, procure separar o lixo orgânico de papéis, vidros, metais e plásticos porque estes materiais podem ser reciclados.

Lembre-se de que a natureza leva muito tempo para decompor o que nós produzimos, portanto, não custa dar uma mãozinha.

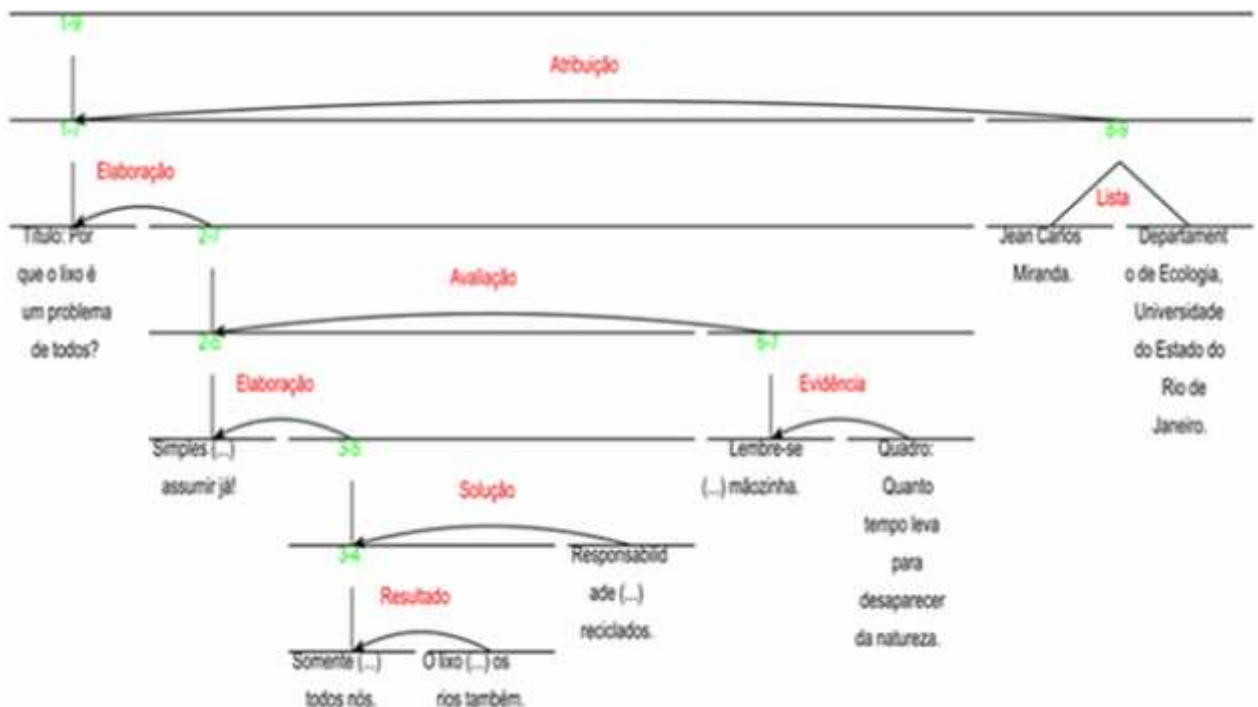
Jean Carlos Miranda,
Departamento de Ecologia,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Para a investigação da estrutura retórica, o texto acima foi dividido em nove porções, as quais estão identificadas abaixo:

Porção 1: título do texto; **Porção 2:** primeiro parágrafo; **Porção 3:** segundo parágrafo; **Porção 4:** terceiro parágrafo; **Porção 5:** quarto parágrafo; **Porção 6:** quinto parágrafo; **Porção 7:** quadro "Quanto tempo leva para desaparecer da natureza"; **Porção 8:** nome do autor e **Porção 9:** nome do departamento e da universidade a que pertencem o autor do texto.

Após examinar como as diferentes porções delimitadas acima se relacionam umas com as outras e reconhecer a emergência de relações retóricas entre elas, foi possível construir o **Diagrama 1** a seguir. Esse esquema arbóreo foi elaborado por meio do programa RSTTool, uma ferramenta computacional para a confecção de diagramas em RST, o qual está disponível em <www.wagsoft.com>.

Diagrama 1 – Estrutura retórica do artigo de divulgação científica *Por que o lixo é um problema de todos?*



O diagrama elaborado acima – assim como ocorre com todos os diagramas tradicionais em RST – apresenta algumas características importantes que devem ser destacadas. As linhas horizontais representam cada uma das porções ou unidades – as quais se encontram numeradas de acordo com a linearidade do texto em análise -, enquanto que as linhas verticais representam os diferentes núcleos da estrutura retórica. O esquema arbóreo examinado apresenta uma relação retórica multinuclear e várias outras relações retóricas núcleo/satélite. Nesse último tipo de relação semântica, cada seta, ao construir os diferentes “arcos”, deve sempre partir da porção satélite em direção à porção núcleo.

Importante perceber que o diagrama materializa, de maneira clara, como os diferentes blocos de texto presentes nos níveis superiores da estrutura hierárquica – blocos constituídos por porções textuais distintas – vão se “desintegrando” em blocos menores, conforme nos direcionamos aos níveis mais inferiores da estrutura. Além disso, é possível notar como uma mesma relação retórica pode emergir em diferentes pontos da organização retórica – como ocorre com a *relação de elaboração* do exemplo apresentado.

De acordo com o **Diagrama 1**, entre o bloco de unidades (8-9) – porção satélite – e o bloco (1-7) – porção núcleo – emerge a *relação retórica de atribuição*. Segundo a definição dessa relação, o núcleo apresenta uma determinada mensagem, enquanto que o satélite apresenta a fonte, a origem dessa mensagem. Como o bloco (8-9) é constituído por informações acerca do autor, é ele quem indica a fonte de todas as informações trazidas pelo artigo de divulgação científica, as quais, por sua vez, constituem o bloco (1-7). Assim, é plausível considerarmos que entre esses dois blocos de unidades emerge a relação de atribuição.

Entre a porção (8) e a porção (9) emerge a *relação retórica multinuclear de lista*. Enquanto a porção (8) apresenta o nome do autor, a porção (9) apresenta o nome do departamento de pesquisa e da universidade a que pertencem esse autor. Apesar dessas duas porções “listarem” diferentes informações por meio de núcleos distintos, estas se encontram intrinsecamente relacionadas. Ao apresentar junto de seu nome a instituição de pesquisa em que trabalha, o autor tem uma importante intenção comunicativa: as informações “departamento de ecologia” e “Universidade do Estado do Rio de Janeiro” conferem credibilidade ao autor. Esses dados validam, legitimam o conteúdo apresentado por Jean Carlos Miranda, já que, como membro dessa instituição de pesquisa, ele está habilitado, capacitado a escrever esse artigo de divulgação científica.

A partir do bloco (1-7), entre a porção (1) e o bloco (2-7) emerge a *relação de elaboração*. Tal relação retórica é plausível, uma vez que podemos considerar que o título do texto apresenta a informação central – configurando-se, portanto, como um núcleo – enquanto que todo o restante do texto – o bloco de porções (2-7) – acrescenta dados adicionais, novos elementos, apresenta os desdobramentos acerca do assunto destacado pelo título. De acordo com esse ponto de vista, consideramos que o conjunto de parágrafos e o quadro apresentado *elaboram* o tema apontado por meio do título do artigo.

Examinando ainda a relação do título com o restante do texto, também podemos considerar a emergência de outra relação retórica entre essas partes: a *relação de preparação*. Segundo a definição dessa relação de sentido, a porção satélite, além de preceder a porção núcleo – diferentemente da primeira análise -, é aquela que faz com que o leitor esteja mais preparado, mais interessado e orientado para ler e compreender as informações presentes na porção central. Assim, o título orienta, prepara o leitor para a sua interação com as informações que se seguem. Nessa perspectiva de análise, o título *Por que o lixo é um problema de todos?* é, agora, um satélite, enquanto que os parágrafos e o quadro constituem a porção central, um dos núcleos do nível superior da estrutura retórica.

Ao examinarmos o artigo, é possível supor que o bloco de porções (6-7), formado pelo quinto parágrafo e o quadro “quanto tempo leva para desaparecer da natureza”, pode apresentar tanto uma *avaliação* quanto uma *conclusão* em relação às informações apresentadas pelos parágrafos anteriores. Diante disso, entre o bloco de porções (6-7) – satélite - e o bloco (2-5) – núcleo – pode emergir tanto uma *relação retórica de avaliação* quanto uma *relação de conclusão*.

O quinto parágrafo do texto – porção (6), núcleo - e o quadro – porção (7), satélite - se relacionam de maneira interessante: enquanto o quinto parágrafo afirma que “a natureza leva muito tempo para decompor o que nós produzimos”, o quadro, por sua vez, é aquele que apresenta provas, evidências, dados científicos que sustentam e comprovam tal afirmação. É de acordo com essa perspectiva que consideramos que entre a porção (6) a porção (7) emerge a *relação retórica de evidência*, uma vez que, conforme definição dessa relação, a compreensão da informação presente no satélite aumenta a convicção do leitor acerca da informação trazida pelo núcleo.

Ao dividirmos o bloco de porções (2-5), é plausível julgarmos que o bloco (3-5) desenvolve novos aspectos, apresenta desdobramentos a partir da informação presente na

porção (2). Portanto, o segundo, o terceiro e o quarto parágrafo constituem a porção satélite que *elabora* o primeiro parágrafo, porção núcleo, configurando-se a emergência da *relação de elaboração* entre essas partes do artigo.

O segundo e o terceiro parágrafo do artigo – bloco de porções (3-4) – apresentam informações que tratam do acúmulo de lixo em nossa sociedade. Esses dois parágrafos do artigo têm como foco os vários problemas trazidos por este acúmulo. Por sua vez, o quarto parágrafo – porção (5) – apresenta possíveis soluções para que o problema do lixo seja efetivamente resolvido. A partir desse contexto, percebemos que, enquanto o bloco de porções (3-4) aponta para um determinado problema, a porção (5), por outro lado, apresenta uma solução para este mesmo problema. Dessa forma, é aceitável apontar que entre as partes (3-4), satélite, e (5), núcleo, emerge a *relação retórica de solução*.

Como pode ser visto a partir do diagrama apresentado, a relação entre a porção (3) e a porção (4) constitui o último nível da estrutura retórica do artigo de divulgação científica. O segundo parágrafo - porção (3), núcleo -, aponta para o fato do acúmulo de lixo. Por sua vez, o terceiro parágrafo - porção (4), satélite -, apresenta as várias consequências, os diferentes *resultados* provenientes desse acúmulo. Considerando, portanto, a combinação entre essas unidades, é plausível a emergência da *relação retórica de resultado*.

Uma vez que este trabalho desenvolve suas análises à luz da interface entre a RST e a Multimodalidade, após esse exemplo de análise, são apresentados os principais conceitos que constituem a abordagem multimodal, assim como são apontadas as categorias de análise da *Gramática do Design Visual* (GDV), as quais norteiam a investigação das imagens centrais nas capas de revistas selecionadas e organizadas para o presente *corpus*.

1.2 Princípios gerais da Multimodalidade

A linguagem, caracterizada essencialmente como um fenômeno social, influencia e é influenciada, a todo o momento, pelas diversas e constantes transformações sociais. Os grandes avanços tecnológicos, o crescimento e desenvolvimento de sociedades cada vez mais multiculturais têm, sem dúvida, transformado significativamente o uso da linguagem, o que, inevitavelmente, tem também surtido grande efeito na materialização dessa mesma linguagem por meio dos diversos gêneros de texto.

Nessa perspectiva, de acordo com a Multimodalidade (KRESS, 2003, 2008, 2010; KRESS e VAN LEEUWEN, 2001, 2006), quando se unem diferentes linguagens ou modos

alcança-se a melhor forma de comunicar aquilo que se deseja. Em uma página da internet, por exemplo, na busca de gerar diferentes sentidos, pode-se utilizar modos semióticos temporais - como um curto vídeo com movimentos e falas que mudam ao longo do tempo -, modos situados espacialmente - como as imagens - e modos estáticos - como a escrita.

Kress (2010), argumentando a favor de análises multimodais dos textos, faz uma interessante relação entre a ideia de “multimodalidade” e a ideia de “identidade cultural”. Segundo o autor, na Europa há uma tradição de pelo menos 200 anos que afirma que língua e identidade estão intrinsecamente conectadas: há, inclusive, uma afirmação recorrente de que “se roubas a minha língua, roubas minha identidade”.

No entanto, o referido autor destaca o fato de que a cultura e, mais particularmente, a identidade de alguém estão associadas a muitas outras questões que vão além da língua, como a lembrança que se tem da arquitetura das cidades natais, as imagens que as pessoas estão acostumadas a ver, os sons e cheiros que lhes são familiares, os sabores, dentre tantos outros fatores. Dessa forma, Kress (2010) considera que “reduzir a identidade à língua ou à escrita somente é estreitar demais a noção de identidade. Somos mais do que podemos falar ou escutar, escrever ou ler”.

Em relação à questão do aprendizado, escolar ou não, Kress (2010) acredita que uma “lente multimodal” possibilita ver muito mais. Se o interesse é o aprendizado, reduzir o foco de análise se torna, efetivamente, um empecilho. Portanto, a vida de cada estudante, de cada membro da sociedade, realiza-se dentro de uma abordagem multimodal: as interações entre as pessoas e o mundo são sempre dentro da perspectiva da multimodalidade. Portanto, é relevante que professores e estudiosos da linguagem considerem e não ignorem a natureza multimodal dos gêneros de textos que são constituídos e constituem as diferentes práticas sociais.

1.2.1 Principais conceitos

De acordo com Kress (2003, 2008, 2010) e Kress e Van Leeuwen (2001, 2006), por muito tempo, a linguística não se preocupou em descrever os aspectos extralinguísticos que co-ocorrem com as manifestações linguísticas, como as imagens, o som, os gestos ou as cores. No entanto, tais elementos são extremamente importantes, uma vez que podem interferir diretamente sobre o significado do material linguístico propriamente dito. Portanto, segundo os autores acima, desconsiderar esses elementos é limitar a compreensão do todo, uma vez

que os vários modos semióticos, construídos e materializados simultaneamente, estão intimamente articulados.

Kress (2010) aponta que ainda levará algum tempo para que, a partir da abordagem multimodal, “ferramentas” sejam desenvolvidas para descrever esses elementos extralinguísticos, de forma que seja possível fazer descrições e análises de todos os modos semióticos no mesmo nível.

A partir desse ponto de vista, esse autor argumenta que se utiliza a noção de “parágrafo” para textos escritos, os quais são unidades em que informações semelhantes e que se relacionam mais diretamente estão unidas. O parágrafo, portanto, é uma unidade de análise muito importante para textos escritos, em especial para textos longos. Quando se trata de outras áreas do conhecimento, também se costuma unir elementos semelhantes em categorias próprias, como no caso de roupas, calçados e mobílias, assim como ocorre no caso das *imagens*. Surgem, dessa maneira, alguns questionamentos importantes: haveria unidades de análise básicas, que iriam além dos parágrafos, por exemplo, que poderiam ser utilizadas – que poderiam ser comuns – tanto em uma análise da imagem como em uma análise do texto escrito ou falado? Há uma espécie de “super ferramenta” que possa ser usada nos estudos dos diferentes modos semióticos?

Kress (2010) destaca a importância de se pensar que, apesar da utilização dessa unidade comum de análise, dessa “super ferramenta” comum a todos os modos, as unidades que são estritamente linguísticas – como o próprio parágrafo – não seriam abandonadas ou perderiam sua relevância nos estudos linguísticos. O estudo do funcionamento da linguagem e tudo o que até o momento as várias áreas da linguística ensinam são imprescindíveis para novas pesquisas e descobertas.

Assim, a partir da Multimodalidade, Kress e Van Leeuwen (2001, 2006) apontam e definem algumas categorias para a análise de imagens. Na busca de conceitos e termos que sejam mais genéricos, que possam se aplicar tanto à escrita, quanto à fala, às imagens e aos gestos, por exemplo, esses autores apontam para a importância do *signo*. O signo - combinação de uma forma com um significado -, numa abordagem semiótica, é o denominador comum, é a unidade básica comum em todos os diferentes modos semióticos; é a entidade de significado que se utiliza na multimodalidade.

Dentre esses conceitos mais “abrangentes”, os autores acima apresentam outros dois fundamentais para sua abordagem: o *modo* e os *recursos semióticos*. Como já apontado anteriormente, utiliza-se a palavra modo – significado - para se referir à própria linguagem. Para não se utilizar, repetidamente, as expressões “linguagem verbal”, “linguagem visual” ou “linguagem de gestos”, por exemplo, usa-se o termo “modo”, o qual pode ser definido como uma forma cultural utilizada para gerar e materializar os significados.

Esses vários modos semióticos são regulares, uma vez que as comunidades os usam por muito tempo e em circunstâncias similares. Segundo Kress e Van Leeuwen (2006), os modos são materiais porque esses têm som, imagem, ou são táteis e, até mesmo, odoríferos. Dentre alguns exemplos de modos semióticos temos a imagem, a escrita, a cor, o som, os quais, nas diversas “composições” – como uma página multimídia na internet, um anúncio publicitário, uma cena de filme ou uma capa de revista - exercem diferentes funções em um rico processo de construção de sentidos.

Os recursos semióticos são aqueles mecanismos que a cultura disponibiliza para gerar significados, os quais se caracterizam a partir das peculiaridades de cada modo semiótico. Dessa maneira, cada modo – como a imagem e a escrita – tem um número de possibilidades – ou recursos - para construir o significado. Como exemplo, pode-se dizer que “está chovendo” por meio de palavras e por meio de um desenho e que, em cada um desses modos, os recursos para construir o sentido desejado serão diferentes.

Pode-se ainda dizer que “está chovendo” utilizando palavras, imagem e mesmo o som da chuva no telhado, combinando vários modos semióticos, produzindo um sentido mais amplo, mais rico, mais completo do que quando se usa um único modo. Perceber essas diferenças de possibilidades – ou diferentes recursos – a partir de cada modo semiótico é muito importante, pois esses recursos não são simplesmente repetições ou paralelismos, mas são a busca de significar uma mesma coisa de várias maneiras.

Quando se observa uma determinada composição - uma imagem com informações escritas ao lado, por exemplo -, é preciso pensar sobre as funções que cada uma dessas linguagens assume dentro desse “arranjo” e se pode perguntar, por exemplo: por que uma aparece à direita e a outra à esquerda? Haveria significados diferentes se essa ordem se invertesse? Para

os pesquisadores da multimodalidade, nada está no lugar que está por acaso, há sempre uma intenção por trás da organização de cada composição.

Diante disso, constata-se a relevância de outro conceito: o conceito de *layout*, o qual é definido como a união de elementos no espaço em que a linguagem se materializa de maneira a produzir significado. Assim, na perspectiva da multimodalidade, a ordem em que cada elemento aparece em um layout não é por acaso, já que há uma organização de significados por meio da ordem escolhida pelo usuário da língua.

Em uma capa de revista, em uma página da internet ou mesmo em um outdoor, por exemplo, diferentes informações são distribuídas e organizadas de formas distintas. Nessas composições textuais, alguns elementos podem ser colocados na esquerda, outros na direita; alguns podem preencher a parte superior enquanto outros preenchem a parte inferior; alguns elementos se localizam no centro da página, enquanto outros nas margens. Nessa perspectiva, de acordo com as intenções comunicativas do autor, informações mais “salientes” ocupam espaços diferentes daqueles destinados às informações consideradas mais secundárias.

Kress (2010) relaciona ainda a Multimodalidade com os conceitos de *coesão* e *coerência* da Linguística Textual. Segundo o autor, a coesão trata dos mecanismos que tornam algo coerente; da mesma forma, as diferentes maneiras como cada um dos modos semióticos se apresenta e se organiza em um determinado layout são mecanismos que fazem com que se olhe para um determinado texto multimodal e o reconheça como um texto multimodal “coerente”.

Destarte, ao se construir os diferentes gêneros de texto, é preciso atenção, por exemplo, com o uso dos lados esquerdo e direito, com o uso das partes superior e inferior, com o uso das cores, com o tamanho, com a fonte ou com a regularidade das letras, para que algo não pareça “incoerente”, ou até mesmo “inadequado” em um determinado gênero textual, em uma determinada situação comunicativa.

1.2.2 Os modos semióticos e a intenção comunicativa

Nas interações linguísticas do dia a dia, deseja-se comunicar, construir sentidos. Para isso, tem-se à disposição um grande número de escolhas, um grande número de recursos

semióticos que se pode utilizar na criação de várias composições. Ao se construir uma mesa de madeira, por exemplo, tem-se ao alcance madeiras de diferentes tipos e ferramentas que irão possibilitar a transformação daquela matéria-prima em algo diferente, em um objeto útil. A partir desse mesmo ponto de vista, nas interações por meio da linguagem, modos semióticos distintos podem ser combinados e até mesmo transformações podem ser criadas entre eles: podemos transformar a escrita em uma imagem, a imagem em texto escrito ou em fala, o texto escrito em gestos, dentre outras mudanças.

Em relação a essa diversidade de modos e de possibilidade de transformações entre eles, Kress (2010) aponta para uma possível “especialização funcional da escrita”, uma vez que a linguagem escrita, ao longo dos anos, segundo o autor, sempre apresentou uma grande carga informativa em relação a outros modos semióticos.

Acerca das modificações e alterações entre modos, são os usos sociais, as intenções comunicativas que, de alguma forma, orientarão as mudanças. Um exemplo disso é o fato de um determinado site na internet ter sido, há alguns anos, mais “linear”, com escolhas comunicativas feitas mais a partir do modo da escrita e, hoje, com grandes mudanças tecnológicas e sociais, o designer desse mesmo site deixar de ser tão “linear” e passar a ser mais “modular”, com a presença intensa de imagens, na busca de atrair seu público alvo.

Portanto, frente à diversidade desses modos semióticos, os usuários da língua são aqueles que irão criar e organizar a composição dessas diferentes linguagens: é a intenção comunicativa do falante/escritor/designer que orientará a maneira como essa composição de modos se apresentará para alcançar da melhor forma os respectivos ouvintes/leitores. Importante lembrar que, para o cumprimento de tal objetivo, a consideração dos papéis sociais dos interlocutores é fundamental: é sempre necessário levar em conta aquele com quem se comunica. Assim, os modos semióticos - a linguagem verbal, visual, o som ou o gesto -, materializados por meio dos diferentes gêneros textuais, precisam se adequar às diferentes situações comunicativas, ora mais formais, ora menos formais.

1.3 A Gramática do Design Visual (GDV): categorias para análise de imagens

Conforme discutido anteriormente, na perspectiva da multimodalidade, outros modos semióticos, além da escrita, deixam de ser ignorados e passam, também, a ser o foco nas

análises textuais a partir dos diferentes gêneros. Várias pesquisas nessa área, como Almeida (2006, 2008); Bezerra; Nascimento; Heberle (2010); Brito; Pimenta (2009); Dionísio (2006); Heberle; Meurer (2007); Jewitt; Kress (2008); Kress; van Leeuwen (2001, 2006); Machin (2007); Motta-Roth; Nascimento (2009); Nascimento; Bezerra; Heberle (2011); O'Halloran (2004); Pimenta (2001); Vieira *et al.* (2007), apontam para a relevância de se considerar a maneira como outros modos semióticos, além da linguagem verbal, se inter-relacionam nos diferentes textos. Todas essas pesquisas partem de um princípio básico: não há textos *monomodais* ou *monosemióticos*, uma vez que, mesmo em textos em que predomina a linguagem verbal, utilizam-se recursos visuais, como a *tipografia* e a *formatação*.

Sobre o estudo das imagens, Nascimento, Bezerra e Heberle (2011, p. 532) destacam:

(...) o crescente espaço que as imagens vêm ocupando, em comparação com a linguagem verbal, nos mais diversos textos do nosso dia a dia, o que evidencia a importância dos diversos recursos de sentido empregados em imagens, tais como enquadramento, seleção de cores e distribuição dos elementos na página/tela. (...) as imagens, assim como a linguagem verbal, devem ser entendidas enquanto um sistema semiótico, ou seja, um conjunto de signos socialmente compartilhados e regidos por determinados princípios e regularidades, que utilizamos para representar nossas experiências e negociar nossa relação com os outros.

Almeida (2008, p.23) aponta para o “poder comunicativo e persuasivo” que se tem por meio do uso das imagens nas várias situações comunicativas, já que “os elementos de uma determinada estrutura visual se correlacionam para comunicar significados política e socialmente embasados”. Partindo dessas considerações, a análise de imagens nas diversas composições textuais torna-se fundamental para a compreensão de como se constituem as complexas redes de sentidos.

A *Gramática do Design Visual* (GDV), de Kress e Van Leeuwen (2006), apresenta uma descrição das principais categorias para a análise de imagens. Como apontado pelos próprios autores, a GDV é uma espécie de expansão da *Gramática Sistêmico-Funcional* (GSF) de Halliday e Matthiessen (2004): tal expansão se justifica uma vez que Kress e Van Leeuwen (2006, p.8) mostram como as funções propostas por Halliday (1989) podem ser utilizadas como categorias gerais e abstratas e, assim, podem ser aplicadas não apenas à linguagem verbal, mas também a todos os tipos de modos semióticos.

Para corroborar essa associação entre a GDV, de Kress e Van Leeuwen (2006), e a GSF, de Halliday e Matthiessen (2004), é relevante considerar que Halliday (1989, p.4), apesar de ter como foco em seus estudos a linguagem verbal, dá indícios de que suas teorias podem ser aplicadas em outros modos semióticos:

(...) existem muitos outros modos de significado, em qualquer cultura, os quais estão fora do campo da linguagem. (...) Isto inclui tanto formas de arte como a pintura, a escultura, a música, a dança, e assim por diante, e outros modos de comportamento cultural que não estejam classificados como formas de arte, tais como formas de troca, modos de se vestir, estruturas da família, etc. Estas são algumas das formas de significado na cultura. De fato, nós podemos definir uma cultura como um conjunto de sistemas semióticos, um conjunto de sistemas de significado, estando assim, todos eles inter-relacionados.

Sobre essa relação entre a GDV e a GSF e o fato de que Halliday (1989) considera a linguística como um tipo de semiótica, as autoras Brito e Pimenta (2009, p. 87) explicitam:

Halliday (1989), inclusive, já mostrara indicativos sobre essa análise ao colocar a Semiótica como sendo não somente o estudo dos signos, mas sim o estudo de sistemas de signos - e a linguística como sendo um tipo de semiótica - e ao apontar que existem outras formas de produção de significado que não só pela linguagem verbal. E é exatamente sobre essa interação com a linguagem não verbal de que trata a GDV.

Na perspectiva das considerações anteriores, Kress (1997, p. 183) aponta que, na visão da Semiótica Social, os textos se materializam por meio de diversos códigos semióticos, de maneira que estes são vistos como multifuncionais e multimodais. Assim, esse autor defende que as teorias de Halliday (1985) não são específicas para o modo semiótico da escrita e que, portanto, as três metafunções também podem ser utilizadas como base teórica para as análises das imagens dentro da GDV, como descrito por Nascimento, Bezerra e Heberle (2011, p. 533):

Tanto a linguagem verbal como a visual permitem construir representações de mundo (função de representação), atribuir papéis aos participantes representados - pessoas, objetos, instituições - e estabelecer diferentes relações entre os participantes no texto, bem como entre esses e o leitor (função de interação), e ainda organizar esses sentidos na forma de um todo que entendemos por texto (função de composição).

A seguir, são apresentadas as principais categorias de análise para o estudo de imagens, conforme a GDV, de Kress e Van Leeuwen (2006).

1.3.1 Metafunção ideacional: função de representação

Na GSF de Halliday (2004), a oração é a representação na metafunção ideacional; na GDV, as imagens são vistas por meio do mesmo ponto de vista. Enquanto na linguagem verbal a ação é representada pelo grupo verbal e os participantes pelo grupo nominal, no modo semiótico das imagens os vetores são aqueles que representam os processos de ação e interação entre os participantes.

As estruturas de representação, de acordo com Kress e Van Leeuwen (2006), podem ser divididas em dois processos: os *narrativos* e os *conceituais*. As *representações narrativas* são constituídas por participantes realizando ações sobre outros participantes ou envolvidos em algum evento, de forma que uma experiência se desenvolve em um determinado espaço e tempo. Nesse tipo de representação, o participante representado (PR) pode ser o *ator* – de onde surge o vetor – ou pode ser a *meta* – para onde o vetor indica. Os *vetores*, na imagem, podem ser setas propriamente ditas ou vetores constituídos pela linha do olhar, braços, orientação corporal, ou mesmo instrumentos sugerindo movimento e/ou direção.

Já em *representações conceituais*, participantes são descritos e/ou classificados a partir de suas características individuais, evidenciando sua identidade ou características compartilhadas com outros participantes, fazendo com que todos os participantes representados na imagem sejam vistos como membros de um mesmo grupo.



Figura 03 - Representação Narrativa: participante/evento/vetores/circunstância



Figuras 04 e 05 – Representações Conceituais

Na **Figura 03**, encontramos um claro exemplo de representação narrativa, em que o participante representado realiza a ação de “surfear”, atividade esta situada em um determinado tempo e espaço. Nesta imagem, os braços e pernas do ator indicam o movimento, o qual é reforçado pelo formato da prancha e das ondas. Nas **Figuras 04 e 05**, por sua vez, encontramos representações conceituais. Nestas figuras, os participantes representados são objetos que compartilham características em comum: na **Figura 04**, temos um conjunto de cosméticos, enquanto que na **Figura 05**, há um conjunto de objetos para maquiagem. Conforme pode ser observado nas imagens acima, as representações conceituais em muito se relacionam ao mundo da publicidade, as quais são muito encontradas nos anúncios publicitários de diferentes produtos.

Passemos, a seguir, para a caracterização da **metafunção interpessoal**, a qual se refere às interações entre falante/escritor e ouvinte/leitor, ou seja, ao relacionamento entre todos aqueles que estão envolvidos no processo de construção de sentidos, inseridos em uma determinada situação comunicativa.

1.3.2 Metafunção interpessoal: função de interação

A metafunção interpessoal trata da relação entre os falantes e as modalizações presentes em um evento comunicativo. Halliday (2004) considera a oração como uma representação, como uma forma de construir o mundo. A partir do ponto de vista da função de interação, o significado é visto como uma troca, de maneira que a oração é, ao mesmo tempo, organizada como uma mensagem e como um evento interativo, envolvendo falante - produtor da mensagem - e o ouvinte.

Kress e Van Leeuwen (2006), na perspectiva da metafunção interpessoal, mostram que as imagens podem ser classificadas em três dimensões: *olhar* (contato), *enquadramento* (distância social) e *perspectiva* (poder).

1.3.2.1 O olhar

Na dimensão do olhar, observa-se a maneira como o participante representado na imagem – humano ou personificado – olha para o leitor, de modo que a relação entre eles pode se definir como mais ou menos pessoal ou impessoal.

Nas *imagens de demanda*, o participante representado olha diretamente para o leitor, relacionando-se com este de maneira direta e pessoal. Nessas imagens, identifica-se um participante presente na imagem que requer algo do leitor: há uma relação “imaginária” entre eles, seja essa relação de afinidade, sedução ou até mesmo de dominação. Quando o olhar é desse modo direcionado na imagem, o participante demanda que seu leitor faça algo, fazendo-lhe quase que um “convite” para se aproximar ou para se distanciar, por exemplo. Interessante perceber que as imagens de demanda, por meio de suas características, já definem seus possíveis leitores, como, por exemplo, leitores do sexo masculino ou do sexo feminino, leitores com posicionamento superior ou inferior em relação ao participante representado, dentre outras possibilidades, excluindo, conseqüentemente, outros observadores (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006, p. 116 e 117).

Nas *imagens de oferta*, ao contrário de um olhar de demanda, o participante não se dirige diretamente para o leitor. Enquanto nas imagens de demanda o objeto do olhar é o leitor, uma vez que é o participante presente na imagem quem o observa, nas imagens de oferta ocorre o inverso: o participante representado é o objeto do olhar, uma vez que, nesse caso, é o leitor quem o observa. Dessa forma, o leitor deixa de ser observado (imagem de demanda) e passa a ser um observador invisível (imagem de oferta): o participante representado na imagem, captado como se estivesse envolvido em uma determinada ação, oferece-se como uma espécie de “objeto de contemplação”, como se a própria imagem fosse um lugar de observação (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006, p. 119).

1.3.2.2 O enquadramento

Em uma imagem, o participante pode se posicionar próximo ou mais ou menos distante do leitor, o que indicará maior intimidade, vínculo apenas social ou maior impessoalidade, respectivamente. Assim, é por meio do *plano* – fechado (*close-up*, íntimo), médio (*medium shot*, social) e longo (*long shot*, impessoal) - escolhido para captar a imagem que as relações entre participante representado e leitor serão definidas.

Acerca das imagens com um distanciamento menor e maior, Brito e Pimenta (2009, p. 98) comentam:

Quanto menor for a distância colocada entre o PR e o leitor (observador), maior será o grau de criação de uma relação social imaginária por parte desse leitor. Ou seja, maior será a criação da ideia de um “nós inclusivo” (...) Por outro lado, PR(s) fotografados a uma distância maior (o que acaba por retirar o impacto do olhar do leitor) são percebidos por esse mesmo leitor como objetos de contemplação, que pode ser traduzida como respeito, ou, de forma oposta como preconceito, já que essa colocação marca a diferenciação entre um “eu” observador e o(s) “outros(s)”.

Sobre as imagens de plano médio, as autoras acima citadas destacam que estas podem indicar uma relação de “maior respeito e credibilidade”, uma vez que entre participante e leitor (observador) não há grandes “barreiras invisíveis”, as quais proporcionariam um relacionamento muito distante, e também não há total ausência dessas barreiras, fato que resultaria numa relação de muita intimidade.

1.3.2.3 A perspectiva

De acordo com Kress e Van Leeuwen (2006), em termos de perspectiva, as imagens podem ser *subjetivas*, quando o participante representado é visto pelo leitor somente por um ângulo específico, ou *objetivas*, quando tudo o que existe ou tudo o que o produtor da imagem julga necessário é revelado para ser visto.

Na dimensão da perspectiva é que, sob o *ângulo vertical*, são estabelecidas ou ratificadas as *relações de poder* e, sob o *ângulo horizontal*, são definidas as relações de maior ou menor *empatia*.

Na perspectiva do ângulo vertical, quando o leitor observa a imagem de um ponto de vista superior (ângulo alto), tal posicionamento atribui-lhe poder em relação ao participante representado; quando o leitor observa a imagem no nível do olhar, há igualdade de poder entre leitor e participante e quando o leitor observa a imagem de um ponto de vista inferior (ângulo baixo), tal posicionamento atribui poder ao participante em relação àquele que observa.

Na perspectiva do ângulo horizontal, o participante representado pode se posicionar, em relação ao observador, de frente, de lado ou de costas. Há maior relação de empatia quando participante e leitor estão um de frente para o outro; há menor empatia quando o participante presente na imagem está de costas para o leitor/observador.

1.3.3 Imagem e modalidade

Brito e Pimenta (2009, p.101), baseando-se nas conceituações de Halliday (1994) e Hodge e Kress (1988), explicitam o conceito de “modalidade” da seguinte forma:

O termo “modalidade” vem da linguística e se refere à forma como uma oração pode ter maior ou menor grau de verdade ou credibilidade em uma determinada situação. Colocando-se dentro do conceito de *mood*, estabelecido por Halliday, a modalidade está presente, portanto, em cada ato semiótico (...). Consequentemente, a modalidade está presente na construção ou contestação social de sistemas de conhecimento (...), ela é a expressão da “opinião do falante” (...), sendo, portanto, um componente crucial no processo de estabelecimento de sistemas hegemônicos, além de ser um indicador de lutas políticas (...), pois são esses indicadores que irão demarcar o que um grupo social (comunidade interpretativa) considerará como real, verdadeiro ou não.

No estudo das imagens, o que é considerado real, ou não, varia de acordo com a visão de mundo de uma determinada sociedade. Dessa forma, para se representar a “realidade” – a qual, por si só, segundo Brito e Pimenta (2009, p.102) “já é um signo motivado”, em que “os interesses, crenças e valores de um determinado grupo serão nela expressos” – os grupos sociais utilizarão diferentes “demarcações”, ou diferentes “critérios de modalidade”, como a cor (sua saturação, modulação e diferenciação), presença ou não de fundo, o grau de detalhamento (representação), a profundidade, a iluminação (uso do jogo de luz e sombras) ou o brilho (diferentes graduações de brilho).

Em cada um desses critérios, as imagens podem variar desde uma modalização alta (mais próxima do real, real) até uma modalização baixa (menos real, irreal). Essa variação de

gradação será orientada de acordo com o tipo de texto e público a que a imagem se destina, isto é, essa variação será condicionada pelas diferentes “orientações de codificação” ou “contextualizações”⁷.

Nessa perspectiva, diante da diversidade de contextos em que as imagens podem aparecer, de acordo com Kress e Van Leeuwen (2006), há quatro configurações básicas de modalidade. A primeira é a “modalidade naturalística”, em que a imagem está configurada o mais próximo possível do real, em que a riqueza de detalhes, nuance e diferenciações de cor, brilho e iluminação são extremamente relevantes, de maneira que nesses critérios o grau de modalização é alto. Esse tipo de modalidade é muito comum em imagens de cinema, jornais e revistas, como é o caso do suporte escolhido para a presente pesquisa.



Figura 06 – Modalidade Naturalística

A segunda é a “modalidade abstrata”, a qual é muito comum em situações de produção científica, produção de informativos ou em arte moderna, contextos que se caracterizam por trazer apenas o que é essencial para a representação de uma imagem. Nesse modo de codificação, detalhes como a iluminação ou nuances de cor, por exemplo, não são relevantes para se constituir uma perspectiva de “verdade essencial”, configurando-se, assim, uma modalização baixa nesses critérios.

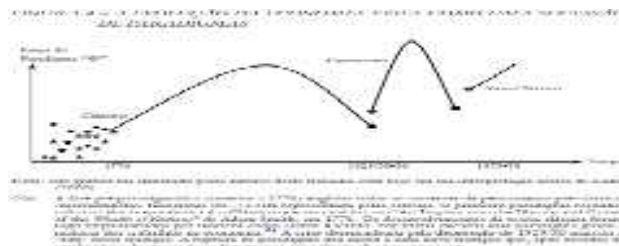


Figura 07 - Modalidade Abstrata

⁷ Brito e Pimenta (2009, p. 103) definem *contextualizações* como “conjuntos de princípios abstratos que informam o modo no qual os textos são codificados por grupos sociais específicos ou entre contextos institucionais específicos”.

Na “modalidade tecnológica”, por sua vez, “a verdade visual está no uso prático e explicativo de uma imagem. Nesse caso, quanto maior for a efetividade da imagem, mais alta será a modalidade” (BRITO e PIMENTA, 2009, p. 105). Esse tipo de modalidade é muito comum em mapas, manuais de instrução ou plantas baixas. Como pode ser observado, o critério cor, por exemplo, é irrelevante.

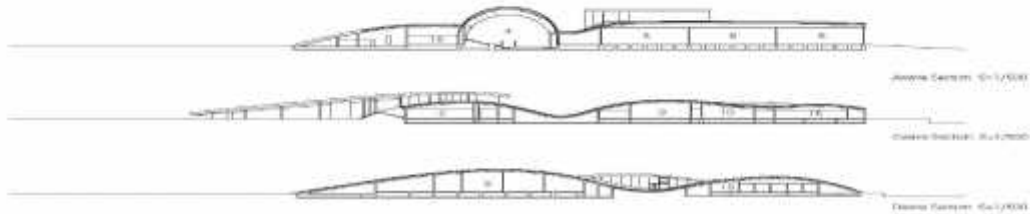


Figura 08 – Modalidade Tecnológica

Na quarta e última modalidade, a “modalidade sensorial”, a realidade visual se constitui a partir do efeito de prazer ou desprazer que a imagem proporciona ao leitor. Nesse contexto, critérios como luz, cor e profundidade são explorados de maneira mais intensa que na modalidade naturalística. Assim, o que pode ser considerado “mais que real” – de baixa modalidade naturalística – “é visto como a real representação de uma emoção, de um sentimento, na modalidade sensorial, sendo classificado como de alta modalidade” (BRITO e PIMENTA, 2009, p. 106).



Figura 09 – Modalidade Sensorial

1.3.4 Metafunção textual: função de composição

De acordo com Halliday (1985), a metafunção textual é aquela que mostra como, por meio da linguagem, uma determinada mensagem é organizada. Na perspectiva da linguagem verbal, a metafunção textual foca a maneira como os falantes realizam e organizam suas escolhas linguísticas, de forma que a mensagem construída por eles esteja adequada a um

determinado evento linguístico. Assim, os falantes da língua ou produtores de texto não estão apenas interessados em interagir uns com os outros por meio da linguagem, mas também estão preocupados em fazer com que as diversas partes de sua mensagem, combinadas, constituam um todo coerente.

Na perspectiva das imagens, tem-se essa mesma “combinação” entre as partes que se espera na linguagem verbal: de acordo com a GDV, essa relação combinacional se concretiza por meio de arranjos composicionais que constroem e efetivam os diferentes sentidos no texto, nas diversas situações comunicativas. No estudo da linguagem visual, é por meio da metafunção textual - seja a partir da relação de elementos dentro da própria imagem, seja a partir da relação entre imagens ou, até mesmo, da relação entre texto e imagem, vistos de forma integrada -, que se percebe que cada componente da composição não está no lugar que está por acaso, que há sempre um significado construído através de determinada escolha.

Dessa forma, em uma dada imagem, se os elementos da composição forem modificados espacialmente, as relações entre eles serão, conseqüentemente alteradas, assim como novos significados serão construídos e efetivados. Uma composição se apresenta por meio de três sistemas relacionados entre si: *o valor da informação*, a *saliência* e a *moldura*.

1.3.4.1 O valor da informação

O valor da informação refere-se ao valor dado a cada um dos elementos – relacionados entre si - presentes em uma imagem. A partir da combinação organizada entre estes elementos, cada um deles é dotado de significados específicos, de valores ligados às várias “zonas” da imagem, a saber, *esquerda e direita, superior e inferior, centro e margem*. Importante destacar que esses valores não verbais podem ser aplicados não apenas às imagens, mas também aos diferentes layouts escolhidos para os vários gêneros de texto. A seguir estão listados os diferentes “espaços” que os elementos de uma determinada imagem ou layout podem ocupar.

a) Dado/Novo: demarcação horizontal

Na sociedade ocidental, a orientação para a escrita e leitura de textos se faz da esquerda para a direita. De acordo com essa orientação, as informações colocadas na *esquerda* são identificadas como *informações dadas*, como informações já conhecidas, já compartilhadas entre os falantes; por sua vez, as informações apresentadas na *direita* correspondem às *informações novas*, ainda não conhecidas pelos falantes. Halliday, na GSF, explicita essa conexão entre o dado e o novo por meio da relação *tema/remã*.

Pode-se, assim, transferir essa mesma ligação entre a direita e a esquerda quando se trata do estudo da linguagem visual: nas imagens, elementos colocados à esquerda, correspondem à informação dada, já conhecida, já compartilhada entre aqueles que utilizam a linguagem, enquanto que os elementos colocados à direita representam o que é novo, ainda não compartilhado, a ação que será concretizada a partir da informação dada, apresentada na esquerda.

b) Ideal /Real: demarcação vertical

Nas civilizações ocidentais, além das atividades de leitura e escrita se orientarem da esquerda para a direita, estas também se orientam de cima para baixo. Em estruturas não verbais, a *parte superior* de uma imagem corresponde à *idealização* de algo, ao campo das ideias, ou mesmo à promessa de um determinado produto, no caso de textos publicitários como a propaganda, por exemplo. Essa parte superior também pode apresentar informações que estabelecem mais afetividade, mais afinidade emotiva com o leitor, inserindo-se mais no campo do sonho, no campo do imaginário. A *parte inferior*, por outro lado, diz respeito ao *real*, ao concreto, àquilo que é informativo e prático.

c) Centro e Margem

Kress e Van Leeuwen (2006) apontam também para a existência, em uma determinada composição, de elementos centrais, os quais apresentam relevância maior, e os elementos marginais. Como discutido anteriormente, na cultura ocidental os elementos são geralmente polarizados pelas orientações dado/novo e ideal/real, de maneira que a organização centro e margem é mais comum em culturas orientais, como as de origem asiática por exemplo. No entanto, há gêneros textuais da cultura ocidental – como textos de jornais e revistas, por

exemplo - em que seus elementos são organizados espacialmente por meio da relação centro/margem.

1.3.4.2 A saliência

De acordo com a intenção comunicativa do produtor de uma imagem, é possível identificar que determinado elemento, por meio do uso de cores, de diferentes tamanhos ou contrastes, diferencia-se dos outros, destacando-se. Esse elemento que se distingue, que se sobressai é o elemento mais saliente dentro daquele “arranjo”, o qual pode estar representado em qualquer espaço da imagem.

1.3.4.3 A Moldura

Nesse terceiro sistema da metafunção textual, encontram-se algumas formas de *molduras*, as quais *desconectam* elementos em uma imagem, ao contrário do que fazem os vetores, que conectam esses componentes. Ao desconectar elementos integrantes em uma imagem, as molduras acabam por definir pequenos grupos informativos que, separados por “linhas divisórias”, espaços coloridos ou não, dentro ou nas margens das imagens, formam pequenos núcleos de informações que estão relacionadas entre si.

1.3.5 Tipografia

De acordo com Machin (2007), assim como as imagens, a *tipografia* é um modo semiótico que merece atenção dentro dos estudos e análises multimodais. De acordo com esse autor, ao analisarmos os vários gêneros de texto, é importante considerar vários aspectos, a saber:

- a) A *fonte* do texto: a partir da fonte utilizada, o mundo pode ser representado de diversas maneiras;
- b) A *espessura* ou *tamanho* da fonte apresentada: a partir dessas características da fonte, o texto pode interagir com o leitor de diversas maneiras, convencendo-o, seduzindo-o ou, até mesmo, repelindo esse leitor.

- c) A adequação entre a tipografia utilizada e a situação comunicativa em que ela se insere: contextos de comunicação formais ou menos formais exigirão diferentes usos tipográficos.

Kress e Van Leeuwen (2006) apontam para vários outros aspectos que podem ser observados a partir da tipografia apresentada nos textos, como espessura (em negrito ou mais afilada), expansão (condensada ou não), formato (cursiva, tipográfica), conectividade (sem uso de separação por espaços), curvatura, orientação (letras mais baixas ou mais altas), regularidade, desenho próprio e o alinhamento (centralizado, à esquerda, à direita ou justificado). Segundo este último autor, cada um desses aspectos traz novos significados para a construção do texto como um todo.

Após a apresentação dos conceitos gerais da Multimodalidade e das categorias de análise encontradas na GDV, apontamos a seguir um breve percurso teórico que explicita importantes teorias linguísticas utilizadas na análise das relações de sentido entre o texto e a imagem. Dentre essas teorias, enfatizamos a aplicação da RST na investigação dos gêneros de texto numa perspectiva multimodal.

1.4 As combinações entre modos semióticos distintos: breve percurso teórico

Em seu trabalho “Pesquisa acerca da coerência multimodal e suas aplicações” – *Multimodal coherence research and its applications* -, Bateman (2014a) tem como principal objetivo apresentar como as relações de sentido – ou relações de coerência – se processam e se configuram na combinação entre texto e imagem, apontando como se constroem os significados e como estes se apresentam.

De acordo com o autor, as pesquisas que se desenvolvem a partir da análise dos diferentes modos semióticos em um gênero de texto trilham um caminho desafiador, já que os pesquisadores, ao mesmo tempo em que se veem instigados por seu objeto de estudo, precisam estar atentos diante de sua complexidade. Os trabalhos que se desenvolvem a partir dessa perspectiva precisam analisar não apenas um modo semiótico – o que já é suficientemente trabalhoso -, mas, sim, modos semióticos diferentes, constituídos por complexidades próprias. Além disso, essas pesquisas também lidam com a *combinação* entre esses vários modos, o que leva a análise para um território ainda mais “perigoso”, ainda mais complexo.

Bateman (2014a) também destaca que a ciência linguística, desde seus primeiros trabalhos de pesquisa, teve como foco a linguagem escrita. No entanto, um aspecto paradoxal e, ao mesmo tempo, interessante diz respeito ao fato de que os próprios pesquisadores da língua escrita – os quais se concentraram em estudos relacionados ao vocabulário, à pronúncia, à gramática da língua – se utilizaram da linguagem visual para realizar suas apresentações e discussões, como o uso de gráficos, tabelas, diagramas e imagens. Ao revisitarmos os diversos manuais de linguística até então elaborados e publicados, não nos restarão dúvidas quanto à afirmativa de que o uso desses recursos visuais se mostrou de grande valia na explanação de importantes questões de pesquisa.

As novas abordagens trazidas pelos trabalhos da década de 1960, os quais se propunham investigar além das questões focadas nos aspectos relativos à forma linguística, deram atenção especial à constituição dos textos e passaram a privilegiar contextos reais de comunicação. No momento em que essas pesquisas se desenvolvem é que se torna impossível ignorar a contribuição de outros modos semióticos para a construção de sentidos nas diversas situações comunicativas.

Bateman (2014a) destaca que a análise dos diversos gêneros de texto que circulam em nossa sociedade em muito perderia se a manifestação das diferentes linguagens fosse desconsiderada, uma vez que na constituição de cada um desses gêneros cada modo semiótico exerce uma função importante na construção de sentidos. Em um determinado gênero textual, a presença de uma imagem, a utilização de uma determinada cor, a maneira como determinado conteúdo verbal é apresentado são aspectos indispensáveis para se compreender as intenções comunicativas que regem esse texto como um todo e as funções que essa composição textual exerce no contexto social em que ela está inserida.

No caso de alguns gêneros de textos, como as propagandas, os aspectos relacionados à combinação entre a “imagem” e o “texto” são fundamentais para se compreender a constituição do gênero como um todo. Abordagens que se restringem à análise do material linguístico se mostram insuficientes para tratar de aspectos relevantes no que diz respeito à maneira como esses mesmos gêneros funcionam. Portanto, à medida que a atenção dos linguistas textuais se voltava, cada vez mais, para a questão de como os textos funcionam (ou deixam de funcionar) em um determinado contexto, era natural que as abordagens explicitamente preocupadas com o estudo das imagens se desenvolvessem. (cf. Klopfer 1977; Spillner 1982; Muckenaupt 1986). (BATEMAN, 2014a, p. 148)⁸

⁸ “For some genres of texts, such as advertisements, the question of how ‘image’ and ‘text’ combine is clearly central to understanding the genre at all. Accounts of such texts that work solely within the confines of the linguistic system would simply fail to address critical aspects of how those texts function. Therefore, as the attention of text linguists turned increasingly to the question of how texts operate (or fail to operate) in context, it

Barthes (1977 [1964]) teve como foco em suas pesquisas as combinações entre o texto verbal e o visual, destacando a relevância de se investigar a presença do material não verbal na constituição dos textos, considerando, mais particularmente, o uso de imagens. A partir de seus trabalhos, Barthes definiu três tipos básicos de relações entre texto e imagem:

1. **“Ancoragem”**: o texto verbal é aquele que dá suporte à imagem, fazendo com que a interpretação da imagem se torne mais clara, mais compreensível, como é o caso, sugerido por Barthes (1977 [1964]), das legendas das fotografias;
2. **“Ilustração”**: a imagem é aquela que dá suporte ao texto, providenciando mais detalhes acerca do conteúdo apresentado pela porção essencialmente verbal;
3. **“Retransmissão”**: ambas as linguagens – verbal e visual – contribuem, igualmente, para a constituição da mensagem final.

É muito interessante observar que Barthes (1977 [1964], p. 41) considerava que o terceiro tipo de relação entre texto e imagem – a *retransmissão* – era um tipo raro em “apresentações estáticas” - como textos impressos, por exemplo. No entanto, conforme podemos observar claramente na sociedade em que vivemos, essa realidade social analisada por Barthes em muito se transformou.

Com o avanço da tecnologia, o grande desenvolvimento do mundo virtual tem promovido a utilização de diversos gêneros digitais, nos quais texto e imagem estão a todo momento se complementando. Mesmo entre os gêneros impressos que funcionam em nossas várias situações de comunicação, tanto o texto verbal quanto a imagem são fundamentais na construção de significados, como ocorre em propagandas, anúncios publicitários, charges, tirinhas e, até mesmo, em uma capa de revista, um dos gêneros de texto selecionado para a presente tese.

Apesar de Barthes, já em 1964, apresentar e discutir questões que envolviam o material não verbal, é apenas no final da década de 1990 que as pesquisas em torno das

was natural that approaches explicitly addressing the contribution of images would follow.” (cf. Kloepfer 1977; Spillner 1982; Muckenaupt 1986). (BATEMAN, 2014a, p. 148). Esclareço que esta e todas as outras traduções do presente trabalho são de minha autoria. Assumo, portanto, inteira responsabilidade por cada uma delas.

imagens realmente começaram a se desenvolver – entres esses estudos pioneiros estão os trabalhos de O’Toole (1990), O’Toole (2011 [1994]) e Kress e Van Leeuwen (2006 [1996])).

1.4.1 Teorias linguísticas para a análise das relações de sentido entre o texto e a imagem

Bateman (2014a) destaca a importância de se realizar análises que considerem a linguagem – e, por conseguinte, os diferentes modos semióticos - como um fenômeno essencialmente social, como um recurso utilizado para construir significados situados historicamente, de maneira que não seja ignorado o fato de que essa mesma linguagem é “moldada” criticamente por diferentes contextos sociais.

A partir desse ponto de vista, ao se investigar a linguagem, é relevante que os trabalhos sejam conduzidos na busca de se compreender quais as *funções* que os diferentes modos semióticos exercem dentro de uma determinada situação de comunicação, a qual está inserida em um contexto sociocultural específico.

Para Bateman (2014a), é significativo que questões teóricas relacionadas à linguagem se desenvolvam na tentativa de serem suficientemente gerais para que, então, possam ser aplicadas a outros modos semióticos, de maneira que a análise da construção de sentidos, como um todo, não se restrinja somente ao material linguístico/verbal.

Desse modo, o referido autor considera que há três áreas de estudos na perspectiva da gramática funcional que têm apresentado pressupostos teóricos muito relevantes para as pesquisas que lidam com análises acerca da coerência multimodal em geral e com as relações texto/imagem em particular: *coesão*, *combinação de cláusulas* (HALLIDAY 1985, p. 225-239) e a *transitividade das cláusulas* (HALLIDAY 1985, p. 106-109).

Assim, de forma breve, serão apresentados a seguir alguns quadros teóricos que, inicialmente organizados para lidar, especificamente, com análises acerca da linguagem escrita, podem ser muito úteis para pesquisas que investigam a manifestação dos diferentes modos semióticos em um determinado gênero de texto, especialmente as relações de sentido entre o texto e a imagem.

Salientamos que essa breve apresentação acerca de diferentes perspectivas de análise tem apenas o intuito de traçar um percurso teórico-metodológico no que diz respeito ao estudo das relações intersemióticas. Nosso principal foco, no entanto, é destacar, entre essas perspectivas, a Teoria da Estrutura Retórica (RST), e enfatizar o fato de que essa é uma teoria

extremamente útil e produtiva quando se busca compreender as combinações que se efetivam entre os diferentes modos, a partir dos vários gêneros de texto que circulam socialmente.

1.4.1.1 Relações texto/imagem na perspectiva de estudos acerca da *coesão*

Muitas são as pesquisas linguísticas que desenvolveram estudos sobre a coesão, apontando, ao longo do tempo, diferentes definições, objetos de estudo e concepções de análise. No entanto, o trabalho de Halliday e Hasan (1976) foi o que apresentou os principais pressupostos teóricos para as pesquisas que se seguiram, destacando-se entre os estudos que mais impactaram as análises que se propuseram a compreender a presença e funcionamento de elementos coesivos em um texto.

Bateman (2014a) considera que as questões trazidas pelos estudos da coesão concretizados através de textos escritos podem ser bastante proveitosas para aqueles que se dedicam a compreender como os elementos são retomados, repetidos e substituídos em uma determinada organização textual a partir de diferentes modos semióticos.

Ao se analisar a coesão de um determinado gênero, geralmente o texto se revela como uma teia de laços coesivos entrecruzados com a organização estrutural, tanto no interior das frases quanto entre elas. No processo de construção de sentidos, uma vez que todos os elementos textuais estão inter-relacionados entre si, os “laços coesivos” não se manifestam apenas entre elementos gramaticais/linguísticos, mas também se efetivam a partir de elementos não verbais. Assim, em uma composição textual qualquer, a expressão “o cão”, por exemplo, ao invés de ser substituída por outro termo também linguístico, pode ser retomada pela imagem de um cachorro. (BATEMAN, 2014a, p.152).⁹

Entre os estudos que retomam aspectos relacionados à coesão e os aplica em uma abordagem multimodal está o trabalho de Royce (2007). Esse autor, baseando-se nos pressupostos teóricos apresentados em Kress e Van Leeuwen (2006), realiza a análise de duas páginas da revista “The Economist”, de 1993. Em sua investigação, Royce destaca que, por meio de relações texto/imagem e imagem/imagem, o conteúdo da revista como um todo acumula significados que cada modo semiótico não poderia construir individualmente.

⁹ “Performing a cohesion analysis on a text generally shows the text as a web of cohesive ties cross-cutting structural organisation both within and across sentences. This reliance on dependency in interpretation rather than structural configurations involving particular types of grammatical elements has made it natural to consider the possibility that similar relations might hold even when the elements in a cohesive tie are not linguistic elements at all. Thus, we might have examples of cohesive ‘repetition’ whereby the phrase ‘the dog’ in the text is tied to a corresponding picture of some dog in an image.” (BATEMAN, 2014a, p.152).

Royce (2007) discute que os vários tipos de coesão que se efetivam dentro da organização textual também podem se manifestar por meio de relações multimodais: uma determinada expressão linguística, por exemplo, pode ser retomada por uma imagem ou uma determinada palavra pode ser utilizada em certa altura do texto e uma imagem pode representar, posteriormente, seu sinônimo.

Acarturk e Taboada (2013), baseando-se nos pressupostos de Halliday e Hasan (1976), realizaram uma interessante pesquisa acerca dos diferentes tipos de referência cruzada (ou sinalização) que são usados em um documento multimodal para vincular o conteúdo verbal com o material visual – também denominado pelos autores de “figura” ou material “gráfico”, como as imagens, gráficos, tabelas e figuras.

Em seu trabalho, os referidos autores identificaram três tipos de referência, presentes nos diferentes textos, as quais aparecem na combinação texto/figura: 1) a referência “diretiva” – como no exemplo “Veja a figura 1” -; 2) a referência “descritiva” – como no exemplo “Na figura 1 mostramos que...” - e 3) a ausência de referência explícita entre o fragmento verbal e o material visual – também chamada de referência “elíptica”.

Em um estudo experimental, Acarturk e Taboada (2013) utilizaram a técnica do rastreamento ocular para investigar a forma como esses três tipos de referência influenciavam o processo de leitura por seres humanos. Nesse tipo de técnica de rastreamento, os pesquisadores observam o movimento dos olhos do leitor quando este se deparava com algum tipo de referência na relação entre o texto verbal e o material visual. Os resultados revelaram diferenças entre os tipos de referência tanto em termos de parâmetros de *movimento dos olhos* - quanto maior a movimentação dos olhos, maior a dificuldade do leitor de compreender a integração texto/figura - quanto em termos de *duração de fixação do olhar*.

De acordo com os autores, os seres humanos dispõem menos esforço para integrar as informações apresentadas pelos diferentes modos semióticos quando o texto apresenta uma referência “descritiva”, seguida pela referência “diretiva” e pela referência “elíptica”, respectivamente. Além disso, há maior duração de fixação do olhar sobre o material visual quando não há nenhuma referência explícita que conecta a porção verbal e a figura. Esta constatação sugere que a falta de referência explícita no texto resulta em alto esforço por parte do leitor para a integração das informações na combinação de modos semióticos distintos.

1.4.1.2 Relações texto/imagem na perspectiva da gramática

Entre as abordagens que tratam das relações texto-imagem, aquela que mais utilizou princípios teóricos inspirados pela gramática sistêmico-funcional de Halliday (1985) se refere ao trabalho desenvolvido por Martinec e Salway (2005). Esses dois autores retomam a proposta de análise apresentada por Barthes (1977 [1964]) – a qual, conforme apresentado anteriormente, apontou três tipos básicos de relações entre texto e imagem - e para ampliar esse esquema importam duas dimensões importantes da classificação das combinações de cláusulas gramaticais, propostas por Halliday (1985): a dimensão do *status* e a dimensão *lógico-semântica*.

De acordo com Martinec e Salway (2005), na dimensão do status, a relação texto/imagem pode se efetivar por meio de conexões de *mesmo status* ou por meio de conexões de *status diferentes*. Tratando-se, especificamente, do modo semiótico escrito, as cláusulas identificadas como *cláusulas de mesmo status* correspondem àquelas que estruturalmente são independentes, ocorrem de maneira mais “solta” na relação umas com as outras - como é o caso das *cláusulas paratáticas*. Por sua vez, as *cláusulas de status diferentes* são aquelas mais dependentes, mais “presas”, as quais dependem de outras cláusulas para aparecerem completas – o que corresponde às *cláusulas hipotáticas e subordinadas*¹⁰.

Essa mesma configuração de status delineada na linguagem verbal também pode ser utilizada na análise de outros modos semióticos. A partir desse ponto de vista, os autores acima citados consideram que entre texto e imagem também podem se constituir relações de mesmo status e relações de status diferentes.

Para definirem a noção de *mesmo status entre texto verbal e imagem*, Martinec e Salway (2005) retomam o conceito de “retransmissão” apresentado por Barthes (1977[1964]), ou seja, na interrelação em que texto e imagem contribuem igualmente para a construção da mensagem, ambos apresentam o mesmo status. Dessa forma, não há, aqui, uma relação de

¹⁰ Apesar de Martinec e Salway (2005) apontarem que tanto as estruturas hipotáticas quanto as estruturas subordinadas pertencem ao mesmo grupo das *cláusulas de status diferentes*, é importante ressaltar que, retomando Halliday (1985) e, posteriormente, o trabalho de Matthiessen e Thompson (1988), cláusulas hipotáticas e subordinadas não apresentam o mesmo grau de dependência. As cláusulas hipotáticas, apesar de serem mais dependentes que as cláusulas paratáticas, são menos presas, mais independentes quando comparadas às cláusulas subordinadas. Estas últimas, por sua vez, são também denominadas “estruturas de encaixamento”, já que estão “encaixadas”, presas estruturalmente à outra porção de texto, configurando-se como um complemento da cláusula com a qual se conectam.

subordinação entre os diferentes modos semióticos; ao contrário disso, na perspectiva de Martinec e Salway (2005), ainda que haja contextos em que texto e imagem se complementam estruturalmente, eles não estão subordinados um ao outro, já que ambos os modos são igualmente importantes para que o sentido, como um todo, seja construído.

A combinação de mesmo status se subdivide em dois subtipos: *combinação de mesmo status complementar* e *combinação de mesmo status independente*. Na combinação de mesmo status complementar, texto e imagem estão intimamente conectados, “encaixados”, “presos” um ao outro por sua relação de “complementariedade”. Retomando Barthes (1977[1964]), quando texto e imagem se relacionam de maneira em que um é o “complemento” do outro, a combinação entre eles é necessária para que se construa uma unidade de sentido completa.

Por outro lado, na combinação de mesmo status independente, texto e imagem são independentes um do outro, podem aparecer sozinhos com sentido completo. Nesse subtipo, imagem e texto se relacionam de forma mais “solta”; os dois modos não estão “encaixados” um no outro, já que não se complementam, mas se apresentam paralelamente, com contribuições distintas na construção de sentidos.

Para melhor explicar os dois subtipos de combinação de mesmo status, Martinec e Salway (2005), a partir de uma situação comunicativa em que os hábitos alimentares de algumas espécies de animais estão sendo discutidos, apresentam os seguintes exemplos:

“Fish and small prey.” (Peixe e pequenas presas)



Imagem	Texto
Processo	Meta
“Come”	Peixe e pequenas presas

Figura 10 – Combinação texto/imagem de mesmo status complementar - Adaptada de Martinec e Salway (2005)

“Kills by biting prey with jagged teeth.” (Mata mordendo a presa com dentes irregulares)



Imagem	Texto	
	Processo	Modo
Morte	Mata	Mordendo

Figura 11 – Combinação texto/imagem de mesmo status independente - Adaptada de Martinec e Salway (2005)

A partir das combinações texto/imagem apresentadas acima, encontramos uma combinação de mesmo status complementar (Figura 10) e uma combinação de mesmo status independente (Figura 11). Na Figura 10, a partir da conexão entre texto e imagem, constrói-se a mensagem “come peixe e pequenas presas”. Nessa combinação, a forma verbal “come” não está apresentada linguisticamente; a ação de “comer” é expressa por meio da imagem do garfo e faca cruzados – imagem que, conforme aceito culturalmente, remete-nos à ideia de “comida”, “alimentação”. Nesse primeiro exemplo, portanto, os dois modos semióticos, de fato, complementam-se, encaixam-se para formar uma mensagem completa.

Já na Figura 11, encontramos a frase “mata mordendo a presa com dentes irregulares”. Junto desse texto, há a imagem de uma caveira, a qual, conforme aceito culturalmente, remete-nos à ideia de “morte”. Nesse segundo exemplo, apesar de imagem e texto se conectarem e se inter-relacionarem, tanto um modo semiótico quanto o outro apresenta, individualmente, sentido completo: na combinação que se efetiva, texto e imagem são independentes, não são parte um do outro, não estão se complementando estruturalmente. Assim, a ação de matar, a ideia de morte é expressa com sentido completo tanto pela imagem quanto pela frase, de forma que ambas se combinam – paralelamente e não numa relação de complementariedade – para construírem a mensagem em sua totalidade.

Por sua vez, as *relações de status diferentes* entre texto e imagem, são caracterizadas por Martinec e Salway (2005) como aquelas que se efetivam em contextos em que um determinado texto ou imagem não é completamente compreendido, não apresenta sentido completo se não estiver em combinação com o outro modo semiótico.

Neste grupo de relações de status diferentes, ou a imagem está a serviço do texto ou o texto está a serviço da imagem. Como exemplo do primeiro caso, em gêneros de texto jornalísticos, é comum que o texto esteja descrevendo algum fato ou desenvolvendo alguma temática e uma determinada imagem ou fotografia é utilizada, referindo-se a algum aspecto

específico, a algum aspecto pontual da discussão que é mais desenvolvida por meio do modo escrito. Já em combinações em que temos uma determinada imagem e sua respectiva legenda, por exemplo, o texto está subordinado à imagem: é o material visual que traz o conteúdo central da mensagem e o segmento verbal, que apresenta algumas descrições, está, portanto, a serviço da imagem.

O Quadro 4, apresentado a seguir, resume as principais categorias de análise da dimensão do status, considerando tanto conexões entre cláusulas do modo semiótico da escrita quanto conexões entre diferentes modos, como o texto e a imagem.

Quadro 4 – Dimensão do Status conforme trabalho de Martinec e Salway (2005)

Dimensão do Status			
Relações Intra-semióticas – Modo escrito		Relações Inter-semióticas – Texto/Imagem	
Relações de <i>mesmo status</i>	Relações de <i>status diferente</i>	Relações de <i>mesmo status</i>	Relações de <i>status diferente</i>
•Estruturas de Parataxe	•Estruturas de Hipotaxe •Estruturas de Subordinação	•Complementar: texto e imagem se combinam numa relação de complementariedade •Independente: texto e imagem se combinam paralelamente	•Imagem subordinada ao texto •Texto subordinado à imagem

A partir das discussões realizadas acima, observamos uma diferença significativa quando, inspirados pelos princípios teóricos da gramática sistêmico-funcional de Halliday (1985), comparamos a investigação voltada especificamente para o modo escrito com a investigação que lida com as relações texto/imagem. No modo semiótico escrito, as estruturas de subordinação são aquelas que se apresentam como “presas”, “encaixadas”, “soldadas” à outra estrutura sintática com a qual se relacionam. Neste caso, como ressaltam Matthiessen e

Thompson (1988), não há uma *combinação* de cláusulas, mas sim uma relação de *encaixamento*, já que a estrutura subordinada se apresenta como um complemento, um constituinte da estrutura com a qual se conecta – é o que ocorre, por exemplo, com as cláusulas subordinadas adjetivas restritivas ou com as subordinadas substantivas completivas.

Assim, na perspectiva específica do modo semiótico escrito, as estruturas de subordinação se apresentam em relações de status diferentes, já que essas cláusulas encaixadas se efetivam por meio de uma relação de complementariedade com a outra estrutura sintática.

Por outro lado, Martinec e Salway (2005), inspirados em Barthes (1977[1964]), apresentam outra noção de “complementariedade” para tratar das relações entre o texto verbal e a imagem. Como apontado anteriormente, esses dois pesquisadores destacam que, quando texto e imagem se complementam em um determinado arranjo textual, não se efetiva entre eles uma *relação de subordinação com status diferentes*, mas sim uma *relação complementar de mesmo status*. Como discutido, na perspectiva multimodal, apesar de texto e imagem estarem se encaixando e, portanto, “presos” entre si, os diferentes modos semióticos não estão subordinados um ao outro, já que ambos são igualmente importantes para constituir a mensagem final.

Dessa forma, na perspectiva que considera o modo semiótico escrito, relações de complementariedade correspondem diretamente à noção de subordinação, de encaixamento e, conseqüentemente, às relações de status diferente. Por sua vez, na perspectiva multimodal, relações de complementariedade não correspondem à noção de subordinação, mas sim à noção de combinação entre dois elementos igualmente importantes, que se conectam por meio de relações de mesmo status.

A segunda dimensão apresentada por Martinec e Salway (2005) se refere à **dimensão lógico-semântica**. Baseando-se novamente na gramática sistêmico-funcional de Halliday (1985, p. 216-221), os dois primeiros autores consideram que texto e imagem, independentemente do *status* que se configura na combinação entre esses dois modos semióticos, podem se articular por meio de uma *relação de projeção* ou por meio de uma *relação de expansão*.

Na relação de projeção, há uma conexão verbal ou mental, apontando-se o que é percebido, pensado ou sentido. Na relação de expansão, há uma “expansão”, uma “extensão”

do significado. Essas expansões de significado podem se efetivar através de três maneiras distintas: por *elaboração*, por *extensão* ou por *aprimoramento (realce)*.

Na expansão por elaboração, há um acréscimo de informações, semanticamente relacionadas, em que há uma generalização ou uma especificação a partir do que é apontado na combinação texto/imagem. Nesse tipo de relação logico-semântica, a imagem pode apresentar uma informação mais geral, enquanto que o texto apresenta uma informação mais específica – ou vice-versa –, como nos casos em que o texto discute um exemplo a partir de uma informação mais geral que é trazida pela imagem.

Na expansão por extensão também há o acréscimo de informações na articulação texto/imagem, porém, nesse caso, texto e imagem apresentam informações pertencentes a campos semânticos distintos. Dessa forma, na combinação dos diferentes modos em que se “estende” o significado, a informação verbal e a informação visual não são semanticamente relacionadas, no entanto, ambas oferecem suas contribuições para que a mensagem final, como um todo, seja efetivamente construída.

Na expansão por realce, na combinação entre texto e imagem há um “aprimoramento”, um “realce” de informações. Nessa perspectiva, a imagem “realça” o significado da informação verbal – ou vice-versa -, qualificando-a por meio da apresentação de diferentes “circunstâncias”, como fazer referência ao tempo, ao lugar, ao modo, à causa, ao propósito, etc. Exemplos de expansão por realce incluem casos em que na combinação intersemiótica o texto verbal aponta uma determinada ação, enquanto que a informação visual identifica o local onde a ação ocorre, o tempo de ocorrência, o resultado da ação, dentre outras circunstâncias.

Para Bateman (2014a), o trabalho de Martinec e Salway (2005) apresenta categorias mais refinadas de análise, contribuindo diretamente para o estudo da coerência multimodal e promovendo um estudo mais fundamentado das relações semânticas entre textos e imagens.

1.4.1.3 Relações texto/imagem na perspectiva da *semântica do discurso*

Há abordagens dentro da tradição sistêmico-funcional que investigam a linguagem a partir da semântica do discurso em vez da gramática, fornecendo, assim como em outras abordagens, sistemas de classificação das relações que constituem o discurso, o qual é considerado como um “desdobramento dinâmico de mensagens relacionadas” (BATEMAN, 2014a, p. 157).

Entre as pesquisas importantes dentro dessa perspectiva de análise está o trabalho de Jim Martin, sobre as “relações conjuntivas” (MARTIN 1983; MARTIN, 1992, p. 179; MARTIN e ROSE, 2003, p.119). Nesses trabalhos, as relações semânticas são divididas em quatro grandes áreas da semântica do discurso: *adição, comparação, consequência e tempo*. Em várias pesquisas - assim como ocorreu com os trabalhos que têm como foco a gramática – já foi explorada a aplicação dessas classificações em diferentes contextos midiáticos, como, por exemplo, em documentários de TV e filmes (VAN LEEUWEN, 1991).

Essas pesquisas tem apontado uma grande diversidade de relações entre os diferentes elementos do discurso, ressaltando a importância de que, quando se analisa relações semânticas entre cláusulas, por exemplo, não basta apenas considerar combinações entre cláusulas adjacentes (MARTIN, 1992, p. 168). Retomar a aplicação dessas classificações – inicialmente utilizadas em análises do modo semiótico da escrita – e levá-las para a investigação de contextos multimodais, mais especificamente para a combinação entre texto e imagem, é, de acordo com Bateman (2014a, p. 158), dar um importante passo adiante no que se refere à investigação das relações semânticas.

Martin e Rose (2008, p. 179) analisam duas páginas de um livro didático de Geografia, de Scott e Robinson (1993, p. 21-22). Nessas páginas, texto e imagem estão, no layout, espacialmente distribuídos de maneiras distintas – no corpo do texto principal são apresentados os diferentes parágrafos, os subtítulos, ilustrações, legendas e mapas.

A partir dessa análise, os autores discutem como as relações entre texto e imagens se desenvolvem, apontando diferentes contextos de combinações inter-semióticas. São discutidos, por exemplo: a) casos em que determinada informação está inserida no texto e é *retomada* pela imagem, evidenciando outros aspectos daquela mesma informação por meio de diferentes recursos semióticos; b) casos em que o texto *explica* aquilo que é apresentado na imagem; c) contextos em que a imagem *especifica* o conteúdo que é generalizado pelo texto e d) exemplos em que o texto *resume* o conteúdo trazido pela imagem.

Embora o objetivo principal do trabalho de Martin e Rose (2008) seja discutir questões acerca do gênero textual como um todo e não particularmente sobre suas características multimodais, a inclusão de discussões acerca de exemplos como este acima apontado mostra de forma clara como o gênero precisa ser considerado a partir de uma perspectiva multimodal. Uma análise que reconhece as características visuais e padrões particulares de relações entre textos e imagens dá um suporte maior para se compreender a complexidade dos diferentes

gêneros de texto, evidenciando seus vários “artefatos” multimodais. Além disso, esse tipo de investigação amplia nossa compreensão acerca das funções socioculturais construídas e efetivadas por meio dos diferentes modos semióticos ali presentes.

Bateman (2014a, p.158), comparando as pesquisas de Martin e Rose (2008) e Martinec e Salway (2005), afirma que é possível um rico diálogo entre as diferentes classificações apresentadas em ambos os trabalhos para as combinações texto/imagem. Para esse primeiro autor, os diferentes “rótulos” apresentados pelos pesquisadores são parcialmente distintos, os quais apresentam, na verdade, caminhos de análise diferentes para uma mesma combinação entre modos, os quais podem ser harmonicamente articulados.

De um modo geral, o trabalho de Halliday (1985) é fundamental para o desdobramento de várias outras perspectivas de análise, as quais, ainda que deem passos adiante na investigação das relações semânticas, retomam muitas vezes questões já apontadas e discutidas por esse autor. Bateman (2014a, p. 159) ressalta a natureza muito geral das relações lógico-semânticas propostas por Halliday – mais especificamente as relações de *elaboração*, *extensão* e *realce* -, destacando que estas podem ser facilmente consideradas em diferentes perspectivas de pesquisa.

Diante desse ponto de vista, Bateman aponta, por exemplo, que a relação de “adição” pode ser identificada como um subtipo da relação de “elaboração”, enquanto que a relação de “consequência” pode ser considerada como um subtipo da relação de “extensão”, dentre outras associações. Tais possibilidades de articulação revelam as semelhanças e diferenças importantes entre as relações semânticas mesmo nos níveis mais altos da hierarquia de relações.

1.5 Aplicação da RST: a emergência de relações retóricas entre o texto e a imagem

Segundo Bateman (2014a, p. 160), uma das importantes teorias utilizadas no estudo da coerência a partir de uma abordagem multimodal é a Teoria da Estrutura Retórica (RST), de Mann e Thompson (1988), conforme já apresentada pela presente tese. A RST é caracterizada como uma teoria desenvolvida originalmente para a análise de aspectos linguísticos do texto, a partir da qual, como também já apontado, é fornecida a definição de 25 relações retóricas¹¹.

¹¹ Interessante observar que os primeiros pesquisadores da RST, ao definirem uma lista de relações retóricas – ainda que esta permaneça como uma lista aberta, já que novas pesquisas podem apontar novas relações semânticas –, contribuíram com um grande avanço no desenvolvimento da teoria. É possível que esses primeiros autores se fundamentassem no fato de que, se leitores ou ouvintes de textos considerassem um conjunto aberto

Tais relações, quando aplicadas a qualquer gênero textual, apresentam a organização de uma estrutura hierárquica que revela, a partir do critério da plausibilidade, como as partes do texto e as diferentes combinações estabelecidas entre essas porções contribuem para alcançar as intenções comunicativas diversas.

Ao argumentar a favor da utilização da RST em análises de documentos multimodais, Bateman (2008) considera que a partir dessa teoria é possível identificar um amplo conjunto de relações que podem se manifestar entre modos semióticos distintos presentes nos gêneros textuais. Enfatiza que a investigação das relações retóricas fornece um poderoso mecanismo descritivo para descobrir quais significados são “carregados” por grupos de elementos distribuídos espacialmente dentro dos documentos multimodais.

Caracterizando ainda esse quadro teórico-metodológico, encontramos a seguinte consideração:

A RST é uma das abordagens linguísticas atuais que mais explicitamente tem sido desenvolvida e frequentemente utilizada para explicar a coerência textual. Defenderemos que ampliar essa abordagem para abranger a organização retórica multimodal fornece apenas o suporte analítico que exigimos. A intuição subjacente é que, assim como os segmentos verbais de um texto contribuem para a coerência dessa composição de maneira sistemática e específica, os segmentos de um documento multimodal, envolvendo imagens, diagramas e textos, podem ser também relacionados de maneira análoga. (...) Em resumo, esse quadro teórico provou ser uma contribuição estável e sólida para a nossa compreensão acerca da organização textual e, portanto, oferece uma boa base para a análise da “coerência” multimodal que nós agora adotamos. (BATEMAN, 2008, p. 144 e 151)¹²

de hipóteses com base no seu conhecimento geral do mundo para cada par de cláusulas, por exemplo, seria necessário um significativo poder de raciocínio para interpretar as ligações entre essas diferentes partes a cada nova situação comunicativa. Portanto, a cada nova leitura, a cada texto que ouvíssemos, para compreender, seria exigida uma velocidade, confiabilidade e consistência das interpretações praticamente impossíveis. Assim, os estudiosos que pesquisavam a geração automática de textos, desenvolvendo os primeiros pressupostos da RST, argumentavam que deveria haver um conjunto de informações específicas relacionadas ao discurso que limitava exatamente como as partes de um texto poderiam estar relacionadas umas com as outras. A partir dessa perspectiva, considerou-se que leitores e ouvintes são eficientemente orientados por um conjunto de possíveis alternativas que se baseiam em uma variedade de pistas que estão presentes no texto - as, então, denominadas “relações retóricas”.

¹² “RST is one of the most explicitly developed and frequently used of currently available linguistic approaches to explaining textual coherence. We will argue that extending this approach to encompass multimodal rhetorical organisation provides just the analytic hold that we require. The underlying intuition is that just as segments of a text contribute to that text's coherence in systematic and specifiable ways, so can segments of a multimodal document, involving pictures, diagrams and texts, be related in an analogous manner also. (...) In short, the account has proved itself to be a stable and solid contribution to our understanding of textual organisation and so offers a good foundation for the further extension to multimodal ‘coherence’ that we now take up.” (BATEMAN, 2008, p. 144 e 151)

O referido autor argumenta que muitas abordagens que investigam as relações entre texto e imagem apenas apontam relações simples entre os elementos, não apontando de forma mais elaborada como todas as partes de um texto se conectam e se organizam a partir da constituição de uma estrutura complexa. Assim, a utilização da RST traz para o estudo das relações texto/imagem a importante noção de “estrutura”, possibilitando não apenas descrever, superficialmente, as conexões existentes entre os diferentes modos semióticos, mas explicitando como as complexas redes de relações de sentido se configuram integralmente em uma determinada composição textual.

Bateman (2008) afirma que nas análises das conexões inter-semióticas, na maioria dos casos, os trabalhos apenas apresentam relações únicas entre os elementos textuais, como por exemplo, a relação entre uma imagem e o texto verbal que funciona como sua legenda, ou entre um mapa e sua legenda. Dessa forma, as pesquisas desenvolvidas geralmente não tratam das diferentes conexões que se efetivam entre os vários elementos do arranjo textual, não apontando, assim, as relações semânticas que se materializam de maneira mais abrangente e elaborada no interior dos gêneros de texto.

No início dos anos 90, entre as pesquisas que ampliaram as perspectivas de análise da RST, está o trabalho de Elisabeth André, pesquisadora alemã, que trabalhou com a geração automática de textos. Essa autora, retomando os pressupostos básicos da RST, estendeu os estudos dessa produção textual automática, considerando a combinação e funcionalidade dos elementos textuais e visuais (WAHLSTER et al., 1993; ANDRÉ, 1995).

A hipótese inicial que motivou o uso da RST em pesquisas a partir de perspectivas multimodais foi a seguinte: se as diferentes partes de um texto contribuem para a coerência desse texto como um todo de forma sistemática e específica, então segmentos de um documento multimodal - envolvendo imagens, diagramas e textos verbais - podem estar relacionados de forma semelhante.

A partir dessa perspectiva, André (1995) considera que, assim como é possível emergir entre duas porções de texto verbal uma *relação retórica de elaboração*, por exemplo, seria possível uma imagem ser aquela que “elabora” determinada porção textual ou vice versa, configurando-se, assim, a emergência da relação de elaboração entre texto e imagem. A referida autora, ao investigar a organização retórica de um “manual de instruções” para utilizar uma “máquina de café”, investiga a emergência de relações de sentido entre elementos gráficos e textuais (ANDRÉ, 1995, p. 55).

Esse tipo de análise já foi ampliado e adaptado em outras abordagens multimodais, conforme apontado em Bateman (2008, p. 152). Nesses contextos de pesquisa, surgem, inicialmente, algumas perguntas centrais: i) em que medida a lista de relações retóricas desenvolvida para textos verbais é necessária e suficiente para a análise de combinações entre texto e imagem? ii) a partir dessas combinações entre o visual e o verbal, quais tipos de relações retóricas podem ser encontrados em diferentes gêneros e tipos textuais?

Bateman (2014a, p. 161) discute um interessante diagrama de análise multimodal em RST. O diagrama apontado é muito semelhante aos diagramas tradicionais da teoria, em que são apresentadas as diferentes porções textuais e as respectivas relações retóricas que emergem entre essas porções – as quais são indicadas pelas diferentes setas que se direcionam da porção textual *satélite* para a porção textual *núcleo*. No entanto, diferentemente do que ocorre com os diagramas tradicionais da teoria, a árvore da estrutura retórica apresentada por Bateman (2014a), além das porções de texto verbal, apresenta também porções constituídas por imagens. Dessa forma, relações retóricas como de “elaboração”, “concessão”, “background” emergem não entre duas porções de texto verbal, mas sim entre uma porção de texto e uma imagem.

O autor, por exemplo, discute a emergência da relação retórica de “justificação” a partir de um texto presente em um livro didático de Geografia que ele investiga. O texto em análise apresenta a seguinte porção textual: “essa árvore de planície é incrível”. A partir dessa informação, são distribuídas, especialmente, ao longo de todo o arranjo textual, várias ilustrações, diferentes desenhos que se configuram como “motivos”, como “justificativas” para se afirmar que “essa árvore de planície é incrível”.

Assim, a relação de justificação se efetiva por meio da combinação de uma porção de texto verbal e várias porções constituídas por imagens que se encontram distribuídas ao longo de todo o texto, ou seja, há aqui uma representação clara de como as relações retóricas podem emergir por meio de uma combinação inter-semiótica.

É interessante observar também que, ao discutir esse exemplo, Bateman destaca que essa análise é umas das perspectivas plausíveis de se interpretar esse texto como um todo, enfatizando, assim, que há outras possibilidades de organização da estrutura retórica, o que promove a emergência de outras relações semânticas – retomamos, aqui, o critério da plausibilidade na investigação dessas relações, conforme já explicitado anteriormente.

Apesar de destacar trabalhos em que relações retóricas emergem entre texto e imagem, os trabalhos de Bateman (2008, 2014a, 2014b) não deixam de apontar que há algumas questões teórico-metodológicas que precisam ser revisitadas ao se utilizar teorias como a RST - organizada originalmente para lidar com investigações em torno do modo semiótico da escrita - para tratar de materiais de análise que também trazem o material visual como objeto de estudo.

Quando associamos as questões teóricas apontadas por Bateman (2008) aos contextos de análise encontrados pelo presente trabalho, é possível destacar três aspectos relevantes da RST que precisam ser retomados e discutidos, a saber:

1. Uma teoria, como a RST, pensada e construída inicialmente para lidar com textos escritos e organizados *linearmente* pode ser utilizada em contextos em que a perspectiva de análise é multimodal e que lida, portanto, com textos organizados *espacialmente*?
2. Considerando a possível emergência de relações retóricas entre modos semióticos distintos, como o texto verbal e a imagem, qual desses modos seria o *núcleo*? Qual desses modos seria o *satélite*?
3. Na emergência de relações retóricas entre o texto e a imagem, como lidar com contextos em que, na organização retórica de um determinado gênero de texto, uma mesma imagem está sendo utilizada para atender diferentes propósitos comunicativos?

A seguir será tratado cada um desses aspectos e, na busca de oferecer alguns exemplos, serão apresentadas questões trazidas pela análise da presente tese – as quais serão mais bem discutidas posteriormente.

1.5.1 A RST numa abordagem multimodal: de textos lineares para textos organizados espacialmente

Kress (2003) apresenta uma importante distinção entre a lógica de constituição do modo semiótico escrito e do modo semiótico da imagem, destacando a intrínseca organização linear daquele e a típica organização espacial deste. Veja a seguir as considerações deste último autor:

(...) quer eu queira ou não, tenho que usar as possibilidades que me são dadas por um modo de representação para construir meu sentido. O que quer que seja representado na fala (ou, em menor grau, na escrita) inevitavelmente tem que se submeter à lógica do tempo e da seqüência no tempo. O mundo representado na fala ou na escrita é, portanto, (re)lançado de uma maneira real ou quase temporal. O gênero da narrativa, culturalmente, é a expressão formal que mais evidencia esse fato (...). O que quer que seja representado na imagem tem que se submeter, igualmente, à lógica do espaço e à simultaneidade de elementos em arranjos espaciais. O mundo representado na imagem é, portanto, (re)lançado de uma maneira real ou quase espacial. (KRESS, 2003, p.2)¹³

Como apontado por Kress, o modo semiótico verbal – textos escritos ou orais –, indispensavelmente, “curva-se” à lógica do tempo e da seqüência no tempo. De acordo com esse ponto de vista, os textos verbais são construídos a partir de uma lógica temporal, como pode ser visto, claramente, por meio da constituição das narrativas. Diferentemente, o modo semiótico da imagem se submete à lógica do espaço, de maneira que elementos distintos são simultaneamente distribuídos em arranjos espaciais. Portanto, enquanto o mundo representado verbalmente se organiza linearmente, o mundo da imagem, por sua vez, organiza-se espacialmente.

Diante dessa perspectiva, ao se utilizar a RST para investigar gêneros de texto a partir de uma abordagem multimodal, um dos problemas centrais apresentados por Bateman (2008, 2014a e 2014b) se refere à não linearidade dos textos a serem investigados, o que poderia comprometer o trabalho do analista quando este organiza e define quais seriam as diferentes porções que constituiriam a estrutura retórica do texto em análise. As pesquisas tradicionalmente realizadas em RST lidam comumente com o material linguístico verbal, o qual, em sua organização, apresenta textos que se constroem linearmente, de maneira que as informações, conforme os diferentes textos se desenvolvem, são distribuídas ao longo de uma espécie de “linha do tempo”.

Bateman (2014a, p.162) considera que a RST é uma teoria que “depende fortemente da natureza linear dos textos”, já que as diferentes porções textuais organizadas para a análise da estrutura retórica “sempre apresentam uma ordem relativamente definida” e que essas porções que se relacionam entre si “devem formar segmentos de texto contíguos”:

¹³“ (...) whether I want to or not I have to use the possibilities given to me by a mode of representation to make my meaning. Whatever is represented in speech (or to some lesser extent in writing) inevitably has to bow to the logic of time and of sequence in time. The world represented in speech or writing is therefore (re)cast in an actual or quasi-temporal manner. The genre of narrative is the culturally most potent formal expression of this (...). Whatever is represented in image has to bow, equally, to the logic of space, and to the simultaneity of elements in spatial arrangements. The world represented in image is therefore (re)cast an actual or quasi-spatial manner.” (KRESS, 2003, p.2)

Vários problemas são comumente apontados em relação à utilização da RST numa abordagem multimodal, dos quais o mais importante diz respeito à aplicação de modelos teóricos desenvolvidos para modos semióticos lineares, tais como os textos verbais, em contextos em que aparecem modos semióticos não lineares, como as imagens. O principal motivo desse problema está nas propriedades básicas da mídia empregada - isto é, os materiais visuais são, em sua essência, organizados espacialmente e não temporalmente, como é o caso da linguagem verbal (Ong, 1982; Kress, 2003). Os princípios teóricos da RST, no entanto, dependem fortemente da natureza linear dos textos: os segmentos verbais na organização da estrutura retórica sempre têm sua ordem relativamente definida e os elementos que se relacionam entre si devem formar segmentos de texto contíguos. Consequentemente, há uma discussão considerável sobre como os modelos herdados da linguística, como a RST, que são essencialmente lineares, podem ser mantidos em face das mídias organizadas espacialmente - não apenas para a estrutura retórica, mas para todas essas aplicações. (BATEMAN, 2014a, p. 161-162).¹⁴

Dessa forma, segundo o autor, surgiriam problemas ao se trazer o quadro teórico-metodológico da RST para contextos de análise em que os textos, constituídos por diferentes combinações entre segmentos verbais e imagens, organizam-se espacialmente e não linearmente. Nesses contextos de análise multimodal, portanto, as diferentes partes do texto nem sempre são contíguas, de maneira que as relações retóricas emergiriam entre porções que “preenchem” espaços distintos do arranjo textual.

No entanto, é relevante destacar um aspecto muito importante a partir dessa discussão: em uma determinada composição textual, assim como há uma organização da estrutura retórica considerando-se apenas o modo semiótico escrito, os elementos distribuídos espacialmente também se organizam retoricamente. Assim, ainda que as partes de um documento multimodal não sejam contíguas, as combinações de segmentos verbais e imagens constituem uma rica organização da estrutura retórica desses documentos como um todo. Bateman (2008) destaca:

De acordo com Schriver (1997, p. 332), os designers estão, na verdade, compondo artefatos destinados a funcionar de forma retórica - e quando não conseguem isso, os documentos resultantes são considerados exemplos menos eficazes de um bom design. A combinação de textos e imagens dentro de layouts de “página” única está, portanto, sujeita ao que chamaremos de fluxo de página - um modo semiótico que se

¹⁴ “Several problems are commonly raised concerning the multimodal application of RST, of which the most fundamental concerns the utility of applying models developed for linear semiotic modes, such as texts, to non-linear semiotic modes at all. The main trigger for this source of difficulty lies in basic properties of the media employed – that is, visual materials are essentially spatially organised and not temporally, as is the case with verbal language (Ong 1982; Kress 2003). The definitions of RST, however, rely strongly on the linear nature of texts: segments in an RST - structure always have both their relative order defined and related elements must form contiguous text segments. There is consequently considerable discussion of how models inherited from linguistics such as RST, which are essentially linear, may be maintained in the face of spatially - organised media – not just for rhetorical structure, but for all such applications.” (BATEMAN, 2014a, p. 161-162).

baseia em contribuições distintas e que é suscetível à organização retórica. (BATEMAN, 2008, p. 157).¹⁵

Diante disso, ao se considerar que, em uma composição textual, os diferentes modos se estruturam retoricamente e que a organização espacial dos elementos é uma característica natural dos textos vistos a partir de uma perspectiva multimodal, a utilização da RST promove os seguintes questionamentos:

- i) Quais serão as diferentes porções textuais – sejam elas preenchidas por texto ou imagem - que constituirão a estrutura retórica desse documento multimodal?
- ii) Como irão se organizar as conexões entre as diferentes partes do texto em estudo, ou seja, como identificar/reconhecer que determinada parte do texto se relaciona com outra parte?

Em relação a esse problema de se utilizar, na análise de textos “ornamentados” espacialmente, uma teoria organizada originalmente para tratar de textos lineares, Bateman (2014a, p.162) argumenta que essa diferença de natureza textual não é necessariamente um impedimento, um empecilho para o uso da RST em abordagens multimodais. Segundo o autor, ainda que na combinação entre texto verbal e imagem as porções que se relacionam não sejam contíguas, não estejam uma ao lado da outra, há elementos no texto – espécies de “links” - que promovem as conexões “a longa distância”. Dessa forma, ainda que as diferentes porções que se relacionam em um texto estejam ocupando espaços diversos e não lineares, é possível reconhecer como cada uma delas se relaciona e se conecta entre si, fazendo com que o texto multimodal, na combinação de seus vários modos, seja um todo coerente e coeso.

Ao se articular as questões teóricas apontadas por Bateman (2014a) acerca da utilização da RST em abordagens multimodais às investigações realizadas pela presente pesquisa, já ressaltamos algumas contribuições. A primeira questão que desejamos destacar é o fato de que mesmo nas análises mais comumente realizadas em RST – as quais analisam materiais constituídos unicamente pelo modo semiótico da escrita a partir de textos

¹⁵ According to Schriver (1997, p. 332) designers are actually composing artefacts that are intended to function rhetorically - and when they do not achieve this, the resulting documents are judged less effective examples of good design. The combination of text and images within single ‘page’ layouts is therefore subject to what we will term page-flow - a semiotic mode that builds on distinct contributions and which is susceptible to rhetorical organisation. (BATEMAN, 2008, p. 157).

organizados linearmente – a emergência das relações retóricas não se efetiva apenas entre “segmentos de texto contíguos”.

Os vários estudos já realizados analisam e apontam, claramente, a emergência das relações retóricas entre porções textuais não adjacentes, que não estão lado a lado, mas que, ao contrário disso, encontram-se distribuídas em parágrafos e posições distintas ao longo do texto (KITREDGE et al., 1991; KNOTT et al., 2001; TABOADA e MANN, 2006; FUCHS, 2009; CAMPOS, 2012; CAIXETA, 2015).

A partir dos trabalhos citados acima, destacamos que, apesar das análises tradicionais da RST tratarem majoritariamente do modo semiótico escrito a partir de textos organizados de forma linear, tal fato não significa, necessariamente, que a emergência das relações retóricas irá se efetivar apenas entre “segmentos contíguos”, isto é, apenas entre porções textuais “vizinhas”. Destacar essa característica da RST é muito relevante, uma vez que ela aponta para o fato de que as análises a partir de uma abordagem multimodal não estão tão distantes da perspectiva que já se assume em uma abordagem tradicional, de maneira que consideramos, portanto, que os pressupostos essenciais da teoria já nos permitem avançar para contextos de análise organizados espacialmente.

Como apontado acima, Bateman (2014a) argumenta que numa abordagem multimodal, em que os elementos textuais estão distribuídos espacialmente, as diversas partes que compõem o texto estão conectadas por diferentes “links”. Partindo desse ponto de vista, corroboramos a ideia de que não é apenas por meio de uma perspectiva linear dos textos que conseguimos compreender como suas diferentes partes se relacionam e quais seriam, de fato, cada uma das porções textuais entre as quais as relações retóricas emergem.

O presente estudo tem como objeto de análise, além das reportagens de capa, capas de revistas brasileiras, gênero em que reconhecemos uma clara organização espacial e não linear¹⁶. Nas capas, os vários elementos que compõem o arranjo textual ocupam diferentes

¹⁶ É muito importante salientar que a presente pesquisa se fundamenta a partir do pressuposto de que não existem gêneros de texto “monomodais”, conforme Kress e Van Leeuwen (2006), e que, portanto, vistos por meio de uma perspectiva multimodal em que os diferentes segmentos verbais e visuais se combinam, os gêneros textuais, de uma maneira geral, não são organizados linearmente e, sim, espacialmente. No entanto, comparando os gêneros textuais selecionados para a presente investigação, é possível observar que na capa de revista a organização de natureza espacial dos elementos é ainda mais acentuada que na reportagem de capa. Como este último gênero possui a característica de apresentar boa parte de suas informações por meio do modo semiótico da escrita, há uma grande parte dos segmentos do texto distribuídos linearmente – apesar da presença de muitos outros elementos, como imagem, gráficos, quadros, mapas, etc. -, fato que não ocorre no interior do gênero capa de revista.

espaços, como a chamada principal na região central, as chamadas secundárias na parte superior - uma na extrema esquerda e outra na extrema direita -, o nome da revista também na parte superior, uma imagem – a de maior destaque – também na parte central da capa, dentre outros elementos importantes. Conforme está mais bem discutido no capítulo de análise, ao se observar esse gênero de texto, é possível perceber que cada um desses elementos, ao preencher seus respectivos espaços, constitui cada uma das diferentes porções textuais na capa.

Por meio dessa ótica, é também possível identificar os vários “links” que “conectam” ou “desconectam” essas várias porções, como:

a) o próprio conteúdo que é trazido por cada uma delas: a imagem central da capa, por exemplo, estabelece uma clara relação com o conteúdo da chamada da reportagem principal;

b) as cores utilizadas, o tamanho da fonte e as características da tipografia: nas capas selecionadas para a presente pesquisa, geralmente, as partes do texto que apresentam as mesmas cores, os mesmos tamanhos ou a mesma tipografia constituem ou uma mesma porção textual ou constituem diferentes porções textuais que se relacionam entre si;

c) não se pode deixar de mencionar o uso das diferentes “molduras” no texto, as quais, segundo Kress e van Leeuwen (2006), são as principais responsáveis por conectar e desconectar os diversos elementos de uma composição textual.

É a partir dessa perspectiva que Bateman (2014a, p. 170) enfatiza que, para a análise das combinações entre texto e imagem, é de extrema importância que o analista conheça muito bem as características do documento multimodal em estudo, para que, a partir do conhecimento dessas especificações, seja possível delimitar, com mais precisão, quais são cada uma das unidades de análise e compreender como essas unidades se relacionam entre si¹⁷:

Muitas análises de documentos em que texto e imagem se combinam ainda são desenvolvidas de forma relativamente intuitiva, seguindo a composição óbvia do layout visual e os entendimentos de senso comum acerca do que está sendo comunicado. Diante disso, as abordagens precisam dispensar maior atenção à

¹⁷ Esclarecemos, aqui, a maneira como a metodologia da presente pesquisa foi organizada: para se analisar as relações retóricas que emergem entre texto e imagem no interior dos gêneros de texto selecionados, foi feita, anteriormente, uma investigação das características multimodais presentes tanto na capa de revista quanto na reportagem de capa, conforme as categorias de análise da GDV, de Kress e Van Leeuwen (2006). A análise das particularidades multimodais desses gêneros também é fundamental para o estudo da emergência de relações retóricas por meio do diálogo entre os gêneros capa de revista e reportagem de capa.

natureza das unidades analíticas que estão sendo consideradas - isto é, em um documento multimodal complexo, o que são exatamente a "imagem" e o "texto" que estabelecem relações entre si? Para os estudos empíricos, isso é crucial, pois sem unidades de análise claramente demarcadas, não se explicita, de fato, o que está sendo investigado. (BATEMAN, 2014a, p. 170)¹⁸

Portanto, a partir dos exemplos e discussões realizadas até aqui, consideramos que os dois questionamentos apresentados anteriormente – em um documento multimodal, como delimitar as diferentes porções textuais e como identificar/reconhecer as conexões entre as diferentes partes desse documento – foram, de alguma maneira, respondidos. Enfatizamos, no entanto, que essas perguntas de natureza teórica serão mais bem discutidas e respondidas no decorrer das análises apresentadas por este trabalho.

Assim, corroborando Bateman (2014a, p.167), as investigações da presente tese, apontam para dois aspectos relevantes na conexão entre porções verbais e visuais e, conseqüentemente, na emergência de relações de sentido entre as mesmas:

- i) Na interação entre o texto e o leitor, este último, a partir de seu conhecimento prévio e suas habilidades de leitura do texto verbal e espacial, apresenta um papel fundamental ao examinar e interpretar as várias conexões que se efetivam no interior de determinado arranjo textual, identificando, assim, as possibilidades de emergência das diferentes relações de sentido;
- ii) Além de o leitor reconhecer conexões entre os diferentes elementos do documento multimodal, o texto deve apresentar sinalizações, “links” que motivem, que “encorajem” esse leitor a conectar/desconectar determinados elementos da composição textual.

Diante desses dois aspectos, é relevante revisitar algumas pesquisas esclarecedoras de como o leitor pode, por meio de sua interação com o texto, integrar textos verbais e imagens. Ao examinar quais as diferentes porções de texto e imagem que se combinam e, então, reconhecer as relações retóricas que emergem entre essas partes, conforme discutido pelo trabalho de Acarturk e Taboada (2013) – já apresentado anteriormente -, o leitor pode ser

¹⁸ Far too many analyses of combined text-image artefacts are still decomposed relatively intuitively, following obvious visual layout composition and commonsense understandings of what is being communicated. Accounts need to pay considerably more attention to the nature of the analytic units being considered – that is, in a complex multimodal artefact, just what are the ‘image’ and ‘text’ that are being related? For empirical studies, this is crucial since without clearly demarcated units of analysis, it is unclear precisely what is being investigated. (BATEMAN, 2014a, p. 170)

“auxiliado” por diferentes tipos de sinalizações presentes no texto verbal: sinalização diretiva, descritiva ou elíptica (ou ausência de sinalização). Esses autores, inclusive, a partir dos resultados de sua pesquisa, concluíram que é a partir da sinalização descritiva que os leitores têm mais facilidade de integrar texto e imagem e que, em contrapartida, quando não há nenhuma sinalização no texto verbal, os leitores têm mais dificuldade de conectar os diferentes modos semióticos.

Mayer (2009), em sua investigação acerca da contiguidade espacial entre texto e imagem, apresenta outro aspecto facilitador no processo de reconhecimento de “links” entre modos semióticos distintos. Segundo esse autor, quando texto e imagem que se relacionam são colocados espacialmente bem próximos no texto, o leitor tem maior facilidade de reconhecer essa combinação e conseqüentemente de compreender melhor o conteúdo global ali apresentado - Mayer (2009), inclusive, discute o fato de que essa opção de organização espacial dos elementos textuais facilita o aprendizado de estudantes em seu processo de leitura.

Bateman (2008) analisa parte de uma página do “Wildlife Explorer series”, do ano de 1997. Nessa página, são apresentadas algumas características do Tigre de Bengala, destacando-se a constituição corporal desse animal selvagem associada às suas habilidades felinas – no centro da página há uma grande imagem do tigre e logo acima e abaixo dessa imagem central são exibidos pequenos blocos de texto verbal e pequenas imagens em estilo *close-up*. Tanto na parte superior quanto na parte inferior da imagem central, os fragmentos verbais e gráficos se combinam para apresentar aspectos específicos dos olhos, dentes, orelhas e patas do animal.

Por meio desse exemplo, o autor ressalta que, apesar de alguns blocos de texto estarem bem próximos de determinadas imagens, quando melhor analisados, é possível perceber que estes não se relacionam diretamente, ou seja, não há uma conexão de sentido imediata entre essas duas partes.

Diante dessas informações, no estudo dos “links” percebidos pelo leitor ao conectar modos semióticos distintos, podemos perceber um interessante diálogo entre as pesquisas de Bateman (2008) e Mayer (2009). Enquanto esse último autor considera que a proximidade espacial entre texto e imagem facilita o reconhecimento da combinação entre esses dois modos, Bateman (2008), por sua vez, destaca exemplos em que, apesar de em um determinado *layout* o fragmento de texto verbal aparecer junto da imagem, por meio da

análise da estrutura retórica desse documento multimodal, percebe-se que esses elementos, apesar de tão próximos, não são porções que se relacionam diretamente, que não há uma combinação imediata entre eles na estrutura hierárquica do texto. Nesse caso, portanto, o “link” texto/imagem realizado pelo leitor não procede: é como se o leitor fosse “iludido” por essa aparente proximidade.

A partir desse ponto de vista, Bateman (2008) destaca que exemplos como a página do tigre de bengala apresentam “problemas de design”, os quais podem comprometer a compreensão do leitor acerca de como as diferentes porções textuais se conectam e, conseqüentemente, a maneira desse mesmo leitor reconhecer a emergência de relações retóricas. Dessa forma, para o autor, devemos ser cautelosos ao examinar determinado layout: em alguns casos, a forma como o layout está apresentado – a distribuição espacial dos elementos textuais – pode dar “pistas” erradas de como as diferentes partes estão relacionadas. É muito relevante que aquele que analisa determinado gênero de texto observe a compatibilidade entre a organização do layout e a organização da estrutura retórica.

Ainda sobre o importante papel do leitor no reconhecimento de conexões entre os diversos elementos de um texto, algumas questões serão discutidas a seguir.

1.5.1.1 Imagem: modo semiótico que se renova a cada combinação

A emergência de uma relação retórica é identificada a partir da interação entre o leitor e a composição textual que ele examina, na qual, o autor do texto apresenta alguns “links”, explícitos ou não, que apontam e facilitam o reconhecimento das combinações que se efetivam entre as diferentes porções textuais. Portanto, a cada novo contexto, é por meio da interpretação, por parte do leitor, de como texto e imagem se conectam que a emergência da relação de sentido será reconhecida e, por conseguinte, compreendida pelo leitor/visualizador.

Bateman (2014a, p.169) discute que, em uma combinação entre texto e imagem, uma mesma imagem, inserida em diferentes contextos, pode estar a serviço de diferentes propósitos comunicativos. Para elucidar esse aspecto da combinação intersemiótica, o autor apresenta a seguinte imagem junto de um pequeno trecho verbal:



Figura 12 - “The Woman arrived too late to board the Paris flight” (A mulher chegou atrasada para o voo em direção à Paris). FONTE: Bateman, (2014a, p.169)

Ao observarmos a combinação entre a imagem acima e o texto verbal que a acompanha, é plausível reconhecer que entre esses dois elementos emerge uma *relação retórica de circunstância*: o texto verbal apresenta uma atividade, uma ação que foi realizada por uma determinada pessoa – uma mulher que chegou atrasada para um voo em direção a Paris – e a imagem, por sua vez, apresenta o local, a *circunstância espacial* em que tal ação se desenvolveu – um aeroporto na Alemanha.

No entanto, se essa mesma imagem se combinar com outros fragmentos de textos verbais em situações comunicativas diferentes da apresentada no exemplo acima, a partir da interação do leitor com a composição textual, outras relações de sentido podem emergir entre esses modos semióticos. Isso porque, em um contexto diferente, esse mesmo elemento visual e outro texto verbal podem se complementar de forma distinta.

De acordo com esse ponto de vista, podemos considerar, como exemplos, as seguintes possibilidades de como essa imagem do aeroporto pode se combinar com outros trechos de texto verbal:

a) a imagem do aeroporto pode ser usada para a apresentação de um modelo arquitetônico a partir de uma discussão acerca da arquitetura de edifícios – contexto em que é possível a emergência da *relação de elaboração*;

b) em outra situação comunicativa, esse material visual também pode ser aquele que apresenta o motivo, a razão da necessidade de se chamar um táxi, já que, como pode ser observado, há na imagem apresentada uma placa que indica “parada de ônibus fora de serviço” – situação em que é plausível a emergência da *relação de motivação* ou da *relação*

de justificativa entre a imagem acima e o hipotético conteúdo trazido pelo fragmento de texto verbal;

c) ou, até mesmo, esse elemento não-verbal pode se apresentar como um recurso utilizado em um livro didático para estudantes de alemão, indicando que “Flughafen” significa “aeroporto” – contexto em que, entre esse elemento visual e o texto verbal, é aceitável a emergência tanto da *relação de explicação* como da *relação de elaboração*.

Enfatizamos o fato de que, apesar de no exemplo de Bateman, na relação texto/imagem, o material visual se apresentar como a expressão de uma determinada circunstância espacial, fazendo com que emerja entre esses modos semióticos uma relação retórica de circunstância, não há nessa imagem nenhuma sinalização, nenhuma marca explícita que especifique o sentido “circunstância espacial”. A ideia de “lugar”, a ideia de “espaço” somente se constrói e se manifesta *na combinação* dessa imagem com o trecho de texto que a acompanha.

É possível que na interação entre o leitor e o texto emerja a relação de sentido circunstância espacial, mas essa relação semântica não está sinalizada na imagem. Assim, com combinações texto-imagem, é bastante raro ter o equivalente a uma “relação de coerência explícita” (cf. van der Vliet e Redeker, neste volume) - as relações são geralmente implícitas e precisam ser construídas durante o processo de construção de sentidos. A coerência multimodal surge necessariamente, nos termos de Bucher, em uma “interação” entre o material oferecido e o leitor / telespectador, construindo-se, assim, a mensagem em uma determinada situação comunicativa. (BATEMAN, 2014, p. 169).¹⁹

Diante das considerações realizadas até aqui, ressaltamos que o leitor/visualizador, a partir de sua interação com o texto, tem a importante tarefa de interpretar e identificar a manifestação das relações retóricas a partir das várias conexões entre os elementos textuais dentro do processo de construção de sentidos. A discussão seguinte apresentará alguns pontos relevantes acerca da presença/ausência de sinalizações dessas relações nas porções de texto que se conectam, em especial nas combinações texto/imagem.

¹⁹ It is possible to construct interpretations in which this is a spatial enhancement, but this cannot be read off of the image. Thus, with text-image combinations, it is rather rare to have the equivalent of an ‘explicit coherence relation’ (cf. van der Vliet and Redeker in this volume) – relations are generally implicit and so need to be constructed during interpretation. Multimodal coherence then necessarily arises, in Bucher’s terms, in an ‘interaction’ between the material on offer and reader/viewers’ incorporation of that material into the unfolding message they are deriving for the communicative artefact they are processing. (BATEMAN, 2014, p. 169).

1.5.1.2 A presença/ausência de sinalizações das relações retóricas nos diferentes modos

A RST, desde o início de sua construção e desenvolvimento, tendo como objeto de análise apenas o modo semiótico da escrita, apontou por meio de seus pressupostos que uma determinada relação retórica pode emergir entre as diferentes partes do texto independentemente da presença de uma sinalização linguística explícita, como a presença de conectores, modos verbais, advérbios ou marcadores discursivos.

Assim, para que uma relação multinuclear de lista ou contradição, uma relação núcleo-satélite de condição, de concessão, de fundo ou de elaboração emerja, por exemplo, não é necessário que haja, nas porções textuais que se combinam, uma marca linguística que sinalize, que especifique esta ou aquela relação de sentido (MANN e THOMPSON, 1983; MANN e THOMPSON, 1988; MANN, MATTHIESSEN e THOMPSON, 1992; MATTHIESSEN e THOMPSON, 1988).

Apesar de a teoria não considerar a obrigatoriedade de uma marca linguística para que uma determinada relação retórica emerja, há, sim, muitos contextos, dentro do modo semiótico escrito, em que a relação que se manifesta está marcada por algum elemento linguístico.

A relação retórica de circunstância espacial ou temporal, por exemplo, pode se manifestar a partir de porções textuais em que aparecem algumas sinalizações, como o uso de advérbios de lugar – ou outras expressões locativas – e o uso de advérbios de tempo – ou outras expressões temporais -, como “onde”, “aonde”, “aqui”, “ali”, “neste lugar”, “hoje”, “agora”, “ontem”, “amanhã”, “neste momento”, “neste instante”. A relação de condição, por sua vez, pode ser sinalizada pelo conector “se”; já a relação de concessão pode ser marcada pela presença de conectores como “apesar de”, “embora”, “ainda/mesmo que”, dentre outros exemplos de relações retóricas e suas respectivas sinalizações.

Retomando as discussões realizadas acima acerca da combinação entre a imagem do aeroporto alemão e o trecho de texto, apresentados por Bateman (2014, p. 169-170), apontamos, portanto, uma diferença muito importante entre o modo semiótico da escrita e o modo semiótico da imagem na conexão entre as diferentes partes de um arranjo textual. Na combinação texto/imagem, as relações retóricas podem ser sinalizadas por algum elemento do modo semiótico escrito – conforme exemplos já apresentados -, mas não podem ser

sinalizadas por uma imagem, já que este modo semiótico não se caracteriza por apresentar em sua constituição “marcas” que apontem para uma determinada relação de sentido.

Dessa forma, na combinação texto/imagem, a porção visual da combinação, diferentemente do que pode ocorrer com a porção verbal, não apresentará em si mesma nenhuma sinalização explícita que oriente o leitor, durante sua interação com o texto, ao interpretar e reconhecer a manifestação de qualquer relação de sentido. Tal fato ocorre porque, como já apontado, a “função”, o “papel” de uma determinada imagem dentro do processo de construção de sentidos se renova a cada nova combinação, seja esta uma combinação intersemiótica, em que texto e imagem se complementam - como no exemplo de Bateman acima -, seja na combinação entre duas imagens.

Nesse último contexto de conexão – imagem/imagem -, diferentemente do que acontece nas associações texto/texto ou texto/imagem, não há nenhuma possibilidade de sinalização que aponte para o leitor a emergência de qualquer relação retórica, já que, nesse caso, as duas partes que se combinam se caracterizam por não conter marcas explícitas em sua constituição.

1.5.2 A identificação de porções núcleo/satélite numa abordagem multimodal

Há outro aspecto importante acerca da emergência de relações retóricas entre modos semióticos distintos: na combinação entre texto e imagem, qual dos modos seria a porção *núcleo* e qual dos modos seria a porção *satélite*? Embora os elementos visuais, em muitos contextos, sejam utilizados para retomar ou reformular uma determinada informação mais desenvolvida no texto verbal, na maioria das vezes é difícil decidir qual das duas porções - a imagem ou a passagem de texto - é de fato nuclear ou satélite.

Na análise da presente pesquisa, ao se investigar, por exemplo, a emergência de relações retóricas entre o texto da chamada principal e a imagem central da capa de revista não é simples definir a natureza da relação de sentido entre essas partes. Além disso, precisamos ser ainda mais cautelosos ao apontar qual porção é o núcleo e qual porção é o satélite.

Matthiessen e Thompson (1988), em importante discussão acerca de pressupostos teóricos básicos da RST, tratam de questões relacionadas à definição de *porções núcleo* e *porções satélite*. Apesar desses autores não considerarem, nesse momento da teoria, a emergência de relações retóricas entre modos semióticos distintos, suas afirmações são

igualmente relevantes para o estudo das relações semânticas entre texto e imagem. Vejamos a seguir o que disseram esses autores:

A distinção Núcleo-Satélite é aquela que caracteriza a organização de todos os textos que analisamos e que, além disso, parece ser difundida como um dispositivo organizador de texto. Levantamos essa questão para refletir o fato de que, em qualquer texto com várias unidades, certas porções materializam os objetivos centrais do escritor, enquanto outras materializam metas suplementares ou auxiliares aos objetivos centrais. (...) Julgamentos acerca do que é nuclear e acerca do que é suplementar são feitos pelos leitores como parte da tendência cognitiva geral (...), em que é acionada uma estrutura que compreende parte “central” e parte “menos central” em certos tipos de input perceptual. No processo de leitura dos textos, esses julgamentos se baseiam em nossas percepções, como leitores comuns, a partir do que o texto foi construído para realizar. Os juízos acerca do que é “central” ou “menos central”, em geral, são fáceis de serem realizados, embora possa haver casos problemáticos. A análise de textos a partir de porções nucleares e porções satélites, hierarquicamente organizadas, reflete o fato de que os leitores fazem consistentemente tais juízos, já que definir o que é central e o que é suplementar se mostra como um aspecto integrante da compreensão desses leitores. Os escritores, por sua vez, ao construírem seus respectivos textos, esperam que seus leitores sejam capazes de julgar e reconhecer os objetivos centrais – porções nucleares – e os objetivos suplementares – porções satélites – ali apontados. (MATTHIESSEN E THOMPSON, 1988, p. 289-290).²⁰

A partir da citação acima, podemos apontar que as unidades de informação “centrais” do texto são aquelas porções que “carregam” os propósitos comunicativos mais centrais do escritor/ falante; são as porções que se caracterizam como o “carro-chefe” diante das unidades distribuídas na construção do texto. Por sua vez, as unidades de informação “menos centrais” são aquelas porções que “carregam” os propósitos complementares, os quais auxiliam, dão suporte à concretização dos objetivos comunicativos centrais do texto.

Matthiessen e Thompson (1988, p. 289-290) nos impelem a ressaltar ainda a importância do papel do leitor e de sua interação com o texto. Retomando seu conhecimento de mundo, seu conhecimento acerca das características dos diferentes gêneros textuais e colocando em prática suas habilidades de leitura, o leitor/ouvinte é quem examina e interpreta as várias partes que constituem determinado texto. Nessa perspectiva, ao interagir com o texto, considerando as “pistas” oferecidas por essa composição textual, o leitor deve

²⁰ The Nucleus-Satellite distinction is one which characterizes the organization of all of the texts we have analyzed, and which furthermore seems to be pervasive as a text-organizing device. We take it to reflect the fact that in any multi-unit text, certain portions realize the central goals of the writer, while others realize goals which are supplementary or ancillary to the central goals. (...) Judgments about what is nuclear and what is supplementary, then, are made by readers as part of the general cognitive tendency (...), to impose structure reflecting ‘central’ and ‘less central’ on certain types of perceptual input. For texts, these judgments are based on our perceptions, as ordinary readers, of what the text is designed to accomplish. Such judgments turn out, in general, to be easy to make, though there may be problematic cases; the analysis of texts into hierarchically organized nuclear and satellite parts reflects the fact that readers consistently make such judgments as part of their comprehension of texts and writers construct texts expecting them to be able to do so. (MATTHIESSEN E THOMPSON, 1988, p. 289-290).

reconhecer como esses diferentes segmentos se relacionam, identificando e distinguindo unidades informacionais “mais centrais” e “menos centrais”, conforme as intenções comunicativas e as especificidades do gênero em análise.

Consideramos que tais afirmações teóricas são extremamente compatíveis e significativas para os trabalhos realizados por meio de uma abordagem multimodal da RST, conforme assumido pela presente pesquisa. Para analisar a emergência das relações retóricas entre o texto e a imagem por meio dos gêneros capa de revista e reportagem de capa, o analista pode se valer dos mesmos pressupostos teórico-metodológicos apontados acima.

Na investigação realizada a partir de uma perspectiva multimodal, o analista, enquanto leitor/visualizador, ao ativar seus diferentes conhecimentos e habilidades – conforme já destacado acima – examinará todo o arranjo textual proposto pelo escritor/designer, observando os “indícios”, os “vestígios” ali deixados e reconhecendo a natureza dos diferentes modos e as conexões que se efetivam entre eles. Dessa forma, por meio de sua interação com a composição textual, é possível ao analista identificar se as porções, formadas por material verbal ou visual, são centrais (núcleo) ou complementares (satélite).

Como será visto no capítulo de análise da presente tese, uma das estratégias utilizadas na identificação de porções núcleo/satélite, tanto na capa quanto na reportagem de capa, refere-se à investigação das próprias características multimodais apresentadas na composição textual – segundo a GDV de Kress e Van Leeuwen (2006) – e, especialmente, à observação das funções comunicativas específicas do gênero em estudo. Conforme será mais detalhado posteriormente, os propósitos comunicativos do escritor/designer e as características específicas dos gêneros capa de revista e reportagem de capa são, sem dúvida, os principais nortes para se definir quais são as informações centrais e quais são as informações que estão auxiliando, dando suporte ao conteúdo central.

1.5.3 A imagem e seus diferentes propósitos comunicativos na estrutura retórica

Por último, encontramos mais um aspecto relevante no que diz respeito à utilização da RST para análises de documentos multimodais. André (1995, p. 49) aponta que, em alguns contextos de combinação entre a imagem e o texto, uma mesma imagem é utilizada para se efetivar propósitos comunicativos distintos, combinando-se, concomitantemente, com porções textuais também diferentes, distribuídas ao longo do texto. Como exemplo desse contexto de investigação, a autora discute a análise de um manual de instruções construído para leitores

que desejam aprender a utilizar uma determinada máquina de café: nesse gênero de texto, uma mesma ilustração pode ser utilizada para identificar uma ou várias partes da máquina e, ao mesmo tempo, pode ser usada para explicar como determinada ação deve ser realizada.

A partir de exemplos como o apresentado acima, as pesquisas de Bateman (2008, p. 159; 2014a, p. 162) destaca a impossibilidade dos diagramas tradicionais da RST tratarem de contextos de análise em que uma determinada porção, na combinação texto e imagem, apresente, simultaneamente, finalidades comunicativas distintas. Nessa perspectiva, o autor questiona se seria possível a confecção de diagramas em RST menos estritos, adaptados a estes contextos de análise. Diante disso, numa abordagem multimodal, os diagramas devem admitir “relações mais flexíveis” entre os diferentes modos semióticos, isto é, permitir que porções – sejam elas constituídas pelo modo escrito ou imagens - se relacionem, ao mesmo tempo, de maneiras diferentes, com outras partes da estrutura hierárquica.

De acordo com André (1995, p. 23), o fato de uma mesma imagem ser utilizada para servir a diferentes propósitos comunicativos dentro de um mesmo gênero de texto precisa ser analisado cuidadosamente. Segundo a autora, a partir de uma mesma organização da estrutura retórica, uma determinada imagem, apesar de ser a mesma, pode ser utilizada de diferentes maneiras:

a) em um determinado momento da estrutura retórica, uma parte da imagem está sendo usada e, em outro momento, a imagem é utilizada em sua totalidade, o que irá promover a emergência de diferentes relações retóricas;

b) uma mesma imagem pode ser vista a partir de vários pontos de vista: a cada nova perspectiva de uma mesma imagem, novos espaços da estrutura retórica são “preenchidos”, já que novas relações de sentido também irão emergir.

Considerando, portanto, cada uma dessas possibilidades acerca dos usos de um mesmo material visual, é possível que os diagramas tradicionais da teoria sejam adaptados e utilizados para materializar a estrutura hierárquica de combinações intersemióticas.

É importante ressaltar que as análises em RST, mesmo aquelas que tratam unicamente do texto escrito, não estão, obrigatoriamente, condicionadas à confecção de um diagrama que materialize a organização da estrutura retórica. Vários trabalhos em RST, já citados anteriormente, caracterizam a emergência das diferentes relações de sentido e discutem a

estrutura retórica de um determinado gênero como um todo, sem que, necessariamente, um diagrama seja construído.

Nessa perspectiva, a partir de uma abordagem multimodal, o fato de uma imagem ou uma porção de texto cumprir diferentes funções no processo de construção de sentidos e, portanto, promover a emergência de diferentes e simultâneas relações retóricas não impede que a RST seja o quadro teórico-metodológico que norteia a análise como um todo. Ao contrário disso, lidar com contextos de análise em que se manifeste essa possibilidade de combinação inter-semiótica enriquece, em muito, as pesquisas em RST, assim como também motivam o trabalho do analista em observar outros aspectos da teoria, suas limitações e possibilidades de avanço.

É relevante apontar, no entanto, que não estamos aqui desconsiderando o importante papel que as “árvores” em RST exercem nos trabalhos e estudos: o que estamos enfatizando é que sua confecção – ou a ausência dela – não pode ser um fator limitador para o desenvolvimento das análises. Realçamos ainda que esses diagramas são muito eficientes em materializar, de maneira clara, como as diversas partes de um texto se conectam, o que auxilia nossa visualização e, conseqüentemente, nossa compreensão acerca da organização retórica do gênero de texto em estudo.

1.5.4 Interfaces entre a RST e a Multimodalidade: decisão teórico-metodológica plausível

A partir do desenvolvimento de vários trabalhos e abordagens de pesquisa, está clara a complexidade que existe em torno das combinações texto e imagem. Discutindo-se, especialmente, o papel dos elementos visuais nos mais variados gêneros de texto, destacamos a relevância da imagem, a qual cumpre diferentes propósitos comunicativos e não pode ser vista como uma “mera ilustração”. Bateman (2014a, p. 164) aponta, inclusive, a importância de se levar para os contextos de sala de aula essa concepção mais crítica em relação à presença das imagens nos diversos gêneros.

Tal atitude possibilita àqueles que estão inseridos no contexto de ensino-aprendizagem se desviarem de leituras que tratam o material visual apenas por meio de uma perspectiva do “senso-comum”, sem que haja um olhar mais fundamentado, mais crítico, inclusive no que diz respeito à relação dessa imagem com o texto escrito (MEYER, 1975; GLENBERG et al., 1982; WURMAN, 1996; TUFTE 1997; HOLSANOVA e NORD 2010).

Como explicitado neste capítulo teórico, há muitas abordagens que podem ser bastante produtivas para o analista que deseja compreender as associações texto/imagem. Apesar da diversidade de teorias e perspectivas de análise, há um “fio condutor” que perpassa por todas elas: as combinações entre os diferentes elementos que compõem um texto são estudadas a partir da interpretação, por parte do leitor, de como estes se conectam, ou seja, a partir da compreensão de quais relações de sentido se estabelecem entre as diferentes partes do texto.

A partir desse ponto de vista a RST se revela como um quadro teórico-metodológico bastante interessante e proveitoso para as pesquisas daqueles que, por meio de uma abordagem multimodal, dedicam-se a investigar as relações de coerência e sua relevância na conexão dos diferentes componentes textuais.

Uma das motivações originais para o desenvolvimento da RST foi justamente fornecer uma ferramenta para a análise de textos, e isso pode ser igualmente aplicado na investigação de textos multimodais. O analista que realiza uma análise RST não pode interconectar livremente quaisquer elementos no texto, mas precisa considerar tanto as restrições da estrutura hierárquica, como as delimitações de porções textuais nucleares e porções textuais satélites. Embora a RST tenha sido originalmente desenvolvida para a análise de textos lineares e não para se examinar textos que se organizam espacialmente, a utilização desse quadro teórico na investigação de textos multimodais é viável e produtiva. (BATEMAN, 2014a, p.165)²¹

Dessa forma, assim como poderá ser visto a partir das análises deste estudo, apesar de a RST ter sido organizada, inicialmente, para tratar de textos escritos organizados linearmente, seus pressupostos essenciais não a impedem de tratar de gêneros de texto em uma perspectiva multimodal. Ao contrário disso, a RST constitui-se como uma escolha teórica plausível na busca de se melhor compreender as relações de sentido que se constroem entre as diferentes partes de uma composição textual, especialmente, quando temos como objeto de estudo as combinações entre texto e imagem.

²¹ One of the original motivations for developing RST was precisely to provide a tool for critiquing texts and this can be applied equally to its multimodal variant. The analyst performing an RST analysis may not freely interconnect any elements in the text but must instead conform both to the constraints of hierarchical structure and to decisions concerning relative communicative importance of elements at each level in that structure (i.e., nuclearity). Although there are, as mentioned above, still substantial issues to be resolved when extending RST's essentially linear model to material presented visually in two-dimensions, the extra constraints the method provides nevertheless appear beneficial. (BATEMAN, 2014a, p.165)

CAPÍTULO II

A CAPA DE REVISTA E A REPORTAGEM DE CAPA

O *corpus* da presente tese é formado por dois gêneros de texto fundamentais para a constituição, produção e recepção de revistas entre os diferentes públicos leitores: a *capa de revista* e a *reportagem de capa*. Conforme apontado na introdução, o objetivo geral deste trabalho é investigar e discutir a possível emergência de relações de sentido entre esses dois gêneros, numa abordagem multimodal, partindo do pressuposto que há um intrínseco diálogo entre eles no veículo de comunicação em que estão inseridos. Enfatizamos que compreender o diálogo entre a capa e a reportagem de capa sob esse prisma de análise traz para as pesquisas em RST novos olhares sobre o funcionamento das relações retóricas e promove novas perspectivas de investigação a partir desse importante quadro teórico.

Desse modo, ressaltamos que, apesar de a capa e a reportagem principal constituírem o *corpus* deste trabalho, nosso foco não é examinar as características desses gêneros. No entanto, consideramos que a apresentação – ainda que breve – de alguns aspectos formais e funcionais de cada um deles corrobora, de forma expressiva, a compreensão de como se configura a emergência de relações retóricas entre esses diferentes textos na revista. Além disso, como se verá no capítulo de análise, as especificidades de cada capa e cada reportagem selecionada pela presente tese são satisfatoriamente exploradas e discutidas.

Porém, antes de caracterizarmos esses textos, é relevante apontarmos o conceito de gênero a partir do qual se desenvolvem nossas análises: de acordo com Kress (1989, p. 19), os *gêneros* – orais ou escritos - são tipos de texto que agrupam e sistematizam as características e as estruturas dos eventos sociais, assim como as intenções comunicativas dos participantes discursivos inseridos naqueles eventos. Dessa forma, para Kress, os gêneros textuais se configuram como uma espécie de “inventário”, como uma forma de “catalogar” os eventos de uma determinada instituição social, já que esses textos expressam traços convencionais das práticas sociais em que estão inseridos. Entre os exemplos de gênero apontados pelo autor estão as entrevistas, uma reunião de departamento, uma reunião de negócios, dentre outros.

De acordo com Balocco (2005, p. 65), o conceito de gênero apontado por Kress se fundamenta por meio da *perspectiva discursivo-semiótica*: o termo “discursivo” se refere à concepção de discurso como prática social, a qual é diretamente influenciada por questões

culturais e históricas e fortemente marcada por uma determinada ideologia. Por sua vez, o termo “semiótica” se refere ao entendimento da linguagem verbal como um dos vários sistemas de signos utilizados na construção de sentidos. Nesse sentido, segundo Kress et al. (1997, p. 270), a análise de um gênero textual não pode se restringir à investigação de seu material verbal: esses autores argumentam que, para se compreender a construção e reconstrução social do significado, é necessário investigar a articulação entre a linguagem escrita e a linguagem visual, as quais estão intimamente conectadas nos vários textos, marcadas ideologicamente e funcionando juntas para a construção das diversas leituras.

Outro aspecto fundamental presente na definição do referido autor corresponde à noção de que a construção de sentidos se configura a partir de duas dimensões simultâneas: a dimensão do contexto mais imediato e a dimensão do contexto mais amplo de uma cultura qualquer. Balocco (2005, p. 66) explica essas duas dimensões presentes no processo de construção de sentidos a partir dos diversos gêneros textuais:

[No plano do contexto mais amplo], localizam-se os significados sociais expressos nos *discursos* que circulam em determinada cultura, em dado momento histórico, que fazem referência àquilo que se pode dizer; a quem tem autoridade para dizer; e às formas de dizer apropriadas naquela cultura, naquele momento da história. Já o plano do contexto imediato remete às relações sociais locais que se estabelecem entre participantes discursivos, no interior de determinado evento social, aos propósitos do evento social e à forma como este se desenvolve na consecução daqueles propósitos.

A partir das considerações desenvolvidas acima acerca do conceito de gênero de texto apontado por Kress (1989) e assumido pela presente tese, destacamos que, na análise da *capa de revista* e da *reportagem de capa*, a multimodalidade que as caracteriza foi explorada e discutida. A abordagem multimodal desenvolvida por este estudo tem como principal referencial teórico-metodológico o trabalho de Kress e Van Leeuwen (2006 [1996]), a *Gramática do Design Visual*, da qual foram retiradas as categorias de análise aqui utilizadas. O uso dessas categorias se configura como um instrumento fundamental na busca por se compreender os sentidos construídos por meio das imagens que constituem o *corpus* organizado para este trabalho.

Examinada, portanto, a partir de uma lente multimodal, na capa de revista, especialmente na apresentação da manchete principal, há uma intensa conexão entre a escrita e a imagem. Por meio desses diferentes modos semióticos interconectados, na interação entre a equipe de produção/texto/leitores, são construídos significados que se situam em um

determinado contexto sociocultural e que são ideologicamente marcados. Assim, o mesmo assunto presente nas capas do presente *corpus* – o tema da maioria penal – é apresentado pelos produtores a partir do uso de diferentes tipografias, imagens, cores e expressões linguísticas. Ao se articular todas essas linguagens no interior do arranjo textual, pontos de vista são defendidos – perspectivas ora a favor, ora contra a redução da maioria criminal no Brasil -, os quais interferem de alguma forma e em alguma medida na formação de opinião dos leitores, assíduos ou ocasionais.

Por sua vez, na reportagem de capa, o material verbal e o material visual também se conectam de maneira expressiva: nesse gênero, as diferentes informações - também situadas historicamente e marcadas por uma determinada perspectiva político-ideológica – são elaboradas e apresentadas por meio das combinações entre o título, o subtítulo (partes em que são exploradas diferentes tipografias), o corpo escrito da reportagem, fotos, quadros, tabelas, infográficos, entre outras linguagens não verbais. Assim como na capa, na reportagem principal, cada modo semiótico tem seus recursos explorados, buscando-se, além de informar o leitor, persuadi-lo diante das perspectivas defendidas. Gaydeczka (2007, p.110) afirma:

(...) gêneros como as reportagens impressas utilizam inúmeros recursos visuais a fim de dinamizar a leitura. Assim, certos fatos e fenômenos se tornam mais fáceis de ser compreendidos graças à utilização de aspectos verbais e gráficos, e a ausência de alguns deles, por menor que seja, afeta a unidade global do texto.

Dessa forma, partimos da concepção de que, para se compreender os contextos em que emergem as várias relações de sentido, é extremamente significativo examinar as combinações que se efetivam entre texto escrito, imagens e cores. Ao analisarmos, portanto, tanto a emergência de relações retóricas entre porções que constituem um mesmo texto, quanto a emergência de relações retóricas entre textos distintos, a presença dos diferentes modos semióticos será investigada e discutida.

Serão apontados, a seguir, alguns aspectos gerais, tanto do gênero *capa de revista* quanto do gênero *reportagem de capa*, buscando-se fundamentar e enriquecer as análises e discussões que serão posteriormente apresentadas.

2.1 O gênero *capa de revista*

A capa de revista é um gênero multimodal diretamente influenciado por questões culturais e históricas e fortemente marcado por uma determinada ideologia. As capas circulam

nas diferentes esferas da sociedade, inserindo-se em uma determinada prática social. Também chamada de “espelho” da edição, a capa reflete os assuntos mais importantes que serão publicados naquele exemplar específico da revista. Heberle (2004, p. 91) afirma que “a capa funciona como uma das mais importantes propagandas da revista”. Desse modo, o propósito comunicativo central desse gênero é destacar, de acordo com a perspectiva ideológica que o orienta, a(s) matéria(s) principal (is) da edição, de maneira informativa e, especialmente, persuasiva.

Conforme poderá ser detectado a partir do corpus analisado na presente tese, além de apresentar informações ao público a que se destina, a capa, por meio da articulação de modos semióticos distintos – como texto escrito, cores e imagens -, atrai os leitores para si mesma e, por conseguinte, para o conteúdo desenvolvido no interior da revista: esse é um gênero que apresenta significativo “poder” de influenciar seus interlocutores. A partir dessa mesma perspectiva, Puzzo (2009, p. 65) afirma:

(...) observa-se a importância de uma análise mais completa no que tange a linguagem verbo-visual das capas de revista, consideradas como um gênero discursivo que circula nas esferas jornalística e publicitária, cumprindo um duplo papel: informação e persuasão. A articulação entre a linguagem verbal e a visual exerce poder persuasivo sobre o público, além de informá-lo sobre os assuntos tratados na revista.

Ao analisarmos cada uma das capas selecionadas para este trabalho, constatamos, de maneira clara, esse aspecto persuasivo do gênero, o qual, em muitos casos, segundo a perspectiva assumida pela presente tese, sobrepõe-se ao aspecto informativo. A partir da análise das capas selecionadas da *Veja*, da *IstoÉ* e da *Carta Capital*, percebe-se, claramente, que a constituição geral desse gênero está fortemente relacionada e orientada pela perspectiva político-ideológica da empresa que elabora a revista. Assim, cada elemento que compõe o arranjo textual, seja este um material verbal ou visual, é minuciosamente escolhido, elaborado, buscando-se defender uma visão específica dos assuntos abordados na edição. Por meio dos recursos disponibilizados pelos diferentes modos semióticos, a equipe de produção – a quem Puzzo (2009, p.68) chama de “representantes autorizados” da empresa proprietária da revista - pretende, ora de maneira mais sutil, ora de maneira mais “agressiva”, persuadir o leitor a compactuar com determinado ponto de vista acerca dos temas “anunciados” nas capas.

Todo o conjunto enunciativo expressa a visão da empresa sobre o assunto da reportagem anunciado na capa: chamada, subtítulos, foto, letras, diagramação e cores. **Não há como escapar de um julgamento de valor, antes mesmo de tomar conhecimento do texto da reportagem interna.** (...) Como resultado dessa tática, a informação perde sua proposta de objetividade quando os enunciados expressos nas capas se deixam permear pela subjetividade de seus emissores de modo mais ou menos explícito, **de acordo com o momento e os interesses imediatos dos enunciadores – equipe/empresa.** (PUZZO, 2009, p. 69) (Grifos nossos)

Conforme poderá ser visto no capítulo de análise, tanto a capa da Veja, quanto a capa da IstoÉ ou da Carta Capital apresentam materiais visuais que, em grande medida, despertam a atenção e o interesse do público leitor, trazendo, assim, imagens que se referem a acontecimentos trágicos que impactaram de forma significativa a sociedade brasileira, imagens que retomam (e legitimam) estereótipos sociais amplamente compartilhados entre os leitores ou, até mesmo, imagens que representam cenas mais comuns do cotidiano, mas que impulsionam à reflexão sobre os problemas político-sociais que assolam o brasileiro.

Assim, apesar desses materiais visuais se constituírem por meio de perspectivas diferentes, todos eles apresentam uma importante característica em comum: essas imagens estabelecem uma forte interação com o leitor, despertando neles variados sentimentos: raiva, revolta, antipatia, empatia, medo, intimidação, consternação, dentre outros. Os leitores, portanto, não se mantendo “neutros” diante da complexa rede de sentidos que se constrói nessa interação, são persuadidos a se apropriar da mesma visão dos fatos construída pela empresa responsável pela revista.

Sobre o uso de imagens em capas de revistas, Puzzo (2009) destaca que, ainda que a esfera jornalística utilize fotos que remetem o leitor à ideia de realidade, esses materiais visuais não correspondem, de fato, ao real. A referida autora aponta que a escolha dessas imagens, tão relevantes para a constituição do gênero, está “impregnada” pela ideologia da equipe/empresa responsável pela revista e que, portanto, o que o leitor vê não é uma versão factual dos acontecimentos, mas sim uma versão elaborada por um ponto de vista específico. Dessa forma, a equipe de produção, ao selecionar o material visual que constituirá o gênero, realiza um intenso trabalho de “construção” da imagem, já que essa equipe faz escolhas quanto ao enquadramento, ao ângulo a ser utilizado, quanto ao cenário de fundo, à perspectiva, entre outros aspectos que interferem diretamente na captação e na apresentação desse importante recurso. Nesse sentido, o leitor deve estar atento diante dessas escolhas feitas pela equipe de produção, uma vez que

(...) as imagens, muito mais que os enunciados verbais, fixam-se no imaginário do leitor, como se fossem a versão da realidade. **Desse modo, a ideologia que perpassa por elas também é transmitida indiretamente ao leitor desavisado ou pouco afeito à leitura crítica.** (PUZZO, 2009, p. 70) (Grifos nossos).

Outro aspecto importantíssimo que caracteriza a capa de revista enquanto gênero textual diz respeito ao fato de que esta se insere em um contexto histórico-social específico. Dessa forma, cada capa de revista publicada, desde sua produção até sua circulação e recepção pelo público leitor, pode tanto receber influências do meio social em que está situada, como também pode influenciar o decorrer dos acontecimentos.

Como exemplo, ao mesmo tempo em que o conteúdo temático das capas é definido a partir dos principais assuntos em pauta pertencentes a um dado momento histórico - como o assunto da maioria penal brasileira, presente em todas as capas analisadas neste trabalho -, esse mesmo conteúdo interfere na formação de opinião dos seus leitores - lembrando que a forma composicional e de estilo da capa é diretamente orientada pela perspectiva político-ideológica da equipe de produção - e também determina a agenda da opinião pública de uma maneira geral.

Nessa perspectiva, a capa de cada edição é diferente da anterior em função dos temas pautados no momento, os quais podem ser utilizados pelos produtores do texto tanto em função do interesse coletivo quanto em função dos interesses da própria empresa responsável pela publicação. Puzzo (2009, p. 66) comenta a importância de se investigar as diferentes capas considerando-se o fato de que as mesmas estão interligadas entre si e situadas historicamente:

Desse modo, apesar de comporem um conjunto integral, tais capas têm um acabamento provisório porque dependem em sua leitura interpretativa do contexto histórico-social dos leitores. Sendo assim, **estabelecem um diálogo com o contexto em que estão inseridas**, propiciando várias possibilidades interpretativas, mas todas elas articuladas pela proposta de comunicação da empresa e de sua ideologia. **Além disso, cada edição estabelece relações significativas, tanto com o contexto daquele momento, quanto com o das edições posteriores e anteriores. Portanto, o enunciado presente em cada exemplar isoladamente está intimamente ligado aos outros que os precedem e os sucedem ao longo do tempo**, segundo a perspectiva enunciativa bakhtiniana (...). (Grifos nossos)

Considerando-se aspectos diretamente relacionados à produção das capas de revista de informação geral (como é o caso das revistas Veja, IstoÉ e Carta Capital, selecionadas pelo presente estudo), identificamos um gênero textual elaborado e confeccionado por

profissionais diversos: redator, diagramador, ilustrador, fotógrafo ou artista plástico, dentre outros, a depender das imagens a serem utilizadas. Desse modo, a capa de revista se configura por meio de uma complexa “rede de gerenciamento”:

(...) as capas mantêm relações dialógicas em vários níveis. No processo de elaboração, portanto no nível imediato, os componentes da equipe de produção estão afinados num objetivo comum com a editoria para a escolha da unidade temática que gerenciará todo o projeto verbovisual: chamadas, distribuição, tipos gráficos, imagens ou fotos, cores e outros elementos composicionais. Pela unidade articulada ao tema, o(s) enunciador(es), pressupõe(m) um leitor correspondente ao público/leitor da revista, considerando também os interesses pelos episódios do contexto imediato. Desse modo, as capas são concebidas em função dessas redes complexas. (PUZZO, 2009, p. 65).

Quanto aos aspectos diretamente relacionados à recepção dessas capas, o leitor da revista de informação de referência pode ser tanto um assinante da revista (de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC) de 2017, mais de noventa por cento (90%) dos leitores da revista *Veja* e *IstoÉ* são assinantes), quanto um leitor ocasional. Os leitores desse gênero pertencem a um grupo muito heterogêneo, uma vez que essas capas podem apresentar assuntos diversos como política, economia, saúde, problemas sociais e econômicos, ciência, relacionamento, comportamento, personalidades, dentre outras temáticas.

No entanto, de uma maneira geral, o referido público leitor é constituído por profissionais liberais e intelectuais com um nível significativo de escolaridade: de acordo com os dados do IVC de 2015, a maior parte dos leitores da *Veja*, da *IstoÉ* e da *Carta Capital* (mais de sessenta por cento) pertencem às classes econômicas AB; trinta e um por cento (31%) dos leitores da revista *IstoÉ* possuem curso superior completo e vinte e um por cento (21%) continuam estudando; oitenta e dois por cento (82%) dos leitores da revista *Carta Capital* possuem curso superior completo e sessenta e três por cento (63%) possuem pós-graduação, mestrado ou doutorado.

Diante desse público, a equipe de produção da capa precisa atender, ao máximo, as expectativas de seus leitores, elaborando, de forma criativa e cada vez mais interessante, suas chamadas principais, as quais geralmente apresentam polêmicas relacionadas a temas da atualidade. No entanto, nesse contexto de produção e recepção, configura-se um importante “dilema” vivido pelos produtores das capas: ao mesmo tempo em que precisa “agradar” seus interlocutores, passando a estes a impressão ilusória de “neutralidade” diante das informações apresentadas, a equipe de produção também precisa criar uma composição textual em que os

fatos noticiados se apresentem de acordo com a perspectiva ideológica da empresa a que pertence a revista.

Acerca desse “conflito de interesses”, mediado pelos produtores do gênero que precisam elaborar uma composição textual aparentemente neutra e, ao mesmo tempo, orientada por uma determinada concepção ideológica, Puzzo (2009) afirma:

As capas, assim enunciadas, mantêm um diálogo tenso entre empresa e público, porque no fio desse discurso se cruzam interesses conflitantes, nem sempre possíveis de serem conciliados: o da empresa, ao impor sua imagem interpretativa que se propõe isenta; a dos leitores, que buscam a informação exata (utópica); e, o próprio fato. (PUZZO, 2009, p. 66)

Por último, é relevante explicitarmos alguns elementos estruturais recorrentes nas capas de revistas. De acordo com Kostelnick e Hassett (2003, p. 97), os variados gêneros, que circulam socialmente, apresentam uma espécie de “identidade visual”, a qual, segundo esses autores, “é enculturada pelo leitor que imediatamente reconhece seus propósitos”, uma vez que essas composições textuais fornecem aos seus leitores “orientações”, ou seja, “pontos de referência confiáveis para interpretar seus propósitos”. Nesse sentido, Vitorino (2011, p. 47) apresenta um esquema que materializa, de forma geral, a identidade visual do gênero *capa de revista*:

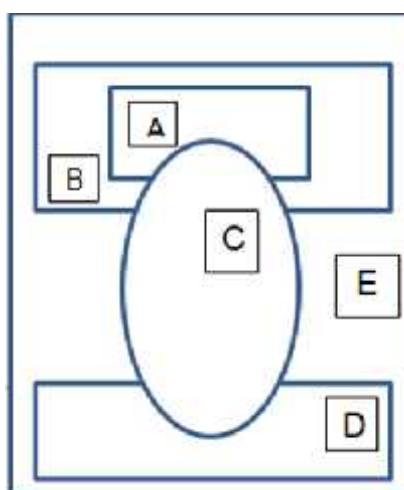


Figura 13 – Identidade Visual do gênero *Capa de revista*. FONTE: Vitorino (2011, p.47)

A partir da figura acima, o **campo A** corresponde ao espaço do *nome da revista*, o qual pode aparecer centralizado, ajustado mais à direita ou mais à esquerda. O **campo B** corresponde ao espaço das *informações referentes à edição*: logotipo da editora, data de publicação, ano e número da edição, preço, código de barras e site da revista. Os dados presentes no campo B podem, comumente, ser distribuídos pelo campo E, não sendo possível, portanto, determinar para eles uma posição fixa na capa. No entanto, é importante salientar que essas informações, em consonância com os propósitos comunicativos do gênero, não ocupam espaços centrais da composição, mas, sim, as laterais do texto.

O **campo C**, porção central da capa, corresponde ao espaço da *imagem principal*, a qual ocupa uma parte considerável do arranjo textual, visto ser ela um dos principais elementos utilizados para captar a atenção e o interesse dos leitores. Essa imagem pode ultrapassar os campos A e B, dependendo das intenções de comunicação que orientam determinada edição.

O **campo D** corresponde ao espaço da *chamada principal*, a qual estará diretamente conectada à imagem que preenche o campo C, material visual que pode ser sobreposto por esse texto verbal – como ocorre, por exemplo, com a edição da IstoÉ selecionada por este trabalho. Em geral, na chamada de capa, a equipe de produção pode utilizar recursos como o uso de palavras que remetem a um duplo sentido, o uso de metáforas, o uso de discurso direto, intertextualidade, dentre outras estratégias. Essa chamada central da revista é aquela que dialoga diretamente com a reportagem de capa, presente no interior da revista, constituindo-se, assim, como o vínculo principal, como o “elo” mais forte que conecta os gêneros capa e reportagem de capa. Conforme poderá ser constatado no capítulo de análise, o diálogo entre essa porção da capa e a reportagem é um importante fator que permite investigar a emergência de relações de sentido entre textos, conforme propõe a presente tese.

O **campo E**, por sua vez, corresponde ao espaço dos outros destaques da edição, também denominados aqui por *chamadas secundárias*. Esses destaques podem aparecer na parte superior da capa – conforme acontece nas três capas do presente *corpus* – ou na parte inferior, à esquerda ou à direita, acompanhadas ou não de imagens menores.

Após a apresentação de algumas características relevantes acerca do gênero acima referido, serão apontados, a seguir, aspectos gerais relacionados à reportagem de capa, gênero que, conforme enfatizado pelo presente estudo, constitui-se na revista a partir de um expressivo diálogo com a capa.

2.2 O gênero *reportagem de capa*

De acordo com Mello (1985), na esfera jornalística, os gêneros textuais podem ser divididos em dois grandes grupos: os gêneros que constituem o chamado “jornalismo informativo” – aqueles que apresentam como principal propósito narrar fatos noticiosos – e os gêneros que constituem o chamado “jornalismo opinativo” – aqueles que têm a intenção comunicativa de expor a opinião do autor do texto. Com relação a esse aspecto, a reportagem²² – mais especificamente a reportagem impressa - é considerada um gênero “problemático”, já que se trata de uma atividade social que não possui uma definição clara entre os estudos linguísticos, tampouco na literatura do jornalismo. Há ainda outras divergências quanto à natureza desse gênero: há alguns pesquisadores que definem a reportagem como uma espécie de “notícia ampliada” - como Bahia (1990) - e há outros que entendem a reportagem como um “gênero autônomo” - como Lage (1985).

Ao compararmos diferentes concepções acerca desse gênero jornalístico, parte dos estudiosos parece concordar que seu principal propósito comunicativo é informar sobre determinado assunto – ou o desenrolar de um fato -, o qual não necessita estar relacionado às discussões do momento. Vista por esse prisma, a reportagem é mais comum em revistas e em edições específicas de jornais – como as edições do fim de semana -, já que o jornalista que produz essa composição precisa de tempo para o levantamento de dados, análises, entrevistas com pessoas envolvidas com os fatos narrados, especialistas, etc.

Embora o referido gênero seja caracterizado como aquele que “informa” sobre determinada temática, é relevante destacar o que afirma Lage (1985, p. 46): “a reportagem não cuida da cobertura de um fato ou de uma série de fatos, mas do levantamento de *um assunto* conforme ângulo preestabelecido”. Nesse sentido, apesar da reportagem procurar manter um caráter mais objetivo, esse gênero apresenta um determinado tema por meio de uma perspectiva pessoal, com “contorno narrativo bem marcado”, conforme apontam Faria e Zanchetta (2007, p. 49). Um aspecto que evidencia a subjetividade que caracteriza essa composição textual corresponde ao fato de que, geralmente, a reportagem, ao contrário do que

²² Conforme pode ser observado nessa parte da tese, apresentamos aspectos que identificam o gênero “reportagem impressa” de uma maneira geral. Assim, as características apresentadas podem se referir tanto à “reportagem de capa” quanto a uma reportagem que não está “conectada” à chamada principal da capa do veículo de comunicação em que ela se insere. No entanto, na medida em que as discussões acerca desse gênero avançam, são apontados, pelo presente trabalho, aspectos específicos da “reportagem de capa”, composição textual que se relaciona intimamente com a capa da revista, em especial com a manchete central ali anunciada aos leitores.

acontece na notícia, é assinada pelo repórter, o que revela mais claramente que as discussões ali apresentadas são orientadas e organizadas por um ponto de vista específico, por um olhar particular.

A partir dessas considerações, realçamos que todas as reportagens do presente *corpus* – as reportagens de capa da Veja, da IstoÉ e da Carta Capital - explicitam que, de fato, essas composições são construídas pelas respectivas empresas responsáveis a partir de um “ângulo preestabelecido”, uma vez que a elaboração de cada uma delas foi minuciosamente orientada por uma determinada perspectiva político-ideológica acerca do tema da maioria penal brasileira. Dessa forma, conforme será mais bem visto no capítulo de análise, todo o material textual que constitui as referidas reportagens de capa – materiais verbais ou visuais, como o título, o subtítulo, o lide, o corpo da matéria, as fotos e suas respectivas legendas, os quadros, os infográficos, etc. – contribui e exerce função determinante na construção do ponto de vista defendido pelos autores, seja esse posicionamento a favor ou contra a redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

Conforme já apontado, o tema “anunciado” pela chamada principal da capa será aquele que também constituirá toda a discussão desenvolvida na reportagem principal. A partir disso, enfatizamos uma questão relevante que caracteriza o diálogo entre a capa de revista e a matéria de capa: o ponto de vista acerca de determinado assunto, apresentado pela equipe de produção na capa, será o mesmo ponto de vista defendido pelo(s) produtor/autor(es) da reportagem de capa. Assim, conforme será posteriormente discutido em nossas análises, nas capas das revistas Veja e IstoÉ a redução da maioria criminal brasileira é explicitamente defendida, enquanto que na capa da revista Carta Capital há um claro posicionamento contra essa redução – na capa dessa última revista, os autores argumentam que, apesar de 90% da população defender a redução da maioria penal, os brasileiros “não percebem as causas reais da insegurança”. Por sua vez, os autores das reportagens de capa das respectivas revistas apresentam ao público leitor informações – mais especificamente, argumentos - que se articulam a partir desses mesmos pontos de vista, de maneira que, como destacado acima, capa e reportagem na revista estão “alinhadas” pela mesma concepção político-ideológica.

Diante das questões trazidas acima, ressaltamos que a presente tese se fundamenta a partir da perspectiva que considera a reportagem de capa muito mais como um gênero *argumentativo* do que como um gênero *informativo*. Apesar de considerarmos as limitações

de nossas análises e, especialmente, a complexidade que caracteriza o “problemático” gênero em estudo, a partir de nossas investigações acreditamos que cada um dos diferentes elementos estruturais e discursivos que constituem a matéria de capa apresenta uma função fundamental para que o “processo argumentativo” elaborado pelos autores seja apresentado de forma interessante e atraente. Portanto, na interação entre produtores/reportagem de capa/ leitores, desenvolve-se uma intensa busca não apenas por “informar” o leitor, mas principalmente por persuadi-lo a “olhar” para o assunto tratado no texto através das mesmas “lentes” dos autores da reportagem, os quais, por sua vez, também estão alinhados com a orientação ideológica da empresa responsável pela revista.

Ainda sobre essa interação entre produtores/reportagens de capa/leitores consideramos importante destacar o papel desse público leitor: assim como os autores do texto trabalham e investem de maneira expressiva para persuadir aqueles que leem, o público leitor também se apresenta de forma ativa nesse processo, uma vez que esses leitores, muitas vezes, já previamente conhecedores da perspectiva político-ideológica que caracteriza as empresas responsáveis pelas revistas, irão “filtrar”, selecionar as reportagens que desejam ler, os textos com os quais desejam interagir.

Nesse sentido, ainda que os produtores das reportagens desenvolvam um efetivo trabalho de persuasão, o público leitor já possui as suas próprias “verdades”, já desenvolveu sua própria visão de mundo e dos acontecimentos que se sucedem, selecionando, portanto, reportagens que “compactuem” com a perspectiva ideológica com a qual se identifica. Assim, nessa interação produtores/reportagens de capa/leitores, encontramos duas interessantes “vias” que caminham para um mesmo ponto: assim como o público leitor seleciona as reportagens de capa que deseja ler, por sua vez, as reportagens - elaboradas por seus autores, a partir de uma marca ideológica que orienta a articulação de todos os modos semióticos que constituem o texto -, também “selecionam” seus leitores.

A esse “cenário argumentativo” que caracteriza a defesa de determinado ponto de vista na construção das reportagens de capa está articulada uma intensa “busca por neutralidade” por parte dos autores. Puzzo (2009, p.66), conforme apontamos nas discussões sobre o gênero capa de revista, afirma que, enquanto as empresas que produzem as revistas investem em uma “imagem interpretativa que se propõe isenta”, os leitores, por outro lado, “buscam a informação exata”, o que, segundo a autora, é utópico. Dessa forma, Puzzo (2009) destaca o dilema vivenciado pelos produtores da capa da revista – conflito que também é vivido pelos

produtores da reportagem de capa -, já que estes ao mesmo tempo em que buscam defender um determinado ponto de vista compatível com a visão ideológica da empresa responsável pela publicação, também precisam construir a impressão ilusória de que produzem um jornalismo neutro, configurando-se, assim, pretensões, muitas vezes, inconciliáveis.

Como exemplo do que foi acima apontado, está a edição da revista IstoÉ selecionada pelo presente trabalho. Conforme poderá ser visto no capítulo de análise, os produtores da capa e da reportagem de capa da referida revista, por meio da articulação de diferentes modos - em especial o texto escrito e a imagem -, posicionam-se favoravelmente à redução da maioria criminal no Brasil, defendendo que um adolescente de 16 anos é capaz de fazer suas próprias escolhas e ser punido como um adulto diante dos crimes que pratica. Por meio desse ponto de vista, capa e reportagem enfatizam a necessidade do Estado de rever, a partir do âmbito penal, o tratamento oferecido a esses jovens que “conquistam novos direitos, mas são tratados como crianças quando cometem crimes bárbaros”. No entanto, ao mesmo tempo em que defende um ponto de vista específico, fazendo com que todos os elementos do texto se direcionem para a construção de um único posicionamento acerca do assunto anunciado na capa e desenvolvido pela reportagem de capa, a revista IstoÉ se apresenta como aquela que proporciona aos leitores “opiniões diversas”, de forma que sua “neutralidade” diante dos assuntos discutidos se configura como um “antídoto para a polarização do mundo de hoje”:

Uma revista semanal com **opiniões plurais para mentes independentes. Nem de esquerda, nem de centro, nem de direita.** O antídoto perfeito para a polarização do mundo de hoje. **Existem muitos pontos de vista e só o jornalismo de qualidade consegue esclarecer o que é falso e o que é verdadeiro, mostrando o quanto importante é termos opiniões diversas.** Oportunidade para dialogar e construir um Brasil melhor. É isso que a plataforma IstoÉ faz. (ISTOÉ, MÍDIA KIT 2018) (Grifos nossos)

Quanto aos aspectos estruturais, encontramos os seguintes elementos que constituem a reportagem de capa: o *título*, o *subtítulo*, o *olho*, o *lead*, o *corpo do texto*, *fotos* e suas respectivas legendas, *quadros* e *infográficos*. O título de uma reportagem de capa – geralmente acompanhado por uma “imagem de abertura” – é um dos primeiros elementos apresentados no texto, o qual deve ser interessante e atraente, despertando a atenção do leitor e o conduzindo para a leitura integral da composição. Há um aspecto relevante que está presente nos títulos analisados por este estudo: esses “pontos de partida” dos textos já apontam para o leitor indícios acerca do ponto de vista a ser defendido pelos autores na reportagem de capa.

Assim, expressões linguísticas como “Justiça só para maiores” (Veja), “Jovens criminosos e a maioria penal” (IstoÉ), “Mau Conselheiro” ou “O inimigo errado” (Carta Capital) já sinalizam um possível “fio argumentativo” que irá conduzir a apresentação e a organização das informações e argumentos presentes no texto. No caso da presente tese, esses títulos, articulados ao restante da reportagem, mostram-se como elementos que “despontam” ou o posicionamento a favor ou o posicionamento contra a redução da maioria penal.

Como apontado, bem próxima ao título está uma imagem, aqui denominada de “imagem de abertura”. Esse primeiro material visual ocupa uma parte expressiva da reportagem de capa - preenchendo até uma página inteira - e, como o título, também é apresentado ao leitor de maneira interessante, despertando-lhe o interesse e motivando-lhe a leitura. Como poderá ser observado posteriormente, essa imagem também se associa intrinsecamente à visão particular do(s) autor(es) sobre o assunto a ser tratado, oferecendo aos leitores, por meio dos aspectos que a constituem, algumas “pistas” relacionadas ao ponto de vista que se pretende desenvolver.

O *subtítulo*, também denominado de “gravata” ou “linha fina”, posiciona-se logo abaixo do título e está relacionado tanto a este último elemento quanto ao corpo da reportagem como um todo. Nesse sentido, essa importante porção do texto pode tanto complementar e explicar o título, como também pode se configurar como um pequeno resumo do conteúdo a ser em seguida apresentado. Assim como o título e a imagem de abertura, o subtítulo de uma reportagem está “repleto de intencionalidades e recursos persuasivos que contrariam o discurso da neutralidade jornalística” (CAMARGO, 2009, p. 02). Desse modo, considerando as reportagens de capa do presente corpus, constatamos, claramente, os pontos de vista defendidos por meio dos subtítulos no que diz respeito a reduzir ou não a maioria criminal:

Os jovens que participaram do estupro coletivo no Piauí que terminou na morte de uma jovem ficarão, no máximo, três anos internados. Isso é justo? (REVISTA VEJA, ponto de vista favorável à redução da maioria criminal).

Os jovens de 16 anos conquistam novos direitos, mas ainda são tratados como crianças quando cometem crimes graves. Agora, aumenta a pressão para que adolescentes recebam penas mais duras quando participam de crimes hediondos ou são reincidentes, e o congresso resolve enfrentar a questão. (REVISTA ISTOÉ, ponto de vista favorável à redução da maioria criminal).

Transformar os jovens infratores em bodes expiatórios não vai resolver o problema da segurança no Brasil. (REVISTA CARTA CAPITAL, ponto de vista contrário à redução da maioria criminal).

O *olho* corresponde a uma frase de efeito ou impactante que foi retirada do conteúdo da matéria e colocada em destaque, entre aspas, em um boxe ou outro espaço entre as colunas que organizam as reportagens. As reportagens de capa analisadas pelo presente estudo não apresentaram em sua constituição esse importante recurso argumentativo. No entanto, é possível dizer que a reportagem da revista IstoÉ tenha apresentado um recurso semelhante: a autora da matéria, ao apresentar argumentos centrais que fundamentavam o ângulo assumido em relação à maioria penal, colocava esses fragmentos de texto em destaque, marcados em negrito e, portanto, mais visíveis ao leitor. Camargo (2009, p. 02) assim descreve o olho das reportagens:

O olho (também chamado de janela) é um trecho do texto da reportagem cujo autor (o repórter) ou editor julga importante destacar. Por si só, o olho é um recurso argumentativo, pois graficamente, ele é concebido com tipologias, cores, tamanhos de tipos e disposição na página (diagramação) diferenciados, que ao mesmo tempo lança, ao leitor, migalhas da reportagem, indica em qual parte da reportagem está aquele trecho, recorta o assunto possibilitando ao leitor “pular” partes e ir para partes que a revista julgou mais importantes para serem lidas.

Entre as possíveis traduções, em língua portuguesa, da palavra “lead” estão os verbos “guiar” ou “conduzir”. Os sentidos apontados por essas palavras são, de fato, compatíveis com o papel desempenhado pelos primeiros parágrafos de uma reportagem de capa: “guiar”, “orientar” ou “contextualizar” os leitores acerca do conteúdo que será imediatamente desenvolvido nos parágrafos seguintes, os quais, por sua vez, constituem o denominado “corpo do texto” ou “corpo da reportagem”. Assim, por meio desse(s) primeiro(s) parágrafos, o leitor tem acesso a informações centrais, as quais o auxiliarão a compreender todo o restante do texto, tais como: o que está sendo discutido pela reportagem, a partir de que perspectiva essa discussão é realizada, que fatos estão relacionados a essa temática, quando esses fatos ocorreram, quais foram as ações realizadas, quem são os envolvidos com essas ações, dentre outros pontos importantes.

Nas reportagens de capa examinadas, foi possível detectar que a elaboração do lead se configura como uma eficiente estratégia argumentativa, especialmente naquelas reportagens em que se desenvolve um ponto de vista a favor da redução da maioria penal. Como pode ser observado, antes de desenvolver e discutir propriamente essa temática referente à legislação brasileira, os autores iniciam suas reportagens narrando acontecimentos trágicos que impactaram a sociedade brasileira de forma expressiva – como casos relacionados a assassinatos, torturas e estupros -, os quais trazem à tona ações criminosas praticadas por

adolescentes menores de 18 anos. Nesse sentido, ao apresentar no lead graves crimes cometidos por esses jovens, os autores, já no início do texto, despertam emoções negativas naqueles que interagem com a narrativa, levando-os a repudiar por completo a atitude desses adolescentes, o que reforça a “sede por justiça” por parte dos leitores.

As *fotos* são grandes atrativos visuais da reportagem de capa, as quais, de maneira instigante, despertam o interesse do leitor pelo conteúdo apresentado no corpo do texto. Esse material visual tem um papel tão importante na constituição do gênero que é possível que o leitor “passeie” por todas as páginas da reportagem, motivado por essas imagens, para então, apenas depois, interagir com a parte escrita da composição. Faria (2001, p. 218 e 219) afirma que o fotojornalismo “é hoje parte integrante da informação impressa e, como qualquer comunicação pela imagem, exige algum preparo do leitor para a sua leitura crítica”. Essa necessidade de “preparo do leitor para uma leitura crítica” se refere ao fato de que os leitores, ao interagir com esses materiais visuais, precisam estar atentos, já que os autores do gênero selecionam e elaboram cuidadosamente as fotos que serão apresentadas, as quais, como afirmam Kress e Van Leeuwen (2006), são fortemente marcadas pela cultura e pela ideologia que as orienta. Puzzo (2009, p. 68) faz uma interessante afirmação que corrobora questões bastante perceptíveis no presente corpus:

Apesar de a fotografia simular o real, não constitui um registro fidedigno, pois um conjunto de decisões formais é preestabelecido e faz parte do mecanismo fotográfico, tais como: tipo de lente, abertura do diafragma, tempo de exposição da película à luz (NEIVA JR., 2006, p. 73). Ademais, **a própria seleção feita pelo fotógrafo, que compreende o enquadramento, o ângulo, o cenário de fundo, a perspectiva, entre outros, denota a interferência do seu olhar na captação da imagem. Há um recorte intencional que direciona um modo de ver a cena retratada.** Ainda, é preciso considerar a edição da imagem por meio da qual a foto pode ser manipulada e, em certos casos, alterada de modo radical. Portanto, a fotografia traz a ilusão de realidade, mas é, sobretudo, sua representação. (...) (Grifos nossos).

Portanto, as fotos presentes na reportagem de capa – assim como as imagens que constituem a capa – não são meros “recursos ilustrativos”, mas representam e corroboram, de maneira determinante, a construção de um ponto de vista específico, o qual perpassa por toda a composição textual. No caso das reportagens presentes nesta tese, as fotos estão cuidadosamente alinhadas com a argumentação desenvolvida na parte verbal: ora esse material visual desperta o leitor para um ponto de vista favorável à redução da maioria criminal, ora essa imagem o incentiva a posicionar-se contra. Desse modo, cada uma das

fotos está diretamente conectada às porções escritas do corpo do texto, apresentando, muitas vezes, uma “versão visual” das informações desenvolvidas no material verbal.

Em relação às fotos, destacamos ainda o papel fundamental exercido pelas legendas. Essas breves porções escritas, fortemente ligadas ao material visual a que se referem, apresentam informações acerca do conteúdo das imagens - as quais, em alguns casos, são antecedidas por um pequeno “título” -, identificando elementos, apontando descrições, explicações e comentários avaliativos sobre questões que foram apontadas no corpo do texto. Assim, ressaltamos aqui a função argumentativa das legendas: estas apresentam aos leitores, muitas vezes, julgamentos e questionamentos por meio dos quais os autores do texto parecem revelar, mais explicitamente, seu ponto de vista sobre o assunto tratado na reportagem. No presente *corpus*, encontramos legendas que apresentam títulos e comentários que corroboram, claramente, no contexto argumentativo em que se inserem, um ponto de vista particular sobre o tema da maioria penal: “Relato da crueldade” (Veja), “Três anos é punição?” (Veja), “Adulto para mudar?” (IstoÉ), “Negligência, superlotação... assim se cria uma fábrica de bandidos” (Carta Capital).

Os *quadros* se apresentam como “caixas de texto” diferenciadas pela cor e/ou pela tipografia das partes escritas, os quais se configuram como elementos mais salientes por combinar, em seu interior, textos verbais e imagens. Esses quadros, assim como as *tabelas* e os *gráficos*, acrescentam novos dados e desdobramentos aos tópicos apontados no corpo da reportagem, além de apresentar comprovações, evidências e justificativas que se constituem a partir das afirmações feitas pelos autores.

Sobre os *infográficos*, Gaydeczka (2007), em seu artigo “A multimodalidade na reportagem impressa”, aponta as seguintes considerações:

É um recurso textual criado com a função de instruir o leitor. Esse recurso textual apresenta de forma prática e didática conhecimentos técnicos, científicos e organizacionais (...). Um infográfico é constituído de representações visuais e escritas em um conjunto gráfico. Os textos escritos tratam de explicações, justificativas e descrições dos elementos figurativos. A utilização de infográficos normalmente ocorre em reportagens voltadas a temáticas científicas, na tentativa de explicar o aspecto tridimensional de um objeto, ou coisas muito pequenas que fogem da capacidade humana de visualização como – uma célula, um vírus, uma molécula, um átomo – ou coisas muito grandes – um furacão, uma onda gigante, o funcionamento do tráfico numa favela (...). Esses recursos existentes em gêneros jornalísticos não têm objetivo meramente ilustrativo; tornam-se informações, completam informações difíceis de serem exemplificadas apenas com recursos verbais. (GAYDECZKA, 2007, p. 113 e 114).

Conforme dito pela autora acima, os infográficos que aparecem nas reportagens de capa examinadas no presente trabalho oferecem ao leitor, por meio da articulação de partes escritas e imagens, novos detalhes e explicações que esclarecem e ampliam questões discutidas pelos autores no corpo da reportagem. É interessante observar que, de fato, as reportagens da *Veja* e da *IstoÉ* apresentam infográficos relacionados ao domínio científico, os quais, inseridos na discussão sobre a maturidade de um adolescente de 16 anos, descrevem e explicam o cérebro adolescente. Nas matérias principais de ambas as revistas, os autores identificam os nomes das diferentes partes do referido órgão, descrevendo as funções e o grau de maturidade de cada uma delas em um jovem menor de idade.

Ressaltamos, no entanto, que os autores, mais do que utilizar esses infográficos como fonte de informações para os leitores, utilizam esse rico material visual como mais uma estratégia argumentativa: os dados e descrições trazidos pelos infográficos presentes na *Veja* e na *IstoÉ* se mostram como uma busca, por parte dos autores, por apresentar uma “evidência científica” de que um adolescente de 16 anos tem maturidade suficiente para ser tratado como adulto diante dos atos infracionais praticados. Uma vez que as reportagens dessas revistas argumentam a favor da redução da maioridade criminal, os infográficos se configuram, portanto, como uma espécie de “prova”, de “comprovação” do ponto de vista defendido²³.

Há dois aspectos discursivos que caracterizam a reportagem de capa e que, devido a sua relevância no processo de construção de sentidos, precisam ser apontados: a *delegação de vozes* no texto e o uso de *perguntas retóricas*. Cleonice Ramos, pesquisadora da Universidade de São Paulo, em seu artigo “Especificidades discursivas e efeitos de sentido no gênero textual *Reportagem de Capa*”, afirma que a presença de diferentes vozes de profissionais na reportagem aponta para a “heterogeneidade mostrada e marcada” do gênero e que cada uma dessas vozes se constitui como importantes “argumentos de autoridade”.

De acordo com essa autora, as falas de especialistas estão em concordância com os pontos de vista defendidos pelos autores no texto, o que proporciona consistência discursiva e reforça os “efeitos de veracidade” na apresentação das informações. Ramos (2007, p. 7) assim descreve a delegação de vozes na reportagem de capa:

Citar uma autoridade em sua área de atuação legítima-a como adjuvante e, portanto, “fiador” do ponto de vista enunciado. O outro citado, com ares de autoridade, visa a

²³ Essa caracterização dos infográficos enquanto estratégia argumentativa utilizada pelos autores das reportagens de capa será mais bem discutida no capítulo de análise.

“ajudar” a validar o discurso citante, ou seja, tornar mais verossímil o que se afirma na reportagem. Esses sujeitos são, desse modo, previamente eleitos porque são reconhecidos em suas especialidades e habilidades dentro do universo corporativo empresarial, isto é, são selecionados pelas competências e prestígio que tais habilidades lhes conferem. Essas vozes são trazidas, portanto, como reforço do discurso instituído e, por sua vez, detêm o argumento de autoridade no assunto proferido com o mesmo olhar ético proposto pela enunciação.

Portanto, essas vozes – falas competentes e que desfrutam de significativo prestígio – legitimam o discurso dos próprios autores, configurando-se como uma eficiente estratégia argumentativa para “manipular o leitor”, uma vez que “o destinatário é levado a crer, propósito, aliás, do discurso jornalístico, pautado pela informação com ideais de certeza e veracidade dos fatos e não pela dúvida” (RAMOS, 2007, p. 6). No capítulo de análise do presente trabalho, é possível perceber que as vozes de especialistas nas reportagens examinadas exercem papel fundamental na construção da argumentação dos autores, trazendo informações relevantes para a organização da estrutura retórica da composição.

O uso de perguntas retóricas na reportagem instaura no texto a ideia de diálogo, de proximidade entre autores e leitores. De acordo com Discini (2005, p. 340), a pergunta retórica é “o meio para a construção da imagem positiva do leitor: aquele que é e sabe que é legítimo participante da cena enunciativa”. No entanto, ainda que haja uma interação entre eles, os autores não desejam saber a “resposta” dos leitores, já que essa resposta é implicitamente desenvolvida no texto, em consonância com a perspectiva argumentativa dos criadores da composição. Ramos (2007, p. 8) explica:

Com as perguntas retóricas, o narrador busca interagir com o narratário-leitor, o que confirma o efeito de sentido de subjetividade e proximidade entre os parceiros postos no “diálogo” encetado. Esse narrador faz mais do que “falar”: instiga o narratário-leitor a responder à pergunta feita. Será dispensável responder a ela, já que as respostas estão dadas implicitamente no próprio texto. O efeito de proximidade é ainda mais enfatizado se houver “resposta” à pergunta feita, com voz doada pelo narrador a um interlocutor.

Nas reportagens examinadas no presente estudo, há muitas perguntas retóricas, as quais são especialmente apresentadas ao leitor nos primeiros parágrafos. Assim, por meio do *lead*, os autores já “convidam” os leitores para participar da discussão proposta no texto, despertando-lhes a reflexão. Vejamos a seguir alguns exemplos dessas perguntas no texto:

O adulto vai pegar trinta anos de cadeia. Os menores, três anos, sendo que uma ínfima parcela deles cumpre todo o período de reclusão. **Isso é certo? É errado? Tem certo e errado nessa questão? Essas são as perguntas certas a fazer**

quando um país é abalado todos os dias por histórias de crimes violentos e cruéis cometidos por menores de idade? (VEJA, 17 de junho de 2015, p. 42)

Mas será que um jovem de 16 anos em 2013 tem o mesmo amadurecimento e acesso à informação que tinha um adolescente da mesma idade em 1940? Será que o rapaz de 17 anos, 11 meses e 27 dias que covardemente atirou na cabeça do universitário Victor Hugo Deppman, de 19 anos, depois de lhe roubar o celular, não sabia das consequências de seus atos? (ISTOÉ, 1º de maio de 2013, p. 67).

No entanto, conforme enfatizado acima, mesmo apresentando tantos questionamentos, os produtores da matéria jornalística não esperam e, nem mesmo, desejam respostas por parte do público leitor: eles mesmos já as possuem e estão prontos para apresentá-las. Desse modo, as perguntas retóricas se configuram como mais um eficiente instrumento argumentativo do gênero, uma vez que as mesmas “conduzem” o olhar do leitor para o ponto de vista já escolhido, já determinado pelos autores da reportagem de capa.

Diante de todos os aspectos apresentados acima acerca da capa de revista e da reportagem de capa, a presente tese enfatiza a ideia de que há entre esses dois gêneros um interessante e rico diálogo, especialmente quando consideramos que o assunto tratado pela reportagem principal é previamente apresentado na capa. É possível perceber que essa “conexão” entre esses textos é tão determinante que o leitor pode, até mesmo, ter acesso ao ponto de vista defendido no interior da revista antes de interagir diretamente com a reportagem. Assim, a capa - importante “vitrine” da edição - não apenas “anuncia” as informações centrais que serão posteriormente desenvolvidas, como também aponta a perspectiva que orientará toda a argumentação dos autores na matéria principal.

Antes das análises, no entanto, será apresentado, a seguir, o capítulo da metodologia, no qual estão presentes todos os procedimentos que orientam a organização e desenvolvimento do presente trabalho.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

A partir da interface entre os quadros teórico-metodológicos da RST e da Multimodalidade, o objetivo geral da presente tese é identificar e discutir a emergência e o funcionamento de relações retóricas no diálogo entre a capa de revista e a reportagem de capa numa abordagem multimodal, considerando a macroestrutura desses textos. Desse modo, buscando-se alcançar o objetivo traçado, organizamos este trabalho a partir de duas etapas principais. Na **primeira etapa**, considerando o modo semiótico escrito e a imagem, concentramo-nos na investigação da emergência e funcionamento das relações de sentido em cada um dos gêneros textuais selecionados para este estudo, ou seja, uma análise particular da organização da estrutura retórica das capas de revista e, em seguida, da organização da estrutura retórica das reportagens de capa.

Na **segunda etapa** da investigação, aquela em que se desenvolve a meta final deste estudo, considerando também a articulação entre a linguagem verbal e visual, realizamos a análise da emergência das relações retóricas no diálogo entre os dois gêneros anteriormente examinados, partindo do princípio de que capa e reportagem de capa estão intrinsecamente relacionadas nas revistas, o que proporciona diferentes combinações entre textos.

Enfatizamos a ideia de que a análise específica tanto da capa quanto da reportagem de capa tem como objetivo ampliar, enriquecer e fundamentar o estudo da emergência das relações retóricas no diálogo entre esses dois gêneros de texto. Assim, quando analisamos e compreendemos a organização da estrutura retórica da capa e, logo em seguida, a organização da estrutura retórica da reportagem principal – considerando, em ambos os contextos, a articulação entre o texto escrito e a imagem -, é possível expandir, de maneira mais fundamentada, nossa investigação acerca da emergência das relações de sentido entre esses gêneros distintos na revista.

Destacamos ainda que o presente estudo é de natureza essencialmente *qualitativa*, ou seja, a partir do *corpus* previamente selecionado e organizado, são exploradas e discutidas as características dos dados coletados, os quais - conforme perspectiva de análise assumida -,

não são mensurados por meio de recursos e técnicas estatísticas, já que o material reunido não pode ser fácil e satisfatoriamente descrito numericamente.

3.1 Constituição e caracterização do *corpus*

As capas de revista e reportagens de capa foram selecionadas a partir de um (1) exemplar da revista *Veja* – edição 2430, ano 48, nº 24, de 17 de junho de 2015 -; um (1) exemplar da revista *IstoÉ* - ano 37, nº 2267, de 1º de maio de 2013 - e um (1) exemplar da revista *Carta Capital* – ano 20, nº 812, de 13 de agosto de 2014²⁴. A partir dessas três revistas, foram analisadas **três capas e cinco reportagens de capa**. As três publicações selecionadas fazem parte do conjunto de revistas de informação de referência no Brasil, sendo todas elas periódicos semanais, de circulação nacional, que apresentam um número expressivo de leitores e desempenham papel importante na sociedade brasileira como veículos de comunicação formadores de opinião.

Essas revistas se organizam a partir de assuntos diversos, provenientes de diferentes áreas do conhecimento – política, economia, saúde, cultura, comportamento, tecnologia, ecologia, religião, entre outros -, apresentando temáticas relacionadas às questões atuais que se encontram em discussão no país, configurando-se, dessa forma, como fontes importantes de informação para grande parte da sociedade brasileira.

Dittrich e Lage (2002) ressaltam que as revistas semanais brasileiras se caracterizam por praticar muito mais um *jornalismo opinativo* do que um *jornalismo interpretativo*. Os referidos autores definem a interpretação como um aspecto do texto jornalístico que apresenta fatos propondo ligações entre eles, o que possibilita ao leitor a realização de diversas leituras, seja por meio de analogias entre as informações apresentadas, seja por relações de causa/consequência, dentre outros caminhos de interpretação. Por sua vez, a opinião é definida como uma característica da matéria jornalística que apresenta ao leitor apenas uma versão diante dos vários fatos. Dittrich e Lage (2002, p.5) afirmam que “textos informativos e

²⁴ Conforme será mais bem explicitado no capítulo de análise, os anos das revistas que constituem o presente *corpus* variam uma vez que, na seleção das capas e reportagens de capa, buscamos por um mesmo tema que se repetisse nos três periódicos. Dessa forma, durante essa escolha, deparamo-nos com o tema da maioridade criminal no Brasil. Esse assunto, além de ter sido publicado tanto na *Veja* quanto na *IstoÉ* e na *Carta Capital*, de acordo com nosso ponto de vista, promove, a partir dos gêneros estudados, composições textuais bem interessantes e ricas no que diz respeito ao material verbal e visual a serem investigados. Esse tema, no entanto, não foi publicado pelas referidas revistas no mesmo ano: a *IstoÉ* traz essa discussão em 2013, em 2014 a *Carta Capital* o retoma e, diante das novas questões trazidas pelo contexto social em 2015, o assunto é novamente apresentado à sociedade brasileira.

interpretativos diferem de textos opinativos porque fornecem ao consumidor escolhas quanto à conclusão. Diante de textos opinativos, só se pode concordar ou não”.

Apontando ainda as características gerais das revistas de informação de referência no Brasil, destacamos o seguinte:

O que se evidencia é que essas revistas – e, numa análise de consistência ideológica, certamente *Veja* mais do que as outras – vendem opinião, tanto quanto ou mais do que interpretação ou informação sobre a realidade. Como não poderia deixar de ser em empreendimentos comerciais de tal grandeza, o viés reflete o conjunto de interesses dominantes na sociedade em dado momento, além de traços do *hic et nunc* dos redatores. (DITTRICH e LAGE, 2002, p. 16).

A revista *Veja* é a revista semanal brasileira de maior circulação na atualidade – seguida pelas revistas *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*, nessa ordem. Produzida pela Editora Abril, *Veja* é a revista de informação com maior tiragem do país, superando 1 milhão de exemplares: segundo dados da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), a circulação média mensal da versão impressa no ano de 2015 foi de 1.167.928 exemplares por edição, sendo 84% desse total por meio de assinaturas e 16% através de vendas avulsas.

A história da referida revista se inicia em 1958, dez anos antes de sua primeira publicação, quando Roberto Civita, filho de Victor Civita, chega dos Estados Unidos determinado a organizar uma revista brasileira no mesmo formato da *Time* americana. Após o declínio da revista *Realidade* - grande fenômeno cultural brasileiro, que teve suas forças rendidas em razão da censura militar e do anseio da população por notícias mais rápidas e diretas -, em meados de 1967, Victor Civita, já persuadido pelo filho acerca do “empreendimento *Veja*”, convida Mino Carta – atual diretor da revista *Carta Capital*, que estava na Itália – para voltar ao Brasil e ser o diretor da nova revista semanal de informação.

No dia 9 de setembro de 1968 foi lançada a primeira edição da revista *Veja*, trazendo a manchete de capa “O grande duelo no Mundo Comunista”. No entanto, o início da história da revista não foi marcado por grandes sucessos. Em seu trabalho “As fontes jornalísticas no Caso Dossê – uma análise de enquadramento da cobertura das revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*”, Flávio Agnelli Mesquita (2008) aponta que os jornalistas da época não estavam prontos para produzir uma revista semanal, com textos interpretativos e mais profundos que os jornais diários, o que provocou um significativo declínio nas vendas do semanário.

Após passar por um período de crises e mudanças, em 1971, a história da *Veja* começa a mudar e suas vendas são impulsionadas por meio do sistema de assinaturas. Sobre esse período vivido pela revista, Mesquita (2008, p. 53) explica:

Junto às vendas por assinatura, a revista conseguiu fazer grandes reportagens sobre os governos militares que atraiu a atenção dos leitores. No entanto, isso também provocou algumas reações por parte dos militares durante toda a ditadura, especialmente no governo Geisel (1974-1979). Mesmo assim, a censura à revista nunca foi tão agressiva quanto em relação a outros veículos de comunicação, especialmente porque, mesmo sendo norteada por princípios liberais, *Veja* adotava uma política de “boa vizinhança” com os militares. Aliás, foi durante o governo Geisel que a revista conquistou um grande salto de qualidade, reformulando toda a parte gráfica e possibilitando uma consistência qualitativa maior ao semanário. Isso só foi possível graças um empréstimo do governo que o concedeu às custas do abrandamento das críticas. (MESQUITA, 2008, p. 53)

Diante do novo cenário que caracterizava a revista, Mino Carta, não concordando com as modificações realizadas, faz um acordo com Victor Civita – proprietário da Editora Abril – e deixa a direção do periódico semanal. Após passar por importantes transformações, em 1971, a revista *Veja* consolida sua liderança no mercado das publicações e tem o reconhecimento e atenção de boa parte da sociedade brasileira, atingindo, em 1989, sua marca mensal de um milhão de exemplares vendidos por edição.

A revista *IstoÉ*, dirigida por Domingo Alzugaray, é publicada, semanalmente, pela Editora Três. A revista ocupa a terceira posição em termos de mercado, tendo como principal concorrente a revista *Época*, a qual permanece com certa vantagem nas vendas semanais. Em virtude de questões empresariais, em janeiro de 2006, a *IstoÉ* finalizou a parceria com o maior conglomerado editorial de revistas do mundo, o Grupo Time Inc. Mesquita (2008) descreve a atuação desta revista nos assuntos políticos brasileiros:

Já em sua primeira edição, em meio à ditadura militar, o semanário indicava uma postura de cobrir temáticas políticas relevantes do país. Na ocasião, *IstoÉ* destaca em sua capa a importância da democracia, aludindo ao fim do regime totalitário brasileiro. Além desta edição, algumas outras tornaram-se conhecidas do grande público. Por exemplo, a entrevista com o motorista Eriberto França, que revelou uma ligação direta entre o dinheiro do empresário PC Farias e as despesas pessoais de Fernando Collor de Mello. Mais recentemente, em 2005, a revista também revelou importantes informações sobre as operações supostamente fraudulentas do “mensalão”. (MESQUITA, 2008, p. 54 e 55).

A revista *Carta Capital*, publicada pela Editora Confiança, foi fundada em 1994 pelo jornalista ítalo-brasileiro Mino Carta. A revista era publicada semanalmente até março de 1996, quando se tornou quinzenal. Em agosto de 2001, seu fundador optou por torná-la, novamente, uma publicação semanal. Quando comparada à revista *Veja*, *Carta Capital*

apresenta uma tiragem semanal modesta: uma média de 65 mil exemplares, de acordo com o relatório do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) de 2014. Apesar disso, essa publicação conquistou significativa importância nacional em função de sua atuação crítica em relação à imprensa em geral e, especialmente, em relação às outras revistas brasileiras, aspecto que se tornou um traço peculiar de suas edições.

Outra característica de Carta Capital que a diferencia das outras revistas de informação geral corresponde ao fato de que este veículo semanal apresenta sua posição política de maneira explícita em seu editorial:

(...) durante o período da campanha eleitoral de 2006, não raras vezes a revista – representando o posicionamento de seu diretor, Mino Carta – declarou explicitamente o estreitamento entre suas ideias e as de Luís Inácio Lula da Silva, o que suscitou (e ainda suscita) várias críticas por parte do público e de alguns veículos de comunicação. (MESQUITA, 2008, p. 58 e 59).

Os três exemplares de revista selecionados pela presente tese apresentam o mesmo assunto em suas capas e reportagens de capa: *a maioria penal no Brasil*. Dessa forma, a investigação da emergência das relações retóricas tanto na capa quanto na reportagem de capa – e, posteriormente, no diálogo entre esses dois gêneros – é realizada por meio de um mesmo tema que perpassa pela edição da Veja, da IstoÉ e da Carta Capital, ainda que as edições tenham sido publicadas em diferentes anos. Durante a seleção e a organização do presente *corpus*, foi possível perceber que o assunto da maioria penal no Brasil se constitui como um importante tema político: essa polêmica tem sido, constantemente, retomada pela mídia em geral, especialmente pelas capas das revistas, trazendo para a agenda da opinião pública diferentes acontecimentos em que estão envolvidos adolescentes infratores menores de idade, fatos que, de maneira expressiva, impactaram a sociedade brasileira.

Em relação a nossa escolha metodológica – selecionar edições em que as revistas apresentam um mesmo tema -, é preciso apontar algumas questões. As revistas Veja, IstoÉ e Carta Capital são orientadas por perspectivas ideológicas e propósitos comunicativos distintos. Atrelado a essa questão, está o fato de que um dos pressupostos básicos da RST considera que a organização da estrutura retórica de um texto está diretamente relacionada à intenção comunicativa do autor dessa composição e à avaliação que esse autor faz do seu interlocutor. Assim, é interessante e produtivo investigar a emergência das relações retóricas a partir de gêneros de texto que pertencem a um mesmo eixo temático – a maioria penal -,

mas que, ao mesmo tempo, são orientados por diferentes intenções e estão inseridos em contextos marcados ideologicamente de forma distinta.

Essa decisão metodológica, portanto, amplia e enriquece a análise da emergência das relações de sentido nos textos – e, conforme proposta da presente tese, *entre textos* -, uma vez que considera o estudo dessas relações dentro de uma determinada prática social, proporcionando uma análise que, indo além do contexto puramente textual, tem seu olhar voltado para o contexto cultural e ideológico em que se situam os gêneros examinados.

3.2 Procedimentos Metodológicos

Após a seleção e organização das diferentes capas e reportagens de capa das três revistas de informação de referência utilizadas no *corpus* deste trabalho, a análise da presente tese, conforme apontado, constitui-se por meio de duas etapas: na primeira, a partir de uma abordagem multimodal e considerando a macroestrutura dos textos, é investigada a emergência das relações retóricas nas capas e, em seguida, a emergência das relações retóricas nas reportagens de capa; na segunda, também a partir de uma abordagem multimodal, é investigada a emergência das relações retóricas no diálogo entre a capa de revista e a reportagem de capa.

Dessa forma, são descritos a seguir os procedimentos que orientam a análise em cada uma das etapas destacadas acima:

1ª Etapa (a): análise das capas de revista:

- i)** investigação e discussão da organização da estrutura retórica de cada uma das capas, considerando apenas as *porções escritas do texto*;
- ii)** investigação e discussão da *imagem central* presente em cada uma das capas, conforme as categorias de análise apresentadas na Gramática do Design Visual (GDV), de Kress e Van Leeuwen (2006);
- iii)** investigação e discussão da organização da estrutura retórica de cada exemplar desse gênero, considerando, dessa vez, as *combinações entre as porções escritas e a imagem*.

1ª Etapa (b): análise das reportagens de capa:

- i) investigação e discussão da organização da estrutura retórica de cada uma das reportagens de capa, considerando apenas as *porções escritas do texto*;
- ii) investigação e discussão da organização da estrutura retórica de cada uma das reportagens de capa, considerando, neste momento, *as combinações entre o texto verbal e as imagens*, as quais, no decorrer da análise, são caracterizadas a partir de seus aspectos principais.

2ª Etapa: análise do diálogo entre a capa de revista e a reportagem de capa

- i) investigação e discussão da emergência de relações retóricas *no diálogo entre a capa de revista e a reportagem de capa*, numa abordagem multimodal, considerando as principais características encontradas a partir da análise da estrutura retórica de cada um desses gêneros;
- ii) verificação da hipótese de que a emergência das diferentes relações retóricas entre a capa e a reportagem é um fator fundamental que constitui e configura o diálogo entre esses diferentes gêneros na revista.

Lembramos aqui que, conforme apontado na introdução, a análise da revista Carta Capital não está presente no corpo principal da tese, uma vez que optamos por confeccionar um trabalho que não apresentasse um número muito extenso de páginas. Diante dessa decisão metodológica, a investigação acerca da referida revista está apresentada em um pendrive, o qual acompanha a versão impressa do presente estudo. Esclarecemos ainda que a investigação da Carta Capital - tanto da capa quanto das reportagens de capa - foi apresentada de maneira mais sucinta quando comparada à apresentação das análises das revistas Veja e IstoÉ. Assim, os resultados encontrados a partir da terceira revista examinada por este trabalho foram explicitados, de maneira geral, por meio de diagramas que materializam: **i)** a organização da estrutura retórica da capa, considerando as combinações entre o texto escrito e as imagens; **ii)** a organização da estrutura retórica das reportagens de capa, também a partir das combinações entre o material verbal e o visual e **iii)** a organização da estrutura retórica a partir da emergência de relações de sentido entre a capa e a reportagem principal. Além da apresentação dos esquemas arbóreos, orientando-nos a partir da mesma perspectiva de análise das revistas Veja e IstoÉ, também apontamos uma breve caracterização da imagem central da capa da Carta Capital.

Nas informações seguintes, será explicitado o conceito de unidade de análise utilizado pela presente tese e como esse conceito se adapta ao contexto de investigação da capa e da reportagem de capa.

3.3 Unidade de análise: a noção de unidade de informação

Postulada por Chafe (1980), a “*idea unit*” – unidade de informação ou unidade informacional – é entendida como um “*jato de linguagem*”, que possui toda a informação que pode ser manipulada pelo falante num único “estado de consciência”, segundo o termo de Kato (1985).

Decat (1999a) diz “que há um limite quanto à quantidade de informação que a atenção do falante pode focalizar de uma única vez, ou seja, a unidade informacional expressa o que está na ‘memória de curto termo’”. Ainda de acordo com esta autora,

(...) tais unidades ou - blocos de informação – possuem, segundo Chafe (1980), cerca de sete palavras e podem ser identificadas pela entonação (contorno entonacional de final de cláusula), pela pausa (ou hesitação), ainda que breve, que as separa de outra unidade. (...) as unidades informacionais tendem a se caracterizar como constituindo uma única cláusula, mas é a entonação (contorno entonacional) o sinal mais consistente para tal identificação, ao passo que a estruturação sintática é o critério menos necessário. (DECAT, 1999a, p. 27)

Nos trabalhos realizados a partir do quadro teórico da RST, antes de se verificar como se organiza a estrutura retórica dos textos, é necessário dividir cada um deles em várias partes – ou *porções textuais* –, entre as quais, à medida que as diversas combinações se efetivam, emergem as diferentes relações retóricas. Nesse sentido, para a divisão das porções de texto no presente estudo, a noção de unidade informacional de Chafe (1980) pode ser adotada: cada uma dessas partes da composição textual corresponde a um *bloco de informação* independente.

Como se trata de um estudo da macroestrutura do texto, as capas e as reportagens de capa que constituem o presente *corpus* serão divididas em blocos informacionais maiores, ou seja, o texto de ambos os gêneros será fragmentado em porções textuais mais extensas que uma única cláusula. Importante ressaltar que, em geral, as cláusulas são utilizadas como unidades de informação em pesquisas que examinam a microestrutura dos textos, enquanto que os trabalhos que investigam a macroestrutura costumam utilizar o *parágrafo* como unidade de análise.

A seguir, será mais bem especificado como os blocos de informação se constituem e são organizados a partir dos gêneros textuais que compõem o corpus da presente tese.

3.4 A unidade de análise na capa de revista e na reportagem de capa

Destacamos anteriormente que a análise da emergência das relações retóricas tanto na capa de revista como na reportagem de capa será desenvolvida a partir da macroestrutura do texto. No entanto, uma vez que esses dois gêneros multimodais, em sua composição textual, organizam-se de maneira muito diferente, a divisão das unidades de análise – unidades de informação ou unidades informacionais - também se efetiva de maneira distinta.

Examinadas através de uma lente multimodal, as **capas de revistas** apresentam porções textuais que não estão distribuídas linearmente, mas *espacialmente*. Assim, as diferentes partes delimitadas não seguem uma determinada “linha do tempo” que se desenvolve conforme as informações são elaboradas, apresentadas ao leitor de maneira linear. Ao contrário disso, diferentes relações retóricas emergem entre segmentos de texto – sejam esses verbais ou visuais – que preenchem espaços distintos na capa de revista, de maneira que em toda a composição textual se efetivam combinações a “longa distância” (BATEMAN, 2008, 2014).

Para delimitar as porções textuais nas capas, é necessário que o analista retome pressupostos teóricos e, ao interagir com o texto, ative seu conhecimento de mundo, suas habilidades de leitura e seu conhecimento acerca das características do gênero em estudo. Ao examinar o arranjo textual da *Veja*, por exemplo, e dividi-lo em diferentes segmentos, além das funções comunicativas do gênero, o analista deve considerar algumas “pistas” oferecidas por esta composição, como: a apresentação de assuntos distintos – os quais correspondem às diferentes reportagens presentes no interior da revista -, a diferenciação de cores, o uso de diferentes fontes tipográficas, a disposição de diferentes “molduras” – há nesse gênero “linhas divisórias” que nos permitem identificar, claramente, elementos textuais que estão interligados ou separados, conforme apontado por Kress e Van Leeuwen (2006).

Nesse sentido, nas capas investigadas é visível a delimitação, própria do gênero, de blocos informacionais distintos, os quais correspondem ao *nome da revista*, ao *nome da editora*, aos *dados específicos da edição* – como a data, número, ano da revista, valores de venda -, às *diferentes chamadas secundárias* e à *chamada principal*. Dessa forma, apesar das porções de texto não estarem uma ao lado da outra, embora não sejam necessariamente

“vizinhas” – como ocorre nas análises tradicionais em RST -, é possível ao analista reconhecer as conexões que se efetivam entre elas, definindo-se, assim, as diferentes partes que constituirão a estrutura retórica. Em relação à imagem apresentada nesse gênero, a presente tese considera esse material visual como uma unidade de informação independente, ou seja, em todas as capas a imagem constitui uma unidade de análise distinta.

No decorrer das discussões do capítulo de análise, será apresentada a reprodução de cada capa estudada - na qual já estão definidas e numeradas as respectivas porções de texto – e também o(s) diagrama(s) que materializa(m) a organização retórica investigada.

Uma vez que a proposta do presente trabalho é examinar a estrutura retórica considerando a manifestação de modos semióticos distintos, é importante ressaltar que as capas de revistas estão reproduzidas, no corpo da tese, em dois momentos diferentes da análise. A primeira reprodução de cada capa apresenta a delimitação apenas das porções escritas, já que nessa etapa da investigação está sendo examinada a emergência de relações retóricas considerando somente o texto verbal. A segunda reprodução da capa se insere no contexto em que está sendo analisada a emergência de relações retóricas considerando tanto o texto verbal quanto as imagens.

A **reportagem de capa**, diferentemente da capa de revista, é um gênero multimodal mais linearmente organizado. Desse modo, quando consideramos, especificamente, o corpo da reportagem - constituído pelo modo escrito -, as diferentes unidades de informação se distribuem ao longo de uma “linha do tempo”, a qual tem sequência à medida que novas informações são acrescentadas ao texto. Assim, ao passo que novos dados são adicionados, diferentes relações retóricas vão emergindo entre as várias porções textuais. Portanto, no que diz respeito à investigação das porções escritas da reportagem de capa, a presente tese definiu que a unidade de análise é o *parágrafo*, unidade comumente utilizada nas pesquisas em RST, especialmente em trabalhos realizados na perspectiva da macroestrutura.

Ressaltamos que o presente trabalho, em sua investigação das porções escritas da reportagem, está considerando apenas o corpo do texto. Dessa forma, na organização e divisão das unidades de análise a partir do material verbal, não estão incluídos os segmentos escritos presentes nos infográficos e nos quadros, assim como não estão incluídas as legendas que acompanham as diferentes fotos. Tal decisão se justifica, já que a presente tese definiu que os infográficos, os quadros e o conjunto foto + legenda são unidades examinadas à parte do material verbal, uma vez que essas porções constituem o material visual da reportagem de

capa e são consideradas na análise no momento em que o foco da discussão é a emergência das relações retóricas entre porções escritas e imagens.

Ainda sobre a divisão e delimitação das porções escritas do texto, é importante destacar que o nome dos respectivos autores, o título e o subtítulo também são considerados como unidades de análise independentes.

No que diz respeito à divisão das porções textuais compostas por imagens, cada foto+legenda, cada infográfico e cada quadro são examinados como unidades informacionais distintas. Isso quer dizer que, apesar de cada uma dessas partes serem compostas tanto por textos escritos quanto por imagens – principalmente no caso de infográficos e quadros -, estas unidades são consideradas em sua forma conjunta.

Nesse sentido, para este trabalho, cada quadro e cada infográfico constitui um “bloco único”, uma vez que não temos como foco investigar as relações de sentido que emergem entre as figuras e os segmentos escritos presentes no interior dessas partes específicas do gênero reportagem. Na verdade, o objetivo da presente tese é examinar as relações retóricas que emergem entre cada um desses “super blocos” com o corpo da reportagem. No caso das fotos, porém, ao se analisar a organização da estrutura retórica da composição como um todo, são investigadas as relações de sentido que emergem entre esse último tipo de material visual e sua legenda.

Portanto, para se analisar a emergência das relações retóricas entre os diferentes modos semióticos presentes na reportagem de capa, as unidades de análise correspondem a dois grupos principais. O primeiro grupo é composto pelas *porções escritas*, as quais, em sua grande maioria, correspondem aos *parágrafos que formam o corpo da reportagem*. Já o segundo grupo é composto pelas porções constituídas por *imagens*, as quais podem aparecer na forma de um *infográfico*, na forma de um *quadro* ou como uma *foto + legenda* – no geral, esses três “tipos” de imagem apareceram em todas as reportagens analisadas.

Por último, destacamos que o material visual presente nas reportagens será caracterizado a partir de uma perspectiva mais geral de análise, devido à sua quantidade e diversidade de tipos. Portanto, diferentemente do que se realizou na análise da imagem da capa, a investigação das “imagens” nas reportagens não irá se fundamentar, especificamente, nas categorias de análise apontadas por Kress e Van Leeuwen (2006), ou seja, esse modo semiótico não será examinado conforme as três metafunções descritas na GDV.

No decorrer das análises, as reportagens de capa são reproduzidas conforme os originais da revista, as quais apresentam as diferentes porções de texto já definidas. Entre as partes textuais delimitadas nessas reproduções, algumas apresentam duas numerações diferentes, as quais se referem às diferentes perspectivas de análise das reportagens selecionadas. Assim, a numeração menor corresponde à análise da organização retórica da reportagem a partir de combinações apenas entre porções escritas (1ª análise da reportagem) e a numeração maior à análise da organização retórica a partir das combinações entre porções escritas e imagens (2ª análise da reportagem). Após a reprodução das reportagens de capa e a delimitação das diferentes porções textuais, são apresentados os diagramas que materializam a estrutura retórica dos textos investigados.

3.5 Diagramas RST: algumas limitações

Fuchs (2009) questiona as possibilidades e os limites da representação da organização textual por meio de esquemas arbóreos. De acordo com a referida autora, em muitos contextos de análise, a representação da organização retórica dos textos pela ferramenta RSTTool²⁵ impõe limites ao observador/analista quando este vai explicitar as diferentes intenções do produtor do gênero investigado. Para Fuchs (2009), é possível detectar que as noções de coerência e de hierarquia em RST se limitam a algumas questões específicas da constituição desse quadro teórico. A partir desse ponto de vista, a autora afirma que “a coerência textual é explicada apenas pela coerência relacional, e a hierarquia implica apenas uma estrutura arbórea resultante da aplicação recursiva das relações às partes do texto.” (FUCHS, 2009. p. 84).

Na perspectiva de Fuchs (2009), este modelo de representação da organização textual não abrange questões que extrapolam o próprio texto, como, por exemplo, a situação sociocomunicativa em que os vários gêneros estão inseridos. Considerando essa limitação, é importante enfatizar que, ao separar as porções textuais ou unidades de análise e então investigar as relações retóricas que emergem entre elas, o analista deve retomar e colocar em prática seus conhecimentos acerca dos gêneros de texto examinados, levando em consideração suas particularidades, suas configurações e, em especial, as funções sociais que estes apresentam.

²⁵ A RSTTool, criada por O'Donnell (1997), corresponde a uma importante ferramenta computacional, muito utilizada nos trabalhos em RST, a qual constitui uma interface gráfica que auxilia na construção da estrutura retórica de textos.

Conforme pressupostos teóricos da RST, a confecção de diagramas deve obedecer ao “princípio da adjacência”, segundo o qual “os segmentos de cada aplicação do esquema constituem um segmento contíguo, ao contrário dos constituintes descontínuos, que podem relacionar-se com segmentos de qualquer parte do texto” (*apud* CAIXETA, 2015, p. 99). Portanto, de acordo com esse princípio, as porções textuais previamente delimitadas que constituirão a estrutura retórica devem ser porções vizinhas, isto é, porções que se organizam linearmente ao longo do texto, as quais, posicionadas lado a lado, preenchem espaços contínuos distribuídos a partir de uma determinada “linha do tempo”.

Kittredge et al. (1991), no entanto, a partir de seus diferentes contextos de análise, detectaram que muitas porções textuais que se relacionavam entre si apareciam separadas umas das outras, efetivando-se, assim, combinações entre partes descontínuas do texto e não entre partes contínuas, conforme estabelecido pelo princípio da adjacência. Segundo esses autores, tal fato impele um obstáculo aos diagramas tradicionais em RST: “estamos encarando uma sensibilidade suave ao contexto que não pode ser representada naturalmente em regras de construção arbórea independentes do contexto” (KITTRIDGE et al., 1991, p. 312).

Os estudos realizados por Kittredge et al. (1991) são corroborados pelo trabalho de Knott et al. (2001). Por meio das análises de textos descritivos de livros-guia de museus, esses últimos autores detectaram que a porção satélite, com frequência, aparece espacialmente distante da porção núcleo. Diante desse contexto de investigação, Knott et al. (2001) consideram que o analista seria obrigado a não obedecer ao princípio da adjacência e, conseqüentemente, a adotar o que eles definem como “constituintes descontínuos”.

Caixeta (2015) também apresenta contribuições nesse sentido. Esse pesquisador examinou a integração de manifestações interjetivas em um texto, apresentando como foco de seu trabalho a definição e caracterização da então por ele denominada *relação retórica de interjeição*. Discutindo a dificuldade de lidar com o princípio da adjacência no contexto de análise de sua pesquisa, Caixeta (2015) destaca:

Essas posições quanto às limitações da RST são importantes para este trabalho, uma vez que se pretende mostrar que da associação de manifestações interjetivas com outras porções de textos, por adjacência ou por descontinuidade, pode emergir uma proposição relacional. Como já foi exposto, as interjeições são dependentes do contexto e da situação sociocomunicativa para que a elas se possa atribuir um sentido. Não se descarta a possibilidade de que as ocorrências de interjeições possam figurar como porções de texto que manteriam apenas relações adjacentes. Se as manifestações interjetivas proporcionam um colorido emocional a todo o texto em que residem, não se pode esperar uma análise da coerência apenas localmente. A coerência, conforme já se disse, é radicular, principalmente quando da participação

das interjeições, que são fenômenos que contaminam todo o ambiente (con)textual em que se encontram. (CAIXETA, 2015, p. 100)

Dessa forma, considerando as pesquisas de todos esses autores anteriormente citados, a delimitação e organização das diferentes porções de um texto não parecem se originar de princípios gerais. Tal afirmação se justifica diante do fato de que as combinações que se efetivam nos diferentes gêneros nem sempre “obedecem” ao princípio da adjacência, já que as porções que se conectam podem ocupar espaços distintos da organização textual, constituindo-se, assim, na estrutura retórica, segmentos descontínuos e não segmentos contínuos. Portanto, o que parece ser mais coerente é considerar que as partes que formarão a estrutura retórica sejam definidas e organizadas a partir das especificidades dos gêneros textuais nos quais essas porções se materializam.

Diante dessas considerações sobre a confecção de diagramas RST, é relevante apresentar algumas resoluções assumidas no presente trabalho frente às limitações apresentadas. Como apontado na introdução, este trabalho tem como proposta investigar a emergência de relações retóricas a partir dos gêneros capa de revista e reportagem de capa numa perspectiva multimodal. Em relação ao uso da ferramenta RSTTool, a escolha por tal perspectiva de análise promove dois problemas centrais, os quais serão a seguir apresentados, junto de suas possíveis soluções.

O primeiro problema se refere ao fato de que, ao examinar a articulação dos modos semióticos nos gêneros selecionados, é imediatamente perceptível que os diferentes elementos da composição textual estão distribuídos espacialmente, não linearmente. Nesse contexto de organização espacial, as combinações entre as partes do texto muitas vezes se efetivam por meio de conexões entre segmentos descontínuos, não adjacentes.

Dessa forma, para que essas partes descontínuas pudessem ser importadas pela ferramenta e, a partir de então, se construir a estrutura retórica do gênero em estudo, decidimos por alguns procedimentos. Inicialmente, respeitando a organização espacial dos elementos - ou seja, considerando, exatamente, o lugar ocupado por cada item do arranjo textual -, foram investigadas as possíveis combinações que se desenvolvem entre as diferentes partes do texto. Após uma compreensão maior de como essas combinações se efetivam - os aspectos acerca do reconhecimento dessas conexões pelo analista serão mais bem explicitados posteriormente -, foram delimitadas as porções que compõem o texto e, em seguida, identificadas as possíveis relações retóricas que emergem entre elas.

Conforme exigido pela ferramenta RSTTool, todas as porções delimitadas e examinadas anteriormente foram copiadas em um arquivo Word, sem formatação. É mais precisamente nesse momento da análise que tentamos “adaptar” a organização espacial dos elementos dos gêneros examinados à exigência de porções lineares e sucessivas da ferramenta: na capa de revista, por exemplo, respeitando a organização espacial dos elementos, foi feita a análise das combinações entre as diferentes porções e, a partir de então, foram identificadas as possíveis relações retóricas que emergem entre elas; no entanto, ao construir o texto a ser importado pela ferramenta RSTTool, os diferentes segmentos foram copiados a partir de uma organização linear, a partir de porções que sucediam umas às outras.

Assim, suponhamos que na capa da *Veja*, de acordo com nossa análise, o nome “*Veja*”, situado na parte superior da revista, estabeleça uma conexão com a porção “nome da editora”, situada na parte inferior à direita da capa, emergindo uma relação de sentido entre essas partes. Ainda que estas duas porções ocupem espaços distintos do arranjo textual, “distantes” um do outro, ao copiar e transcrever esses segmentos para serem importados pela ferramenta, estes foram colocados lado a lado, numerados de maneira sucessiva, já que há uma conexão entre eles.

No entanto, é preciso enfatizar que, a partir desse procedimento, a análise não desconsiderou a natureza espacial dos textos em estudo, não contrariando, assim, a proposta deste trabalho, já que a organização da estrutura retórica foi examinada respeitando-se o arranjo textual “original”, conforme suas características multimodais. Por último, destacamos que todos os procedimentos descritos acima serão mais bem compreendidos por meio da investigação das capas e reportagens de capa explicitada no capítulo de análise.

O segundo problema se refere ao fato de que, numa abordagem multimodal, as porções textuais que preencherão a estrutura retórica podem ser constituídas tanto por material verbal quanto por material visual. No entanto, a RSTTool não oferece recursos que possibilitam inserir imagens – ou qualquer outro modo semiótico, a não ser o texto escrito – entre as porções delimitadas. Nesse sentido, a ferramenta precisa ser revisitada e reestruturada para ser utilizada em pesquisas que lidam com combinações entre modos semióticos distintos. Frente a essa limitação, foi realizado o seguinte procedimento: ao copiar o texto examinado para ser importado pela ferramenta, as porções constituídas por material visual foram representadas no diagrama por meio de expressões escritas como “Imagem x” ou “Imagem y”.

Apesar da opção por confeccionar diagramas arbóreos por meio da RSTTool, não estamos desconsiderando o fato de que existem outras formas de representação da estrutura retórica. Taboada e Mann (2006, p. 435), por exemplo, afirmam que “o conjunto de relações definido pela RST em textos particulares frequentemente não pode ser representado por árvores únicas”. Assim, esses pesquisadores apontam que diagramas em RST são importantes porque “árvores são convenientes, fáceis de representar e fáceis de entender. Não há, por outro lado, nenhuma razão teórica para assumir que árvores são a única representação possível da estrutura do discurso e das relações de coerência.”

No entanto, gostaríamos de enfatizar que, mesmo diante das limitações da RSTTool e diante de novas possibilidades de representação, consideramos que os esquemas arbóreos elaborados por meio desse recurso ainda são representações muito úteis nos trabalhos desenvolvidos, já que estes promovem uma visualização geral da organização retórica, facilitando, de forma significativa, a compreensão de como se delineia a estrutura dos vários textos.

Além disso, de acordo com o ponto de vista assumido pelo presente trabalho, destacamos que os diagramas RST representam, apenas, um aspecto da análise sobre a emergência de relações retóricas. Nesse sentido, esses esquemas não pretendem – e, de fato, não podem – explicitar todas as nuances e características que constituem o estudo da organização retórica de um texto, em especial daqueles investigados numa abordagem multimodal. Acreditamos também que os desafios impostos pelas limitações da ferramenta se configuram como importantes pontos de partida para que as pesquisas em RST avancem em direção às análises cada vez mais completas e sofisticadas do texto multimodal.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DAS CAPAS DE REVISTA E REPORTAGENS DE CAPA

Neste capítulo é apresentada a análise da emergência de relações retóricas, considerando as combinações entre o texto e a imagem, nas capas de revista e nas reportagens de capa das revistas *Veja* e *IstoÉ*. Após investigar, separadamente, cada um dos gêneros selecionados, examinamos o diálogo que se efetiva entre eles, identificando e discutindo as possíveis relações de sentido que podem emergir a partir da combinação entre a capa e a matéria de capa. Conforme explicitado na metodologia, a análise dos textos da revista Carta Capital está apresentada no pendrive que acompanha a versão impressa da presente tese.

Uma vez que todas as capas e reportagens de capa analisadas trazem como assunto a redução da maioria penal no Brasil, apresentamos, a seguir, uma breve contextualização acerca desse tema, apontando, em linhas gerais, como ele se insere nas discussões políticas da sociedade. Destacamos ainda que este assunto se constitui como uma polêmica que define a agenda da opinião pública brasileira.

4.1 O tema da maioria penal na sociedade brasileira

De acordo com o artigo nº 228 da Constituição Federal de 1988, a maioria penal brasileira se dá aos 18 anos de idade. Nesse sentido, uma vez que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis²⁶, crianças e adolescentes ficam sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial, o que se reflete no artigo nº 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei específica que trata desse tema (Lei nº 8.069/90). A legislação vigente considera a incapacidade de entendimento e vontade da criança ou do adolescente de praticar algo instituído como crime.

A idade mínima de 18 anos foi estabelecida com base na *doutrina da proteção integral*, uma diretriz internacional criada a partir da *Convenção Internacional dos Direitos*

²⁶ De acordo com o Dicionário Jurídico, *inimputável* “é a pessoa que será isenta de pena em razão de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado que, ao tempo da ação ou omissão, não era capaz de entender o caráter ilícito do fato por ele praticado ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. São causas da inimputabilidade: a) doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado; b) menoridade; c) embriaguez completa, decorrente de caso fortuito ou força maior; e d) dependência de substância entorpecente.” O dicionário jurídico *on-line* pode ser acessado através do endereço eletrônico <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/671/Inimputavel> (consultado em maio de 2018).

da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1989. Embora essa convenção não determine a idade que deve ser estabelecida para a maioridade penal, ela define como criança todo ser humano com idade inferior a 18 anos. A partir disso, o Brasil e, praticamente, todos os países do mundo assinaram esse tratado e a maior parte deles fundamenta seu sistema penal para jovens a partir dessa convenção. A doutrina da proteção integral aparece mais explicitamente no artigo 227 da Constituição, o qual fala sobre o dever da família, da sociedade e do Estado de garantir, com prioridade absoluta, os direitos fundamentais da criança, do adolescente e do jovem. Em função de tudo isso, no Brasil, antes de completar 18 anos de idade, uma pessoa não pode ser responsabilizada como um adulto.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, configura-se como o instrumento legal que vigora as garantias da Constituição aos jovens. Esse Estatuto assegura vários direitos para crianças e adolescentes, como o direito à saúde, à educação, à liberdade, entre outros. Como apontado, essa legislação também determina as medidas que devem ser tomadas quando o adolescente comete algum ato infracional. É importante ressaltar que o ECA está baseado no que rege a Constituição Federal e que, assim, seu propósito é que os jovens sejam protegidos e tenham seus direitos assegurados. A lógica dessa legislação, portanto, é diferente do Código Penal, que tem como objetivo definir punições adequadas para os vários tipos de crime. Desse modo, “o ECA tem um *caráter protetivo e pedagógico* e suas medidas prezam pela educação do jovem, e não pela punição”²⁷. A própria linguagem utilizada no Estatuto se difere daquela utilizada no Código Penal: no ECA, não encontramos a expressão *crimes*, e sim *infrações*; também não são definidas *penas*, e sim *medidas socioeducativas*.

Diante dessa discussão, destacamos o fato de que não podemos confundir *inimputabilidade* com *impunidade*. No Brasil, a partir dos 12 anos, embora não seja punido como um adulto, qualquer adolescente em conflito com a lei é responsabilizado pelo ato infracional cometido. Desse modo, os adolescentes entre 12 e 18 anos sofrem consequências diante de suas escolhas e respondem pelos seus atos. A diferença crucial é que esses jovens estão sujeitos ao ECA e não ao Código Penal: as medidas socioeducativas têm o propósito central de auxiliá-los a recomeçar e a prepará-los para a vida adulta em consonância com o que é socialmente estabelecido.

²⁷ Informações esclarecedoras acerca da definição da maioridade penal no Brasil podem ser encontradas no endereço eletrônico <http://www.politize.com.br/majoridade-penal/>.

Desde 1993, no entanto, a redução da maioria penal de 18 para 16 anos vem sendo discutida por meio de projetos de emenda à Constituição. A primeira Proposta de Emenda Constitucional (PEC) foi a de nº 171, elaborada por Benedito Domingos, do Partido Progressista do DF. Atualmente, há vinte e nove (29) propostas na Câmara dos Deputados e onze (11) propostas no Senado Federal. Desse total de quarenta (40) PECs, vinte e quatro (24) delas falam somente da redução da maioria penal para 16 anos, enquanto as outras restantes falam da redução apenas em casos de crimes específicos, como crime hediondo ou quando houver reincidência do crime. Diante desse complexo contexto jurídico, é possível perceber que a redução da maioria penal brasileira não pode ser discutida a partir de afirmações e posicionamentos categóricos ou descontextualizados, uma vez que há muitos aspectos político-sociais que devem ser considerados.

Na constituição dessa polêmica, há aqueles que veem a redução como uma forma de coibir a violência que tanto assola a sociedade brasileira. Na perspectiva dessa corrente favorável, a inimputabilidade prevista por lei promove a prática dos atos infracionais, especialmente porque, segundo defendem, adolescentes de 16 anos já têm total entendimento do que é “certo” ou “errado”, ou seja, são cômicos dos valores morais e éticos que regem a convivência social. De acordo com esse ponto de vista, portanto, esses adolescentes estão inseridos em um incômodo contexto de impunidade, já que esses jovens não estão recebendo a punição devida, não estão sendo penalizados como adultos, o que proporcionaria mais segurança e ordem à sociedade. Como se verá adiante, essa é a visão dos fatos defendida nas capas e nas reportagens de capa das revistas *Veja* e *IstoÉ*, publicações que, na apresentação das informações e na construção dos argumentos, são persuasivas em suas provocações: “Vão ficar impunes?” ou “Maioria penal aos 16 anos?”

Por outro lado, aqueles que são contra a redução da maioria penal defendem que os jovens de 16 anos se encontram em uma fase de transição da adolescência para a vida adulta e que, dessa forma, ainda não desfrutam de maturidade psíquica suficiente para serem julgados como adultos. Os contrários à redução argumentam também que reduzir a maioria penal é tratar o *efeito*, não a *causa*: os adolescentes marginalizados – aqueles que, em geral, são os que constituem o grupo de jovens em conflito com a lei – não surgem ao acaso, uma vez que eles são fruto de um estado de injustiça social que agrava a pobreza que, por sua vez, caracteriza a sobrevivência de grande parte da população, promovendo o aumento da criminalidade e da violência.

Segundo essa perspectiva, para o Estado é mais fácil *prender* do que *educar*: reduzir a maioria penal isenta o governo brasileiro de seu compromisso com a juventude, compromisso este que deveria garantir, por exemplo, o acesso dos jovens provenientes dos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras a uma educação pública de qualidade. Nesse sentido, em seu artigo “A redução da maioria penal na voz de adolescentes (des) favorecidos”, Silva e Carvalho (2016, p. 752-753) afirmam:

(...) pode-se ponderar que o Estado, em vários momentos, não cumpre o seu papel de mantenedor da educação, nem tampouco tem assegurado, de maneira efetiva, o direito de famílias disfuncionais e desamparadas colocarem filhos em creches ou em escolas com ensino fundamental. Faltam investimentos governamentais, bem como manutenção de escolas preparadas, para oferecer educação de qualidade. Esses parecem ser os motivos para o aumento do número de infratores adolescentes oriundos, em sua maioria, de famílias desestruturadas, hoje, reduzidas a grupos monoparentais, formados apenas pela mãe e pelos filhos – frutos de união acidentalmente efêmera – fadados a “identidades sociais e individuais perdidas nas ruas devido às iniquidades geradas pelo estigma da discriminação, resultante do despreparo coletivo de uma sociedade que não se encontra humanamente letrada para a leitura de palavras tais como solidariedade e justiça social”, conforme já registrado em Silva (2015, p.91).

Aqueles que se posicionam contra a redução da maioria penal destacam que a figura do menor infrator é muitas vezes utilizada como um meio de eximir a responsabilidade que a sociedade tem na construção desse contexto de injustiça, desigualdade e violência. Partindo desse mesmo ponto de vista, a capa da revista Carta Capital, selecionada por este estudo, critica a redução da maioria criminal, definindo o menor infrator como o “bode expiatório” da sociedade brasileira e afirmando que a população “não percebe as causas reais da insegurança”.

Ao discutirmos o tema da maioria criminal, não podemos desconsiderar a maneira como a mídia em geral apresenta à sociedade os menores infratores. Njaine e Minayo (2002, p. 285), em seu trabalho “Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade”, ressaltam que a mídia fortalece “a visão negativa e incriminadora dos jovens, o que pode contribuir com ações mais violentas contra esse grupo. Muito raramente revela as questões sociais, institucionais e de inadequação pedagógica que permeiam tais eventos”. Falando especificamente da narrativa jornalística apresentada pela revista Veja acerca das infrações cometidas por menores de 18 anos, Avellar e Bedendo (2007, p. 11) afirmam que a reportagem

(...) denota a linguagem mercadológica hierarquizada e reproduz interesses de determinadas esferas sociais em detrimento de outras (...). Ao adotar um discurso

emocional, a publicação reporta a ocorrência, utilizando-se de linguagem compatível apenas com o sofrimento dos familiares da vítima em universo privado (...).

A análise das reportagens que constituem o presente *corpus*, em especial as reportagens das revistas *Veja* e *IstoÉ*, explicitam, claramente, um silenciamento da voz dos adolescentes que praticaram atos infracionais. Na primeira reportagem de capa da *Veja*, “Justiça só para maiores”, selecionada pela presente tese, a fala do adolescente infrator só aparece no texto quando os autores da matéria apresentam uma espécie de “reconstituição da cena do crime”, por meio da qual eles reforçam o teor violento da narrativa e acentuam, ainda mais, a rejeição do leitor em relação aos adolescentes acusados e sentenciados pela revista.

Campos (2009), do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, em seu estudo “Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados”, afirma que os meios de comunicação de massa, por meio do teor das notícias apresentadas ou por meio do número de reportagens sobre o tema, influenciam de maneira determinante a retomada do debate sobre a redução da maioria penal na sociedade civil. A constituição desse debate no meio social, por sua vez, reflete-se, segundo o autor, “em maior ou menor grau, na tramitação da Câmara dos Deputados”. Ao finalizar sua pesquisa, Campos (2009, p. 503), concluiu que

Os infratores estão afastados dos processos de criação da informação midiática. Quando as pesquisas apontam o aumento do apoio da população à diminuição da maioria penal, essas pesquisas estão deixando de lado e negligenciando as “vozes” dos infratores ou de outros setores que possam ser contrários à redução, massificando uma posição parcial e tentando transformá-la em “geral”. Essa luta entre o campo político e campo midiático é permanente e está ligada à construção social da opinião pública acerca de uma temática.

Após essa contextualização sobre o tema da maioria criminal no Brasil, apresentaremos as análises concretizadas em nosso trabalho.

4.2 *Veja*

Conforme descrito na metodologia, o presente estudo apresenta a análise de três capas de revistas de informação geral – *Veja*, *IstoÉ* e *Carta Capital* -, as quais apresentam o assunto da maioria penal como temática central da edição selecionada. A ordem de apresentação das capas se orienta pelo número de exemplares de cada revista vendido semanalmente, de

acordo com os dados apontados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC)²⁸ e pela Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER). Dessa forma, a análise se inicia pela revista de informação de referência mais vendida no país – Revista Veja - até aquela que apresenta, entre essas três, a menor circulação nacional – Revista Carta Capital.

A investigação de cada uma das capas apresenta as seguintes etapas: **i)** análise da estrutura retórica a partir das porções escritas presentes em cada uma delas; **ii)** análise da imagem central da capa, conforme a GDV e, por último, **iii)** análise da estrutura retórica considerando as combinações entre os diferentes modos semióticos: o texto verbal e a imagem.

Importante lembrar que, uma vez que a proposta do presente trabalho é examinar a estrutura retórica considerando a manifestação de modos semióticos distintos, as capas de revista serão reproduzidas, no corpo da tese, em dois momentos diferentes da análise. A primeira reprodução de cada capa apresentará a delimitação apenas das porções escritas, já que nessa etapa da pesquisa está sendo examinada a emergência de relações retóricas considerando somente o texto verbal. A segunda reprodução da capa se insere no momento em que está sendo investigada a emergência de relações retóricas considerando tanto o texto verbal e quanto as imagens.

Lembramos também que, para as pesquisas realizadas numa perspectiva multimodal, a confecção de diagramas por meio da ferramenta RSTTool apresenta algumas limitações. No entanto, mesmo diante dessas limitações no estudo das combinações intersemióticas, consideramos que esses esquemas ainda são representações muito esclarecedoras acerca da organização retórica do texto. Conforme apontado no Capítulo 3, diante dos desafios impostos pela falta de recursos da ferramenta, a presente tese assumiu alguns procedimentos metodológicos, os quais se tornarão mais explícitos, neste momento, por meio das análises.

4.2.1 Análise da capa

A edição da revista Veja selecionada para a análise – publicada em 17 de junho de 2015 - se dá no momento em que o Congresso Nacional discute propostas de alteração da maioria penal, mais especificamente a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93,

²⁸ Os números de circulação nacional das três revistas de informação geral investigadas foram publicados pelo IVC, uma entidade que tem por objetivo atestar as métricas de desempenho de veículos midiáticos impressos e digitais. Para a presente pesquisa, foram considerados os dados apresentados entre os anos de 2014-2016, presentes na página <https://www.ivcbrasil.org.br/>.

que teve tramitação aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em março de 2015.

A partir desse contexto político-social, para apresentar a discussão sobre a maioria penal como tema da reportagem principal da edição, a capa da *Veja* dá destaque a um acontecimento que chocou a sociedade brasileira: na pequena cidade de Castelo do Piauí (PI), quatro adolescentes, menores de 18 anos, e um adulto são acusados de estuprar e torturar quatro garotas, também menores de 18 anos – uma das jovens foi morta e outra internada em estado grave.

A capa, ao apresentar o ocorrido, omite por completo a figura do adulto suspeito de participar do crime e ressalta as ações que, segundo a revista, foram praticadas pelos adolescentes, sentenciando-os e provocando o leitor com a incômoda ideia de impunidade. Nessa perspectiva, a articulação entre as porções escritas e as imagens na capa é imprescindível na elaboração de estratégias argumentativas, por meio das quais a revista busca persuadir o leitor a compactuar com o ponto de vista por ela defendido: a redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

Após examinar as diferentes conexões que se efetivam por meio das porções escritas da capa da *Veja* – respeitando-se a organização espacial dos elementos – as diferentes porções foram delimitadas e enumeradas, conforme está reproduzido a seguir:

1 ONZE DE OURO
Uma seleção dos atletas do Brasil que têm tudo para brilhar na Rio 2016

2 LIBERDADE 9 X 0
O placar histórico com que o STF enterrou a censura prévia

3 Abril 65 ANOS

4 **veja**

5 Editora ABRIL
edição 2430 - ano 48 - nº 24
17 de junho de 2015

6 EXERCÍCIO DE ASSINANTE
AVENDA PROIBIDA
R\$ 12,00

7 **8** ESPECIAL MAIORIDADE PENAL

9 Eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram

10 **VÃO FICAR IMPUNES?**

G.V.S., 17 ANOS I.V.I., 15 ANOS J.S.R., 16 ANOS B.F.O., 15 ANOS

4.2.1.1 Relações retóricas entre porções escritas

As dez porções escritas na capa da Veja foram definidas e enumeradas da seguinte forma:

Porção (1): Abril 65 anos

Porção (2): Exemplar de assinante/venda proibida/R\$ 12,00

Porção (3): Editora Abril/edição 2430 – ano 48 – nº 24/17 de junho de 2015.

Porção (4): Veja

Porção (5): Site da Veja

Porção (6): Chamada secundária da esquerda

Porção (7): Chamada secundária da direita

Porção (8): Especial maioria penal

Porção (9): Eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram

Porção (10): Vão ficar impunes?

Após a delimitação das porções textuais acima, considerando os critérios de plausibilidade, foi elaborado o **Diagrama 2**, que materializa a organização da estrutura retórica da capa da Veja a partir do material verbal:

Como observado no **Diagrama 2**, no nível mais alto da estrutura, podem emergir duas relações retóricas distintas: a *relação retórica de atribuição* e a *relação retórica de preparação*. Por sua vez, no nível mais baixo da estrutura, também podem emergir duas relações de sentido diferentes: a *relação retórica de justificativa* e a *relação retórica de motivação*.

Na emergência da relação de atribuição, a porção núcleo corresponde a uma determinada expressão, pensamento ou fala de alguém ou algo (PARDO, 2005, p. 136), enquanto que a porção satélite é aquela que apresenta alguém ou algo que produziu, que é o “autor” do conteúdo apontado no núcleo. A partir disso, inicialmente, podemos considerar que as manchetes apresentadas na capa, as duas secundárias e a principal – as quais constituem a porção núcleo (6-10) – foram criadas, elaboradas pela Editora Abril que, por sua vez, é quem publica a revista *Veja*, conforme informações presentes na porção satélite (1-5). Nessa perspectiva, todas as informações presentes no satélite se constituem como uma espécie de “referência bibliográfica” das manchetes, já que são apontados dados como “autor”, “número da edição”, “data de publicação”, dentre outras informações relevantes dentro do universo da publicação de revistas.

Apesar de considerarmos admissível a emergência da relação de atribuição, levando em conta as funções comunicativas do gênero “capa de revista” e, especialmente, as características da prática discursiva em que ela se insere – condições de produção, distribuição e recepção²⁹ -, a presente análise considera mais plausível a emergência da relação retórica de preparação, conforme será explicitado a seguir.

Na emergência da relação retórica de preparação, a porção satélite precede a porção núcleo no texto. De acordo com a definição dessa relação, ao ler as informações presentes na porção satélite, o leitor se encontra mais interessado, mais preparado, mais orientado para ler e compreender o conteúdo que será apresentado pelo núcleo. Ao trazer os aspectos apresentados por esta definição para a realidade de como o texto se organiza na capa da *Veja*, podemos considerar plausível a emergência dessa relação de sentido entre o bloco de porções (1-5) – satélite - e o bloco de porções (6-10) - núcleo. Esse último bloco corresponde à apresentação das duas chamadas secundárias e da chamada principal, ou seja, esse bloco

²⁹ Informações gerais acerca da prática discursiva em que se insere tanto o gênero *capa de revista* quanto o gênero *reportagem de capa* estão mais bem explicitadas no Capítulo II – A Capa de Revista e a Reportagem de Capa.

apresenta os conteúdos, os assuntos que serão tratados no interior da revista. Por sua vez, o bloco de porções (1-5) apresenta informações que, de fato, orientarão o leitor, permitindo que este esteja mais preparado para ler e interpretar os conteúdos apresentados.

Dessa forma, ao se deparar com cada uma das reportagens “anunciadas” na capa, por meio do satélite que constitui a combinação entre os dois blocos apontados acima, são apresentadas ao leitor informações importantes que irão orientá-lo, guiá-lo durante seu processo de leitura³⁰. Esse processo de “preparação” do leitor será mais bem discutido nos parágrafos seguintes.

O tema da maioria penal, por exemplo, está sendo apresentado pela Editora Abril, uma poderosa editora brasileira - a maior do segmento na América Latina -, a qual produz periódicos impressos e digitais de grande circulação nacional e de significativo poder na formação de opinião por meio dos temas abordados³¹. Nessa perspectiva, o leitor já recebe, por exemplo, a orientação de que a apresentação do tema da maioria penal não foi elaborada por “qualquer editora”, por uma fonte irrelevante, mas que toda a construção dessa temática se realiza a partir de uma editora de significativa experiência, uma “autoridade” no mercado de publicações – a editora publica há 65 anos -, o que proporciona expressivo prestígio e credibilidade aos periódicos vinculados a ela.

A partir do bloco de porções (1-5), além de o leitor ser orientado pela identificação “Editora Abril”, este recebe uma preparação ainda mais específica para sua leitura dos conteúdos apresentados na capa: a apresentação do nome da própria revista - “Veja” - e tudo mais que esta identificação significa. Como já apontado, a Veja é a revista de maior circulação nacional, constituindo-se, portanto, como uma fonte extremamente relevante para a

³⁰ Em nossa análise, não estamos desconsiderando o fato de que diferentes leitores serão “preparados” de diferentes maneiras a partir das informações presentes no bloco de porções (1-5). O leitor será orientado por essas porções textuais em conformidade com seu conhecimento de mundo e habilidades de leitura, já que, ao interagir com o texto, leitores diferentes terão “acessos” também diferentes às informações apresentadas na capa. Se um determinado leitor, por exemplo, não sabe que a palavra “Abril” corresponde ao nome de uma importante editora brasileira, ou se esse mesmo leitor desconhece o trabalho de uma editora e sua função no processo de publicação, a presença da porção “Abril 65 anos” na capa não fará muito sentido, de maneira que essa informação não terá peso significativo na “preparação” desse leitor, em particular, e no processo de construção de sentidos, em geral. É relevante destacar, no entanto, que, conforme dados publicados pelos sites das quatro revistas selecionadas para a presente pesquisa, o perfil do público leitor desses periódicos corresponde a um grupo de pessoas de expressivo poder econômico – a maior parte dos leitores pertence à classe econômica AB – e de alto nível de escolaridade – a maior parte possui curso superior completo. Portanto, de uma maneira geral, os leitores, ao se depararem com as informações presentes no bloco de porções (1-5), farão leituras e construirão as inferências necessárias no processo de “preparação” e “orientação” a partir dessa parte inicial do texto.

³¹ As informações acerca da Editora Abril foram retiradas da página https://pt.wikipedia.org/wiki/Editora_Abril, acesso em setembro de 2017.

formação de opinião acerca de assuntos como política, economia, segurança, religião, dentre outros.

Esse periódico semanal caracteriza-se por uma orientação ideológica conservadora e de direita. Silva (2005), em sua tese de doutorado “Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)” – Volume 1 e 2 -, analisa as publicações da revista entre os anos de 1989 e 2002, com o objetivo de investigar quais são os interesses de classe defendidos na linha editorial, apontando quem são os sujeitos políticos, econômicos e sociais que se fazem representar na linha ideológica desse periódico. De acordo com essa historiadora, por meio da construção de suas reportagens, Veja constitui-se como uma espécie de “partido neoliberal”, em que se defende o livre mercado, a individualidade, a não intervenção do Estado e o conservadorismo cultural e religioso como preceitos da sociedade brasileira.

É a partir dos diferentes conhecimentos compartilhados socialmente acerca desse “arcabouço ideológico”, inferido a partir da logomarca “Veja”, que o leitor está sendo preparado, orientado para ler e compreender as reportagens das chamadas secundárias e, especialmente, as discussões que se farão em torno do tema da maioria penal, a principal reportagem da edição. Ressaltamos ainda que essa orientação, oferecida ao leitor quanto à perspectiva político-ideológica da revista, já lhe permite elaborar algumas inferências acerca do ponto de vista defendido na capa e, conseqüentemente, na reportagem de capa: se contra ou a favor da redução da maioria no Brasil.

Junto da orientação político-ideológica trazida pelo nome da revista, as porções textuais (1-5) apontam para outras informações que também preparam o leitor para a leitura dos conteúdos presentes na porção núcleo, como a informação de que a Veja é uma revista que pode ser adquirida por meio de assinatura – as assinaturas inclusive são as maiores responsáveis pela circulação da revista no país -; a revista apresenta um determinado valor de compra, a partir do qual o leitor pode fazer algumas inferências acerca do perfil socioeconômico do público a que o periódico se destina; ao observar o número da edição e o número do ano, o leitor já recebe a orientação de que a revista está há muito tempo no mercado brasileiro de publicações, o que lhe confere credibilidade e influência em relação às discussões e posicionamentos que assume por meio das reportagens que publica.

Ainda sobre o processo de “preparação” do leitor nessa primeira parte da estrutura retórica da capa da Veja, destacamos, por último, a apresentação da data de publicação. Por meio dessa informação, o leitor já é orientado quanto ao contexto sociocultural em que os

assuntos das respectivas reportagens estão inseridos. Esse dado é extremamente importante no “preparo” para a leitura: ao ler, por exemplo, sobre o tema da maioria penal em 1940 – década em que a legislação brasileira estipula essa maioria – e no ano de 2015 – data de publicação da revista em análise -, o leitor precisa levar em conta as diferenças socioculturais, políticas e econômicas entre esses dois períodos, já que essas diferenças irão intervir nas perspectivas e pontos de vista defendidos.

Segundo a definição da *relação retórica de justificativa*, quando a porção satélite é compreendida pelo leitor, este último tem maior prontidão para aceitar o direito do escritor de apresentar a porção núcleo. Na estrutura retórica apresentada pelo **Diagrama 2**, a porção (1), satélite, corresponde ao fragmento “Abril 65 anos” e a porção (2-5), núcleo, é constituída pelo nome “Veja” e pelo endereço da página dessa mesma revista – nessa última porção se encontram também o número de edição, ano de publicação, data e valor de compra do periódico. Se associarmos a definição da relação retórica apontada acima à combinação que se efetiva entre essas duas porções, é plausível considerar que a relação de justificativa emerge entre elas.

De fato, quando o leitor compreende que a porção “Abril 65 anos” se refere a uma editora com vasta experiência no mercado de publicações e apresenta o nome da maior editora da América Latina na publicação de revistas - Abril é líder em vinte e um dos vinte e cinco segmentos em que atua e é quem publica sete das dez revistas mais lidas do país –, este mesmo leitor se encontra muito mais pronto, muito mais disposto a aceitar que essa editora seja aquela que elabora e publica a revista Veja - a maior revista do Brasil e a segunda maior e mais lida revista semanal de informação do mundo.

O nome da revista e o endereço de sua página na internet constituem dois núcleos distintos. A partir de um primeiro olhar, a presente investigação considerou que entre essas duas porções emergia uma *relação multinuclear de lista*. De acordo com Pardo (2005), na relação de lista os diferentes núcleos são formados por elementos que são comparáveis, o que, efetivamente, ocorre na relação entre o nome da revista e o endereço de sua página na internet.

No entanto, antes de considerarmos a emergência dessa relação multinuclear, é relevante retomar algumas questões. Ao examinarmos as especificidades do gênero “capa de revista”, observamos a organização espacial dos elementos e, principalmente, o fato de que o espaço ocupado por cada um desses componentes no arranjo textual não é casual, já que cada

item presente em um determinado local produz um significado específico. Assim, conforme Kress e Van Leeuwen (2006), em uma composição textual, para se construir determinado sentido, cada segmento – seja ele verbal ou visual – deve estar exatamente no lugar que está: se um elemento da esquerda for colocado na direita ou um elemento da parte superior passar para a parte inferior, assim como as posições foram modificadas, os significados também serão alterados.

Na capa da *Veja* em análise, essas questões são bastante visíveis. Para cumprir os propósitos comunicativos do gênero, não podemos, por exemplo, colocar a chamada da reportagem de capa – parte central - no espaço ocupado pela chamada secundária – parte superior na extrema esquerda ou na extrema direita - ou vice versa. Por sua vez, a construção de sentidos na capa não se faria da mesma forma se a logomarca “*Veja*” passasse a ocupar a extrema esquerda da capa, enquanto que a expressão “*Editora Abril 65 anos*” passasse a se situar em uma posição mais central. Os lugares ocupados pelo nome da revista e o site também não poderiam ser invertidos sem interferir nas finalidades comunicativas desse gênero.

Nas análises comumente realizadas em RST – as quais se desenvolvem a partir de textos organizados linearmente - na relação de lista, os diferentes itens podem estar distribuídos no texto sem obedecer a uma ordem fixa de apresentação, de maneira que o leitor não reconhece uma sucessão temporal entre as informações trazidas pelos núcleos. É exatamente essa característica que difere a *relação multinuclear de lista* da *relação multinuclear de sequência*: nessa última relação de sentido, os elementos/eventos apresentados pelos núcleos devem se organizar a partir de uma “linha do tempo”, ou seja, esses elementos devem estar em um lugar específico da ordem cronológica, numa sequência fixa, desenvolvendo-se, portanto, uma relação de sucessão entre eles - é o que ocorre, por exemplo, na apresentação de vários fatos/eventos em um texto narrativo.

Considerando essa diferença fundamental entre a relação multinuclear de lista e a relação multinuclear de sequência, a presente tese considera mais plausível a emergência dessa última relação de sentido entre o nome da revista – porção (2-4) – e a página virtual da publicação – porção (5), já que cada um desses elementos deve estar onde está: se os espaços ocupados por eles forem mudados, a produção de sentidos também será alterada, interferindo diretamente nos propósitos comunicativos do gênero.

De acordo com esse ponto de vista, é possível fazer uma “adaptação” na definição da relação retórica de sequência: assim como, a partir de um texto linear, os diferentes núcleos apresentam elementos que ocupam um lugar específico na “linha do tempo”, a partir de um texto organizado espacialmente, os diferentes núcleos que se relacionam por meio de uma relação de sequência apresentam itens que ocupam um espaço específico no arranjo textual. Como se verá posteriormente, essa “adaptação” da relação de sequência numa abordagem multimodal se efetivará em outros contextos da organização retórica das capas e também será fundamental para a análise da combinação entre os elementos da reportagem de capa.

É interessante observar que a referência à Editora Abril é feita duas vezes na capa, em espaços diferentes e, sem dúvida, com propósitos comunicativos também distintos. A primeira se dá a partir da porção (1) - “Abril 65 anos” -, a qual, como discutido acima, está diretamente relacionada à construção de sentidos em torno da legitimidade e credibilidade da revista *Veja*, contexto em que emerge a relação retórica de justificativa. Na segunda vez, a expressão “Editora Abril” é uma das informações que constitui a porção (3), a qual está situada abaixo do nome “*Veja*”, junto de outros dados, como edição, ano da revista, número e data de publicação.

Nesse segundo momento, portanto, o uso do nome da editora está associado à outra intenção comunicativa: apresentar uma espécie de “fonte”, de “referência bibliográfica” da revista *Veja*. No conjunto dessas “referências” se encontram também informações como “exemplar de assinante”, “venda proibida” e o valor da revista. De acordo com Pardo (2005, p. 136), na *relação retórica de atribuição*, “satélite e núcleo indicam respectivamente a fonte de uma mensagem e a mensagem”. A partir dessa perspectiva, entre o bloco de porções (2-3) - “referências bibliográficas”, “fonte” – e a porção (4) - “*Veja*”-, consideramos plausível a emergência da relação de atribuição.

As porções de texto (2) e (3), apresentando cada uma delas diferentes informações acerca da “fonte” da revista, constituem, por sua vez, dois núcleos distintos. Considerando que cada um desses núcleos, dentro do arranjo textual da capa, deve estar exatamente onde está, é admissível que entre eles emerja a *relação multinuclear de sequência*.

Na capa de revista em análise, as porções (6), (7) e (8-10) apresentam, respectivamente, a chamada secundária da direta, a chamada secundária da esquerda e a chamada da reportagem de capa. Cada uma dessas partes, portanto, corresponde aos diferentes

conteúdos a serem desenvolvidos no interior da revista, constituindo-se, assim, como núcleos distintos da estrutura retórica.

É importante ressaltar que na capa, para que os objetivos comunicativos sejam alcançados, cada chamada de reportagem deve ocupar um espaço específico da composição textual. A chamada da reportagem de capa, por exemplo, precisa estar na parte central do gênero: é esse o espaço do arranjo textual de maior destaque, mais saliente, onde as informações – sejam elas verbais ou visuais – atraem o leitor, despertam-lhe o interesse de maneira mais expressiva. Nessa perspectiva, o tema da maioria penal – principal assunto da edição, “carro chefe” da publicação - não poderia ser “anunciado” na extrema esquerda ou na extrema direita, como é o caso das chamadas secundárias.

É considerando essa característica de que cada reportagem precisa ocupar um espaço específico na capa que argumentamos ser mais aceitável a emergência da relação de sequência entre esses núcleos – conforme “adaptação” dessa relação de sentido abordada logo acima –, quando comparada à relação retórica de lista.

A porção (8) – “Especial maioria penal” – constitui-se como uma preparação, uma orientação oferecida ao leitor para a leitura das porções que se seguem. A partir dessa porção do texto, além de ser imediatamente informado que o principal assunto da edição é o tema da maioria penal, é também informado que esta publicação apresenta uma reportagem de capa mais elaborada, provavelmente mais extensa, com informações e dados adicionais, por se tratar de uma edição especial. Dessa forma, entre a porção (8), satélite, e a porção (9-10), núcleo, emerge a *relação retórica de preparação*.

No último nível da estrutura retórica da capa da Veja, encontramos os seguintes fragmentos de texto: “Eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram. Não ficar impunes?”. Conforme será mais bem discutido posteriormente, considerando o conteúdo das porções escritas, a escolha das imagens, a escolha das cores e principalmente a combinação de todos esses modos, é possível afirmar que toda a composição textual da capa da Veja se constrói na busca de defender seu ponto de vista: a redução da maioria penal no Brasil.

A partir dessa intenção comunicativa, os autores da capa utilizarão estratégias para que o leitor seja atraído, conduzido e convencido a compactuar com o mesmo ponto de vista da revista. Uma dessas estratégias corresponde ao texto que constitui a porção (9), a partir do qual o leitor é impactado pela enumeração de crimes chocantes, cometidos por adolescentes

com idade inferior a 18 anos: estupro, tortura e morte. Após apresentar essa lista perturbadora de crimes, a revista, por meio de uma pergunta, lança uma provocação: “vão ficar impunes?”.

Por meio dessa estratégia argumentativa, o leitor é imediatamente impelido a refletir sobre a questão da impunidade, de maneira que se rejeite por completo a ideia de que esses jovens não irão sofrer as consequências dos crimes cometidos. Diante dessa perspectiva, a revista lança então a sua “cartada final”: para que esses jovens tão cruéis, menores de idade, respondam devidamente pelo mal que fizeram e não mais sejam uma ameaça à sociedade, é preciso reduzir a maioria penal.

Ao se desenvolver todo esse processo argumentativo, entre as porções (9) e (10) podem emergir duas relações retóricas distintas: a *relação retórica de justificativa* ou a *relação retórica de motivação*. Como já explicitado, na relação de justificativa, quando o leitor compreende o conteúdo apresentado pelo satélite, este está muito mais disposto a aceitar o direito do escritor de apresentar o conteúdo presente no núcleo.

Assim, quando o leitor é impressionado tão negativamente pela sequência de crimes cometidos pelos jovens apresentada na porção (9) – satélite -, este também se encontra pronto para aceitar o direito da revista de apresentar tal questionamento, rejeitando, por completo, a ideia de esses jovens não serem devidamente punidos. Inclusive, podemos considerar que, nesse contexto em que emerge a relação de justificativa, a revista *Veja*, por meio da porção “vão ficar impunes?”, coloca-se como aquela que representa a “voz” da própria sociedade. Assim, quem está rejeitando a impunidade e requerendo a redução da maioria penal não é a revista *Veja*, mas sim toda a nação brasileira.

Na construção da defesa desse mesmo ponto de vista é que emerge a relação retórica de motivação. Segundo Pardo (2005), nessa relação semântica, o leitor reconhece que a porção satélite motiva a realização da porção núcleo. A partir do contexto da capa de revista, podemos considerar que a sucessão perturbadora de crimes cometidos pelos adolescentes – estupro, tortura e assassinato – configura-se como uma grande “motivação” para se questionar e rejeitar a impunidade que, segundo a revista, envolve a realidade desses jovens criminosos, menores de 18 anos. Dessa forma, entre a porção (9), satélite, e a porção (10), núcleo, é plausível a emergência da relação retórica de motivação.

Após a investigação acerca das relações retóricas que emergem entre as porções escritas da capa, serão explicitadas e discutidas a seguir as características das imagens que se

relacionam diretamente com a chamada principal, segundo as categorias de análise da GDV, de Kress e Van Leeuwen (2006).

4.2.1.2 As imagens na perspectiva da GDV

A capa da Veja apresenta três conjuntos de imagens: a imagem presente na parte superior esquerda da capa, a qual se relaciona com a chamada secundária da esquerda; uma imagem presente na parte superior direita da capa, a qual se relaciona com a chamada secundária da direita e o conjunto de quatro fotos distorcidas que se relaciona à reportagem principal, presente na parte central da capa. Nesse último conjunto de imagens, estão representados os quatro adolescentes menores de 18 anos que, conforme afirmado pela revista, “estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram”.

Uma vez que a presente pesquisa tem por objetivo investigar o diálogo da capa com a reportagem de capa, a seguir será examinado apenas o conjunto de imagens que se refere à reportagem principal, de acordo com as categorias da Gramática Visual (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006).

4.2.1.2.1 Metafunção ideacional

De acordo com a GDV, por meio da *metafunção ideacional* é possível examinar a forma com as diversas experiências são representadas por meio das imagens. A partir do que é apresentado, as imagens podem ser *narrativas* ou *conceituais*. Nas representações narrativas, a experiência é apresentada como um evento, situado no tempo e no espaço, em que os participantes estão realizando ações ou estão envolvidos em algum acontecimento. Nas representações conceituais, por sua vez, os participantes são descritos e/ou classificados por meio de suas características individuais - evidenciando sua identidade -, ou por meio de traços em comum com outros participantes, de modo que todos aqueles que estão representados possam ser reconhecidos como membros de um mesmo grupo.

Partindo das conceituações apresentadas acima, é possível observar que as imagens presentes na capa da revista Veja se constroem de forma distinta das imagens apresentadas nas outras três capas: na capa das revistas *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*, as imagens são representações narrativas, enquanto que na *Veja* o conjunto das fotos de quatro adolescentes - participantes representados - constituem um único bloco de representação conceitual classificatória. Dessa forma, ao escolher o material visual utilizado, o foco da *Veja* não está

sobre participantes captados durante o desenvolvimento de uma determinada ação ou acontecimento, mas sim sobre os atributos desses participantes presentes na imagem.

A capa em análise apresenta as fotos distorcidas de cada um dos quatro adolescentes, postas lado a lado. Inicialmente, podemos considerar que as respectivas iniciais dos nomes e idades dos garotos constituem a “legenda” dessas imagens. No entanto, por meio de um olhar mais crítico, em que associamos as fotos dos adolescentes ao texto escrito que se segue, é possível constatar que essa “legenda” se estende até as porções escritas da parte inferior da capa.

Nessa perspectiva, considerando a articulação entre a imagem e o texto, os adolescentes representados - arranjados de maneira relativamente simétrica na parte central da capa - apresentam, de fato, características em comum, apontadas e marcadas cuidadosamente, as quais os definem como pertencentes a determinado grupo. Assim, além de terem em comum o fato de serem menores de idade – a idade, inclusive, está destacada em amarelo sobre o fundo vermelho -, conforme ponto de vista construído pela publicação, esses jovens pertencem a uma mesma “categoria”: à categoria de jovens extremamente perigosos, que praticam crimes que chocam a sociedade brasileira e, mais especificamente, à categoria de jovens que “estupram, torturam, desfiguram e matam”. Portanto, todos esses adolescentes, membros de um grupo tão perigoso e indesejado pela sociedade, apesar de serem menores de 18 anos, não podem ficar “impunes”, conforme questionamento apontado pela própria revista.

Assim, por meio de um processo classificatório explícito, a revista *Veja* é categórica ao condenar esses adolescentes em função de seus atos, lançando ao leitor seu ponto de vista, sem que haja nenhuma lacuna para qualquer outro tipo de reflexão. Por meio desse “cenário” ameaçador, utilizando-se da representação conceitual classificatória “adolescente criminoso e cruel”, a capa da revista *Veja* aponta a redução da maioridade penal como a única saída para “acabar” com essa perigosa ameaça.

4.2.1.2.2 Metafunção interpessoal

Além de construírem representações acerca de nossas experiências, as imagens também instauram relações entre os participantes representados e o leitor. Dessa forma, ao selecionarem uma imagem para compor a chamada da reportagem principal da edição, por exemplo, os criadores de uma capa de revista almejam que esse material visual desperte a

atenção do leitor e cause algum impacto sobre ele, demandando-lhe alguma reação diante do que é visto.

Para que se compreenda a interação entre os leitores e a imagem, segundo Kress e Van Leeuwen (2006), podem ser examinados diversos recursos visuais, como: o contato do olhar entre o participante representado e o leitor; a posição próxima ou distante do participante presente na imagem em relação àquele que lê – plano fechado (intimidade) ao plano aberto (impessoalidade); as posições de frente, de lado ou de costas do participante representado, a partir das quais é possível avaliar as relações de empatia construídas na interação e, por último, as relações de poder estabelecidas entre o participante presente no material visual e o leitor.

Diante da possibilidade de analisar todos esses recursos, ao observarmos a foto dos quatro adolescentes presentes na capa da *Veja*, deparamo-nos, inicialmente, com um impasse: devido às questões jurídicas de proteção à imagem e à privacidade da criança e do adolescente, previstas pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as fotos dos quatro jovens estão distorcidas, o que impossibilita, por exemplo, a análise do contato pelo olhar entre o participante representado e o leitor – não podemos avaliar se essas imagens são de demanda ou de oferta – e nem mesmo as relações de poder estabelecidas entre eles.

Apesar desse impasse, partindo do princípio de que o uso de qualquer imagem tem um expressivo poder comunicativo e que, portanto, não são modos de comunicação esvaziados de sentidos e intenções – imagens não são “meras ilustrações” - o presente estudo apresenta algumas questões que julga serem pertinentes no que se refere à interação entre o leitor e o material visual escolhido pela *Veja*.

Na mesma semana de publicação da edição “Especial maioria penal”, o *Intervozes*³² - Coletivo Brasil de Comunicação Social - uma organização que desenvolve projetos e campanhas pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil, entrou com representação junto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo contra a revista *Veja*. Segundo o coletivo, apesar das fotos estarem distorcidas, a publicação da revista “atenta contra o Estatuto da Criança e do Adolescente ao permitir a identificação dos

³² As informações sobre o coletivo *Intervozes* podem ser encontradas através do endereço eletrônico www.intervozes.org.br.

adolescentes expostos na matéria de capa”³³ - as iniciais dos nomes e as respectivas idades são claramente apresentadas, por exemplo. Além da exposição excessiva dos adolescentes, segundo o Intervozes, “o conteúdo ignora o princípio de presunção de inocência apresentando os ‘envolvidos’ numa situação de conflito com a lei como culpados antes mesmo de serem julgados”³⁴ - o texto presente na capa é assertivo em sua condenação: “eles estupraram, torturaram e mataram. Vão ficar impunes?”.

A Comissão da Infância e Juventude da Associação Nacional de Defensores Públicos – ANADEP³⁵ -, emitiu uma nota pública sobre a referida publicação da Veja:

As fotos divulgadas na capa da revista e no seu interior **incitam à violência e o justicamento** ao questionar os leitores se os adolescentes que estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram ficarão impunes. Acima desta indagação, há fotografias dos quatro adolescentes suspeitos, com parte dos rostos embaraçados, com as iniciais dos nomes e sobrenomes abreviadas e a idade de cada um deles, além dos nomes completos de seus pais, **tornando-os facilmente identificáveis**. A identificação de qualquer criança e adolescente envolvidos em atos policiais e judiciais, seja através de fotografia, local de residência e iniciais do nome e sobrenome, é proibida pelo Estatuto da Criança e Adolescente, através de preceito previsto no artigo 143, exatamente como se viu publicado. Também **houve violação ao direito de proteção à privacidade**, previsto na Convenção sobre os Direitos das Crianças, das Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça. Entendemos ter ocorrido abuso do direito Constitucional de informar, na medida em que **se realizou uma exposição indevida dos suspeitos, realizando um pré-julgamento público e em âmbito nacional, com a decretação da condenação, antecipando-se ao pronunciamento do Poder Judiciário**. A barbárie ocorrida não justifica a violação de tantos dispositivos legais e dos preceitos do bom jornalismo. (Grifos nossos)

³³ De acordo com o parágrafo único do artigo 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência”. Por sua vez, o parágrafo primeiro do Artigo 247 aponta que será punido quem exibir “total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente”. O parágrafo seguinte ressalta que “se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação”.

³⁴ Outro descumprimento presente na reportagem da Veja é a realização de julgamento antecipado. Os jovens envolvidos no caso que ocorreu no Piauí são tratados não como suspeitos, mas como culpados, conforme textos apresentados tanto na capa como no interior da revista. A Constituição Federal estabelece, no Artigo 5º, que “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica - estabelece, ao tratar, em seu Artigo 5, do Direito à Integridade Pessoal, que “toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa”.

³⁵ As informações sobre a Associação Paulista de Defensores Públicos podem ser encontradas através do endereço eletrônico <http://www.anadep.org.br/>.

Repudiando também a publicação da referida edição, defensores públicos da Associação Paulista de Defensores Públicos - APADED³⁶ - ajuizaram ação contra a Editora Abril por violação de direitos de adolescentes:

Os Defensores Públicos responsáveis pela ação argumentam que **a revista facilitou ou permitiu a exposição dos adolescentes**, considerando a popularidade e abrangência nacional do veículo e os acessos por meios eletrônicos e redes sociais, tudo isso somado ao fato de Castelo do Piauí ser uma cidade pequena (19 mil habitantes). Segundo consta na ação, o **risco de linchamento**, em clamor popular por justiça, já havia feito as audiências de apresentação dos adolescentes serem transferidas para a capital do Estado, Teresina. (...) Argumenta-se, ainda, na ação que teria ocorrido a violação da presunção de inocência, garantida pela Constituição Federal, quando a revista reafirma a culpabilidade dos garotos e menciona que as medidas socioeducativas a serem aplicadas seriam brandas. **Ao transmitir ao leitor a ideia de que os quatro já foram julgados e ficarão impunes, devido à suposta leniência do ECA, a reportagem estimula o ódio coletivo e, por conseguinte, a violência**, reiteram os Defensores. (Grifos nossos).

Diante de todas as informações apontadas acima, apesar de as fotos da capa estarem distorcidas, é impossível considerarmos que as mesmas não interagem de maneira significativa com o leitor. Em primeiro lugar, é possível supor que, na interação imagem/leitor, desenvolve-se uma expressiva valoração do ato infracional dos adolescentes menores de idade. A partir de uma observação crítica, é possível perceber que o uso das fotos distorcidas não veda a identificação dos adolescentes - conforme apontado por todas as organizações que repudiaram a publicação da Veja -, mas “veda” qualquer outro tipo de contato entre os participantes representados e o leitor/visualizador.

Tal afirmação se fundamenta na ideia de que, com o uso de fotos distorcidas, o leitor não tem acesso ao “olhar” do adolescente ou às suas expressões faciais, por exemplo, impedindo-lhe o contato direto com esses jovens, o que impossibilita qualquer outro tipo de leitura a não ser aquela em que o leitor constata o fato de que a imagem representa um adolescente com idade inferior a 18 anos e que é um transgressor da lei.

É relevante ressaltar que, sob nenhuma perspectiva, a presente análise está afirmando que as imagens dos adolescentes não deveriam estar distorcidas na capa. Estamos apenas defendendo que, mesmo quando, aparentemente, as questões jurídicas relativas à proteção da imagem da criança e do adolescente são respeitadas, por meio da articulação imagem/texto, a capa da Veja não apresenta os jovens ao leitor a partir de outro ponto de vista a não ser por

³⁶ As informações sobre a Associação Paulista de Defensores Públicos podem ser encontradas através do endereço eletrônico <http://www.apadep.org.br/>.

meio da perspectiva de que são assassinos cruéis e, portanto, extremamente perigosos. Assim, o uso da foto distorcida do adolescente remete o leitor à ideia “jovem menor de idade infrator”, efetivando-se, assim, uma estratégia que impacta aquele que lê de forma significativa e fomenta o ponto de vista assumido pela capa: a redução da maioridade penal.

Outro aspecto importante acerca da interação entre o leitor e as imagens presentes na capa se refere, conforme apresentado nas citações acima, à incitação à prática do linchamento. Segundo as associações de defensores públicos e conforme pode ser visto na capa, a exposição abusiva desses adolescentes, a sentença proferida pela própria revista – “adolescentes culpados” -, e a construção da ideia de impunidade em torno dos graves crimes apontados são fatores que podem, potencialmente, motivar o leitor à prática de violência e justicamento, especialmente pela gravidade e repercussão do caso escolhido pela publicação – importante lembrar que a *Veja* é a maior revista de circulação nacional. Além disso, a excessiva exposição também compromete a reputação futura dos jovens suspeitos, legitimando junto ao leitor uma exibição pública que pode marcar a vida desse adolescente de forma irreparável.

As questões acima discutidas reforçam a premissa de que o modo semiótico da imagem é, sem dúvida, um poderoso instrumento na concretização de estratégias argumentativas na busca de defender determinado ponto de vista. A cada composição textual – mais especificamente a capa de revista - o material visual é cuidadosamente pensado, selecionado e arranjado. Por meio das imagens, participantes representados e leitores são confrontados, desenvolvendo-se uma intensa e produtiva interação entre eles.

4.2.1.2.3 Metafunção textual

Por meio da metafunção textual, é possível analisar como se organizam os elementos que ocupam os diferentes espaços no interior de uma imagem, assim também como se organizam os vários elementos que estão distribuídos em lugares distintos de uma determinada composição multimodal – uma capa de revista ou uma reportagem de capa, por exemplo.

Segundo explicitado no capítulo teórico, a maneira como os vários elementos se organizam e estabelecem combinações entre si pode ser investigada a partir de três aspectos principais: a) o *valor da informação* (cada espaço preenchido em uma determinada página multimodal confere à totalidade da composição um significado próprio, promovendo a

construção de um sentido específico); b) o *enquadramento* (presença ou ausência de molduras que denotam conexão ou desconexão entre os componentes do texto) e a *saliência* (em uma página multimodal são utilizados recursos que despertam a atenção do leitor/visualizador para determinados pontos ou participantes na imagem, como o tamanho relativo, as cores, o contraste ou o posicionamento em primeiro ou segundo plano).

É importante destacar que os três aspectos acima apontados irão se manifestar de maneira distinta no interior das diferentes imagens ou páginas multimodais. Na capa da *Veja*, por exemplo, a organização dos espaços esquerda/direita ou superior/inferior não apresenta grande destaque no processo de construção de sentidos, diferentemente do que ocorre com a construção dos espaços centro/margem, os quais conferem importantes significados à construção do texto. Além disso, em função das especificidades do gênero capa, considerando especialmente seus propósitos comunicativos, o enquadramento e a saliência são ângulos de análise bastante produtivos.

Ao observarmos a capa, logo constatamos a formação de algumas “molduras”, as quais estão delimitando diferentes espaços do arranjo textual. Esses espaços, como já apontado, são, inclusive, um importante ponto de conexão entre a RST e a multimodalidade, já que, assim como ocorre na capa da *Veja*, em muitos contextos de análise as diferentes molduras que se constituem correspondem aos diferentes blocos informacionais presentes na estrutura retórica do texto.

Inicialmente, na capa da *Veja* há uma clara linha divisória que separa a chamada das duas reportagens secundárias de todo o restante do texto, sendo este último espaço preenchido principalmente pela chamada da reportagem principal. Portanto, há dois grandes “blocos” de elementos arranjados na composição de forma desconectada, uma vez que estes representam conteúdos distintos a serem desenvolvidos no interior da revista.

Há também a formação de outra moldura, dessa vez um pouco mais sutil, preenchida pela porção textual “Especial maioria penal”. A constituição dessa moldura, por sua vez, é o que separa o espaço ocupado pelo logotipo da revista e a chamada da reportagem de capa.

Conforme será percebido por meio da presente análise, a formação de molduras em uma capa de revista se mostra como um aspecto muito comum e importante para o gênero. Uma vez que a partir da capa diferentes assuntos e temas são apresentados ao leitor, a delimitação dos diferentes espaços se configura como um recurso eficaz para a organização

interna do texto, apontando-se, claramente, elementos que devem ser visualizados como conectados e desconectados.

Na parte superior da revista, abaixo das chamadas das reportagens secundárias, encontramos o logotipo “Veja”. É possível perceber que essa porção textual apresenta aspectos muito próprios, diferentes de todas as outras partes do texto, uma vez que esta é a identificação da revista, seu registro de marca particular. Dessa forma, o logotipo “Veja” apresenta características tipográficas tão peculiares que o leitor o identifica mesmo se este for utilizado em outros contextos de comunicação. Ainda na parte superior, logo abaixo dessa identificação, escritos com uma fonte muito menor, estão o nome da editora Abril e outras informações referentes à presente edição.

Mais próxima da parte central, abaixo da identificação da revista, está a porção “Especial Maioridade Penal”. Esse fragmento de texto nos remete ao fato de que essa edição da Veja, além de trazer o tema da maioridade penal como reportagem de capa, trará um volume maior e mais aprofundado de informações, visto que esta é uma “edição especial” para tratar desse tema.

De acordo com a abordagem multimodal, na oposição centro/margem os elementos textuais posicionados no centro representam a informação principal, enquanto que os elementos que preenchem as margens possuem o valor de informação complementar em relação àquela do centro. Há aqui outro ponto de encontro entre a RST e a multimodalidade: ao associarmos as duas perspectivas teórico-metodológicas, conforme pode ser observado na organização da estrutura retórica da capa, as informações presentes na posição central constituem as porções nucleares, enquanto que as informações presentes nas margens do texto constituem as porções satélites.

Na capa em estudo, nas margens estão situadas informações como logotipo da editora, “exemplar de assinante”, valor da revista e o endereço de sua página na internet. Por sua vez, atendendo aos propósitos comunicativos do gênero, na parte central estão as fotos distorcidas e as porções escritas referentes aos quatro adolescentes envolvidos no grave crime destacado pela revista, elementos que constituem a chamada principal da edição.

Abaixo da imagem de cada um dos garotos, estão as iniciais de seus nomes, em branco, e suas respectivas idades, em amarelo. Importante notar que, visualmente, a cor

amarela dá destaque à idade dos adolescentes, o que evidencia a intenção da revista de enfatizar a informação de que todos eles são menores de 18 anos.

Na parte inferior da capa, encontramos o seguinte texto: “Eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram. Vão ficar impunes?” A cor amarela é mais uma vez utilizada como forma de destacar, em relação ao fundo vermelho, os atos criminosos pelos quais os adolescentes são condenados. É interessante observar que, na capa, a revista opta por especificar, junto ao leitor, cada um dos crimes, apresentando-os na ordem em que ocorreram, segundo é apontado na reportagem principal. Tal escolha se configura como uma estratégia da revista de enfatizar os crimes que envolvem os jovens representados na imagem, impactando, mais uma vez, o leitor e o persuadindo a assumir uma posição favorável à redução da maioria penal.

A pergunta “vão ficar impunes?”, por sua vez, não aparece na cor amarela – cor até então utilizada para destacar informações -, porém se destaca e se sobressai em relação a qualquer outro fragmento do texto: a fonte utilizada nessa parte é muito maior do que nas partes anteriores. Podemos perceber que a palavra “impunes” é ainda mais saliente, apresentando uma fonte ainda maior em relação ao texto escrito como um todo. A saliência da palavra, neste caso, é tão evidente que, se o leitor “correr” rapidamente os olhos através da capa, este terá, provavelmente, sua atenção voltada para dois aspectos principais: a imagem dos adolescentes na posição central e a palavra “impunes”, logo abaixo.

No artigo “Colour as a semiotic mode: notes for a grammar of colour”, ao examinar o uso das cores em diferentes contextos de comunicação, em especial os sentidos construídos a partir desses usos, Kress e Van Leeuwen (2002) afirmam:

Nesse sentido, a cor é um recurso semiótico como os outros: regular, com signos que são **motivados em sua constituição pelos interesses dos criadores desses signos**, não sendo, portanto, um modo completamente arbitrário ou anárquico. A tarefa é, então, compreender as motivações e interesses específicos dos produtores de signos nos diferentes grupos, sejam eles pequenos ou grandes, locais ou globais. (...) Em outros lugares (por exemplo, Kress e Van Leeuwen, 2001) argumentamos que os significantes, e, portanto, também as cores, **carregam um conjunto de características reconhecíveis, as quais os criadores de sinais e intérpretes selecionam de acordo com suas necessidades e interesses comunicativos em um dado contexto.** (KRESS e VAN LEEUWEN, 2002, p. 345 e 355) (Grifos nossos).³⁷

³⁷ In this sense colour is a semiotic resource like others: regular, with signs that are **motivated in their constitution by the interests of the makers of the signs**, and not at all arbitrary or anarchic. The task is then to understand the differential motivations and interests of signmakers in the different groups, be they small or large, local or global. (...) Elsewhere (e.g. Kress and Van Leeuwen, 2001) we have argued that signifiers, and therefore also colours, **carry a set of affordances from which sign-makers and interpreters select according**

No referido artigo, de uma maneira geral, Kress e Van Leeuwen (2002) destacam duas questões principais. A primeira corresponde ao fato de que, assim como ocorre com outros modos semióticos, a cor não é utilizada de forma arbitrária, de forma “anárquica” nos diferentes contextos comunicativos. Nesse sentido, a linguagem da cor é passível de sistematização, de descrição de regularidades a partir dos usos que se desenvolvem dentro dos diferentes grupos sociais. A segunda questão, mais relevante para a presente análise, refere-se ao fato de que o autor de um texto, guiado por suas intenções comunicativas, ao selecionar determinada cor, busca construir significados, produzir sentidos distintos dentro da composição textual que elabora.

Partindo desse pressuposto, a presente análise considera que é possível constatar algumas questões interessantes relacionadas à construção de sentidos por meio das cores utilizadas na apresentação da reportagem principal na capa. A partir de uma observação atenta, percebemos que o uso das cores amarela e branca conectam e desconectam alguns elementos do texto escrito, definindo a formação de dois conjuntos de informações: na cor amarela estão destacados a palavra “Especial”, as idades dos adolescentes e os crimes pelos quais eles são condenados; na cor branca estão a expressão “maioridade penal”, as iniciais dos nomes dos garotos e o questionamento “vão ficar impunes?”.

De acordo com Nascimento, Bezerra e Heberle (2011, p. 545), “a coordenação de cores é outra estratégia empregada para dar destaque, uniformizar e estabelecer relações de semelhança ou diferença entre determinados itens (...)”. Nessa perspectiva, partindo da ideia de que a capa da Veja se posiciona a favor da redução da maioridade penal - conforme já apontado na investigação de outros aspectos -, é possível considerar que, enquanto o “bloco informacional amarelo” destaca, junto ao leitor, o fato de que os garotos que praticaram os crimes que escandalizaram a sociedade brasileira são menores de idade, o “bloco informacional branco” relaciona o tema da maioridade penal, por meio do caso dos quatro adolescentes, à ideia de impunidade. Nessa perspectiva, a partir do arranjo e articulação entre as cores amarela e branca na capa da Veja, o leitor é impactado com a ideia de que adolescentes menores de 18 anos cometem crimes que chocam e que, portanto, a maioridade

penal brasileira, na busca de não fomentar a impunidade diante desses casos, precisa ser revista, mais particularmente, reduzida.

Examinando ainda o uso das cores na capa, podemos considerar que a cor vermelha do fundo se apresenta, de imediato, como um sinal de alerta, como uma estratégia para chamar a atenção do leitor, despertando seu foco e interesse. A cor vermelha do fundo pode também nos remeter à ideia do “sangue derramado”, já que, conforme é apresentado na capa e desenvolvido na reportagem principal, esses adolescentes estupraram e torturaram outras quatro adolescentes, que foram encontradas, horas depois do crime, todas “ensanguentadas”.

Ao unirmos todos esses aspectos apresentados na composição – a imagem distorcida dos garotos, o destaque dado à idade de cada um deles, a crueldade dos crimes especificados, a apresentação do fundo vermelho como o próprio “sangue derramado” das vítimas e a incômoda ideia de impunidade –, cria-se na capa um “cenário de terror”. O leitor é convidado a sentir, de fato, toda a negatividade e clima de horror resultante da ação dos quatro adolescentes menores de 18 anos.

Ao se analisar, no processo de construção de sentidos, a articulação entre todos esses modos – escrita, imagens e cores -, é possível perceber que a revista se posiciona, claramente, a favor da redução da maioria penal no Brasil. Na capa, conforme apontado, esses adolescentes não são apresentados como “suspeitos”: a partir da pergunta “vão ficar impunes?”, está implícita a ideia de que esses jovens, de acordo com a Veja, já foram sentenciados como “culpados”. Nesse sentido, não é, por exemplo, contextualizada e discutida a condição desse adolescente na sociedade brasileira, mas é questionado se este será ou não punido pelo que fez. Além disso, a partir desse ponto de vista, a impunidade, segundo é ressaltado na reportagem de capa, é um problema que precisa ser resolvido.

Outro aspecto interessante presente na composição corresponde ao fato de que a porção de texto “vão ficar impunes?” é praticamente um “apelo” às autoridades políticas para que esses adolescentes, que cometem crimes tão cruéis, sejam de fato punidos. Por meio desse questionamento, a revista, estrategicamente, provoca e conduz o leitor a assumir um ponto de vista favorável em relação à redução da maioria penal, tendo como ponto de partida um exemplo trágico e impactante, por meio de uma argumentação que, necessariamente, desperta o envolvimento emocional do leitor.

Por último, é importante ainda destacar que, de acordo com a própria reportagem de capa construída pela revista, no caso de Castelo do Piauí não estão envolvidos somente os quatro adolescentes, mas houve a participação de um adulto de 39 anos, que, segundo o depoimento de um dos garotos, foi quem inicialmente abordou as vítimas do crime. No entanto, a capa da Veja omite por completo essa informação e se volta completamente para a condenação dos adolescentes.

4.2.1.3 Relações retóricas entre porções escritas e imagens

Nesta parte da análise, é investigada a emergência de relações retóricas entre a imagem que constitui a chamada da reportagem principal e as respectivas porções escritas que com ela se relacionam. Dessa forma, não será analisada a emergência de relações retóricas entre as imagens e porções escritas das chamadas secundárias, uma vez que essas reportagens não constituem o foco do presente trabalho.

Como apontado na fundamentação teórica, a ferramenta RSTTool não apresenta recursos a partir dos quais as imagens podem ser inseridas na estrutura retórica. Assim, o material visual presente na capa está representado na estrutura por meio de expressões escritas como, por exemplo, “imagem do adolescente 1” ou “imagem do adolescente 2”. Considerando, portanto, somente a parte da capa que corresponde à chamada mais importante da edição, após examinar as conexões que se efetivam nesse espaço do texto, é possível delimitar as seguintes porções textuais:

Porção (1): Especial Maioridade Penal

Porção (2): Imagem do adolescente 1

Porção (3): Iniciais do nome e idade do adolescente 1

Porção (4): Imagem do adolescente 2

Porção (5): Iniciais do nome e idade do adolescente 2

Porção (6): Imagem do adolescente 3

Porção (7): Iniciais do nome e idade do adolescente 3

Porção (8): Imagem do adolescente 4

Porção (9): Iniciais do nome e idade do adolescente 4

Porção (10): Eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram

Porção (11): Vão ficar impunes?

A partir da delimitação dessas porções, consideramos que a parte central da capa pode se organizar retoricamente por meio de duas perspectivas principais, as quais foram materializadas nos **Diagramas 3 e 4**:

Apesar de os **Diagramas 3 e 4** apresentarem muitas semelhanças entre si, constatamos que há uma diferença crucial entre eles. Logo abaixo da emergência da relação retórica de preparação, a partir dos dois grandes blocos de porções que se configuram no segundo nível mais alto da estrutura retórica, o **Diagrama 3** apresenta o conjunto de fotos dos adolescentes como uma *porção satélite* - contexto em que emerge a relação retórica de motivação ou justificativa -, enquanto que o **Diagrama 4** apresenta o material visual como uma *porção núcleo* – contexto em que emerge a relação retórica de avaliação.

Partindo dessa diferença entre os dois esquemas, a presente análise retoma uma questão importante já abordada no capítulo teórico: nas combinações entre o texto e a imagem, qual desses dois modos semióticos corresponde à porção núcleo ou qual desses dois modos corresponde à porção satélite? Acreditamos que a investigação da capa da Veja apresenta algumas questões interessantes.

Conforme explicitado na fundamentação teórica, ainda que as discussões em torno da definição de porções núcleo/satélite realizadas por Matthiessen e Thompson (1988, p. 289-290) estejam considerando a organização retórica apenas de textos escritos, as afirmações desses teóricos são igualmente relevantes para o estudo das relações semânticas que emergem entre o texto e a imagem. De acordo com esses autores, a porção núcleo “carrega” os propósitos comunicativos mais centrais do escritor; é, portanto, a porção que se caracteriza como o “carro-chefe” diante das outras porções distribuídas na construção do texto. Enquanto isso, a porção satélite é “menos central”, a qual carrega os propósitos complementares, aqueles que dão suporte à concretização dos objetivos comunicativos centrais do texto.

Ao retomarmos as definições apresentadas pelos autores apontados acima e examinarmos a capa da Veja, consideramos que há duas partes principais para o cumprimento dos propósitos comunicativos mais centrais dos autores do texto: o conjunto de imagens dos adolescentes e a porção verbal “vão ficar impunes?”. Dessa forma, consideramos que a chamada da reportagem de capa pode se organizar retoricamente por meio de duas grandes perspectivas, a partir das quais ora o texto verbal será núcleo e o conjunto de imagens será o satélite, ora o material visual será núcleo e o texto verbal será o satélite.

Para melhor explicitar essas duas possibilidades plausíveis de organização retórica, é válido ressaltarmos algumas questões. Inicialmente, gostaríamos de enfatizar o quanto, na capa da Veja, imagem e texto estão intimamente conectados e como ambos os modos são fundamentais para a construção do texto. Como uma evidência dessa afirmação, podemos

observar, por exemplo, que o pronome “eles” presente na expressão “eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram” é o elemento coesivo que retoma as fotos dos adolescentes apresentadas anteriormente. Assim, na capa, a própria coesão do texto se constrói a partir da combinação entre a imagem e o texto escrito.

Ao examinarmos a composição textual em sua totalidade, percebemos que seus aspectos multimodais já sugerem que tanto o conjunto de fotos quanto a expressão “vão ficar impunes?” podem se configurar como possíveis núcleos da estrutura retórica. O conjunto de imagens, por exemplo, está situado na parte mais central da capa – de acordo com a GDV, de Kress e Van Leeuwen (2006), os componentes do texto posicionados no centro representam a informação principal. Em contrapartida, a expressão “vão ficar impunes?”, apesar de estar situada na parte inferior da capa, também apresenta características salientes, como o uso da cor branca sobre o fundo vermelho e, especialmente, o tamanho maior da fonte – a palavra “impunes” apresenta uma fonte de tamanho ainda maior, além de ser colocada em primeiro plano em relação a todos os outros elementos presentes na capa.

Como pode ser visto no texto, esses aspectos dão grande destaque tanto para o material visual quanto para o material verbal, apontando-nos que esses diferentes modos semióticos, conforme seus respectivos recursos, carregam propósitos comunicativos centrais do autor, configurando-se, assim, ambos os modos como possíveis núcleos da estrutura retórica. É interessante também observar que, conforme proposta teórico-metodológica assumida pela presente pesquisa, as interfaces entre pressupostos da RST e da multimodalidade são extremamente produtivas e contribuem de forma significativa na compreensão de como se organizam retoricamente as diferentes partes de um texto multimodal.

Analisando ainda as intenções comunicativas dos autores da capa, partindo do pressuposto de que a Veja se posiciona favoravelmente à redução da maioria penal, tanto o conjunto de imagens quanto a expressão “vão ficar impunes?” se mostram como partes imprescindíveis para a defesa desse ponto de vista, podendo, ambas, representar porções centrais e não complementares. Tais afirmações se justificam, já que enquanto as fotos distorcidas dos adolescentes remetem o leitor ao crime ocorrido em Castelo do Piauí - despertando-lhe emoções e, principalmente, o desejo por justiça -, o destaque dado à palavra “impunes” na capa remete o leitor à ideia de que a incômoda impunidade em relação aos

adolescentes é fomentada pela manutenção da maioridade penal aos 18 anos, persuadindo-o a aceitar que a solução é reduzir essa maioridade.

Após as discussões acerca da principal diferença entre as duas possibilidades de organização retórica da chamada da reportagem de capa, retomemos os diagramas 3 e 4 apresentados anteriormente. No primeiro nível da estrutura, tanto no **Diagrama 3**, quanto no **Diagrama 4**, entre a porção (1) – satélite - e o bloco de porções (2-11) – núcleo – emerge a *relação retórica de preparação*. Nesse sentido, a porção verbal “especial maioridade penal” prepara e orienta o leitor acerca do assunto que lhe será apresentado logo a seguir, ou seja, informações, construídas pela linguagem verbal e visual, sobre o assunto da maioridade penal no Brasil, conforme a perspectiva político-ideológica da revista.

Nesse ponto da estrutura retórica, o leitor também é orientado sobre o fato de que essa publicação da *Veja* é uma edição especial, diferenciada, a partir da qual se espera um número maior de informações e uma discussão mais aprofundada do assunto. Por último, a partir da emergência dessa relação semântica, o leitor pode inferir que, uma vez que a revista *Veja* – a maior revista do país - decidiu dedicar uma edição para tratar especialmente da maioridade penal, é muito provável que esse tema esteja em discussão na sociedade, configurando-se, até mesmo, como uma polêmica que levanta questionamentos e divide opiniões.

No **Diagrama 3**, entre o bloco de porções (2-10) e a porção (11), é plausível a emergência da *relação retórica de motivação*. De acordo com o contexto comunicativo em que essa relação de sentido emerge, quando o leitor compreende quem são os quatro adolescentes representados nas imagens, a gravidade dos atos praticados por eles – “eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram” – e associa todas essas questões ao fato de que esses garotos têm idade menor que a estabelecida pela maioridade penal, esse mesmo leitor reconhece que todas essas informações motivam o questionamento construído pela revista: “vão ficar impunes?”. Nesse sentido, na emergência da relação de motivação, todas as informações presentes no bloco (1-9) – as quais são apresentadas por meio de diferentes modos semióticos - configuram-se como a porção satélite que motiva o questionamento apresentado na capa, o qual, por sua vez, constitui a porção núcleo.

A presente análise também considera plausível a emergência da *relação retórica de justificativa* entre as porções (2-10) – satélite - e a porção (11) – núcleo, explicitadas no parágrafo anterior. A partir da definição dessa relação de sentido, consideramos que quando o leitor compreende quem são os quatro jovens presentes nas imagens, reconhece a gravidade

dos atos praticados por eles e relaciona todas essas informações ao fato de que esses adolescentes tem idade menor que a estabelecida pela maioria penal, esse mesmo leitor está muito mais pronto, muito mais disposto a aceitar que a revista Veja tem o direito de questionar “vão ficar impunes?”.

A partir do bloco de porções (2-10), entre a porção (2-9), núcleo, e a porção (10), satélite, emerge a *relação retórica de avaliação*: após apresentar a imagem dos quatro garotos e as respectivas iniciais de seus nomes e idades – elementos que constituem a porção núcleo -, a capa oferece ao leitor um “juízo”, uma “avaliação” acerca desses jovens. É possível observar que a revista, na busca de defender seu ponto de vista, não apresenta, junto ao leitor, uma simples “avaliação”: ao afirmar e enumerar cada um dos crimes que, segundo a ela, os adolescentes praticaram, delinea-se a construção de uma sentença, de uma condenação.

Discutindo ainda o **Diagrama 3**, observamos que o bloco de porções (2-9) é constituído pelas fotos de cada um dos adolescentes representados, junto das iniciais de seus nomes e a idade de cada um deles. Para a presente análise, cada uma dessas imagens representa um núcleo distinto da estrutura retórica. Ao analisar a disposição das fotos na parte central da capa, as quais estão posicionadas lado a lado, inicialmente cogitamos que entre elas emergia uma *relação multinuclear de sequência*. Para confirmar essa hipótese, buscamos algum elemento relacionado às respectivas fotos que indicasse a existência de uma sucessão entre elas – observamos, por exemplo, se as iniciais dos nomes abaixo delas estavam em ordem alfabética ou se as idades dos adolescentes foram colocadas em ordem crescente ou decrescente. Porém nenhum desses aspectos relacionados ao material visual foi constatado na capa. Portanto, consideramos mais plausível que essas imagens se encontram “listadas” na parte central da capa, promovendo-se, assim, a emergência da *relação multinuclear de lista*.

No final da estrutura retórica referente à chamada da reportagem de capa, encontramos a combinação que se efetiva entre a imagem dos adolescentes e as porções escritas que se encontram logo abaixo de cada um delas, ou seja, as iniciais dos nomes desses jovens e suas respectivas idades – como já apontado, essas porções escritas estão posicionadas no texto como uma espécie de “legenda” da foto.

Após analisar a lista de relações retóricas já definidas pela RST, a presente tese considera que a relação semântica que melhor caracteriza a conexão entre essas duas partes é a *relação retórica de elaboração*. Nessa perspectiva, a foto seria a porção núcleo e sua

respectiva legenda seria a porção satélite, a qual apresenta, nesse sentido, informações adicionais sobre o participante representado na imagem.

No entanto, examinando mais atentamente a combinação da imagem e sua respectiva “legenda” e levando em consideração as intenções comunicativas dos autores da capa e os propósitos específicos do gênero, consideramos que a imagem, nesse caso, não é simplesmente “elaborada” pelo texto escrito; as iniciais de nomes e as idades não são apenas informações adicionais sobre os garotos presentes nas imagens. Acreditamos ser possível que uma relação retórica mais “refinada”, mais específica, mais característica desse contexto emerge.

Diante disso, partindo da hipótese de que as combinações entre a imagem e o texto podem se efetivar por meio de contextos comunicativos diferentes e, conseqüentemente, podem promover a emergência de relações retóricas distintas daquelas que emergem especificamente entre porções escritas, **a presente tese propõe a *Relação Retórica de Identificação*, definida como se segue:**

Nome da relação: IDENTIFICAÇÃO
Restrições sobre N: N apresenta alguém ou algo
Restrições sobre S: S apresenta a identificação – o nome e/ou a caracterização – de N.
Restrições sobre N+S: S e N indicam, respectivamente, a identificação de alguém ou algo e aquele que é identificado.
Efeito: O leitor reconhece que S identifica N por meio de seu nome e/ou de sua caracterização.

Conforme a definição proposta acima, na organização retórica da capa da *Veja*, entre a foto de cada jovem – núcleo - e as porções escritas referentes às iniciais de seus nomes e idades emerge a *relação retórica de identificação*. A presente investigação considera que a emergência dessa relação de sentido pode, de fato, ocorrer em outras situações comunicativas que também envolvem imagens e suas legendas: em livros didáticos, por exemplo, é muito comum encontrarmos ilustrações ou fotografias associadas às suas respectivas identificações, como a imagem de uma determinada vegetação, de um determinado tipo de solo ou de um determinado animal e seus respectivos nomes e aspectos peculiares; na apresentação de obras de arte, como quadros ou esculturas, por exemplo, é comum que essas imagens venham acompanhadas de seus nomes e características particulares.

A partir de estudos em RST, propor que uma nova relação seja inserida na lista já existente de relações retóricas requer, por parte do analista, a investigação de diferentes contextos comunicativos em que seja plausível a emergência da relação de sentido proposta. No entanto, a presente tese não tem como foco desenvolver uma análise mais aprofundada que autentifique ou legitime a constituição da “relação retórica de identificação”. A partir da análise da imagem e sua legenda na capa da *Veja*, estamos apenas sugerindo essa possibilidade de relação retórica, a qual, de fato, precisa ser “testada” por meio de outras situações comunicativas.

Contudo, consideramos relevante apontar que, a partir da análise de alguns exemplos presentes nas reportagens selecionadas, percebemos que, na combinação entre a imagem e o respectivo texto que a acompanha, podem emergir diferentes relações semânticas, como a relação retórica de explicação e a relação retórica de elaboração. A partir dessas primeiras considerações, percebemos que mesmo em um contexto tão específico, como o caso de uma imagem e sua legenda, o estudo das relações de sentido entre o material visual e o material verbal não é uma tarefa simples. Portanto, deixamos em aberto um interessante tópico para investigação: como se configura e funciona a emergência das relações retóricas a partir das combinações entre a imagem e sua legenda nos diferentes gêneros de texto? Acreditamos que pesquisas futuras poderão apresentar resultados bem interessantes acerca desse contexto de intrínseca relação entre o visual e o verbal.

Retomando o **Diagrama 4**, diferentemente do que ocorre na organização retórica do **Diagrama 3**, no nível superior da estrutura o material visual não se configura como uma porção satélite, mas sim como uma porção núcleo. Nessa perspectiva, ao apresentar os atos criminosos praticados por esses jovens e questionar a impunidade que, segundo a revista, caracteriza o contexto penal que envolve esses adolescentes, a capa da *Veja* *avalia* os participantes representados nas imagens, atribuindo-lhes valores negativos junto ao leitor.

Dessa forma, entre o bloco de porções (2-9), núcleo, e o bloco (10-11), satélite, encontramos a emergência da *relação retórica de avaliação*. Lembrando que o ponto de vista defendido pela *Veja* é a redução da maioria penal e retomando toda a caracterização acerca da composição da capa, é admissível dizer que no contexto em que emerge essa relação de sentido não é apresentada ao leitor uma simples “avaliação” acerca dos garotos: como já apontado, a revista, ao mesmo tempo em que é aquela que julga, é também aquela que sentencia, que condena.

Por último, no **Diagrama 4**, entre as porções (10) e (11) pode emergir tanto a *relação retórica de motivação* quanto a *relação retórica de justificativa*: por meio da conexão entre essas duas porções de texto, o leitor reconhece que a prática de crimes como “estuprar”, “torturar”, “desfigurar” e “matar”, relacionados aos adolescentes, além de *motivar* a pergunta argumentativa apresentada pela publicação - “vão ficar impunes?”-, também *justifica* o direito da revista de apresentar tal questionamento.

Após examinar as combinações entre o texto e a imagem a partir da chamada da reportagem de capa, podemos unir essa parte da estrutura retórica àquela que foi inicialmente analisada, ou seja, à parte da estrutura que corresponde à organização retórica das porções escritas presentes no texto. Dessa forma, a seguir serão apresentadas duas possibilidades principais de esquema arbóreo, as quais representam a totalidade da organização retórica da capa da Veja, considerando as combinações intersemióticas.

Abaixo está novamente a reprodução da capa da Veja, com as diferentes porções delimitadas, considerando, agora, tanto o texto verbal quanto o texto visual.



Scanned by CamScanner

Para a construção dos diagramas completos, após a investigação de todas as conexões que se efetivam na capa – a qual respeitou a distribuição espacial dos elementos –, as porções de texto foram delimitadas e enumeradas da seguinte forma:

Porção (1): Abril 65 anos

Porção (2): Exemplar de assinante/venda proibida/R\$ 12,00

Porção (3): Editora Abril/edição 2430 – ano 48 – nº 24/17 de junho de 2015.

Porção (4): Veja

Porção (5): Site da Veja

Porção (6): Chamada secundária da esquerda

Porção (7): Chamada secundária da direita

Porção (8): Especial maioridade penal

Porção (9): Imagem do adolescente 1

Porção (10): Iniciais do nome e idade do adolescente 1

Porção (11): Imagem do adolescente 2

Porção (12): Iniciais do nome e idade do adolescente 2

Porção (13): Imagem do adolescente 3

Porção (14): Iniciais do nome e idade do adolescente 3

Porção (15): Imagem do adolescente 4

Porção (16): Iniciais do nome e idade do adolescente 4

Porção (17): Eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram

Porção (18): Vão ficar impunes?

A seguir, o **Diagramas 5** apresenta a estrutura retórica geral da capa da Veja a partir da perspectiva em que a porção escrita “vão ficar impunes” é núcleo em relação à porção satélite constituída pelas fotos dos quatro jovens. O **Diagrama 6**, por sua vez, apresenta a estrutura retórica geral da capa, considerando o material visual como núcleo e a porção verbal “vão ficar impunes” como satélite.

4.2.2 Análise das reportagens de capa

Assim como as capas, as reportagens de capa selecionadas para o presente trabalho apresentam o tema da maioria penal e pertencem, respectivamente, a uma edição da revista *Veja*, *IstoÉ* e *Carta Capital*. Todas as reportagens são analisadas a partir de sua macroestrutura, em duas etapas principais: **i)** análise da estrutura retórica a partir das porções escritas presentes em cada uma delas e **ii)** análise da estrutura retórica considerando as combinações entre o texto verbal e a imagem.

No que diz respeito ao estudo das imagens nesse gênero de texto é relevante retomar algumas decisões explicitadas na metodologia. A primeira se refere ao fato de que, nas reportagens, todos os tipos de material visual são chamados de “imagem”. Dessa forma, além das fotos, tanto os quadros quanto os infográficos - apesar de esses dois últimos serem constituídos tanto por material verbal quanto por material visual - correspondem às várias “imagens” que ocupam os diferentes espaços do arranjo textual. Nesse sentido, consideramos cada quadro e cada infográfico como um “bloco único”, uma vez que não temos como foco investigar as relações de sentido que emergem entre as figuras e os segmentos escritos no interior dessas partes específicas do texto em estudo. Nosso objetivo é examinar as relações retóricas que emergem entre cada um desses “super blocos” com o corpo da reportagem. No caso das fotos, são examinadas as relações de sentido que emergem entre esse último tipo de material visual e sua legenda.

A segunda decisão metodológica corresponde ao fato de que, quando analisamos a organização da estrutura retórica das matérias de capa a partir somente das porções escritas, apenas o texto verbal presente no corpo da reportagem foi examinado. Assim, apesar de haver segmentos escritos nos quadros, nos infográficos e nas legendas que acompanham as fotos apresentadas, esse material verbal não foi considerado. Por último, destacamos que o material visual do gênero em estudo é caracterizado a partir de uma perspectiva mais geral de análise, devido à sua quantidade e diversidade de tipos. Desse modo, a investigação das imagens nas reportagens não é desenvolvida a partir das categorias de análise da GDV.

As reportagens de capa são reproduzidas conforme os originais da revista, as quais apresentam as diferentes porções de texto já definidas. Entre as partes textuais delimitadas, algumas apresentam duas numerações diferentes. A numeração menor corresponde à organização retórica a partir de combinações apenas entre porções escritas (1ª etapa da análise) e a numeração maior corresponde à organização retórica a partir das combinações

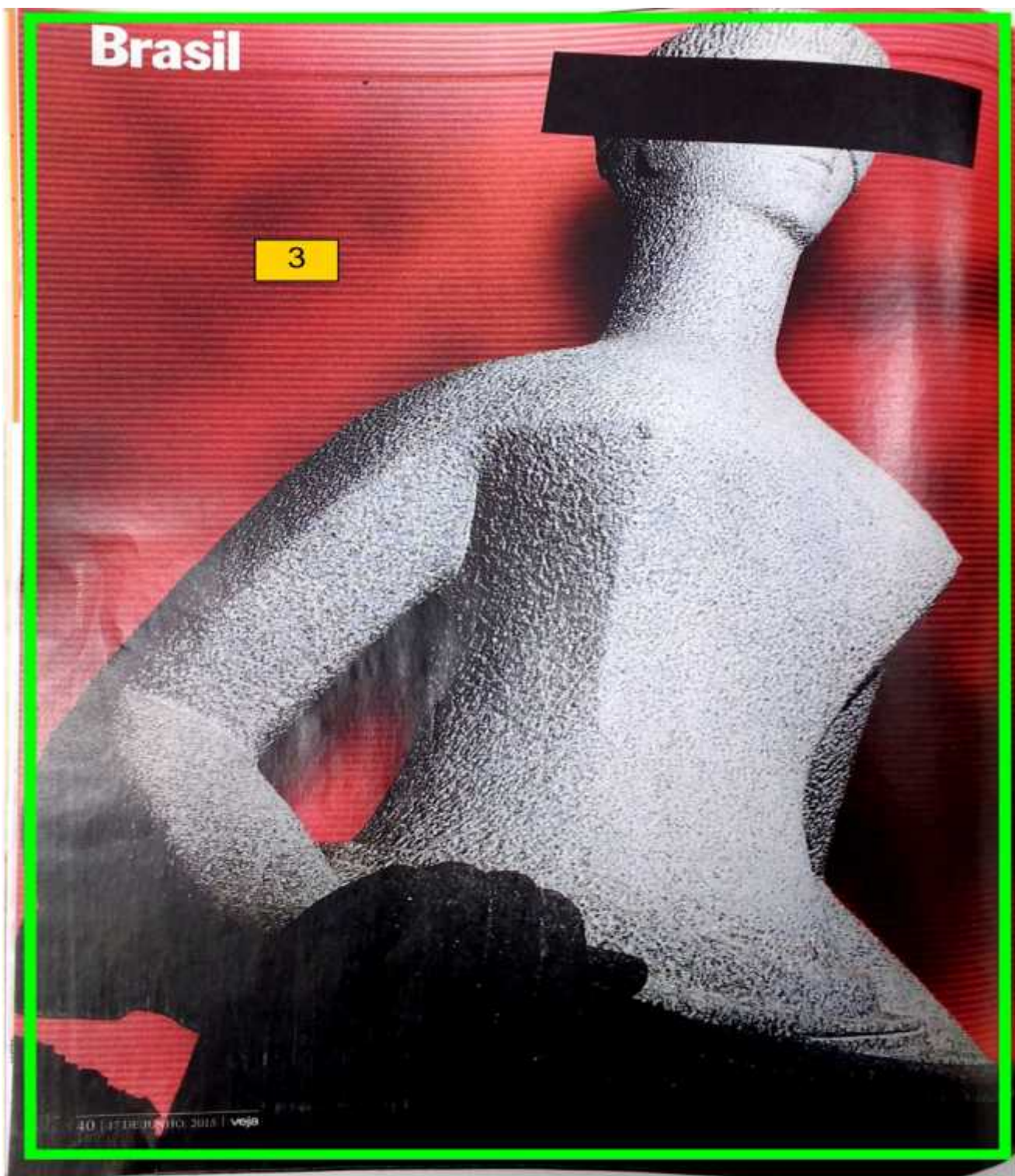
entre porções escritas e imagens (2ª etapa da análise). Após a reprodução das reportagens de capa e a delimitação das diferentes porções textuais, são apresentados os diagramas que materializam a organização da estrutura retórica dos textos investigados.

Na edição selecionada da *Veja*, observamos que o tema da maioria penal, apresentado como assunto central da publicação – na capa encontramos a expressão “Especial Maioridade Penal” -, foi desenvolvido no interior da revista a partir de diferentes reportagens principais. A primeira reportagem tem como título “Justiça só para maiores” e a segunda “A mente impulsiva dos jovens”. Uma vez que as duas reportagens tratam do tema da maioria penal e que, portanto, ambas estabelecem um diálogo com a capa da revista – importante lembrar, aqui, que a presente tese tem como objetivo investigar a emergência das relações retóricas por meio do diálogo entre a capa e a reportagem de capa -, consideramos mais produtivo analisar as duas reportagens citadas. No decorrer da investigação foi, inclusive, muito interessante observar a conexão existente entre essas duas reportagens e como possíveis relações retóricas também podem emergir a partir do diálogo entre elas.

4.2.2.1 Relações retóricas entre porções escritas

Inicialmente, será examinada a reportagem de capa “Justiça só para maiores” e em seguida a reportagem “A mente impulsiva dos jovens”, conforme explicitado acima.

a) Primeira reportagem de capa da Veja: “Justiça só para maiores”



Scanned by CamScanner

JUSTIÇA SÓ PARA MAIORES

3

4

Os jovens que participaram do estupro coletivo no Piauí que terminou na morte de uma jovem ficarão, no máximo, três anos internados. Isso é justo?

4

5

6



RELATO DA CRUELDADE

Em vídeo, G.V.S., de 17 anos, conta como ele e amigos estupraram quatro jovens; no detalhe, os celulares com que elas pretendiam tirar fotos no lugar onde foram atacadas

7

FELIPE FRAZÃO, DE TERRINA, KALLEO GOURA E MARIANA BARROS

1

O vídeo de três minutos é chocante. No alto de um morro com vista para a pequena Castelo do Piauí, o adolescente G.V.S., de 17 anos, conta a policiais como ele, outros três menores e um adulto emboscaram, estupraram, torturaram e, por fim, jogaram do alto de um despenhadeiro quatro meninas que estavam no local para tirar fotos com seus celulares e postá-las em redes sociais. "Às 3 da tarde, tava eu, Adão (Adão José Silva Souza, 39 anos), I.V.I. (de 15 anos), J.S.R. (de 16 anos) e B.F.O. (de 15 anos) aí em cima do morro. Às 4 da tarde, chegou quatro meninas pra tirar as fotos. Adão abordou as meninas com a arma e forçou elas a ter relação sexual com ele", diz. Na verdade, conforme apurou a polícia, Adão não foi o único a estuprar as jovens. Amordaçadas com as próprias roupas íntimas e amarradas a um cajueiro, elas foram abusadas por todos os cinco criminosos durante duas horas. "Em seguida, Adão pegou e levou as garotas pra beira da pedra e jogou elas lá de cima", conta G.V.S. "Depois J. desceu e tentou terminar o serviço que Adão não conseguiu terminar." "Que serviço?", pergunta um dos policiais na gravação. "Matar as meninas. Ele ficou tacando pedra na cabeça delas." As quatro amigas foram encontradas horas depois. Empilhadas umas sobre as outras, estavam desacordadas, nuas, amarradas, ensanguentadas e com cortes de faca pelo corpo. Uma delas, Danielly Rodrigues Feitosa, de 17 anos, morreu. Outra continua internada em estado grave.

5

8

Detidos na madrugada, os quatro jovens — velhos conhecidos da polícia pelo histórico de invasão de casas, assalto a mercearias e roubo de motos — confessaram o crime. Adão Souza, o adulto do grupo, também foi preso. Se condenado (foi indiciado por homicídio, tentativa de homicídio e estupro), deverá ficar até trinta anos na cadeia. Os quatro adoles-

6

9

Brasil



11

12

TRÊS ANOS É PUNIÇÃO?
 Os quatro adolescentes, com idades entre 15 e 17 anos, eram conhecidos em Castelo do Piauí por invadir casas, assaltar mercearias e roubar motos. No último dia 27, na companhia de um adulto, atacaram e estupraram quatro jovens que tiravam fotografias em um local nas proximidades da cidade. Uma das vítimas do grupo, Danielly Feitosa, de 17 anos, morreu. Outra está internada em estado grave

centes serão encaminhados a centros de correção, onde ficarão internados por um prazo máximo de três anos e de onde sairão como réus primários. É o que determina no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — um dos mais lenientes conjuntos de leis do mundo destinados a lidar com menores infratores.

21

6

9

7

10

O adulto vai pegar três anos de cadeia. Os menores, três anos, sendo que uma infima parcela deles cumpre todo o período de reclusão. Isso é certo? É errado? Tem certo e errado nessa questão? Essas são as perguntas certas a fazer quando um país é abalado todos os dias por histórias de crimes violentos e cruéis cometidos por menores de idade? VEJA se propõe a abordar esse problema

o Brasil tem

Desses 23 000, quase

Desses 10 000,

Como é hoje **23 000** > **10 000** > **74%**

menores de 18 anos internados

estão em São Paulo

tinham dezesseis anos ou mais quando cometeram seus crimes



Como pode ficar

A PROPOSTA NA CÂMARA

Independente do crime, todos os maiores de 16 anos seriam julgados como adultos

11



ROBERTO SANTOS

Segundo o Ministério Público do Estado de São Paulo,

2,5%

dos crimes cometidos pelos menores são hediondos — como homicídio qualificado, latrocínio e estupro

A PROPOSTA DE ALCKMIN

Os menores que cometeram crimes hediondos teriam a pena máxima elevada de três para oito anos, mas continuariam protegidos por lei especial

Dos que cometeram crimes hediondos,

65%

têm de 16 a 18 anos

A PROPOSTA DO PSDB

Maiores de 16 anos que cometeram crimes hediondos, tráfico de drogas e outros crimes graves seriam julgados como adultos

100%

desses menores infratores, assim como os quatro que estupram as jovens no Pôrto, ficarão, no máximo, três anos de internados

21

nesta reportagem de maneira corajosa, racional e baseada em fatos — justamente o que tem faltado no debate nacional sobre a diminuição da maioridade penal. Antes de continuarmos, fiquemos alguns instantes com a constatação de Steven Levitt, professor de economia da Universidade de Chicago, autor do best-seller *Freakonomics*, em sua influente pesquisa de 1997 intitulada *Crime Juvenil e Punição*. Os achados de Levitt: Fato 1: décadas de dados acumulados mostram que a punição a jovens criminosos diminuiu substancialmente em relação à penalização de criminosos adultos. Fato 2: durante esse mesmo período a criminalidade violenta de autoria de menores cresceu quase o dobro da taxa de criminalidade violenta de autoria de adultos. Levitt se perguntou como o Fato 1 se relaciona com o Fato 2 e chegou a duas conclusões. Conclusão 1: 'A diferença de castigos pode ser responsável por 60% do aumento das taxas de crescimento da delinquência juvenil'. Conclusão 2: "Os jovens são tão suscetíveis à perspectiva de punição severa quanto os adultos". Ou seja, saber que vai pegar cana brava por um longo tempo intimida igualmente jovens e adultos com intenções criminosas. Isso parece indicar que Levitt recomenda sem hesitação que os menores sejam punidos exatamente como os adultos infratores. Levitt, no entanto, se rende à complexidade da questão e sugere como ideal um sistema em que a perspectiva de punição para o jovem seja tão pesada quanto para o adulto, mas que isso seja usado não para encarcerar mais jovens, mas para "dissuadi-los de cometer crimes"

7

10

VEJA comparou a legislação brasileira com a de onze países — os sete que compõem o G7, o grupo das nações mais industrializadas e desenvolvidas do mundo, e outros quatro com características semelhantes às do Brasil em relação a taxas de criminalidade e à parcela de jovens na população (veja o quadro

8

13

na pág. 46). De todos eles, o Brasil é, entre os sete que fixam em 18 anos a idade a partir da qual um jovem pode ser julgado como adulto, o que prevê o menor tempo máximo de internação. A pena é ainda menor na prática. Raramente um menor infrator cumpre o prazo máximo. Um levantamento do Ministério Público Estadual de São Paulo, que analisou os casos de 1.552 jovens internados na Fundação Casa de agosto do ano passado ao fim de maio deste ano, descobriu que apenas oito deles ficaram mais de dois anos na instituição. Nove em cada dez jovens criminosos não passam nem sequer um ano internados. A Fundação Casa informa que a decisão é técnica e que, para um jovem ser liberado, tem de ser submetido à análise de uma equipe, formada por técnicos e psicólogos, que prepara um laudo a ser enviado à Justiça dizendo se ele está apto a voltar à sociedade. Na quase totalidade das vezes, o juiz acata a recomendação dos técnicos.

8

13

9

14

O promotor da Infância e da Juventude Tiago de Toledo Rodrigues, do Ministério Público, no entanto, suspeita que a precariedade das instalações destinadas aos infratores é o que vem “empurrando” tantos jovens rapidamente de volta às ruas. “A superlotação pode estar abreviando o período médio de internação.” A corroborar essa suspeita está um laudo técnico da própria Fundação Casa que diz que “ela se encontra com gargalo na movimentação de adolescentes que recebem medida de internação e depende, única e exclusivamente, da saída de adolescentes”.

10

16

Segundo o estudo do Ministério Público, são classificados como hediondos 2,5% dos crimes cometidos por menores internados na Fundação Casa. Isso significa que, de agosto para cá, o período compreendido pelo estudo do MP, ao menos 108 pessoas foram assassinadas, estupradas ou sequestradas por adolescentes, que, no máximo em breve, estarão de volta às ruas. E desfrutando o mesmo status de cidadão honesto que os familiares de suas vítimas, dado que a lei impede qualquer registro criminal no caso de menores de 18 anos.

No início dos anos 90, o ECA foi recebido com aprovação quase unânime dos brasileiros, que viam nele mais uma libertação das trevas da ditadura militar. Ocorre que, à medida que a sombra da ditadu-

11

17

Isso não é verdade

22

7 mitos sobre a redução da maioridade penal

1 A lei criada para punir menores infratores no Brasil é boa. O problema é que é mal aplicada

Falso. A lei brasileira prevê pena máxima de apenas três anos para o menor infrator, mesmo que ele tenha cometido crimes graves como sequestro, assassinato e estupro. Isso faz dela uma das mais lenientes do mundo (veja o quadro na pág. 46). Depois de cumprida a pena (que só raramente atinge os três anos), o menor volta à rua na condição de réu primário.

2 Os jovens menores de 18 anos são responsáveis por menos de 1% dos assassinatos no Brasil

Improvável. Embora não existam dados nacionais, as estatísticas estaduais disponíveis contam outra história. A reportagem de VEJA apurou que, no ano passado, esse índice ficou em 3% em São Paulo. Levantamento do jornal *Folha de S. Paulo* revelou que em sete de nove estados brasileiros a porcentagem de assassinatos cometidos por menores de idade é de pelo menos 10%. Em outros países, esse número também é bem maior que 1%: nos Estados Unidos, a taxa é de 7%, e no Reino Unido, 18%.

3 Dezesesseis anos é uma idade tão boa quanto 15 ou 14 para definir a maioridade penal — por isso, não faz sentido defender esse número

Falso. Entre os jovens internados por

crimes hediondos na Fundação Casa em São Paulo, 71% têm 16 anos ou mais, segundo dados da própria instituição. Os que têm entre 13 e 14 anos somam apenas 10% do total de internados por crimes como assassinato, latrocínio e estupro. Não há atualmente na instituição nenhum menino de 12 anos que tenha cometido crimes dessa gravidade. Isso quer dizer que, entre os jovens infratores, é precisamente a faixa que começa aos 16 anos — e não 15 nem 14 — que concentra o maior número de autores de crimes contra a vida.

4 Menores assassinos ficam, sim, internados por mais de três anos. Champinha, por exemplo, está detido até hoje

Falso. O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que qualquer menor infrator só poderá ficar internado por até três anos, não importa o crime que tenha cometido. No caso do assassino da jovem Liana Friedenbach e seu namorado, Felipe Caffé, uma avaliação psicológica concluiu que ele é portador de distúrbio mental, motivo pelo qual continua internado em uma instituição especial.

5 A experiência mostra que em países onde houve a redução da maioridade penal isso não contribuiu para diminuir a criminalidade

Falso. Segundo pesquisadores, desde a II Guerra Mundial apenas em um país, o Japão, se diminuiu a idade a

22



O CASO CHAMPINHA Ele tinha 16 anos quando sequestrou o casal Felipe e Liana (acima), que acampava em um sítio. Matou o rapaz, estuprou a menina várias vezes e a assassinou

partir da qual um jovem pode responder criminalmente como adulto. Essa única experiência, portanto, não autoriza nenhuma conclusão a respeito dos efeitos da redução penal sobre a criminalidade (no Japão, pelo contrário, a mudança coincidiu com uma queda, pela metade, dos assassinatos cometidos por menores). A redução da maioridade penal, no entanto, não deve ter como objetivo diminuir a criminalidade, mas combater a impunidade de jovens que cometem crimes graves.

6 A redução da maioridade penal só faria com que os bandidos passassem a recrutar garotos menores de 16 anos

Não é possível afirmar isso, dado o número insuficiente de experiências do gênero no mundo. Mas, se confirmada, a hipótese poderia ser minimizada com o aumento do rigor da pena para adultos que aliciam jovens para o crime, como prevê um projeto no Congresso.

7 A redução da maioridade fará com que crianças acabem internadas juntamente com bandidos

Falso. Nem mesmo em países onde crianças de 10 anos são julgadas como adultos se colocam menores condenados junto com adultos. No Brasil, todos os projetos em debate no Congresso preveem que os jovens infratores cumpram pena em instituições especiais, separados dos criminosos adultos.

Brasil

11 ra se esvaiu, as imperfeições e os excessos da lei surgiram com mais clareza. "Mas a contaminação ideológica da discussão permaneceu", afirma Renato Sérgio de Lima, vice-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e professor da FGV.

A discussão em torno da proposta de redução da maioridade penal virou um embate ideológico. Quem defende mudanças no estatuto é logo qualificado de "direitista" ou "fascista". Está óbvio que, do jeito que estão, as coisas não podem ficar. Há no Congresso três propostas para alterar a lei — uma que será votada na Comissão de Justiça da Câmara, outra apresentada pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e uma terceira apadrinhada pelo PSDB (veja o quadro na pág. 42). Que os responsáveis pela mudança do estatuto esgrimam não com adjetivos, mas com dados. Ai reside a única esperança de que se chegue a uma abordagem efetiva dessa tragédia. Enquanto isso, as Daniellys continuarão a ser estupradas, mortas a pedradas, jogadas de precipícios, sob o olhar leniente da Justiça.

12

18

COM REPORTAGEM DE VICTOR FERNANDES

2



BRIGA DE ADULTO
O corpo a corpo entre policiais e estudantes que protestavam no Congresso contra a redução da maioridade penal adiou a votação do relatório sobre o tema na Comissão de Justiça

20

Cada país uma sentença

Nenhuma das legislações pesquisadas é tão leniente com menores como a do Brasil

* Nesses casos, essas são as idades a partir das quais o menor pode responder como adulto, mas elas não necessariamente coincidem com a idade da maioridade penal

	15	 BRASIL	 Canadá	 Colômbia	 Chile	 EUA
IDADE A PARTIR DA QUAL PODEM SER JULGADOS COMO ADULTOS (em anos)		18	18	18	18	18* Varia de estado para estado. Vai de zero a 18 anos
PENA MÁXIMA PARA MENORES		3 anos de internação para todos os crimes	10 anos , se as sentenças forem somadas	8 anos para assassinato e sequestro	10 anos para crimes graves se tiverem mais de 16 anos, ou 5 , se tiverem até 16	Prisão perpétua dependendo do estado
COMO FUNCIONA		Mesmo que falte um dia para completar 18 anos, o jovem não responde pela lei penal, mas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente	A pena máxima só pode ser aplicada para crimes pelos quais adultos receberiam prisão perpétua	Até 2011, os jovens eram liberados ao fazer 21 anos. Desde então, têm de cumprir a pena até o fim — sempre separados dos adultos	Essa punição de até 10 anos vale para jovens a partir de 14 anos, julgados pela Justiça Juvenil	Jovens que demonstrem compreender as consequências de seus atos podem ser julgados como adultos; há até prisão perpétua em 42 dos 50 estados



19

15



Name **Jon VENABLES**
Date **20.2.93**



Name **ROBERT THOMPSON**
Date **16.2.93**



OS CONDENADOS MAIS JOVENS DO SÉCULO XX
Em fevereiro de 1993, dois garotos de 10 anos sequestraram e mataram um menino de 2, James Bulger, numa cidade próxima a Liverpool, na Inglaterra. Aos 11 anos, foram sentenciados a cumprir uma pena de pelo menos oito anos de prisão.

 Alemanha	 Itália	 Índia	 África do Sul	 Japão	 França	 Reino Unido
18	18	16 <small>Apenas para homens</small>	14	14	13	10
10 anos para crimes graves	5 anos para crimes graves	3 anos para todos os crimes	Igual à dos adultos	Prisão perpétua	Igual à dos adultos	Igual à dos adultos
Essa punição de até 10 anos vale para jovens a partir de 14 anos, julgados pela Justiça Juvenil	Entre 14 e 18 anos, o juiz tem de analisar caso a caso se o jovem tem capacidade de compreender a gravidade do seu crime	A partir dos 7 anos, os jovens já podem ser punidos. Para as mulheres, só há punição a partir dos 18 anos	O sistema de cortes separadas para jovens foi criado apenas em 2008	O jovem vai sendo transferido de estabelecimento à medida que envelhece; há um para quem tem até 16 e outro para quem tem até 26 anos; só aí, se ainda estiver preso, passa para o sistema geral	O juiz decide se o maior de 13 anos deve ou não ser julgado como adulto; dos 13 aos 15, a pena máxima é a metade da que seria para um adulto; dos 16 aos 18, pode ser igual	Os menores de 18 anos também são colocados em instituições separadas; em caso de assassinato, a pena mínima é de 12 anos de prisão

Considerando apenas as porções escritas, a reportagem “Justiça só para maiores”, foi dividida em doze (12) partes ou unidades de informação (conferir a numeração menor presente nas porções delimitadas na reprodução acima), conforme explicitado a seguir:

Porções (1-2): Autores da reportagem;

Porção (3): Título da reportagem;

Porção (4): Subtítulo;

Porção (5): 1º parágrafo;

Porção (6): 2º parágrafo;

Porção (7): 3º parágrafo;

Porção (8): 4º parágrafo;

Porção (9): 5º parágrafo;

Porção (10): 6º parágrafo;

Porção (11): 7º parágrafo;

Porção (12): 8º parágrafo.

Entre essas porções de texto, emergiram diferentes relações retóricas, as quais são representadas no **Diagrama 7** a seguir:

A *relação de atribuição*, conforme Pardo (2005, p.136), é aquela em que o satélite identifica, aponta algo ou alguém que produz aquilo que se está no núcleo, ou seja, o satélite apresenta a “fonte” da mensagem que é construída no núcleo. No caso da presente análise, o núcleo corresponde à reportagem como um todo, desde o título até o último parágrafo. Enquanto isso, o satélite está sendo constituído por duas “fontes” distintas: a primeira corresponde aos autores Felipe Frazão, Kalleo Coura e Mariana Barros, informações que constituem a unidade (1), e a segunda corresponde ao autor Victor Fernandes, o que constitui a unidade (2). Entre essas duas fontes (origens) diferentes da reportagem, ou seja, entre as porções (1) e (2), emerge uma *relação multinuclear de sequência*: essas unidades de informação constituem núcleos distintos e ocupam um lugar específico, um espaço fixo no arranjo textual da reportagem de capa.

É importante lembrar que, assim como ocorreu na análise da capa, a definição da relação multinuclear de sequência na investigação da reportagem está diretamente relacionada à organização espacial desse gênero de texto. Nesse sentido, na emergência da relação de sequência numa abordagem multimodal, além de considerarmos os diferentes itens como núcleos independentes, é preciso enfatizar que essas unidades de informação não estão listadas aleatoriamente, ocupando uma posição “móvel”, “solta” no decorrer do texto – como ocorreria, por exemplo, se considerássemos a emergência da *relação multinuclear de lista*. Ao contrário disso, na emergência da relação de sequência em um contexto em que os elementos se organizam espacialmente, cada unidade de informação precisa estar exatamente onde está, ocupando um lugar fixo no arranjo textual construído.

O bloco (3-12) é constituído pelo corpo da reportagem, o qual também se desdobra em uma rica rede de relações retóricas, as quais vão “costurar”, “conectar” as várias partes desse texto. Ao ler a reportagem e analisá-la como um todo, é possível perceber que a unidade (12), ao mesmo tempo em que apresenta uma *conclusão* em relação às informações trazidas pelas unidades anteriores – o bloco de porções (3-11) -, também parece apontar uma espécie de *avaliação* acerca da discussão desenvolvida no corpo do texto.

Dessa forma, pode-se dizer que entre a porção (12), satélite, e o bloco (3-11), núcleo, pode emergir tanto uma *relação de conclusão* quanto uma *relação de avaliação*, já que, após construírem diferentes argumentos favoráveis à redução da maioria penal por meio de textos verbais e imagens – a construção desses argumentos será mais bem discutida posteriormente -, os diferentes autores da reportagem apresentam um fechamento da

discussão e apontam também sua própria avaliação acerca do assunto, de acordo com o ponto de vista defendido tanto pela capa quanto pela reportagem de capa:

(...) Que os responsáveis pela mudança no estatuto esgrimam não com adjetivos, mas com dados. Aí reside a única esperança de que se chegue a uma abordagem efetiva dessa tragédia. Enquanto isso, as Daniellys continuarão a ser estupradas, mortas a pedradas, jogadas de precipícios, sob o olhar leniente da justiça. (FRAZÃO, COURA e BARROS, 2015, p. 46).

Posteriormente, quando o presente trabalho tratar da emergência de relações retóricas entre a capa e a reportagem principal, será mais bem discutido o papel dessa avaliação no diálogo entre os dois gêneros de texto.

Antes de analisarmos as relações retóricas que emergem entre as unidades de informação do bloco (3-11), é relevante realizar algumas considerações. A partir da unidade (3), a estrutura retórica do texto é constituída, basicamente, por três partes principais: o **(1) título**, o **(2) subtítulo** e o **(3) corpo da reportagem**³⁸. Por meio do critério da plausibilidade, o presente trabalho considera que há três perspectivas principais para se analisar as relações retóricas que emergem entre essas respectivas partes do gênero de texto em estudo.

Para que as relações de sentido possam ser claramente investigadas, é importante que as funções de cada uma dessas três partes da reportagem sejam brevemente retomadas. De acordo com Gaydeczka (2007, p 111), o título tem uma função apelativa, de maneira que seu maior objetivo é atrair o olhar e a atenção do leitor, persuadindo-o a ler todo o texto. O subtítulo, também chamado de “linha fina”, “gravata” ou “sutiã” da reportagem impressa, caracteriza-se como aquele que explica o título, acrescenta-lhe informações, além de apresentar de maneira resumida o assunto a ser tratado no restante do texto, parte aqui denominada de “corpo da reportagem”³⁹.

Por meio da primeira perspectiva, o corpo da reportagem – satélite – é uma *elaboração* do bloco informacional título+subtítulo da reportagem, ambos constituindo, assim, o núcleo. Por sua vez, considerando a relação entre o título e o subtítulo, este último, – agora na função de satélite – pode *elaborar* ou *explicar* o título, o qual, nesse contexto,

³⁸ Na organização da estrutura retórica da presente análise, a parte (1), título, corresponde à unidade (3); a parte (2), subtítulo, corresponde à unidade (4) e a parte (3), corpo da reportagem, corresponde ao bloco de unidades (5-11).

³⁹ A caracterização do gênero *reportagem de capa* foi apresentada e discutida no Capítulo 2.

caracteriza-se como o núcleo “maior”, mais “saliente”, emergindo, assim, entre essas duas porções, ou uma *relação de elaboração* ou uma *relação de explicação*.

A partir dessa primeira leitura, a interface entre a RST e a multimodalidade é bem significativa: os elementos de maior saliência segundo a abordagem multimodal – em primeiro lugar o título com maior destaque, em negrito e com letra bem maior; em segundo lugar o subtítulo, com letras em uma fonte menor que o título, porém maior que aquelas presentes no corpo da reportagem – constituem a porção núcleo dentro da organização da estrutura retórica. Nessa perspectiva, elemento saliente (multimodalidade) é, correspondentemente, núcleo da estrutura retórica (RST).

O **Diagrama 8**, a seguir, materializa essa primeira perspectiva de análise das três principais partes da reportagem de capa:

Diagrama 8 – Primeira perspectiva da combinação entre título, subtítulo e corpo da reportagem



A segunda perspectiva de análise é, praticamente, o “inverso” da primeira: o conjunto título e subtítulo deixam de ser o núcleo e passam a ser o satélite da estrutura, enquanto que o corpo da reportagem deixa de ser satélite e passa a ser núcleo. A partir desse ponto de vista, o bloco título e subtítulo “preparam” o leitor para o assunto que será tratado no corpo da reportagem. Dessa forma, o bloco informacional título e subtítulo estabelece uma *relação de preparação* com o corpo do texto, porção núcleo. Por sua vez, no conjunto de porções título e subtítulo, o segundo (satélite) elabora ou explica o primeiro (núcleo), materializando-se, assim, uma *relação de elaboração* ou uma *relação de explicação* entre essas partes.

Ao se considerar a emergência da *relação de preparação*, a saliência que caracteriza o conjunto título e subtítulo, segundo a abordagem multimodal, não é um fator determinante para que essas porções textuais sejam consideradas como núcleo em relação ao corpo da reportagem. Nesse caso, portanto, a porção textual que carrega o propósito central dos autores não é constituída pelo título e o subtítulo e, sim, pelo corpo do texto. Essa alternativa de organização retórica está representada abaixo:

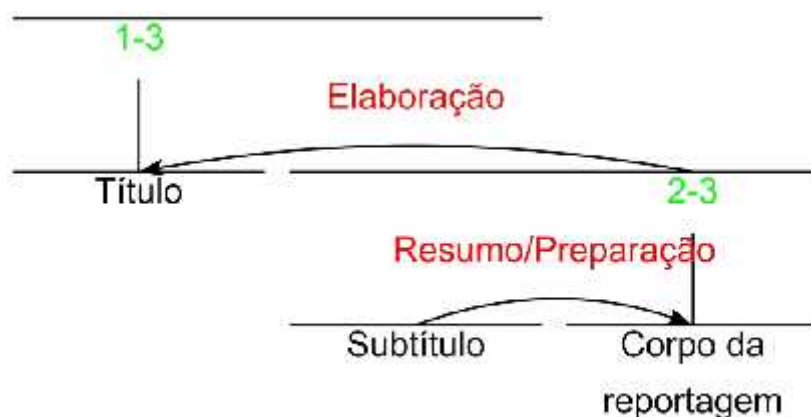
Diagrama 9 – Segunda perspectiva da combinação entre título, subtítulo e corpo da reportagem



Na terceira e última perspectiva apontada pela presente tese, o bloco informacional subtítulo e corpo da reportagem *elabora* o título. Assim, emerge uma *relação de elaboração* entre a porção formada pelo conjunto subtítulo e corpo do texto (satélite) e a porção título (núcleo). A partir dessa possibilidade de leitura, o elemento de maior saliência, de maior destaque no texto – o título – permanece como núcleo em relação ao restante da reportagem.

Diferentemente das duas perspectivas anteriores, a terceira perspectiva considera que o subtítulo pode “resumir” o conteúdo que será apresentado pelo corpo da reportagem ou também pode “orientar”, “preparar” o leitor para a leitura a ser realizada. Assim, entre a porção subtítulo e a porção corpo do texto podem emergir tanto uma *relação retórica de resumo*, quanto uma *relação retórica de preparação*, conforme representado a seguir:

Diagrama 10 – Terceira perspectiva da combinação entre título, subtítulo e corpo da reportagem



Observamos no diagrama acima que, na combinação subtítulo e corpo do texto, o subtítulo – elemento que, na perspectiva multimodal, é mais saliente que o texto escrito do corpo da reportagem - não é núcleo e, sim, satélite. Percebemos, dessa forma, que na definição de porções núcleo/satélite, as características multimodais do texto podem nos oferecer importantes “orientações”, “pistas” para compreendermos a organização da estrutura retórica. No entanto, precisamos ressaltar que, além da abordagem multimodal, é fundamental que os diferentes “papéis”, que as diferentes “funções” que cada parte cumpre dentro do arranjo textual como um todo sejam considerados.

Partindo desse ponto de vista, é importante lembrar que o subtítulo ou “gravata” pode cumprir três papéis/funções distintas no gênero reportagem de capa: i) a função de “explicar” o título; ii) a função de “apresentar informações adicionais” acerca do título e iii) a função de “resumir” o conteúdo que será logo em seguida apresentado pelo corpo do texto.

Se considerarmos que o subtítulo cumpre a primeira ou a segunda função, ele se relaciona mais com o título, fazendo com que ambos, na organização da estrutura retórica, pertençam a um mesmo bloco de informação. Dessa forma, não há uma conexão direta entre subtítulo e corpo da reportagem, não emergindo, particularmente, uma relação retórica entre essas duas porções do texto.

Por outro lado, se considerarmos que o subtítulo cumpre a terceira função, dessa vez ele se relaciona mais com o corpo da reportagem, fazendo com que ambos, na organização da estrutura retórica, pertençam a um mesmo bloco de porções. Nesse contexto, o bloco formado pelo subtítulo e o corpo da reportagem é um satélite em relação ao título, núcleo. Assim, de

maneira clara, podemos perceber que, ainda que o subtítulo seja, na perspectiva da multimodalidade, um elemento com maior destaque, com maior saliência em relação ao corpo do texto, devido à função que ele cumpre – resumir as informações da reportagem -, o subtítulo só pode ser satélite, e não núcleo.

Após a apresentação dessas três perspectivas de combinações que podem se efetivar entre o título, o subtítulo e o corpo do texto no gênero reportagem de capa, é relevante apontar algumas questões sobre as interfaces entre a RST e a Multimodalidade. Na análise desenvolvida anteriormente acerca da capa da *Veja*, em geral, os elementos mais salientes – aqueles que apresentam características que contribuem para que os interpretemos como sendo o foco da composição - são aqueles que, na organização retórica, correspondem às porções núcleo, as quais, segundo Matthiessen e Thompson (1988, p. 289-290), são as partes do texto que apresentam os propósitos comunicativos mais centrais do escritor.

A partir das perspectivas de combinação entre as partes principais da reportagem – discutidas logo acima -, observamos que as porções textuais mais salientes ora correspondem à porção núcleo, ora correspondem à porção satélite. Nesse contexto de investigação, percebemos que os aspectos multimodais da composição são muito importantes para a definição de porções núcleo e porções satélite, mas que, junto disso, é fundamental que os diferentes “papéis” exercidos pelas porções textuais dentro do gênero em estudo sejam considerados, sejam atrelados à emergência das relações de sentido.

Diante dessas discussões, o presente trabalho considera relevante a associação entre os conceitos de *nuclearidade* e *saliência* das porções textuais. De acordo com as análises até aqui desenvolvidas, é possível apontar que as partes do texto que irão “carregar” os propósitos centrais do autor apresentam grandes possibilidades de serem aquelas que receberão maior destaque no arranjo textual, caracterizando-se como o foco da composição (seja ocupando uma posição central, seja por meio de tamanhos maiores de letra, do uso de cores ou por meio da visualização em primeiro plano, por exemplo). Por outro lado, não é prudente afirmar que os elementos salientes da composição sempre constituirão núcleos da estrutura retórica do texto, já que, conforme apontado pela presente análise, elementos salientes podem também constituir porções satélites.

Gruber e Redeker (2014, p.8) destacam a importância de se desenvolver trabalhos em RST que, além de discutir as manifestações das relações retóricas a partir de diferentes níveis hierárquicos, também inter-relacionem a emergência dessas relações de sentido com os

gêneros textuais em que elas se manifestam. Por meio desse mesmo ponto de vista, ressaltamos que as três perspectivas de combinação, conforme apresentadas e discutidas acima acerca da relação entre o título, o subtítulo e o corpo da reportagem, configuram-se como possibilidades de organização retórica não apenas da reportagem da revista *Veja*, mas sim de todas as demais reportagens de capa selecionadas para análise. Para a presente tese, essas três maneiras distintas de apresentação da estrutura retórica estão diretamente relacionadas às características do gênero textual *reportagem de capa*.

Assim, uma vez que nesse gênero o título, o subtítulo e o corpo do texto se mostram como partes bem características, bem próprias - assim como as funções que cada uma delas exerce -, é de se esperar que a organização do próprio gênero “influencie”, “interfira” na delimitação das diferentes partes do texto. Mais do que interferir na distribuição das porções textuais, é possível perceber que as características do gênero textual incidem diretamente sobre a maneira como essas diferentes partes vão se relacionar, vão se conectar, delineando a organização da estrutura retórica como um todo.

Apesar de defendermos que o título, o subtítulo e o corpo da reportagem podem se relacionar de diferentes formas, para que a investigação da estrutura retórica prossiga é importante apontarmos que, entre as três perspectivas apresentadas em nosso estudo, optamos pela terceira. Assim, a partir do bloco (3-11), o bloco de informação (4-11) estabelece uma *relação de elaboração* com a unidade (3), já que se assumiu que todo o texto após o título - subtítulo e corpo da reportagem - acrescentam informações, trazem detalhes adicionais acerca do que é dito no título, núcleo.

A unidade (4), por sua vez, considerando o critério da plausibilidade, pode ser reconhecida tanto como aquela que “prepara” o leitor para as informações que se seguem - orientando-o e, também, atraindo seu interesse - quanto como aquela que “resume” as informações que serão trazidas pelo corpo da reportagem. Dessa forma, a unidade (4) - satélite - pode estabelecer tanto uma *relação de preparação* quanto uma *relação de resumo* com o bloco informacional (5-11), núcleo.

Entre os gêneros do jornalismo impresso, o lide, ou “lead” no original inglês - que significa “guia” ou “o que vem à frente” - corresponde, tradicionalmente, aos primeiros parágrafos do texto. Esses primeiros parágrafos têm uma importante função: são eles que, de imediato, apresentam as informações mais importantes, “guiando” o leitor e o habilitando a compreender o conteúdo que logo posteriormente lhe será apresentado. O lide é uma espécie

de “prévia” do fato ou assunto a ser discutido no restante do texto. Em uma notícia, por exemplo, teóricos do gênero apontam que o lide deve responder a perguntas fundamentais em relação ao fato a ser noticiado: o que ocorreu, quem está envolvido com o fato apontado, quando tal fato aconteceu, em que lugar, como e os possíveis motivos do ocorrido.

A maior parte das reportagens de capa investigadas na presente tese – conforme poderá ser visto nas análises que se seguem – apresentam, em seus primeiros parágrafos, exatamente aquilo que se espera de um lide: em geral, ao tratar do tema da maioridade penal, essas reportagens narram, inicialmente, algum caso em que um adolescente, menor de 18 anos, cometeu um ato infracional que chocou a sociedade brasileira, além de apresentar fatos históricos, questões jurídicas e contextualizações político-sociais acerca do tema da maioridade criminal.

Por meio da apresentação desse primeiro conjunto de informações, identifica-se, claramente, essa característica do gênero de permitir que o leitor tenha um “vislumbre”, uma espécie de “amostra” geral do conteúdo que será desenvolvido. Essa primeira amostra é tão interessante e importante para a funcionalidade do texto que, por meio da sua leitura, é possível identificar o fio condutor que irá permear toda a argumentação a ser desenvolvida pelos autores da reportagem.

Dessa forma, no caso do tema da maioridade penal, o lide – junto, é claro, dos indícios oferecidos pelo título, pelo subtítulo, pelas imagens, infográficos e quadros escolhidos para compor o texto – já aponta para o leitor se a reportagem de capa assume um posicionamento a favor ou contra a redução da maioridade penal no Brasil. No caso, por exemplo, da revista *Veja e Isto É* – essa última a ser analisada posteriormente -, além de apontarem seu posicionamento em relação ao tema da maioridade, os autores da reportagem também lançam algumas perguntas, provocam alguns questionamentos, “conduzindo” o leitor e atraindo seu ponto de vista para o mesmo desses autores.

Na presente análise, o bloco de unidades de informação (5-11) se subdivide em outros dois blocos informacionais: o bloco (5-7) e o bloco (8-11). O primeiro bloco, constituído pelas unidades (5-7), corresponde ao lide dessa reportagem de capa: nessa parte do texto, os autores de “Justiça só para maiores” narram o caso em que quatro jovens - aqueles apresentados na capa - menores de 18 anos, participam de um estupro coletivo em Castelo do Piauí (PI) que terminou com a morte de uma das jovens violentadas, Danielly Rodrigues Feitosa, de 17 anos.

Por meio dessas três porções textuais, além de narrar o impactante caso ocorrido – interessante observar que, assim como aconteceu na capa, a revista *Veja*, na reportagem de capa, omite, quase que completamente, a figura do adulto que estava junto com os adolescentes -, a reportagem apresenta outras informações importantes para a construção de seu ponto de vista favorável à redução da maioridade.

Entre essas informações, encontramos: i) a visão negativa dos autores acerca do estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – “(...) um dos mais lenientes conjuntos de leis do mundo destinados a lidar com menores infratores” -; ii) a apresentação de questionamentos acerca da punição que é direcionada aos adolescentes – “O adulto vai pegar trinta anos de cadeia. Os menores, três anos, sendo que uma ínfima parcela deles cumpre todo o período de reclusão. Isso é certo? É errado? Tem certo e errado nessa questão?” -, iii) além da estratégica apresentação do trabalho de Steven Levitt, da Universidade de Chicago, o qual, segundo a revista, é uma “influyente pesquisa de 1997 intitulada *Crime Juvenil e Punição*” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 42 e 43).

A partir da leitura da reportagem como um todo, em especial dos argumentos construídos ao longo do texto, é possível detectar que as conclusões do trabalho de Steven Levitt, apontadas nesses primeiros parágrafos, harmonizam-se, fundem-se com a própria conclusão dos autores da reportagem acerca do tema. De acordo com os criadores da reportagem “Justiça só para maiores”, “Levitt recomenda sem hesitação que os menores sejam punidos exatamente como os adultos infratores”. (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 43).

Nesse sentido, destacamos, mais uma vez, a relevância dessas três primeiras porções presentes no corpo da reportagem para a construção da argumentação dos autores. Essas informações prévias, de maneira rápida e sutil, já conduzem o leitor para a perspectiva daqueles que, ancorados na ideia da “impunidade” e “injustiça” no que diz respeito ao tratamento dado pela legislação brasileira ao menor infrator, defendem, mais especificamente, o aumento da pena oferecida a esses adolescentes e, de maneira geral, a redução da maioridade penal como solução para lidar com essa “ameaça” à sociedade brasileira.

Diante dessas considerações, é plausível afirmar que entre a porção satélite (5-7) – lide da reportagem – e a porção núcleo (8-11) emerge uma *relação de fundo*, já que esse lide, conforme descrito, é uma espécie de “requisito”, de informação prévia relevante para que o leitor compreenda as informações contidas no outro bloco de porções. Assim, o bloco (5-7)

apresenta todo o “cenário”, o “pano de fundo” desenvolvido pela revista para que o leitor não apenas seja capaz de compreender as informações que serão apresentadas a seguir, mas para que este mesmo leitor, desde já, seja “guiado” pelo ponto de vista dos autores acerca da discussão da maioria penal. Nesse ponto da análise – assim como pode ser observado em contextos anteriores –, constatamos que a emergência da relação retórica está, de forma significativa, a serviço da argumentação desenvolvida no texto.

Dentro do bloco (5-7), o bloco (6-7) adiciona informações à unidade (5), emergindo, assim, uma *relação de elaboração* entre essas duas porções. Da mesma forma, a unidade (7) acrescenta novas informações à unidade (6), emergindo entre elas, também, uma *relação de elaboração*. A manifestação da relação de elaboração nesse contexto é bastante compreensível: ao construir o “cenário” que circunda toda a reportagem, os autores, por meio dos três primeiros parágrafos, apresentam diferentes nuances do tema em discussão, adicionando, acrescentando novas informações e dados ao que foi dito no parágrafo anterior.

Dentro do bloco (8-11), as unidades (8-9) apontam questões sobre o tempo de internação do menor infrator na Fundação Casa, parte em que os autores, segundo seu ponto de vista, apontam a insuficiência da pena sofrida por esse adolescente, destacando que, além do tempo máximo de internação ser muito curto, “raramente um menor infrator cumpre o prazo máximo”. A unidade (10), por sua vez, aponta a porcentagem de crimes hediondos cometidos por menores, destacando que esses mesmos jovens “no máximo, em breve, estarão de volta às ruas”, os quais, segundo a revista, desfrutarão “o mesmo status de cidadão honesto que os familiares de suas vítimas, dado que a lei impede qualquer registro criminal no caso de menores de 18 anos” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 44). Por último, nesse bloco, está a unidade (11), a qual apresenta mais algumas informações sobre o ECA, apontando suas “imperfeições e excessos” e sua “contaminação ideológica”.

Desse modo, por meio do bloco (8-11), os autores da reportagem articulam diferentes argumentos para sustentar o ponto de vista apresentado ao leitor no lide da reportagem, segundo o qual o ECA é “um dos mais lenientes conjuntos de leis do mundo destinados a lidar com menores infratores”. Assim, a partir dessas porções de texto, desenvolve-se um importante processo argumentativo que busca legitimar o ponto de vista dos autores, os quais pretendem convencer o leitor de que, no Brasil, o tratamento oferecido ao jovem infrator é “injusto”, uma vez que estes jovens são penalizados de maneira “insuficiente” e que, portanto, a legislação brasileira precisa ser revista.

Diante da construção dessa argumentação, encontramos diferentes unidades de informação que correspondem a núcleos distintos. Além disso, esses núcleos da organização retórica do texto estabelecem uma relação de sequência entre si, já que no desenrolar desse processo argumentativo, para que a visão dos autores seja efetivamente fortalecida, cada argumento precisa ser apresentado exatamente nessa ordem, um argumento deve suceder o outro. Assim, entre as porções (8-9), (10) e (11) emerge uma *relação retórica multinuclear de sequência*.

Na estrutura retórica dessa primeira reportagem da Veja, temos, por último, a *relação de elaboração* que emerge entre as unidades (8) e (9). Enquanto que na unidade (8) os autores destacam, segundo seu ponto de vista, o insuficiente período de internação do menor infrator na Fundação Casa, a porção (9), por sua vez, adiciona novas informações, novos dados, acrescenta outros aspectos acerca do argumento já destacado, apontando a precariedade desses centros de internação, além da superlotação característica dessas instalações.

Após apresentar a organização da estrutura retórica da primeira reportagem da Veja, conforme apontado anteriormente, a seguir está a investigação acerca da emergência das relações retóricas a partir das porções escritas da segunda reportagem, presente na mesma seção “Brasil”, intitulada “A mente impulsiva dos jovens”.

b) Segunda reportagem de capa da Veja: “A mente impulsiva dos jovens”

Brasil

A MENTE IMPULSIVA DOS JOVENS

A neurociência explica por que os adolescentes tendem a ser quase sempre imaturos, mais mercuriais e inconsequentes do que os adultos

1 **FILIPE VILICIC E JENNIFER ANN THOMAS**

4 **Q**uando começa a idade da responsabilidade? Ao longo da história da civilização, a resposta a essa pergunta sempre foi resultado de circunstâncias culturais, precedentes históricos e pura conveniência. Na Grécia antiga, Sólon cravou o início da maioridade nos 21 anos, momento no qual um indivíduo teria atravessado três estágios de sete anos de desenvolvimento, criação mental da filosofia helênica para medir os ritos de passagem da infância até a maturidade. Com o surgimento dos primeiros automóveis, no início do século XX, autorizava-se a dirigir qualquer um que, sentado ao volante, conseguisse pôr os pés no freio — e muitos meninos de 12 anos, de pernas longas, realizavam a proeza. Foi apenas nos anos 40 que estudos de psicologia e reflexos empurraram para mais tarde, 16 ou 18 anos, a habilitação para conduzir veículos motorizados. Nesse vaivém sem precisão, adolescentes viraram adultos da noite para o dia durante a II Guerra, empurrados para o front ou forçados a trabalhar cada vez mais cedo em países de população masculina dizimada. Os avanços científicos, tanto do ponto de vista de estudos do comportamento como de investigação das estruturas cerebrais, permitiram oferecer saídas mais nítidas para distinguir a capacidade de discernimento de jovens e adultos.

Houve extraordinário salto com a possibilidade de flagrar o cérebro em atividade. Nos anos 70, o químico americano Paul Lauterbur — depois premiado com o Nobel em 2003 — inventou a máquina de ressonância magnética. Demorou, contudo, até que a tecnologia se aprimorasse, barateasse e se popularizasse. Só a partir dos anos 2000 os cientistas passaram a escanear regularmente o cérebro de cobaias humanas, em praticamente todo estudo relacionado ao nosso principal órgão. Descobriu-se, então, que o sistema límbico, onde nascem as emoções, está amadurecido, e tem atividade intensa, já na puberdade. Mas é imaturo o córtex pré-frontal, responsável pelo controle dos impulsos, pelas decisões, maestro do chamado “papel executivo” (a capacidade de administrar emoções e tecer planos futuros). O estereótipo do adolescente inconsequente ganhou a partir daí amparo comprovado. É um momento de vida afeito a um misterioso balé bioquímico, de permanente conflito entre o lado emocional, instintivo, e o ordeiro, racional. Para um adulto, salvo descontroles psíquicos, há equilíbrio na disputa. Entre os jovens, os sentimentos costumam vencer a balança — pelo menos até os 20 anos, um pouco mais. E uma indagação recorrente dos legisladores, apesar das descobertas da neurobiologia, não para de gritar: quando, enfim, não é mais possível ser condescendente com ações desmedidas típicas da juventude?

2

3

5

Emoção versus controle

O cérebro de...

...uma criança de 4 anos

...um pré-adolescente de 13 anos

8

Córtex pré-frontal

■ **Estado de maturidade: em desenvolvimento**

■ **O que faz:** a área, mais desenvolvida em humanos, nos diferencia dos animais. É responsável pelo bom julgamento e pelo controle de impulsos, pela resolução de problemas, pela tomada de decisões e pelo planejamento

■ **Os efeitos na adolescência:** há conflito entre o já maduro sistema límbico e o verde córtex pré-frontal. O jovem é emocional, mas não domina sentimentos como um adulto. É impulsivo, não entende as consequências de seus atos e tem dificuldade de compreender emoções alheias. Um porém: já sabe que deve respeitar as leis e compreende as razões disso

Menor, mas melhor

9

Ao longo da vida, um indivíduo perde neurônios e massa cinzenta. Torna-se, porém, mais intelectual. Por quê? Os neurônios que sobram viram uma tropa de elite: são 3 000 vezes mais eficientes em ligar regiões do cérebro (as linhas pretas da imagem; quanto mais grossas, melhores) e deixar as conexões fortes e rápidas (as bolas verdes, que mostram como as áreas se interligam)

48 | 17 DE JUNHO, 2015 | veja

O avanço nas tecnologias de ressonância magnética que hoje possibilitam visualizar o cérebro em atividade; em tempo real, fez com que cientistas concluíssem que a mente de um adolescente não é uma versão não evoluída da mente de um adulto. É um órgão diverso, atalho para entender o perfil impulsivo e emocional dos jovens.

...um adolescente de 16 anos

...um jovem de 20 anos

Gradação de maturidade do cérebro



Lobos temporal, parietal e occipital

- Estado de maturidade: **maduro**
- O que fazem: processam estímulos sensoriais, a memória e a compreensão da linguagem
- O efeito na adolescência: os jovens são quase tão hábeis (por exemplo, para dirigir ou em uma competição esportiva) quanto as pessoas maduras

8

Sistema límbico

- Estado de maturidade: **quase maduro**
- O que faz: centraliza reações emocionais
- O efeito na adolescência: como já está desenvolvido, o sistema límbico faz com que o jovem de 16 anos tenha emoções à flor da pele: se ele sente raiva, é intensa; se ama, ocorre o mesmo

Aprimoramento da comunicação entre regiões do cérebro



9

6

A ciência ainda não sabe. Se é possível detectar áreas cerebrais ainda verdes e outras prontas, é complicado relacionar a constituição bioquímica de uma pessoa, em determinada idade, com seu comportamento. "Estamos na infância das descobertas do cérebro", diz Ronald Dahl, professor de pediatria e psiquiatria da Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos. Um caminho, o mais comum, é trabalhar com estatísticas — se jovens de até 16 anos provocam mais acidentes de carro do que jovens de 18 anos, uma alternativa é pensar em mexer na maioria.

7

Os anos passam, mas a impulsividade de adolescente continua acesa, como a vontade de beijar alguém repentinamente ou acelerar o carro acima da velocidade permitida. Na maioria dos casos, porém, o córtex pré-frontal, já desenvolvido, cuida de peneirar os instintos. Em consequência disso, as decisões se tornam mais racionais. Seja uma sensata, aceita socialmente; seja a de burlar a lei. O adolescente é como descrito por Shakespeare na peça *Conto do Inverno*: "Desejara que não houvesse idade entre 16 e 23 anos, ou que a mocidade dormisse nesse tempo, ocupado só em deixar com filhos bastardos as raparigas, aborrecer velhos, roubar e brigar".

8

Como não é possível apagar a mocidade, eliminá-la ou atravessá-la sem dilemas nem dor, o melhor é entendê-la, especialmente em seu atribulado convívio com as normas da sociedade. Nesse aspecto, nada é mais ruidoso do que a busca pela idade certa, considerando-se o funcionamento da mente, para determinar a responsabilidade penal. Os adolescentes conseguem distinguir o certo do errado, mas, depois que se decidem pelo segundo, é difícil que desistam. Vão em frente de um modo que um adulto não iria. Mas há um alento: um cérebro novo tem o que se convencionou chamar de "plasticidade". É hábil para aprender — bobagens, sobretudo —, mas aceita mudanças de ideia. Vale no banco escolar, vale na construção de valores morais. Um criminoso de 16 anos, portanto, é teoricamente mais fácil de ser "recuperado" do que um de 20.

10

A segunda reportagem de capa da Veja, “A mente impulsiva dos jovens”, também estabelece uma relação direta com a capa da revista, ampliando a discussão acerca do tema da maioria penal no Brasil. Essa segunda reportagem, considerando apenas as porções escritas de sua estrutura retórica, apresenta oito (8) unidades de informação, conforme apontado a seguir:

Porção (1): Autores da reportagem;

Porção (2): Título;

Porção (3): Subtítulo;

Porção (4): 1º parágrafo;

Porção (5): 2º parágrafo;

Porção (6): 3º parágrafo;

Porção (7): 4º parágrafo;

Porção (8): 5º parágrafo.

A partir dessas porções de texto, emergiram diferentes relações retóricas que serão representadas no **Diagrama 11** seguinte:

Inicialmente, a unidade (1) estabelece uma *relação de atribuição* com o bloco de unidades (2-8). Essa relação emerge entre essas duas porções de texto uma vez que a unidade (1) aponta a “origem”, a “fonte” das informações presentes no núcleo (2-8): enquanto o núcleo é constituído pelo corpo da reportagem, a porção (1), por sua vez, apresenta os nomes dos autores que a produziram.

Entre a unidade (8) – satélite - e o bloco de unidades (2-7) – núcleo - é admissível a emergência de duas relações retóricas distintas: a *relação retórica de conclusão* e a *relação retórica de avaliação*. A partir de trechos da unidade (8), como “os adolescentes conseguem distinguir o certo do errado, mas, depois que se decidem pelo segundo, é difícil que desistam” ou “um criminoso de 16 anos, portanto, é teoricamente mais fácil de ser ‘recuperado’ do que um de 20” (VILICIC e THOMAS, 2015, p. 48), podemos considerar que os autores do texto, ao mesmo tempo em que apresentam conclusões acerca dos argumentos desenvolvidos ao longo de toda a reportagem, também fazem considerações avaliativas, apontando seu ponto de vista sobre o desenvolvimento psicológico dos adolescentes.

A apresentação dessas “conclusões avaliativas” é de suma importância para que a revista construa – assim como o fez por meio da primeira reportagem – sua posição favorável à redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Como se verá a seguir, o peso argumentativo dessas avaliações se torna ainda mais evidente quando constatamos o estratégico diálogo que existe entre a primeira e a segunda reportagem na revista *Veja*.

Seguindo a mesma perspectiva assumida na análise de “Justiça só para maiores”, consideramos que a unidade (2) – título da reportagem, porção núcleo – é elaborada por todo o restante do texto, isto é, pelas unidades (3-7), porção satélite, o que configura a *emergência da relação de elaboração* entre essas duas porções textuais. De acordo com essa mesma perspectiva, o título apresenta a informação central e, por sua vez, o subtítulo, o lide e todo o restante do texto lhe acrescentam novas informações, trazendo novos argumentos para a discussão do assunto em questão.

Já a unidade (3) – subtítulo da reportagem, satélite - relaciona-se bem de perto com o corpo da reportagem – bloco de unidades (4-7), núcleo -, cumprindo ou a função de resumir as principais informações do texto – configurando-se, assim, a emergência da *relação de resumo* entre essas duas porções – ou a função de preparar, orientar o leitor para a leitura que se segue - emergindo, nesse caso, uma *relação de preparação* entre essas mesmas porções.

A unidade (4) – primeiro parágrafo do corpo da reportagem - corresponde ao “lide”, isto é, à porção de texto em que se apresenta, de maneira atraente para o leitor, as principais informações acerca do assunto a ser tratado, a ser discutido pelos autores. Na reportagem “A mente impulsiva dos jovens”, esse parágrafo apresenta contextualizações históricas sobre a questão “quando começa a idade da responsabilidade?”, além de apontar o principal foco do texto, ou seja, buscar, entre os estudos científicos, repostas para esse questionamento: “(...) os avanços científicos, tanto do ponto de vista de estudos do comportamento como de investigação das estruturas cerebrais, permitiram oferecer saídas mais nítidas para distinguir a capacidade de discernimento de jovens e adultos.” (VILICIC e THOMAS, 2015, p. 48). Dessa forma, entre essa porção e o restante do texto – bloco de unidades (5-7) – emerge uma *relação retórica de fundo*, uma vez que o conjunto de informações presente na unidade (4) aumenta a capacidade do leitor de compreender o tema em discussão.

O bloco (5-7), por sua vez, se desdobra em outras duas porções de texto: o bloco de porções (5-6) e a porção (7). O bloco (5-6) apresenta o desenvolvimento de estudos científicos que detectam áreas cerebrais dos jovens ainda em amadurecimento e outras já prontas, maduras. Já a unidade (7) tem como foco a “impulsividade adolescente”, destacando que os jovens, apesar de impulsivos, “na maioria dos casos”, já têm seu córtex pré-frontal desenvolvido, o qual “cuida de peneirar os instintos”, fazendo com que “as decisões se tornam mais racionais”.

Ao associarmos o conteúdo dessas duas porções com a discussão que é feita na reportagem como um todo, a partir de informações ligadas às pesquisas em neurociência, é perceptível a tentativa dos autores de conduzir o leitor e o convencer de que um jovem de 16 anos tem capacidade intelectual suficiente para discernir o “certo” e o “errado” e é consciente o bastante quanto às consequências de seus atos. Como se verá a seguir, a apresentação dessas informações científicas se configura como um forte embasamento para o ponto de vista favorável à redução da maioria penal construído pela Veja – no estudo do diálogo entre as duas reportagens a constatação dessa intenção comunicativa se torna mais clara. Nesse sentido, essas duas porções textuais – (5-6) e (7) – trazem argumentos distintos dentro da temática “a mente impulsiva dos jovens”, os quais formam núcleos informacionais que devem ser apresentados ao leitor exatamente nessa ordem, o que promove a emergência da *relação multinuclear de sequência* entre eles.

Ao final da estrutura retórica dessa segunda reportagem, a partir do bloco (5-6), a unidade (6) está adicionando novas informações ao que foi discutido na unidade (5), apontando uma possível resposta a um questionamento feito anteriormente. Assim, enquanto na porção (5) os autores questionam “quando, enfim, não é mais possível ser condescendente com ações desmedidas típicas da juventude?”, a porção (6), por sua vez, responde: “a ciência ainda não sabe. Se é possível detectar áreas cerebrais ainda verdes e outras prontas, é complicado relacionar a constituição bioquímica de uma pessoa, em determinada idade, com seu comportamento” (VILICIC e THOMAS, 2015, p. 49). Diante disso, é aceitável considerar que entre essas duas unidades emerge uma *relação de elaboração*.

A seguir, será discutido o diálogo entre a primeira e a segunda reportagem da Veja, ambas relacionadas à capa. Reiteramos que o objetivo final do presente trabalho é a relação entre a capa de revista e a reportagem de capa e não o diálogo entre reportagens. No entanto, como poderá ser visto, diante do fato das duas reportagens estarem intrinsecamente conectadas por meio da apresentação de uma mesma temática na edição especial da revista Veja, a investigação do diálogo entre elas reforça a hipótese levantada na introdução desta tese: o estudo da emergência de relações retóricas pode se desenvolver não apenas *entre porções de um mesmo texto*, mas também *entre textos distintos*.

c) Do diálogo entre as reportagens “Justiça só para maiores” e “A mente impulsiva dos jovens” à emergência da *relação retórica de evidência*

De acordo com Bakhtin (1986, p. 162), “o texto só ganha vida em contato com outro texto (com contexto). Somente neste ponto de contato entre textos é que uma luz brilha, iluminando tanto o posterior como o anterior, juntando dado texto a um diálogo (...)”. Esse mesmo autor destaca que “esse contato é contato dialógico entre textos”. Para Bakhtin, o diálogo é, portanto, um “princípio constitutivo da linguagem”: nas diferentes formas de comunicação, entre os contextos diversos, os vários gêneros de textos sempre estabelecem uma intensa interação entre si, retomando algo que já foi dito, fazendo alusão a informações anteriormente postas, legitimando ideias ou refutando-as.

É a partir dessa perspectiva que se torna inegável a intrínseca relação entre a reportagem “Justiça só para maiores” e a reportagem “A mente impulsiva dos jovens”. Os dois textos, inseridos em uma mesma edição da Veja, além de estarem conectados pelo fato de ambos tratarem, por meio de ângulos distintos, do mesmo tema “anunciado” pela capa, também se inter-relacionam por meio da construção dos argumentos que se desenvolvem em

cada um deles. Ao analisar as duas reportagens, é possível perceber que os diferentes autores da revista apresentam informações que se relacionam, desenvolvem argumentos que se complementam, na busca de defender, por meio do diálogo entre os dois textos, o mesmo ponto de vista favorável à redução da maioria penal no Brasil.

O presente trabalho não tem como foco investigar os processos argumentativos desenvolvidos nas reportagens analisadas. No entanto, para melhor compreender o diálogo entre esses dois textos na *Veja* e, posteriormente, investigar a possível emergência de relações retóricas entre eles, é relevante considerar, ainda que superficialmente, algumas estratégias argumentativas⁴⁰ presentes nessas reportagens.

De acordo com Koch e Elias (2016, p.52), “o título é o primeiro desencadeador de perspectivas sobre o texto”. Assim, a partir do título, o leitor é imediatamente levado a ativar conhecimentos prévios, levantar hipóteses, fazer previsões e detectar possíveis pontos de vista a serem defendidos.

Nessa perspectiva, o título da primeira reportagem de capa - “Justiça só para maiores” – apresenta o ponto de partida da orientação argumentativa construída pela revista. Nesse contexto, o sentido da palavra “justiça” merece uma atenção especial. De acordo com o dicionário online da Língua Portuguesa *Infopédia*⁴¹, a palavra “justiça” apresenta diferentes significados, como “virtude moral que inspira o respeito pelos direitos de cada pessoa e a atribuição do que é devido a cada um, equidade”; “conformidade com o direito estabelecido” ou “aplicação das leis para solucionar litígios, julgar causas ou atribuir sanções”, dentre outros sentidos. De acordo com o Dicionário Aurélio (2012, p. 537), a palavra “justiça” pode ser definida como “a virtude de dar a cada um aquilo que é seu”.

Essa última definição apresentada pelo Dicionário Aurélio está diretamente atrelada ao conceito das quatro “virtudes cardinais” - a *prudência*, a *justiça*, a *força* e a *temperança* -,

⁴⁰ A presente tese, para o estudo de estratégias argumentativas, baseia-se em KOCH; ELIAS (2016, p.24), as quais definem a argumentação como “resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta construir, *de um ponto de vista racional*, uma explicação, recorrendo a experiências individuais e sociais, num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva.” Ainda segundo essas autoras, as estratégias argumentativas envolvem a construção e retomada de referentes, a progressão textual, a progressão temática e os articuladores textuais, além das estratégias que se relacionam especificamente à organização do texto como um todo, ou seja, estratégias para iniciar, desenvolver e concluir uma argumentação.

⁴¹ As definições da palavra “justiça” podem ser encontradas no endereço eletrônico <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/justica>. O acesso ao site foi realizado em outubro de 2017.

conforme estabelecido pela Igreja Católica Apostólica Romana. As virtudes cardinais são aquelas que, segundo a Igreja, polarizam todas as outras virtudes humanas. A virtude “justiça”, dentro desse contexto religioso, apresenta o mesmo significado apontado pelo dicionário: justiça é a “constante e firme vontade de dar aos outros o que lhes é devido”⁴².

Diante dessas definições, ampliamos nossa compreensão acerca do “fio condutor” presente na argumentação elaborada pelos autores da reportagem a partir do título selecionado. Ao relacionarmos o referido título às definições apresentadas acima e ao conteúdo do texto como um todo, é interessante observar que a expressão “justiça só para maiores” retoma, junto ao leitor, de maneira persuasiva, a mesma ideia de impunidade construída na capa.

Nesse sentido, já por meio do título, a revista avalia e reprova o tratamento dado pela justiça brasileira aos adolescentes menores de 18 anos que atentam contra a sociedade, conduzindo o leitor à ideia de que essa “justiça” é tolerante diante das infrações cometidas por esses jovens, já que, para a revista, a punição de infratores, se não é inexistente, é insuficiente – na legenda da imagem presente na página 42 da edição, por exemplo, a Veja questiona a penalização a ser sofrida pelos adolescentes do Piauí: “três anos é punição?”.

Assim, na perspectiva da revista, o tratamento dado a esses adolescentes infratores seria “injusto”, já que esses jovens não estão recebendo a punição que lhe é devida: retomando a definição do dicionário, esses adolescentes não estão recebendo “a punição que deveria ser sua”, a punição que lhe é “merecida”, já que, na perspectiva da publicação, eles não têm sofrido, devidamente, as consequências de seus atos. Como destacado pelo próprio título, a Veja defende que a justiça se efetiva “só para os maiores”, ou seja, apenas os maiores de 18 anos é que são realmente punidos por suas ações criminosas.

Diante disso, assim como ocorreu por meio da capa, é possível observar que, desde o início, o leitor é impactado pela ideia de “impunidade”, pela ideia de “injustiça”, já que esses jovens deveriam ser devidamente punidos, mas não o são. Consequentemente, esse leitor é instigado a questionar - e a não ver com “bons olhos” – as normas estabelecidas pela legislação brasileira que trata da criança e do adolescente – o ECA –, especialmente no que se refere ao período de internação de jovens infratores. Por meio da construção de todo um

⁴² Sobre as virtudes cardinais é possível pesquisar por meio do endereço eletrônico https://pt.wikipedia.org/wiki/Virtudes_cardinais.

contexto de “injustiça” e “impunidade”, o leitor é principalmente persuadido a questionar e a rejeitar a maioria penal estabelecida aos 18 anos.

O subtítulo apresentado por essa reportagem também é bastante argumentativo: “Os jovens que participaram do estupro coletivo no Piauí que terminou na morte de uma jovem ficarão, no máximo, três anos internados. Isso é justo?” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 41). Assim como o título, o subtítulo também considera a ideia de “injustiça” como ponto de partida. Por meio dessas primeiras partes da reportagem, a atenção do leitor é imediatamente “captada” por meio de outro importante artifício argumentativo, já que uma pergunta é lançada, persuadindo-o a refletir: “isso é justo?”. Sobre a estratégia de lançar determinada pergunta no texto, Koch e Elias (2016, p.168), destacam:

Mais importante do que saber responder é saber perguntar, dizem. Concordamos com essa afirmação e mais: isso fica evidenciado quando o assunto é argumentar. E se o espaço destinado à pergunta é no início do texto, o peso é ainda maior para essa estratégia, pois é ela quem vai orientar as respostas que hão de vir no desenrolar do texto.

Após a leitura de todo o corpo da reportagem, é possível detectar que esse questionamento irá nortear todo o texto, fomentando-se, mais uma vez, a ideia de que o Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser reformulado, especificamente a parte da legislação que versa sobre o período máximo de internação de um adolescente infrator. Para construir sua argumentação nesse sentido, os autores destacam a informação de que os quatro adolescentes, menores de idade, “ficarão, no máximo, três anos internados”, ou seja, apesar de terem transgredido a lei de forma tão impactante – “eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram”, conforme destacado na capa –, esses jovens não sofrerão as devidas consequências, não receberão a punição merecida. É interessante perceber que, a partir desse mesmo ponto de vista, os autores se posicionam, afirmando que o Estatuto da Criança e do Adolescente é “um dos mais lenientes conjuntos de leis do mundo destinados a lidar com menores infratores” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 42).

Enfatizamos, no entanto, que apesar de o subtítulo questionar mais particularmente o tempo de reclusão dos jovens que cometem atos infracionais, conforme a leitura da reportagem se desenvolve, é possível detectar que os autores têm o propósito, desde o início, de apontar ao leitor que a maioria penal aos 18 anos é uma realidade insustentável e que,

portanto, precisa ser reavaliada e transformada para o bem da sociedade, para que a justiça seja, efetivamente, uma realidade no Brasil.

Além do subtítulo também desenvolver a ideia de “injustiça” já despertada pelo título, nessa parte do texto os autores da *Veja* também continuam a desenvolver a noção de “impunidade” apresentada pela capa, conceito que se configura como um dos principais fundamentos para a construção do ponto de vista da revista. No entanto, apesar da *Veja* apresentar aos leitores a ideia de que os adolescentes infratores podem ficar “impunes” e que, portanto, a justiça não seria feita, é preciso lembrar que, a partir de uma perspectiva jurídica, discutir “impunidade” nesse contexto não procede. Tal afirmação se fundamenta no fato de que, segundo a legislação vigente, adolescentes menores de 18 anos são *inimputáveis*, ou seja, esses jovens estão isentos de pena, uma vez que são vistos, por lei, como pessoas incapazes “de entender o caráter ilícito do fato por eles praticado ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”⁴³. Portanto, legalmente, não faz sentido dizer que os garotos de Castelo do Piauí são “adolescentes impunes”, se eles não podem ser considerados criminosos, já que não cometeram um “crime”, mas um “ato infracional”. Importante lembrar que, no Brasil, jovens menores de 18 anos não estão sujeitos às penalidades previstas pelo Código Penal, mas são tratados por uma legislação especial, ou seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido, por meio das informações e argumentos apresentados, é possível perceber que os autores da revista estão fortemente focados na ideia de que o adolescente - classificado por eles como um “criminoso perigoso” - deve ser penalizado, precisa ser devidamente punido para que, assim, “a justiça seja feita”. Essa visão dos fatos, enfaticamente defendida pela *Veja*, está na contramão do ECA, o qual, conforme apontado no início deste capítulo, não tem um caráter *punitivo*, mas *protetivo e pedagógico*.

É relevante também destacar que, ainda que considerássemos que os adolescentes de Castelo do Piauí são jovens sujeitos às penalidades do Código Penal e, portanto, suscetíveis à condição de “impunes”, de uma perspectiva técnica, o conceito de impunidade apenas se aplica quando algumas premissas jurídicas caracterizam a situação. Xavier (2013, p.3) aponta quais seriam essas premissas:

a) *Ação passível de penalidade*: seria determinada conduta ilícita, definida como crime pelo ordenamento jurídico-penal pátrio, respeitado o princípio da anterioridade da lei, exigindo algum tipo de sanção penal.

⁴³ Dicionário Jurídico on-line - <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/671/Inimputavel>.

b) *A certeza do delito*: do ponto de vista jurídico, exige-se a certeza do cometimento do ilícito penal pelo agente, ou seja, que a existência do fato criminoso tenha sido gerada por determinada pessoa, provada a sua causalidade. Assim, se uma pessoa "parece" culpada e está em liberdade, não se pode dizer que, tecnicamente, ela esteja impune.

c) *O julgamento competente*: somente uma Corte habilitada, obedecendo aos procedimentos previstos nos códigos de processo penal, pode determinar a punição do agente. (XAVIER, 2013, p.3)

Por meio dessas informações, percebemos que, mesmo que os quatro garotos apontados pela capa e pela matéria de capa pudessem ser legalmente punidos como um “criminoso”, ainda assim eles não poderiam ser diretamente inseridos num contexto de impunidade. Essa consideração se justifica uma vez que, conforme já apontado anteriormente, a revista – e não uma “corte habilitada” – é que sentencia os suspeitos como “culpados”, definindo sua condenação. Assim, considerando todo o processo a partir do qual a justiça precisa se desenvolver, uma vez que até o momento da publicação da edição em análise não se tinha “a certeza do delito” e ainda não se havia concretizado um “julgamento competente”, não é possível considerar que o contexto em que estão envolvidos os garotos do Piauí corresponde a uma situação de adolescentes “impunes”. Portanto, é a partir da ideia – não legítima – de garotos já “julgados” e “condenados” que a revista se utiliza da ideia de impunidade como base para sua argumentação.

No lide da primeira reportagem da *Veja* – assim como acontece nas outras reportagens analisadas nesta tese – é narrado um fato que se refere a um crime que chocou a sociedade brasileira e que, segundo a revista, foi cometido por adolescentes menores de 18 anos. Essa narrativa é uma importante estratégia, já que “o fato assume grande valor no início de uma argumentação, uma vez que possibilita ancorar a reflexão em algo cuja existência pode ser constatada, valendo, portanto, como prova” (KOCH; ELIAS, 2016, p.72). Seguindo a mesma perspectiva já iniciada pelo título e pelo subtítulo, as narrativas de crimes presentes no lide continuam a provocar, no leitor, emoções e questionamentos que o conduzem a um ponto de vista favorável à redução.

Além da apresentação de um fato, no lide do texto “Justiça só para maiores” os autores citam a pesquisa realizada pelo professor de economia da Universidade de Chicago, Steven Levitt, intitulada “Crime Juvenil e Punição”. Os autores, ao relacionarem o texto da reportagem ao texto de Steven Levitt, utilizam essa intertextualidade como “recurso de autoridade, pois o que está em jogo na argumentação pretendida é não apenas o dito, mas

principalmente o responsável pelo dizer, a credibilidade das fontes selecionadas” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 43).

Ao desenvolverem esse recurso de autoridade, os autores também parecem associar o seu posicionamento em relação à punição dos jovens criminosos menores de idade aos resultados da pesquisa realizada por Steven Levitt, a qual “sugere como ideal um sistema em que a perspectiva de punição para o jovem seja tão pesada quanto para o adulto, mas que isso seja usado não para encarcerar mais jovens, mas para dissuadi-los de cometer crime” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 43). Se assim considerarmos, é possível detectar, mais uma vez, o ponto de vista dos autores da reportagem a favor de que maioria penal seja reduzida, para que o adolescente, assim como o adulto, seja devidamente punido.

Analisadas as estratégias argumentativas utilizadas por meio do título, do subtítulo e do lide, ainda é possível apontar outros indícios presentes no texto que marcam, claramente, o posicionamento da revista. Entre essas pistas estão as avaliações acerca do tema feitas pelos autores no decorrer da reportagem, as imagens utilizadas e suas respectivas legendas, o quadro apresentado na página 44, intitulado “Isso não é verdade – 7 mitos sobre a redução da maioria penal”, além do quadro da página 46, intitulado “Cada país uma sentença”, no qual encontramos o trecho “nenhuma das legislações pesquisadas é tão leniente com menores como a do Brasil” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 46).

A segunda reportagem de capa da *Veja*, “A mente impulsiva dos jovens”, a partir de uma leitura mais superficial, parece apenas apresentar algumas informações interessantes sobre estudos realizados em neurociência acerca do desenvolvimento do cérebro humano, dando ênfase ao desenvolvimento do cérebro de um jovem de 16 anos.

Os autores descrevem algumas características das diferentes áreas cerebrais, isto é, o “córtex pré-frontal” – área, segundo a revista, responsável pelo julgamento e controle de impulsos, pela resolução de problemas, tomada de decisões e planejamento -, “o lobo temporal, parietal e occipital” – área responsável pelos estímulos sensoriais, memória e compreensão da linguagem – e o “sistema límbico”, o qual centraliza reações emocionais. Ao apontar essas diferentes áreas do cérebro, os autores contrapõem dois aspectos: de um lado a parte emocional dos jovens, com destaque para a sua impulsividade, e de outro lado a sua capacidade de controle dessas emoções, ou seja, a sua capacidade de agir racionalmente.

No entanto, consideramos que apresentar informações acerca do desenvolvimento do cérebro adolescente não é a principal intenção comunicativa que orienta a construção dessa reportagem. O primeiro parágrafo já se inicia com uma pergunta: “quando começa a idade da responsabilidade?” Tal pergunta, como já discutido anteriormente, constitui-se como importante estratégia argumentativa, uma vez que é esse questionamento – especialmente posto no início do texto – que irá orientar as respostas a serem construídas ao longo de todo o desenrolar da discussão.

Além disso, esse questionamento inicial é uma das principais “pontes”, um dos principais “links” que configuram o “contato dialógico” entre a primeira e a segunda reportagem: na primeira reportagem, desenvolvem-se diferentes estratégias argumentativas com o principal objetivo de defender a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos; a segunda reportagem, por sua vez, vem dar o embasamento científico que oferece credibilidade e legitima a defesa desse mesmo ponto de vista.

Isso quer dizer que os autores da reportagem “A mente impulsiva dos jovens”, a partir de informações provenientes da neurociência – fonte de conhecimento que confere confiança nas informações postuladas -, intencionam apresentar comprovações científicas de que a idade de 16 anos pode ser a “idade da responsabilidade” e, portanto, pode ser a idade em que “não é mais possível ser condescendente com ações desmedidas”, já que um jovem nessa faixa etária, apesar de ser “impulsivo”, apesar de “não entender as consequências de seus atos” e de “ter dificuldade de compreender emoções alheias”, “já sabe que deve respeitar as leis e compreende as razões disso” (VILICIC e THOMAS, 2015, p. 48).

Nessa perspectiva, a revista *Veja*, por meio da segunda reportagem apresentada, lança mão de discussões científicas que, de acordo com os autores, corroboram, comprovam e legitimam a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, já que em um jovem dessa idade, “a impulsividade adolescente continua acesa (...). Na maioria dos casos, porém, o córtex pré-frontal, já desenvolvido, cuida de peneirar os instintos. Em consequência disso, as decisões se tornam mais racionais”. A partir desse mesmo raciocínio, os autores afirmam que “os adolescentes conseguem distinguir o certo do errado, mas, depois que se decidem pelo segundo, é difícil que desistam” (VILICIC e THOMAS, 2015, p. 49).

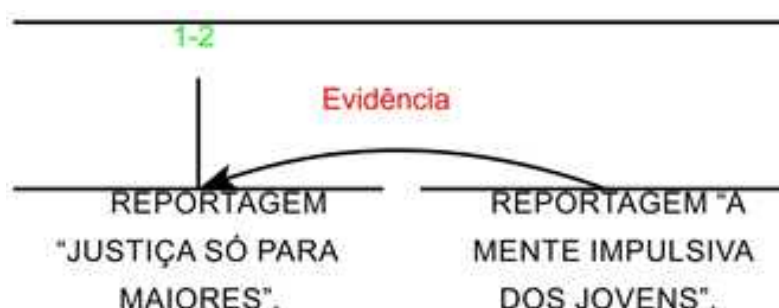
No último parágrafo da segunda reportagem, destaca-se a ideia de que é extremamente relevante que a sociedade dê atenção especial aos adolescentes de 16 anos, já que “um criminoso de 16 anos, portanto, é teoricamente mais fácil de ser ‘recuperado’ do que um de

20” (VILICIC e THOMAS, 2015, p. 49). Nesse sentido, os autores, na busca de reforçar seu ponto de vista favorável à redução da maioria criminal, reforçam a argumentação desenvolvida na reportagem anterior de que adolescentes nessa idade não podem ser “educados” se ficam “impunes”, não podem “construir valores morais” sendo tratados por uma legislação tão “leniente” diante dos atos infracionais praticados.

Apontar, ainda que brevemente, alguns aspectos do processo argumentativo presente na primeira reportagem da *Veja* e detectar, mais claramente, qual é o ponto de vista defendido pelos autores são passos fundamentais para se compreender a relação entre a primeira reportagem e a segunda reportagem. Após a leitura dos dois textos, é possível perceber que há um diálogo entre a construção da argumentação de ambos: os diferentes argumentos, apesar de se desenvolverem em textos diferentes, somam-se, complementam-se em torno de uma mesma intenção comunicativa.

Diante de todas as considerações feitas anteriormente acerca do diálogo entre as duas reportagens de capa e a partir dos pressupostos teóricos da RST, este trabalho considera que entre esses dois textos – vistos, aqui, como duas grandes “porções textuais” – emerge uma *relação retórica de evidência*, já que o segundo texto – satélite - é a “evidência”, é a “comprovação científica” que proporciona força e credibilidade à discussão feita pelo primeiro texto – núcleo.

Diagrama 12 – Diálogo entre as reportagens de capa da *Veja*: emergência da relação de evidência



Por meio da defesa de um mesmo ponto de vista por ambos os textos é que se configura a emergência dessa relação retórica, a qual se constitui a partir do diálogo entre as duas reportagens. Quando a revista *Veja*, após apresentar sua primeira reportagem de capa,

busca na ciência argumentos que fundamentam e confirmam o que foi defendido anteriormente, configurando-se, assim, a construção de uma segunda reportagem, é possível constatar a conexão entre esses dois textos, contexto em que emerge a *relação retórica de evidência*. É ainda interessante perceber que a emergência dessa relação de sentido se efetiva em um momento em que os autores utilizam um “recurso de autoridade”: ao utilizar a neurociência como fonte de informações, os autores da matéria “imprimem ao texto maior grau de credibilidade”, uma vez que “o que está em jogo na argumentação pretendida é não apenas o dito, mas principalmente o responsável pelo dizer (...)” (KOCH e ELIAS, 2016, p. 43).

4.2.2.2 Relações retóricas entre porções escritas e imagens

Antes de discutirmos as diferentes combinações entre as porções escritas e as imagens presentes na primeira reportagem de capa da Veja, o material visual será listado a seguir:

Imagem (1): “A Justiça” (reprodução da escultura localizada em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal, em Brasília);

Imagem (2): “Relato da crueldade”;

Imagem (3): “Três anos é punição?”;

Imagem (4): Quadro “Propostas políticas para a reformulação da maioria no Brasil”;

Imagem (5): Quadro “Isso não é verdade – 7 mitos sobre a redução da maioria penal”;

Imagem (6): “Briga de adulto”;

Imagem (7): Quadro “Cada país uma sentença”.

Para a análise da combinação dos materiais visuais delimitados acima com o texto escrito da reportagem, é interessante retomar o trabalho de Acarturk e Taboada (2013), discutido no capítulo teórico. Segundo esses autores, a conexão entre imagens – as quais podem ser de natureza distinta, como figuras, gráficos ou tabelas – e segmentos escritos pode ser sinalizada por meio de diferentes tipos de referência: 1) a referência “diretiva” – como no exemplo “Veja a figura 1” -; 2) a referência “descritiva” – como no exemplo “Na figura 1

mostramos que...” - e 3) a ausência de referência explícita entre o fragmento verbal e o material visual – também chamada de referência “elíptica”.

Como poderá ser observado a seguir, na primeira reportagem de capa da *Veja*, a partir das combinações entre o verbal e o visual, encontramos tanto referências diretivas quanto referências elípticas. Nesse último tipo de referência, apesar de não haver uma sinalização explícita que aponte a combinação entre determinada imagem e porções escritas do corpo da reportagem, é possível detectar as conexões que se efetivam por meio da investigação das informações apresentadas no fluxo da reportagem e do contexto em que elas aparecem.

É relevante destacar que, ainda que não haja uma sinalização explícita, as fotos que aparecem no gênero em estudo estão intrinsecamente conectadas às suas respectivas legendas e não diretamente ao corpo da reportagem. Portanto, na presente investigação, primeiro é analisada a relação de sentido que emerge entre a foto e sua legenda e, em seguida, é examinada a relação que emerge entre o conjunto “foto mais legenda” e o corpo do texto.

A primeira imagem a ser investigada é o primeiro elemento apresentado ao leitor quando este se depara com a reportagem principal da edição. Esse componente inicial do arranjo textual se configura como o ponto de partida para as discussões posteriores da reportagem, o qual é apresentado antes mesmo do título “Justiça só para maiores”. Porém, para analisarmos a relação dessa imagem com o texto escrito, primeiro é necessário caracterizá-la. Como pode ser constatado, a imagem representa a escultura “A Justiça”, a qual está localizada em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. Esse monumento, de 3,3 metros de altura e 1,48 metros de largura, foi feito pelo artista plástico mineiro Alfredo Ceschiatti, em 1961.

De acordo com Salgado (2012), a escultura “A Justiça” está diretamente relacionada às representações da justiça greco-romana. Na cultura grega, a justiça é representada por uma mulher com uma balança em uma mão - deusa *Diké* - ou uma espada - deusa *Themis* -, a qual tem os seus olhos bem abertos. Por sua vez, na cultura romana, a justiça é representada pela deusa *Iustitia*, a qual segura uma balança com as duas mãos e tem seus olhos vendados. Segundo a autora, a balança dessa última deusa apresentava um fiel, o qual proporcionava a medida do equilíbrio, sem que fosse necessária a visão. Salgado (2012) nos aponta possíveis significados para essas simbologias:

A representação da Justiça é um dos meios de se apontar materialmente uma ideia que é abstrata. Por isso, cada um dos elementos colocados nas imagens da deusa Justiça é importante para comunicar o que é a Justiça. A espada significa a força, ou melhor, a possibilidade que a Justiça tem de se valer da força para que a lei seja respeitada. A balança significa o justo, o equilíbrio, a medida. Essa é um dos principais elementos da simbologia da Justiça. Há muitas representações que esse elemento é tomado como um todo, ou seja, vê-se a balança e se diz: ai está a Justiça. A venda nos olhos também é outro elemento fundamental, pois a venda leva a entender que a Justiça é cega, ou seja, que ela não olha para quem dá sua decisão, mas baseia-se no fiel da balança. (SALGADO, 2012. p. 01)

Diante dessas informações, percebemos alguns desses símbolos presentes na representação da justiça brasileira: a escultura localizada em frente ao STF representa o poder judiciário como uma mulher com os olhos vendados e espada nas mãos:

A representação da Justiça mais conhecida no Brasil, talvez seja a de Alfredo Ceschiatti. Esse escultor mineiro apresenta sua Justiça sentada, com a espada nas duas mãos e com os olhos fechados. Note-se que não há balança, só a espada. As representações das justizas gregas possuíam a espada e a balança, mas tinham os olhos abertos, enquanto a representação romana tinha a balança e os olhos fechados. (...) Os pés da Justiça de Ceschiatti estão posicionados um a frente do outro, indicando uma possibilidade de movimento. Assim, a posição sentada parece apenas como uma das posições possíveis, pois a Justiça está de prontidão para se reerguer a qualquer momento. Os pés poderiam estar lado a lado, em uma posição relaxada. Porém, nem os pés, nem a postura extremamente ereta da coluna, parecem indicar uma posição de descanso, como poderia se pensar a princípio. (SALGADO, 2012. p. 03)

Por meio dessa breve caracterização, ampliamos de maneira significativa nossa compreensão acerca dos possíveis sentidos que se constroem por meio da utilização dessa imagem no contexto da reportagem de capa “Justiça só para maiores”. Além disso, para que a combinação entre a imagem e o texto seja ainda mais esclarecida, é fundamental que o uso desse material visual seja diretamente associado tanto ao ponto de vista defendido pela capa quanto aos argumentos e considerações desenvolvidos na reportagem como um todo, considerando-se especialmente o título “Justiça só para maiores”.

Um aspecto bastante interessante é que “A Justiça” presente no texto da Veja não apresenta em seus olhos a venda comumente encontrada nesse tipo de representação. A “venda” posta na escultura presente na revista nos remete à tarja preta utilizada na divulgação de imagens de crianças e adolescentes, menores de dez anos, os quais, conforme previsto por lei, têm o direito de ter sua identidade preservada, resguardada. Nesse sentido, a presença

da tarja, de acordo com a presente análise, tem a função primeira de remeter o leitor ao contexto de proteção que caracteriza o tratamento dado pela justiça aos menores de 18 anos.

A partir dessa perspectiva, consideramos plausível a existência de uma conexão entre o uso dessa tarja na imagem e o ponto de vista favorável à redução da maioridade penal construído pela Veja. Como apontado anteriormente, a venda originalmente presente na escultura de Ceschiatti nos remete à ideia de imparcialidade, já que, de acordo com essa concepção, a justiça não deve olhar para quem ela dá a sua resolução, mas deve se basear no fiel da balança, ou seja, deve tomar sua decisão de forma equilibrada. No entanto, a presença da tarja preta nos olhos da justiça representada na Veja parece “quebrar”, “desconstruir” essa ideia de imparcialidade, já que, segundo a concepção da revista, a justiça não é para todos, a justiça não é imparcial, ao contrário disso, a “justiça é só para maiores”.

Nesse sentido, ao apresentar a primeira imagem da reportagem, utilizando-se da simbologia trazida pela venda nos olhos, o periódico, assim como o fez na capa, posiciona-se de maneira contrária ao tratamento dado aos adolescentes menores de 18 anos, questionando decisões e posicionamentos da justiça brasileira. Assim, enquanto na escultura de Ceschiatti – maior representação da justiça brasileira – a venda nos olhos se refere à ideia de uma justiça que toma suas decisões com sabedoria e de forma imparcial, na representação da Veja, por sua vez, a “venda” remete o leitor à ideia de uma justiça que toma suas decisões de forma parcial, julgando e punindo alguns – os “maiores” de 18 anos –, ignorando os erros e favorecendo outros – os menores de 18 anos.

Partindo dessa concepção de análise, se, por um lado, a venda nos olhos da representação da justiça greco-romana aponta para uma justiça imparcial que realiza seus julgamentos e toma suas decisões “sem ver a quem”, por outro lado, a tarja nos olhos da justiça representada na Veja aponta para uma justiça parcial, a qual “vê” e pune alguns, mas não “vê” ou é “leniente”, tolerante com outros. Essa concepção de uma justiça brasileira parcial e condescendente é aquela que norteia e “enlaça” toda a construção da argumentação dos autores da reportagem; essa perspectiva se manifesta desde o título “Justiça só para maiores” até a conclusão presente no último parágrafo do texto, trecho em que destacamos a expressão “olhar leniente”:

(...) Que os responsáveis pela mudança do estatuto esgrimam não com adjetivos, mas com dados. Aí reside a única esperança de que se chegue a uma abordagem efetiva dessa tragédia. Enquanto isso, as Daniellys continuarão a ser estupradas, mortas a pedradas, jogadas de precipícios, sob o **olhar leniente da Justiça**. (grifos nossos.) (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 46).

Dessa forma, é possível perceber que essa primeira imagem, ao mesmo tempo em que retoma o contexto de “impunidade” e “injustiça” construído pela capa, também se configura como uma espécie de “moldura”, de cenário a partir do qual serão elaborados os argumentos do texto como um todo. Como apontado anteriormente, entre os principais pontos de vista a serem defendidos estão, mais particularmente, aquele que defende o aumento do período de internação do menor infrator e, de maneira mais geral, aquele que defende a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.

Uma questão importante é que podemos detectar a construção dessa importante “moldura” que contorna toda a composição da reportagem por meio da pequena reprodução visual que se repete ao lado da seção “Brasil”, na parte superior das diferentes páginas das reportagens de capa da Veja. Essa pequena reprodução visual corresponde à cabeça da escultura “A Justiça” com a tarja preta nos olhos, conforme apresentado na primeira página. A repetição desse pequeno “recorte” feito a partir da primeira imagem da reportagem evidencia e enfatiza a relevância desse elemento visual na construção de sentidos do texto, em especial na construção e apresentação do ponto de vista dos autores junto aos leitores, principalmente por se tratar de uma edição especial para discutir a maioridade penal.

Portanto, a presente análise, considera que esse primeiro material visual não se relaciona com uma porção específica do texto escrito, mas sim com a reportagem em sua totalidade, emergindo entre essas duas partes a *relação retórica de fundo*. Na emergência da referida relação semântica, a compreensão da imagem e de todo o contexto de “impunidade” e “injustiça” que ela retoma da capa e reconstrói por meio de suas simbologias aumenta a capacidade do leitor para compreender o conteúdo da reportagem de capa.

Além da emergência da relação retórica de fundo, consideramos também plausível a emergência da *relação retórica de preparação*, uma vez que, ao compreender os possíveis sentidos que se constroem por meio da imagem “A Justiça”, articulando essa imagem com a perspectiva apontada na capa, o leitor também se encontra mais preparado, mais interessado, mais orientado para ler as informações que se seguem. A presença dessa imagem no início da reportagem, assim como o próprio título, já oferece “pistas”, direcionamentos importantes para que o leitor, de antemão, já faça algumas “suposições”, já levante algumas “hipóteses” acerca do conteúdo a ser apresentado. Conforme pode ser constatado, tanto na emergência da relação retórica de fundo quanto na emergência da relação retórica de preparação, o material

visual constitui a porção satélite, enquanto que todo o restante da reportagem constitui a porção núcleo.

A partir dessa primeira combinação entre imagem e texto escrito da primeira reportagem de capa selecionada, é relevante apresentarmos alguns aspectos relacionados aos resultados encontrados pelo trabalho de Taboada e Habel (2013). No artigo intitulado “Relações retóricas em documentos multimodais”, esses dois autores, utilizando a RST como principal referencial teórico, investigaram os tipos de relações retóricas que emergem entre a imagem e o texto escrito em documentos multimodais de diferentes naturezas. Para a realização de seu estudo, os pesquisadores selecionaram três gêneros de texto – artigos de jornal, artigos de divulgação científica publicados em revistas, e artigos científicos -, a partir dos quais foram analisadas 1500 páginas, entre elas, aproximadamente, 600 itens de material visual, como *fotos*, *tabelas* e *figuras*. O termo “figura” foi utilizado pelos autores para se referir aos materiais visuais que apresentam uma quantidade expressiva de dados numéricos, como diagramas e gráficos de tipos diversos, além de se referir também aos mapas.

De acordo com Taboada e Habel (2013), nos três gêneros acima apontados, nas combinações entre o material visual e o texto escrito, emergiram diferentes relações retóricas, em contextos em que a parte não verbal, na grande maioria dos casos, constituiu a porção satélite, desempenhando papéis diversos na construção de sentidos dos textos examinados – resultado que, como poderá ser constatado adiante, também se efetiva entre as investigações do presente trabalho. No entanto, a partir do estudo desses autores, constatamos que as relações semânticas que mais se manifestaram, em ordem decrescente, foram as seguintes: a *relação de elaboração*, mais comum entre figuras (material visual rico em dados numéricos) e texto escrito; a *relação de evidência*, mais comum entre tabelas (material visual que tende a apresentar “provas”, “confirmações” para as questões apresentadas na parte verbal) e texto escrito; a *relação de motivação* e a *relação de preparação*, sendo essas duas últimas mais comuns entre as fotos e o texto escrito.

Após análise e discussão dos dados encontrados, os autores argumentam que o tipo de relação retórica que irá emergir entre o visual e o verbal está muito atrelado ao tipo de material visual presente na combinação e à função que este exerce na construção do arranjo textual: conforme os autores, “as fotos são mais utilizadas para motivar, os números para elaborar e as tabelas para dar provas” (TABOADA e HABEL, 2013, p.71).

Como pode ser constatado, o trabalho desenvolvido por Taboada e Habel (2013) tem muito a contribuir com as análises realizadas pela presente tese, uma vez que os resultados e as discussões dos dois trabalhos dialogam de maneira rica e muito produtiva. Nesse sentido, há muitos aspectos da pesquisa dos autores supracitados que serão retomados e discutidos posteriormente, na medida em que serão apresentadas as análises desenvolvidas pelo presente estudo.

No entanto, neste momento específico da investigação acerca da combinação entre a primeira imagem da reportagem de capa da *Veja* “Justiça só para maiores” e todo o restante do conteúdo que se segue, serão discutidas apenas algumas questões relevantes. Conforme apontado anteriormente, a imagem “A Justiça” não se relaciona com uma parte ou com uma porção específica do conteúdo verbal, mas sim com a reportagem de capa como um todo. Dessa forma, tanto na emergência da relação de fundo quanto na emergência da relação de preparação, essa primeira imagem do texto da *Veja* prepara e aumenta a habilidade do leitor para compreender o conteúdo da reportagem em sua totalidade.

Nessa mesma perspectiva, ao investigarem as combinações intersemióticas a partir dos artigos do *The New York Times*, Taboada e Habel (2013, p. 70-71) apontam que os materiais visuais que estabelecem relações de fundo e preparação com a parte escrita (especialmente aqueles que aparecem no início da composição textual) tendem a se relacionar com a totalidade do texto escrito e não com uma porção em particular, específica. De acordo com esses autores, esse tipo de combinação é muito semelhante àquela que se efetiva entre um título e todo o restante do texto.

É interessante destacar, no entanto, que há outros casos de combinação – como poderá ser visto nas análises posteriores deste trabalho – em que a imagem se conecta, especificamente, com um determinado parágrafo ou se conecta, por meio de uma relação mais local, com um período ou frase, fenômeno que Taboada e Habel (2013, p.71), baseados em Baldry e Thibault (2006), definem como “multimodal cluster”.

Outro aspecto interessante ao relacionarmos a presente análise ao trabalho de Taboada e Habel (2013, p. 71 e 74-77) se refere à emergência da relação retórica de preparação. Considerando especialmente os artigos de jornal, esses autores destacam que as imagens (fotos) que antecedem o texto escrito – aparecendo, até mesmo, antes do título -, geralmente, estabelecem uma relação de preparação com o restante da composição, o que, de fato, ocorre

na combinação da imagem “A Justiça” e todo o conteúdo da reportagem “Justiça só para maiores”.

As imagens seguintes da reportagem de capa em análise, diferentemente da primeira, encontram-se inseridas no corpo do texto, após o título. Entre elas estão três fotos e suas respectivas legendas e três quadros. A segunda imagem se refere à foto que representa a cena de um vídeo em que um dos adolescentes suspeitos do crime ocorrido na cidade de Castelo do Piauí aponta o local onde os principais fatos ocorreram. Apesar de não haver uma sinalização explícita no corpo do texto, é possível perceber que o conjunto foto+legenda está diretamente conectado ao primeiro parágrafo da reportagem.

O primeiro parágrafo apresenta ao leitor os detalhes do relato feito pelo adolescente acerca do crime cometido contra as quatro jovens – a narrativa aponta, por exemplo, a identificação dos envolvidos, a idade de cada um deles, o horário do ocorrido, além da descrição e sequência dos atos praticados -; a imagem, por sua vez, apresenta o lugar, o espaço onde as ações se desenvolveram. Nesse sentido, é plausível considerar que entre a porção foto+legenda e a porção constituída pelo primeiro parágrafo emerge uma *relação retórica de circunstância espacial*: enquanto o material verbal apresenta o relato das ações (núcleo), o material visual apresenta o local, a circunstância espacial em que as referidas ações ocorreram.

É interessante destacar a importância da emergência dessa relação de sentido dentro do contexto argumentativo construído pela revista: ao apresentar uma imagem como essa, a *Veja* valida, legítima de maneira factual os dados e informações que ela apresenta. Como dito, a apresentação de fatos se configura como uma poderosa estratégia argumentativa. A presença de uma imagem que aponta o local onde tudo aconteceu, por sua vez, proporciona ainda mais peso a essa estratégia – a foto, inclusive, apresenta uma espécie de “zoom”, mostrando detalhes relacionados ao caso.

Entre essa segunda imagem acima apontada e sua legenda intitulada “relato da crueldade” emerge uma *relação retórica de explicação*, já que a porção legenda (satélite) explica o material visual (núcleo), explicitando quem é o participante representado na imagem e o que está sendo relatado e mostrado por ele. É possível ainda perceber que, assim como a imagem selecionada pela *Veja*, a legenda apresentada ao leitor também nos oferece indícios da argumentação desenvolvida no texto, apontando-nos o posicionamento da revista em relação ao crime do qual os quatro adolescentes de Castelo do Piauí são suspeitos: segundo a

publicação, esse não é “um relato”, mas sim um “relato da crueldade”. Portanto, no contexto em que emerge a relação retórica de explicação, ao qualificar o relato como “um relato cruel”, os autores da reportagem reforçam os sentimentos negativos do leitor em relação aos adolescentes, o que, conseqüentemente, aumenta a prontidão desse mesmo leitor para aceitar o ponto de vista defendido pela Veja.

Em seu estudo, Taboada e Habel (2013) se aprofundaram na investigação da combinação entre figuras e o texto escrito e entre tabelas e o texto escrito. Dessa forma, apesar de terem apontado algumas questões acerca das relações entre fotos e partes verbais, os autores consideram esse último tipo de combinação mais complexo e destacam que é necessária a realização de pesquisas futuras. A partir dessa perspectiva, ao analisar mais de perto a conexão entre a foto e o material verbal por meio de diferentes reportagens de capa, a presente tese enriquece e amplia o trabalho de Taboada e Habel (2013), a partir de um gênero textual distinto daqueles selecionados pelos referidos autores.

Ainda sobre a análise da combinação entre fotos e textos escritos, é importante destacar que, como pode ser visto acima, a presente tese examina as possíveis relações retóricas que emergem entre as fotos e suas respectivas legendas, opção metodológica não adotada por Taboada e Habel (2013). Esses pesquisadores, na investigação de seu corpus, consideraram foto e legenda como um bloco único em sua relação com o texto escrito em análise. Embora o presente estudo, a partir das reportagens de capa selecionadas, analise a conexão entre fotos e suas respectivas legendas, reconhecemos a limitação de nossa investigação e ressaltamos a necessidade de se examinar essa combinação intersemiótica por meio de diferentes gêneros textuais, em situações comunicativas diversas.

A terceira imagem da reportagem “Justiça só para maiores” é constituída por um conjunto de fotos em que são representados os quatro adolescentes menores infratores e a garota que foi morta, Danielly Feitosa. Junto da imagem está a legenda intitulada “três anos é punição?”. Ainda que não haja uma sinalização explícita, esse material visual se relaciona, claramente, com o conteúdo apresentado nos três primeiros parágrafos da reportagem. Como apontado na organização da estrutura retórica das porções escritas do texto em estudo, esses três primeiros parágrafos correspondem ao lide, ou seja, à parte da reportagem que apresenta ao leitor as primeiras contextualizações acerca do tema, o cenário, o “fundo” a partir do qual o assunto da maioria penal será discutido.

Por meio dessas três primeiras unidades escritas, portanto, os autores da reportagem apresentam: **a)** o relato, feito pelo adolescente de 17 anos, em que são narrados os atos infracionais praticados; **b)** uma avaliação negativa a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por parte dos autores da reportagem; **c)** questionamentos acerca da punição que é direcionada aos adolescentes – “Isso é certo? É errado? Tem certo e errado nessa questão?” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 42) -; além **d)** do “influente” trabalho de Steven Levitt, “Crime Juvenil e Punição”, por meio do qual a revista ressalta a conclusão de que “Levitt recomenda sem hesitação que os menores sejam punidos exatamente como os adultos infratores” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 43).

Ao relacionarmos as informações apontadas nesses primeiros parágrafos ao conteúdo do conjunto terceira imagem+legenda, é plausível considerar que emerge entre essas partes uma *relação retórica de reformulação*. De acordo com Pardo (2005, p. 140), na relação de reformulação, núcleo e satélite se relacionam, apresentando ambos conteúdo comparável. O núcleo, no entanto, é mais importante para a satisfação dos objetivos do escritor. Como resultado, o leitor reconhece que o satélite expressa o mesmo conteúdo do núcleo, mas de maneira diferente.

Diante dessa definição, consideramos que o bloco imagem+legenda (satélite) reformula, refaz e reapresenta ao leitor as informações presentes no lide da reportagem (núcleo). É possível observar que na imagem são representados os principais personagens do relato construído pela revista no primeiro parágrafo, ou seja, os quatro adolescentes e a garota que foi morta. Interessante perceber que, apesar da revista, no lide, ter citado a presença de um adulto durante o crime, não há, em nenhuma parte da reportagem, a reprodução da imagem do mesmo.

Além disso, a emergência da relação de reformulação é fomentada pelas informações presentes na legenda que explicam a imagem: é possível observar que, nessa explicação, partes desses três parágrafos são retomadas e reformuladas, como no fragmento “eram conhecidos em Castelo do Piauí por invadir casas, assaltar mercearias e roubar motos” -, trecho presente no segundo parágrafo do corpo do texto. É possível detectar ainda que o mesmo tipo de questionamento em relação à punição dada aos menores infratores, presente no terceiro parágrafo, também aparece no título da legenda: “três anos é punição?”. Nesse sentido, diante de todas essas partes comparáveis, presentes tanto no texto escrito quanto no material visual, constatamos que os autores da reportagem apresentam ao leitor uma espécie

de duas “versões” do lide: a diferença é que em uma versão predomina o modo semiótico verbal – parágrafos da reportagem – e na outra predomina o modo semiótico da imagem – o bloco constituído pela terceira imagem e sua legenda.

Nessa parte da análise, quando examinávamos a combinação entre a terceira imagem e os três primeiros parágrafos, houve dúvida se a relação de sentido que emergia nesse contexto era, de fato, a *relação de reformulação* - sendo imagem+legenda constituindo a porção satélite e os três primeiros parágrafos da reportagem a porção núcleo -, ou a *relação de reformulação multinuclear* – sendo imagem e texto escrito dois núcleos distintos e independentes, os quais se configuram, portanto, como partes de importância semelhante para a concretização dos objetivos do autor da reportagem.

Diante desse impasse, a presente análise considerou mais plausível, neste caso, a emergência da relação de reformulação: apesar da imagem se configurar como um modo semiótico extremamente importante na constituição da reportagem de capa, este é um gênero predominantemente constituído pelo modo semiótico da escrita, o qual, na maioria dos casos, é o que apresenta, junto ao leitor, os objetivos centrais do escritor. Assim, julgamos ser mais razoável que, nesta combinação, a versão escrita do lide constitua a porção mais central na estrutura retórica do que a imagem “Três anos é punição?”.

É interessante que essa mesma dúvida se manifestou no desenvolvimento da pesquisa de Taboada e Habel (2013, p. 72). Esses autores apontam que, em alguns casos, é muito difícil definir se é o texto escrito ou a imagem que apresenta os objetivos centrais do autor do texto e que, portanto, não é simples a tarefa de definir qual dos modos semióticos será núcleo ou satélite, ou - como também pode ocorrer - se a imagem e o texto verbal constituirão núcleos autônomos. A partir das combinações presentes nos gêneros textuais analisados, Taboada e Habel (2013) consideram plausível a emergência tanto da relação retórica de reformulação quanto da relação retórica de reformulação multinuclear. Segundo os autores, na manifestação dessa última relação de sentido se encontra um dos poucos casos em que o material visual não é um satélite na organização retórica do texto.

Além da relação retórica de reformulação, entre as duas porções examinadas acima também consideramos aceitável a emergência da *relação retórica de resumo*: nesse contexto, a imagem e sua legenda (satélite) apresentam uma espécie de “resumo” das informações apontadas no lide da reportagem (núcleo). Dessa forma, ao passar as páginas da reportagem,

se o leitor se detiver na terceira imagem e sua respectiva legenda, ele terá uma “visão geral” acerca das primeiras questões desenvolvidas no corpo do texto.

Ainda sobre a presença da terceira imagem no texto, por último, é relevante destacar que, ao *reformular* ou *resumir* as informações do texto verbal, esse material visual também se constitui como um recurso interessante para despertar a atenção do leitor, convidando-o a direcionar sua atenção para o conteúdo que é trazido no corpo do gênero em estudo. Nesse sentido, a emergência da relação retórica de reformulação e da relação de resumo também se insere em um contexto em que também se busca atrair o leitor, conduzindo-o à leitura da reportagem como um todo.

Entre a terceira imagem e sua legenda a presente investigação considera plausível a emergência da *relação retórica de explicação*, uma vez que a legenda (satélite) é aquela que explica o conteúdo das fotos (núcleo). A legenda explicará, por exemplo: **i)** quem são os quatro adolescentes representados na parte esquerda da imagem; **ii)** quem é a adolescente representada na direita; **iii)** explicará ao leitor qual a relação que existe entre todos estes participantes representados, **iv)** quais as ações que os envolvem e **v)** quais são as consequências dos atos praticados.

Importante ressaltar ainda que, no contexto em que emerge a relação retórica de explicação, por meio do título da legenda “Três anos é punição?”, os autores da reportagem têm outra intenção, além daquela de apresentar algumas informações que esclarecem o conteúdo da imagem. Os autores de “Justiça só para maiores” têm, especialmente, o propósito de lançar uma “provocação” junto ao leitor, impelindo-o a não apenas questionar, mas também reprovar e considerar insuficiente o período de reclusão a que são submetidos os adolescentes infratores, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, mais uma vez, a emergência da relação retórica se efetiva em uma intensa busca, por parte dos autores da reportagem, de convencer o leitor a compactuar com o ponto de vista por eles defendido acerca das circunstâncias que envolvem a definição da maioridade penal no Brasil e, mais especificamente, o tratamento dado pela justiça brasileira ao menor infrator.

A quarta imagem corresponde ao quadro “Propostas políticas para a reformulação da maioridade no Brasil”. Diferente de todas as imagens analisadas anteriormente, a conexão entre esse material visual e a porção escrita no texto é sinalizada de forma explícita, por meio da referência direta “veja o quadro na página 42”, a qual está presente no oitavo e último parágrafo da reportagem. Nesse parágrafo, os autores apresentam a seguinte informação: “há

no Congresso três propostas para alterar a lei – uma que será votada na Comissão de Justiça da Câmara, outra apresentada pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e uma terceira apadrinhada pelo PSDB” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 46).

Após essa informação, o leitor é imediatamente direcionado para a página 42 da revista, onde é apresentado um quadro constituído por diferentes dados numéricos que apontam a situação dos menores de 18 anos internados no Brasil - especialmente em São Paulo -, além de uma rápida descrição que explicita as três propostas de alteração da lei. Diante disso, fica claro que entre o último parágrafo da reportagem (núcleo) e o referido quadro (satélite) emerge uma *relação retórica de elaboração*, já que o quadro acrescenta ao oitavo parágrafo dados numéricos, informações adicionais, especialmente em relação às propostas presentes no Congresso. Mais uma vez o trabalho de Taboada e Habel (2013) é lembrado: assim como ocorreu na análise dos referidos autores, na presente tese a relação de elaboração se manifestou entre o texto escrito e um material visual constituído por informações numéricas.

As páginas 44 e 45 da reportagem de capa são quase completamente preenchidas pelo quadro “Isso não é verdade – 7 mitos sobre a redução da maioria penal”. De acordo com a presente análise, entre os vários indícios, já discutidos, que apontam a defesa da redução da maioria penal desenvolvida pela revista, este quadro é um dos mais explícitos. Por meio dessa parte da reportagem, os autores se posicionam claramente, desconstruindo os argumentos contrários ao seu ponto de vista.

Nessa perspectiva, consideramos que o referido quadro não se relaciona de forma específica e direta com nenhuma porção escrita da reportagem. Defendemos que, assim como acontece com “A Justiça” – primeira imagem analisada -, esse material visual se relaciona com o corpo do texto de forma mais geral. Inicialmente, esse quadro tem a função de apresentar novas informações, novos dados e argumentos em relação à discussão que é desenvolvida na reportagem em sua totalidade. Diante disso, entre a porção constituída por todo o corpo do texto (núcleo) e o quadro (satélite) emerge uma *relação retórica de elaboração*.

No entanto, acreditamos que a presença desse quadro na composição do gênero em análise não se configura apenas como um recurso para se acrescentar novas informações ao texto. Uma vez que toda a reportagem se desenvolve e se organiza na busca de defender uma posição favorável à redução, ao apresentar um quadro que aponta “sete mitos sobre a redução

da maioria penal”, desconstruindo e descredibilizando argumentos centrais daqueles que se posicionam de maneira contrária, a revista elabora um “fundamento”, uma forte “evidência” a seu favor.

Como pode se observado, além da apresentação dos “setes mitos”, na parte superior da página 45, o quadro também apresenta a foto do casal Felipe Silva Caffé e Liana Bei Friedenbach e, na parte inferior, a foto de Roberto Aparecido Alves Cardoso, criminoso conhecido como “Champinha”. Ao inserir essas fotos e legenda no interior do referido quadro, a *Veja* retoma, junto ao leitor, um dos casos mais emblemáticos que reacendeu os debates sobre a maioria penal no Brasil: o “caso Champinha”, ocorrido em 2003, no interior da região metropolitana de São Paulo.

Conforme publicado pela grande mídia, “Champinha” – neste período com 16 anos –, junto de outros criminosos, sequestrou o casal Felipe, 19 anos, e Liana, 16 anos, que acampavam em um sítio, matou o rapaz, estuprou a garota várias vezes e depois a matou. Ao retomar esse caso de grande repercussão que também chocou sobremaneira a sociedade brasileira, a revista, mais uma vez, impacta o leitor por meio de fatos, despertando-lhe emoções extremamente negativas em relação aos menores infratores, conduzindo-o a rejeitar, de forma cada vez mais contundente, a maioria criminal aos 18 anos.

É a partir da construção de todo esse contexto argumentativo que entre todo o corpo da reportagem (núcleo) e o quadro (satélite) emerge a *relação retórica de evidência*. Portanto, ao enumerar diferentes argumentos contrários à redução e os classificar como “mitos”, “falsos” ou “improváveis” e ao apresentar o marcante “caso Champinha”, a revista pretende “evidenciar”, “comprovar” que reduzir a maioria criminal para 16 anos é uma decisão necessária e uma solução eficaz para lidar com menores infratores que têm causado tanto mal à sociedade, legitimando sua posição e persuadindo o leitor de forma significativa.

Por meio da elaboração dessa argumentação, também consideramos plausível a emergência da *relação retórica de justificativa* entre essas duas grandes porções. Assim, de acordo com a definição dessa relação de sentido, ao compreender todo o conteúdo trazido pelo quadro – porção satélite - e ser convencido por todos os apelos aí realizados pelos autores, o leitor se encontra muito mais disposto, muito mais pronto para aceitar o direito desses escritores de apresentar as informações e argumentos a favor da redução da maioria penal brasileira presentes no corpo da reportagem – porção núcleo.

Ainda que não haja uma referência explícita na combinação, a imagem “Briga de Adulto” e sua legenda estão diretamente associadas ao último parágrafo da reportagem de capa. Nessa porção escrita da composição, os autores informam ao leitor que há um intenso “embate ideológico” entre aqueles que são contra e a favor da redução da maioria criminal. Na imagem, por sua vez, estão representados aqueles que estão diretamente envolvidos nesse embate, homens e mulheres aparentemente gritando e se confrontando.

Por meio da explicação da imagem dada pela legenda, temos ainda a informação nova de que os participantes representados são policiais e estudantes que protestavam no Congresso contra a redução da maioria penal e que esse protesto adiou a votação do relatório sobre o tema na Comissão de Justiça. Dessa forma, constatamos que o bloco constituído pela sexta imagem e sua legenda (satélite) acrescenta dados novos, outras informações ao apontamento feito pelos autores através do último parágrafo (núcleo), o que nos aponta a emergência da *relação retórica de elaboração* entre essas duas porções do texto. Por sua vez, assim como ocorreu nas combinações entre imagem e legenda já analisadas anteriormente, entre a imagem “Briga de adulto” (núcleo) e sua legenda (satélite) emerge a *relação de explicação*.

O último material visual a ser analisado nessa primeira reportagem de capa da Veja corresponde ao quadro “Cada país uma sentença”. Esse último quadro está conectado ao corpo do texto por meio da referência diretiva “veja o quadro na página 46”, presente no quarto parágrafo. Para compreendermos, porém, a combinação entre esse material visual e o referido parágrafo, é importante retomarmos o conteúdo apresentado em cada um deles.

No quarto parágrafo, os autores apontam a comparação que realizaram entre a legislação brasileira e a de onze países no que diz respeito à definição da maioria penal. Entre as onze nações citadas, sete compõem o G7 - Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, as nações mais industrializadas e desenvolvidas do mundo – e quatro, de acordo com a revista, correspondem a países que apresentam características semelhantes ao contexto brasileiro em relação às taxas de criminalidade e à parcela de jovens da população – Colômbia, Chile, Índia e África do Sul.

Além de apontarem a realização dessa comparação, os autores avaliam que entre os países que fixam a maioria criminal aos 18 anos, o Brasil é o que estabelece o menor tempo máximo de internação e que “raramente um menor infrator cumpre o prazo máximo” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 44). Após essas avaliações, os escritores continuam a apontar para o leitor que “jovens criminosos não passam sequer um ano

internados” e passam a discutir os razões que desencadeiam essa situação: de um lado, o fato de que o juiz acata a recomendação da equipe técnica de esses jovens já se encontram aptos a voltarem à sociedade e, de outro lado, o fato de que os centros de internação estão super lotados e é necessária, portanto, a saída dos adolescentes – essa última informação é apresentada no quinto parágrafo, o qual, conforme organização da estrutura retórica, elabora o quarto.

Diante das informações presentes nesses parágrafos, é perceptível que a Veja, ao comparar o Brasil com os outros países selecionados, assim como o fez desde o início da reportagem, continua a desenvolver sua linha argumentativa, fomentando o ponto de vista de que a justiça brasileira é extremamente tolerante com relação aos menores infratores, os quais, em função disso, segundo a revista, têm sido penalizados de forma insuficiente, insatisfatória, o que, por consequência, tem promovido a criminalidade.

Ao utilizar como parâmetro de comparação nações de grande influência na política mundial, de expressivo sucesso econômico e significativos índices de desenvolvimento humano e afirmar que nesses países a pena máxima para menores é maior do que a brasileira, a revista delinea, junto ao leitor, a ideia de que o Brasil deveria seguir esse mesmo exemplo de sucesso, de êxito, ou seja, ser menos condescendente com jovens que praticam atos infracionais, assim como ocorre nos países de primeiro mundo. Ao apontar a legislação desses “exemplos de sucesso”, os autores promovem questionamentos em relação à atual legislação brasileira, a qual, conforme ponto de vista elaborado, precisa ser repensada e reconstituída.

Configurando-se, portanto, esse contexto argumentativo, a apresentação do quadro na página 46 pode ser interpretada por meio de diferentes perspectivas, as quais, por sua vez, irão promover a emergência de relações retóricas distintas. A partir de uma leitura inicial, podemos constatar que o quadro “cada país uma sentença” acrescenta novos dados e informações ao conteúdo apresentado no quarto e quinto parágrafos, trazendo mais detalhes quanto às características das legislações dos países citados. Assim, por meio dessa primeira perspectiva, entre o bloco formado pelo quarto e quinto parágrafos (núcleo) e o referido quadro (satélite) emerge a *relação retórica de elaboração*.

A partir de uma segunda leitura, é plausível considerar que a presença do quadro no corpo da reportagem tem a função de reforçar, comprovar, apresentar as evidências que confirmam o conteúdo apontado no quarto parágrafo. Assim, uma vez que no corpo do texto a revista afirma que a pena máxima para menores é a menor entre todos os onze países

apontados, o material visual, por sua vez, fundamenta e comprova essa afirmação com dados e descrições, apresentando evidências e legitimando a ideia de que “nenhuma das legislações pesquisadas é tão leniente com menores como a do Brasil” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 46).

Um aspecto interessante dessa segunda perspectiva pode ser observado na página 47: como uma espécie de adendo, na parte em que o quadro apresenta a legislação relacionada aos menores infratores no Reino Unido, os autores apresentam ao leitor “os condenados mais jovens do século XX”. Nessa complementação do quadro, os leitores são informados de que, na Inglaterra, dois garotos de 11 anos, por sequestrarem e matarem um menino de 2 anos, foram condenados a cumprir uma pena de no mínimo oito anos de prisão.

Podemos perceber que a construção desse adendo se revela como uma forte evidência, como mais um importante recurso que os autores utilizam para reforçar o ponto de vista destacado no quarto parágrafo: enquanto no Brasil adolescentes que praticam atos infracionais graves raramente cumprem o curto prazo máximo de internação – 3 anos -, em países de primeiro mundo, como a Inglaterra, garotos de 11 anos são devidamente punidos pelos erros que cometem.

Através da apresentação específica desse exemplo, os autores buscam apresentar provas, comprovar o quanto a legislação brasileira não tem oferecido aos adolescentes infratores o tratamento merecido, garantindo que esses sofram as consequências que lhes são devidas – é possível observar que, nesse contexto, a revista “evoca”, mais uma vez, as ideias de “injustiça” e “impunidade”, as quais constituem todo o cenário, a moldura que contorna toda a construção da reportagem de capa “Justiça só para maiores”.

Assim, entre a porção textual escrita formada pelo quarto e quinto parágrafos (núcleo) – apesar de não estar em conexão direta com o quadro por meio da sinalização diretiva, o quinto parágrafo precisa ser incluído nesse bloco, já que ele *elabora* o quarto parágrafo – e o quadro “Cada país uma sentença” (satélite) pode emergir também a *relação retórica de evidência*.

Por meio da terceira e última leitura, consideramos plausível a emergência da *relação retórica de justificativa*. Nesse sentido, ao compreender que diferentes países - entre eles nações de grande prestígio político e econômico - apresentam em suas legislações penas máximas para menores infratores muito mais longas do que os três anos de internação

previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, a prontidão do leitor é expressivamente maior para aceitar o direito dos autores da reportagem de considerar a legislação brasileira como uma das mais tolerantes em relação aos atos infracionais dos adolescentes. Assim, todo o conteúdo apresentado no quadro das páginas 46 e 47 (satélite) constitui uma espécie de *justificativa* para o conteúdo presente no quarto e quinto parágrafos (núcleo).

Para concluir essa etapa da análise, gostaríamos de destacar alguns pontos relevantes. Conforme apontado e discutido até aqui, a primeira reportagem da Veja é constituída por três diferentes fotografias: a foto “Relato da crueldade”, a foto “Três anos é punição?” – essa imagem, apesar de ter sido considerada como uma única fotografia, é composta pelos retratos dos quatro adolescentes de Castelo do Piauí e pelo retrato da garota morta, Danielly Feitosa – e, por último, a foto “Briga de adulto”. Conforme a análise realizada, entre cada uma dessas fotos e o material verbal, emergiram, respectivamente, três relações retóricas: a *relação de circunstância espacial*, *reformulação* e *elaboração*.

Taboada e Habel (2013), por sua vez, defendem que as fotos, de uma maneira geral, tendem a estabelecer duas relações retóricas principais com a parte escrita dos textos: a *relação de motivação* e a *relação de preparação*. Segundo esses autores, portanto, as fotos se caracterizam como materiais visuais que podem tanto incentivar e motivar os leitores a lerem o texto escrito dos diferentes gêneros como também podem preparar esse leitor para a leitura do conteúdo escrito.

Partindo dessas informações, ressaltamos que também julgamos plausível a emergência das relações de motivação e preparação entre as três fotos e o texto escrito em estudo. De fato, ao observarmos de perto o gênero reportagem de capa – assim como ocorre nos gêneros analisados por Taboada e Habel (2013) –, constatamos que as fotos, distribuídas em posição de saliência no decorrer do fluxo do texto, configuram-se como “entradas de leitura”, as quais cumprem a função de “captar” a atenção do leitor, despertando-lhe o interesse, motivando-lhe a leitura e lhe orientando a compreensão.

No entanto, consideramos que a manifestação dessas duas últimas relações de sentido se efetiva de maneira diferente na organização da estrutura retórica. De acordo com nossa perspectiva de análise, as relações de motivação e preparação emergem entre cada uma das fotos e o texto escrito como um todo, enquanto que as relações de circunstância, reformulação e elaboração – encontradas inicialmente pela presente análise – emergem entre as fotos e partes específicas do texto escrito: a primeira foto se relaciona, mais particularmente, com o

primeiro parágrafo da reportagem; a segunda foto com os três primeiros parágrafos, enquanto que a terceira foto se relaciona diretamente com o último parágrafo.

Dessa forma, consideramos que tanto a relação de motivação quanto a relação de preparação se configuram como uma relação retórica mais “geral” na conexão entre foto e texto escrito, o que não impossibilita que este material visual se relacione de maneira diferente com partes específicas do corpo da reportagem. Diante desse contexto de análise, percebemos que, dentro de uma perspectiva multimodal, um material visual pode se relacionar de formas distintas com diferentes partes da composição textual, apresentando, assim, um potencial de múltiplas relações de sentido.

Taboada e Habel (2013, p. 81-84), por meio da análise de artigos de jornal, apontam como uma foto pode, ao mesmo tempo, estabelecer uma relação de preparação com uma determinada porção verbal e, em uma nova combinação, estabelecer uma relação de elaboração. Os autores destacam que este é um fenômeno extremamente interessante e importante para o desenvolvimento de estudos em RST, o qual deve receber uma atenção especial nas futuras pesquisas que investigarão a emergência de relações retóricas em documentos multimodais. É possível constatar que esse contexto de análise está diretamente atrelado à organização espacial dos elementos textuais e não à organização linear, a qual é tradicionalmente estudada.

Além disso, a partir da existência de contextos em que emergem múltiplas relações de sentido por meio de uma mesma porção visual, os autores também desconstróem a ideia de que a RST parte do conceito que considera o texto como um “produto” e reforçam a ideia de que o texto é – e deve ser – entendido pela teoria como um “processo”. A partir desse ponto de vista e das investigações da presente tese, reforçamos o fato de que o leitor, ao longo de sua interação com qualquer gênero, está “detectando” e “construindo” as diferentes combinações que se efetivam. A partir da construção dessa complexa rede de sentidos é que as diferentes relações retóricas vão emergindo, vão sendo interpretadas, delimitadas. Assim, por meio das análises até aqui concretizadas e daquelas que serão posteriormente apresentadas, legitimamos o fato de que a constituição de uma determinada composição não está finalizada, pronta, acabada; interagindo com o texto, o leitor vai juntando as “peças” desse complexo “quebra-cabeça”, identificando as diferentes conexões que se estabelecem e, assim, construindo os vários sentidos.

Ainda sobre a emergência das relações de motivação e preparação, a presente tese defende que essas duas relações retóricas mais “gerais” podem emergir não apenas entre porções verbais e fotos, mas também entre porções verbais e outros tipos de material visual que constituem o presente corpus, como quadros e infográficos. Assim, de acordo com nossa perspectiva, quadros como aqueles presentes na primeira reportagem de capa da Veja – como o quadro “Isso não é verdade: 7 mitos sobre a redução da maioria penal” ou “Cada país uma sentença” – também se configuram como importantes entradas de leitura, as quais, assim como as fotos, ao mesmo tempo em que motivam o leitor a ler o restante do conteúdo da reportagem, despertando-lhe o interesse pelo assunto a ser discutido, também já oferecem a esse leitor algumas “dicas”, algumas orientações, preparando-o para a leitura do material escrito.

Diante das considerações desenvolvidas acima, surge, no entanto, um problema no que diz respeito à emergência da relação de preparação entre materiais visuais e o texto escrito na reportagem da Veja: como fotos e quadros (satélite), presentes no fluxo da reportagem e não apenas em seu início, estabelecem uma relação de preparação com todo o conteúdo verbal do texto (núcleo), se esse material visual não é apresentado anteriormente ao leitor na organização do arranjo textual? Esse questionamento se justifica uma vez que, conforme restrição (ou condição) prevista na própria definição da relação de preparação, o satélite deve preceder o núcleo.

A partir da investigação de artigos de jornal, Taboada e Habel (2013) defendem que fotos que aparecem durante o fluxo dos textos também estabelecem uma relação de preparação com a parte verbal, ainda que essas fotos não apareçam no artigo em posição anterior à porção escrita com a qual se conectam. Nesse sentido, percebemos que os autores supracitados, diante de um contexto multimodal de análise, foram impelidos a tomar uma decisão teórico-metodológica muito semelhante àquela assumida pela presente tese: “adaptar” ou “reformular” a definição de determinada relação retórica para que esta seja compatível com as situações em que emergem relações intersemióticas.

Dessa forma, assim como a presente análise reformulou a definição da relação multinuclear de sequência para lidar melhor com a organização espacial dos elementos de um documento multimodal - conforme já foi apontado em etapas anteriores da presente análise -, Taboada e Habel (2013) reconstroem a relação de preparação, renunciando ao “critério de antecedência” presente na definição dessa relação de sentido.

Interessante destacar que, seja presente em um artigo de jornal ou em uma reportagem de capa, essas fotos/imagens, configurando-se como pontos que aguçam o interesse do leitor, muitas vezes são “lidas” antes mesmo de qualquer porção verbal do conteúdo apresentado. Nessa perspectiva de análise, ainda que esse material visual ocupe, no arranjo textual, um espaço posterior ao texto escrito com o qual ele se relaciona, podemos considerar que durante o processo de interação entre texto e leitor, quando este último “lê” a imagem anteriormente, o critério de antecedência é indiretamente atendido. (TABOADA e HABEL, 2013, p.74).

Após a análise das combinações entre as porções escritas e as imagens a partir da macroestrutura de “Justiça só para maiores”, é possível elaborarmos dois diagramas que representam toda a organização da estrutura retórica da referida reportagem. Nesses dois esquemas arbóreos, as relações retóricas que emergiram entre as porções escritas – apresentadas e discutidas anteriormente - permanecem as mesmas, às quais, nessa etapa da análise, foi acrescentado o material visual.

No **Diagrama 13** – o qual será apresentado a seguir -, são consideradas as relações retóricas que emergiram entre o material visual e porções escritas específicas do texto. No **Diagrama 14**, por sua vez, é considerada a emergência das relações de motivação e preparação entre todos os elementos que constituem o material visual e a parte escrita da reportagem.

Importante lembrar ainda que, na estrutura retórica, cada imagem está identificada por meio de uma expressão escrita, uma vez que, por meio da ferramenta RSTTool, não é possível importar o material visual da reportagem para o interior da estrutura. Estão delimitadas abaixo todas as partes que constituem a organização retórica dessa primeira reportagem de capa.

Porções que constituem a estrutura retórica representada no **Diagrama 13**:

Porções (1-2): Autores da reportagem;

Porção (3): Imagem (1) - “A justiça”;

Porção (4): Título;

Porção (5): Subtítulo;

Porção (6): Imagem (2) - “Relato da crueldade”;

Porção (7): Legenda Imagem (2);

Porção (8): 1º parágrafo;

Porção (9): 2º parágrafo;

Porção (10): 3º parágrafo;

Porção (11): Imagem (3) - “Três anos é punição?”;

Porção (12): Legenda Imagem (3);

Porção (13): 4º parágrafo;

Porção (14): 5º parágrafo;

Porção (15): Imagem (7) - Quadro “Cada país uma sentença”;

Porção (16): 6º parágrafo;

Porção (17): 7º parágrafo;

Porção (18): Imagem (5): Quadro “Isso não é verdade – 7 mitos sobre a redução da maioridade penal”;

Porção (19): 8º parágrafo;

Porção (20): Imagem (6) - “Briga de adulto”;

Porção (21): Legenda Imagem (6);

Porção (22): Imagem (4) - Quadro “Propostas políticas para a reformulação da maioridade no Brasil”.

Porções que constituem a estrutura retórica representada no **Diagrama 14:**

Porções (1-2): Autores da reportagem;

Porção (3): Imagem (1) - “A justiça”;

Porção (4): Título;

Porção (5): Subtítulo;

Porção (6): Imagem (2) - “Relato da crueldade”;

Porção (7): Legenda Imagem (2);

Porção (8): Imagem (3) - “Três anos é punição?”;

Porção (9): Legenda Imagem (3);

Porção (10): Imagem (4) - Quadro “Propostas políticas para a reformulação da maioria no Brasil”;

Porção (11): Imagem (5): Quadro “Isso não é verdade – 7 mitos sobre a redução da maioria penal”;

Porção (12): Imagem (6) - “Briga de adulto”;

Porção (13): Legenda Imagem (6);

Porção (14): Imagem (7) - Quadro “Cada país uma sentença”;

Porção (15): 1º parágrafo;

Porção (16): 2º parágrafo;

Porção (17): 3º parágrafo;

Porção (18): 4º parágrafo;

Porção (19): 5º parágrafo;

Porção (20): 6º parágrafo;

Porção (21): 7º parágrafo;

Porção (22): 8º parágrafo;

A partir dessas porções, toda a estrutura retórica da reportagem de capa “Justiça só para maiores” pode ser representada conforme materializado nos **diagramas 13 e 14**, apresentados a seguir:

A segunda reportagem de capa, “A mente impulsiva dos jovens”, apresenta dois tipos de imagem: a primeira corresponde ao infográfico “Emoção versus controle” e a segunda corresponde ao quadro “Menor, mas melhor”. Apesar de o infográfico estar mais diretamente conectado ao segundo parágrafo, ao associarmos as duas imagens ao corpo da segunda reportagem, é possível constatar que ambas se relacionam com o conteúdo do texto de forma geral.

Lembramos que entre a reportagem “Justiça só para maiores” e “A mente impulsiva dos jovens” há um interessante diálogo, constituindo-se uma importante combinação – entre textos - para a argumentação desenvolvida pela revista *Veja*. De acordo com essa perspectiva, ao apresentar informações científicas que apontam que um adolescente de 16 anos “consegue distinguir o certo e o errado” e que “já sabe que deve respeitar as leis e compreende as razões disso”, a segunda reportagem se configura como uma comprovação, como uma evidência científica que fundamenta e dá respaldo àqueles que defendem que a maioridade criminal deve ser reduzida de 18 para 16 anos.

Todo o material visual apresentado nessa segunda reportagem é, portanto, mais um recurso importante para reforçar esse “respaldo científico” construído pela revista. Assim, tanto a imagem “Emoção versus controle” quanto a imagem “Menor, mas melhor” acrescentam novas informações, novos dados científicos ao conteúdo que é desenvolvido no corpo da segunda reportagem.

Assim, o infográfico e o quadro, respectivamente, acrescentam detalhes referentes ao desenvolvimento do cérebro humano – enfatizando, por meio de descrições ainda mais pormenorizadas, a constituição do cérebro de um jovem de 16 anos – e adicionam informações referentes ao aprimoramento da comunicação entre as diferentes regiões desse importante órgão. Por meio desses novos dados apresentados, a revista destaca a ideia de que os seres humanos, na medida em que envelhecem, tornam-se cada vez mais intelectuais, cada vez mais capazes de desenvolver raciocínios elaborados.

Além de acrescentar informações ao texto escrito, podemos considerar que as duas imagens presentes no texto em análise também constituem uma espécie de “elucidação”, uma “explicação” acerca dos aspectos apresentados no texto escrito. A partir desse ponto de vista, quadro e infográfico não apenas trazem novas informações, como também esclarecem, junto ao leitor, as questões científicas discutidas no corpo da reportagem. Dessa forma, na organização da estrutura retórica da segunda reportagem, considerando as combinações entre

o texto verbal e as imagens, entre a porção formada pelos materiais visuais acima citados (satélite) e o corpo do texto (núcleo), é plausível a emergência tanto da *relação retórica de elaboração* quanto da *relação retórica de explicação*.

Ressaltamos que tanto o infográfico “Emoção versus controle” quanto o quadro “Menor, mas melhor” se configuram como entradas de leitura do conteúdo escrito da reportagem “A mente impulsiva dos jovens”. Assim como constatado na análise da reportagem anterior, esses materiais visuais, muitas vezes postos em posição de saliência durante o fluxo do texto, cumprem a função de despertar a atenção do leitor. Desse modo, quando esse leitor está folheando as páginas da reportagem – como pode ocorrer, por exemplo, em seu primeiro contato com o texto –, itens visuais como fotos, quadros, tabelas, gráficos e infográficos suscitam o desejo pela leitura do corpo do texto e, ao mesmo tempo, oferecem informações e orientações importantes, possibilitando àquele que interage com o gênero ser um leitor mais preparado.

Relevante lembrar que esses materiais visuais podem apontar, de maneira interessante e elaborada, o ponto de vista defendido pelos autores com relação ao assunto em discussão. Dessa forma, através desses itens do arranjo textual, é possível que o leitor tenha acesso à orientação argumentativa que irá delinear toda a composição: no caso do presente corpus, essas imagens podem apontar se os autores da reportagem estão assumindo uma posição contra ou a favor da redução da maioria criminal brasileira. Diante dessas considerações, consideramos plausível a emergência das *relações de motivação e preparação* entre o bloco infográfico mais quadro (satélite) e o conteúdo verbal da reportagem (núcleo).

Uma vez que as duas imagens apresentam informações/explicações distintas acerca do que é tratado no texto escrito, ambas constituem núcleos diferentes na estrutura retórica. Cada um desses núcleos, por sua vez, ocupa um espaço específico no interior do arranjo textual multimodal, ou seja, o infográfico e o quadro, no processo de construção de sentidos da composição, precisam estar situados exatamente onde estão – infográfico e quadro não podem, por exemplo, inverter suas posições sem que a proposta inicial do autor do texto também seja alterada. Diante disso, é mais plausível considerar que entre esses dois recursos visuais da reportagem emerge uma *relação retórica multinuclear de sequência* e não uma relação multinuclear de lista, conforme já apontado e discutido através de outros contextos de análise da presente tese.

Na constituição dos esquemas arbóreos que representam a estrutura retórica da segunda reportagem da Veja, as porções delimitadas são:

Porções que constituem a estrutura retórica representada no **Diagrama 15**:

Porção (1): Autores da reportagem;

Porção (2): Título;

Porção (3): Subtítulo;

Porção (4): 1º parágrafo;

Porção (5): 2º parágrafo;

Porção (6): 3º parágrafo;

Porção (7): 4º parágrafo;

Porção (8): Imagem (1) – Infográfico “Emoção versus controle”;

Porção (9): Imagem (2) – Quadro “Menor, mas melhor”;

Porção (10): 5º parágrafo.

Porções que constituem a estrutura retórica representada no **Diagrama 16**:

Porção (1): Autores da reportagem;

Porção (2): Título;

Porção (3): Subtítulo;

Porção (4): Imagem (1) – Infográfico “Emoção versus controle”;

Porção (5): Imagem (2) – Quadro “Menor, mas melhor”;

Porção (6): 1º parágrafo;

Porção (7): 2º parágrafo;

Porção (8): 3º parágrafo;

Porção (9): 4º parágrafo;

Porção (10): 5º parágrafo.

A partir das combinações entre texto e imagem na reportagem “A mente impulsiva dos jovens”, podemos, portanto, elaborar os **diagramas 15 e 16** apresentados a seguir.

4.2.3 Emergência de relações retóricas entre a capa e a reportagem de capa

Por meio da interface entre a RST e a Multimodalidade, o presente trabalho, até o momento, concretizou a análise da capa e da reportagem de capa da Veja. Quanto à capa, a investigação se efetivou por meio de três perspectivas: **i)** análise da emergência de relações retóricas entre porções escritas do texto; **ii)** análise das imagens centrais presentes na capa, conforme as categorias da GDV e **iii)** análise da emergência de relações retóricas, considerando porções escritas e imagens. Quanto à reportagem, a investigação se concretizou por meio de duas perspectivas principais: **i)** análise da emergência de relações retóricas entre porções escritas do texto e a **ii)** análise da emergência de relações retóricas, considerando porções escritas e imagens.

A presente tese, em sua segunda etapa de investigação, tem o propósito de analisar e discutir *a emergência de relações retóricas entre a capa e a reportagem de capa*, a partir do diálogo estabelecido entre esses dois gêneros na revista, considerando as combinações entre os diferentes modos semióticos no interior de cada um deles. Para a concretização dessa terceira etapa, enfatizamos a importância da análise prévia de cada um dos gêneros selecionados. Ao examinarmos, particularmente, tanto a capa quanto a reportagem de capa, ampliamos de forma significativa nossa compreensão acerca do diálogo que se configura entre esses textos, o que nos aponta, mais claramente, como se constrói a emergência de relações de sentido entre eles.

A partir das análises até aqui desenvolvidas, **considerando tanto a capa quanto a reportagem como um todo, é possível considerar que entre esses dois gêneros, de forma mais “abrangente”, de maneira mais “geral”, emergem duas relações de sentido: a relação retórica de preparação e a relação retórica de elaboração.** Na emergência da relação de preparação, além da porção satélite preceder a porção núcleo, é esta que tende a fazer com que o leitor fique mais interessado, mais orientado, mais preparado para ler as informações presentes no núcleo.

Diante dessa definição, observamos que a capa de revista é aquela que irá “preparar” o leitor para a leitura da reportagem principal; é a capa que irá “conduzir”, “orientar” esse leitor em seu contato com o interior da revista, despertando-lhe, de forma persuasiva, o interesse quanto ao conteúdo a ser apresentado. Portanto, para que se construa essa “preparação”, esse “fazer interessar” de maneira eficiente, a equipe de produção, na capa, articula não só conexões entre diferentes porções escritas, como também explora, de maneira criativa e

inteligente, outros modos semióticos, como as imagens e as cores, uma vez que, conforme Kress e Van Leeuwen (2006), a interação entre os vários modos se constitui como um poderoso meio de comunicação.

Dessa forma, se a capa, por meio da associação de diferentes modos semióticos, é aquela que prepara e orienta o leitor para sua interação com a reportagem, pode-se apontar que, na estrutura retórica formada por esses dois gêneros, constitui-se uma relação núcleo-satélite, na qual a *reportagem de capa* corresponde ao *núcleo*, enquanto que a *capa* corresponde ao *satélite*.

Na emergência da relação retórica de elaboração, a porção satélite é aquela que acrescenta novas informações, adiciona detalhes à porção núcleo, elaborando-a. Na perspectiva dessa relação de sentido, podemos considerar que a reportagem de capa é aquela que desenvolve, amplia, apresenta os desdobramentos de conceitos e ideias acerca do tema “anunciado” na capa. Assim, a reportagem principal constitui a porção que acrescenta novos dados, que adiciona informações mais pormenorizadas acerca do assunto destacado na edição publicada.

Desse modo, ao emergir a relação de elaboração, na organização da estrutura retórica que se constrói no diálogo entre os referidos gêneros, as funções das porções textuais se invertem: a *capa* – aquela que apresenta o tema central da edição – corresponde à *porção núcleo*, enquanto que a *reportagem de capa* – aquela em que o conteúdo da capa é desenvolvido, elaborado por meio de novas informações – corresponde à *porção satélite*.

A seguir será discutido como a emergência das duas relações de sentido “mais abrangentes” apontadas acima pode delinear as diferentes combinações que se efetivam entre os referidos gêneros na revista. **De acordo com essa perspectiva, se considerarmos a emergência da relação de preparação, as diferentes porções que compõem a capa irão se combinar de determinada maneira com as porções da reportagem. No entanto, se considerarmos a emergência da relação de elaboração, as referidas porções, presentes tanto em um gênero quanto em outro, irão se relacionar de forma distinta.** A partir desse ponto de vista, o presente estudo discutirá as combinações que se efetivam entre as porções da capa e as porções da reportagem, **tanto na perspectiva da relação de preparação quanto na perspectiva da relação de elaboração.**

Na emergência da *relação de preparação* entre a capa e a reportagem de capa há muitos aspectos interessantes que devem ser considerados. O primeiro deles se refere à presença das seguintes porções de texto anteriormente delimitadas na capa:

- 1) Abril 65 anos;
- 2) Exemplar de assinante/venda proibida/R\$ 12,00;
- 3) Editora Abril/edição 2430 – ano 48 – nº 24/17 de junho de 2015;
- 4) Veja;
- 5) Site da Veja.

Na etapa em que a presente tese analisou a emergência de relações retóricas entre porções escritas da capa, constatou-se que as cinco partes textuais apontadas acima constituíram um importante bloco informacional da organização retórica. De acordo com a análise desenvolvida nessa etapa, esse bloco de porções (satélite) é aquele que apresenta as informações que preparam e orientam o leitor para a leitura e compreensão das porções seguintes (núcleo), as quais correspondem às chamadas secundárias e à chamada principal presentes na capa da revista.

Para o presente estudo, as cinco porções explicitadas não apenas preparam e orientam o leitor para a leitura dos conteúdos presentes na capa, como também preparam esse mesmo leitor para a leitura do conteúdo a ser desenvolvido no interior da revista. Conforme essa perspectiva de análise, na combinação que se efetiva entre a capa e a reportagem, porções como nome da editora, nome da revista, número e ano de edição ou data de publicação orientam, norteiam os leitores no que diz respeito ao que podem esperar do conteúdo a ser desenvolvido pela reportagem de capa.

No que diz respeito ao “processo de preparação” que se efetiva entre essas partes textuais da capa e a reportagem no interior da revista, destacamos alguns pontos, a saber:

a) O leitor é informado que a reportagem de capa será desenvolvida por uma poderosa editora brasileira - a maior do segmento na América Latina -, a qual produz periódicos impressos e digitais de grande circulação nacional e de expressivo poder na formação de opinião. Portanto, o leitor já tem a orientação, por exemplo, de que a reportagem não será elaborada por “qualquer editora”, por uma fonte sem grande destaque, mas que toda a elaboração da

temática apresentada pelo texto se realiza a partir de uma editora de grande experiência, uma “autoridade” no mercado de publicações – a editora publica há 65 anos -, o que proporciona expressivo prestígio e credibilidade às reportagens a ela vinculadas.

b) A partir de diferentes conhecimentos compartilhados socialmente sobre a identificação da revista – a logomarca “Veja” -, o leitor pode fazer algumas inferências acerca da perspectiva político-ideológica que irá caracterizar e nortear toda a construção da reportagem de capa. Como apontado no capítulo teórico, de acordo com Silva (2005), a revista *Veja* se organiza a partir de uma orientação ideológica conservadora e de direita. A referida autora, ao desenvolver uma extensa e detalhada análise de reportagens do referido periódico entre os anos de 1989 e 2002, define a *Veja* como uma espécie de “partido neoliberal”, a qual, por meio de suas edições, defende o livre mercado, a individualidade, a não intervenção do Estado e o conservadorismo cultural e religioso como preceitos da sociedade brasileira. Dessa forma, ao se deparar com o nome “Veja”, o leitor já é orientado quanto a esse “arcabouço ideológico”, o qual irá fundamentar e nortear todas as discussões que se farão em torno do tema da maioria penal, a principal reportagem da edição. Assim, em seu “processo de preparação” para a leitura da reportagem de capa, a partir do reconhecimento do posicionamento político-ideológico da revista, o leitor pode inferir, até mesmo, acerca do ponto de vista defendido na reportagem: se contra ou a favor da redução da maioria criminal no Brasil.

c) A capa apresenta um determinado valor de compra dessa publicação semanal, a partir do qual o leitor é orientado sobre o possível perfil socioeconômico do público a que a reportagem de capa se destina.

d) Ao ler o número da edição e o número do ano, o leitor já recebe a orientação de que a revista está há muito tempo no mercado brasileiro de publicações, fato que confere à revista *Veja* credibilidade em relação às discussões e posicionamentos que assume por meio das reportagens que publica. Assim, considerando, mais especificamente, a edição em análise, o leitor já sabe que o ponto de vista defendido pela reportagem de capa acerca da redução da maioria penal exerce expressiva influência sobre as polêmicas que se configuram na sociedade brasileira.

e) Por meio da data presente na capa, o leitor já é informado sobre o contexto sociocultural em que se desenvolvem as discussões propostas pela reportagem principal. Esse dado é extremamente relevante no “preparo” para a leitura: ao ler, por exemplo, uma reportagem

sobre a maioria penal em 1940 – década em que a legislação brasileira estipula essa maioria – e no ano de 2015 - ano em que o Congresso Nacional discute propostas de alteração da maioria penal, mais especificamente a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93 -, o leitor precisa levar em conta as diferenças socioculturais, políticas e econômicas entre esses dois períodos, já que essas diferenças irão intervir nas perspectivas e pontos de vista defendidos.

Ao darmos continuidade à investigação de outras porções presentes na capa, encontramos a expressão “Especial Maioridade Penal”, a qual prepara o leitor para a leitura da reportagem por meio de duas formas. Inicialmente, a partir desse fragmento de texto, o leitor é orientado sobre o assunto a ser desenvolvido na reportagem: a polêmica em torno da redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Além disso, a palavra “especial” prepara o leitor quanto ao aprofundamento das informações: os leitores já sabem que a reportagem principal será mais elaborada, mais extensa, com informações e dados adicionais, por se tratar de uma edição incomum, específica.

A emergência da relação de preparação entre a capa e a reportagem também se constitui por meio das imagens dos quatro adolescentes presentes na capa, junto das iniciais de seus nomes, idades e a descrição dos graves atos infracionais praticados – “Eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram”. A partir desse bloco informacional composto tanto por porções escritas quanto por imagens, o leitor já recebe a orientação de que o acontecimento que envolve os quatro jovens é relevante para a discussão que será desenvolvida. O leitor também já sabe que esse caso será explicitado na reportagem, uma vez que o mesmo foi selecionado pela revista como ponto de partida para apresentar o assunto central da edição.

É interessante observar que, ainda que os leitores não saibam quem são esses garotos e desconheçam quais são as ações com as quais estes estão envolvidos, eles já podem inferir que o ocorrido corresponde a um acontecimento de expressivo impacto social, de significativa relevância para a discussão da maioria criminal no Brasil. Tal inferência se fundamenta no fato de que este caso foi o escolhido para compor a capa da edição, despertando a atenção e o interesse do leitor e persuadindo-o a ler o conteúdo da reportagem de capa.

No que diz respeito ao “processo de preparação” para a leitura da reportagem, chegamos a uma questão fundamental da análise. O leitor, por meio de sua interação com o texto, tem acesso a diferentes informações que o preparam e o possibilitam detectar o ponto

de vista favorável à redução da maioria penal apresentado na capa, o qual também será defendido pelos autores no interior da revista *Veja*. Toda a construção de sentidos que se desenvolve na capa é fundamental na orientação e preparação dos leitores para a sua leitura e compreensão da perspectiva argumentativa a ser desenvolvida na reportagem.

Dessa forma, por meio da articulação dos diferentes modos semióticos – as imagens escolhidas, as cores utilizadas, a fonte tipográfica, a apresentação das idades dos jovens representados, a enumeração dos atos infracionais praticados e, em especial, a pergunta retórica “vão ficar impunes?” -, o leitor está potencialmente mais interessado e preparado não apenas para ler o conteúdo da reportagem de capa, como também para compreender o “fio argumentativo” que delinea e contorna todo o texto.

É muito importante lembrar que a capa da revista *Veja* está vinculada não apenas à reportagem “Justiça só para maiores”, mas também à reportagem “A mente impulsiva dos jovens”, uma vez que ambos os textos tratam do tema da maioria penal brasileira. Conforme discutido em nossa investigação, a segunda reportagem se constitui como uma “comprovação”, como uma “evidência” científica para a discussão elaborada no primeiro texto.

Diante disso, é coerente considerar que a emergência da relação de preparação entre a capa e a reportagem não se manifesta apenas entre a capa da *Veja* e a reportagem “Justiça só para maiores”, mas, sim, entre a capa e o bloco de porções formado pela primeira e pela segunda reportagem principal. Nesse sentido, as porções textuais da capa – constituídas por material verbal e visual – “preparam” e “orientam” os leitores não apenas para a leitura do conteúdo de “Justiça só para maiores”, mas também para o conteúdo de “A mente impulsiva dos jovens”. O esquema arbóreo apresentado a seguir representa as combinações entre os três referidos textos:

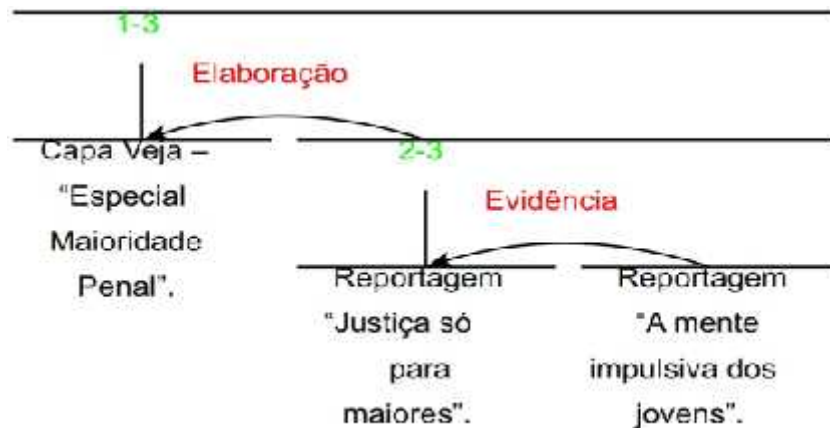
Diagrama 17 – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da Veja: emergência da relação retórica de preparação



Na perspectiva da emergência da *relação retórica de elaboração*, as porções textuais da capa e da reportagem também se conectam de maneiras distintas, configurando-se combinações importantes para a sustentação do diálogo entre esses dois gêneros na revista. Como apontado, na emergência dessa relação de sentido, todo o corpo das reportagens principais da edição se institui como o desenvolvimento, como o desdobramento do assunto apresentado ao leitor na capa da Veja por meio da porção “Especial Maioridade Penal”.

O esquema arbóreo materializado a seguir representa as combinações entre a capa e as reportagens de capa da Veja na perspectiva da emergência da relação de elaboração:

Diagrama 18 – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da Veja: emergência da relação retórica de elaboração



Um dos primeiros aspectos a ser observado a partir da emergência da relação de elaboração entre os dois gêneros em estudo diz respeito à presença, na capa, da foto dos quatro adolescentes e os fragmentos de texto verbal que acompanham essas imagens - as iniciais dos nomes de cada um deles, as respectivas idades e a enumeração dos atos infracionais praticados, de acordo com a Veja⁴⁴. Esse grande bloco informacional constituído por texto e imagem é retomado e elaborado por duas partes distintas da reportagem:

- i) a primeira parte corresponde ao bloco formado pela foto+legenda “Relato da crueldade” e pelo primeiro parágrafo (bloco presente na página 41, em que é narrado o evento criminoso com o qual os jovens da capa estão envolvidos);
- ii) a segunda parte corresponde à foto+legenda “Três anos é punição?”, a qual está presente nas páginas 42 e 43 da revista.

Como destacado anteriormente, na apresentação da chamada principal da capa, são disponibilizadas informações mais sucintas acerca dos participantes representados nas fotos: o leitor tem acesso apenas às iniciais dos nomes, às idades e aos atos infracionais a eles vinculados. No entanto, por meio do bloco de informações formado pela foto+legenda “Relato da crueldade” e pelo primeiro parágrafo, são apresentadas ao leitor novas informações, mais detalhes sobre quem são esses adolescentes, sobre o que supostamente eles fizeram e como o fizeram, é informado o nome da cidade onde residem os garotos, além de serem apresentados detalhes do local onde as ações criminosas ocorreram. Junto de todos esses dados acrescentados às porções textuais da capa, na reportagem, por meio do referido bloco informacional, o leitor é informado sobre as vítimas dos atos infracionais praticados – é apontado que uma das vítimas faleceu - e passa a saber que no ocorrido há, também, a participação de um adulto de 39 anos.

Por sua vez, a foto+legenda “Três anos é punição?”, presentes nas páginas 42 e 43, retomam, claramente, as fotos apresentadas na capa, porém alguns dados são também adicionados: por meio da legenda, o leitor tem acesso a outras informações sobre os adolescentes, especialmente acerca das infrações praticadas por eles. Além disso, ao retomar e elaborar a capa da revista, os autores da reportagem, na mesma imagem em que estão os

⁴⁴ Todas essas porções verbais que se referem ao material visual da capa, em outra etapa da presente análise, foram, em seu conjunto, definidas como uma espécie de “legenda” das fotos apresentadas.

quatro adolescentes, acrescentam a foto de Danielly Feitosa, de 17 anos, a vítima que foi morta pelo grupo de criminosos em Castelo do Piauí.

Diante dessas considerações, podemos apontar, portanto, que as fotos presentes na capa e sua respectiva “legenda” foram elaboradas por porções da reportagem de capa através de duas combinações distintas: a primeira “elaboração” se efetivou por meio da combinação da referida porção da capa com a imagem e texto verbal presentes na página 41 – a imagem “Relato da crueldade” e o primeiro parágrafo –; a segunda “elaboração” se efetivou por meio da conexão entre a parte da capa e o material visual presente nas páginas 42 e 43 da matéria de capa – a imagem “Três anos é punição?”.

Podemos observar que essas duas partes textuais do interior da revista que elaboram o bloco informacional presente na capa correspondem às porções que estabelecem entre si uma relação de reformulação na organização retórica da reportagem. Nesse sentido, essas duas maneiras diferentes de adicionar informações à capa constituem “versões” distintas de um mesmo conteúdo apresentado ao leitor no corpo da reportagem principal. Dessa forma, é muito interessante perceber que a emergência da relação retórica de elaboração entre a capa e a reportagem de capa se harmoniza, de maneira coerente, com a emergência de relações de sentido que se efetivam no interior desses dois gêneros de texto.

Conforme discutido, na capa, o questionamento “Vão ficar impunes?” se configura como uma importante estratégia argumentativa da revista para defender seu ponto de vista favorável à redução da maioria criminal no Brasil. Através dessa “provocação” lançada de maneira tão direta ao leitor, a revista *Veja*, tendo como ponto de partida o marcante caso dos quatro adolescentes de Castelo do Piauí, instaura um incômodo “clima de impunidade”, o qual é posteriormente reforçado pela ideia de “injustiça”, desenvolvida na reportagem “Justiça só para maiores”.

Dessa forma, é de se esperar que essa provocação tão relevante para os propósitos comunicativos da *Veja* seja “explorada”, “potencializada” de maneira expressiva pelo texto da reportagem. A partir das análises e discussões até aqui realizadas, foi possível constatar que ocorreu exatamente isso: o título e subtítulos utilizados, a narração de fatos apresentados, a cor, as imagens, as legendas, os quadros, cada fala de especialista ou estudioso do assunto, cada estatística apontada, cada comentário ou avaliação feita pelos autores convergem, como que “orquestrados”, para a construção de dois propósitos comunicativos principais. O primeiro deles é criticar e descredibilizar as normas que são aplicadas aos adolescentes

menores infratores, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O segundo é promover a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos como solução diante da violência praticada por adolescentes no Brasil. Nesse sentido, mais uma vez, toda a reportagem de capa se constitui como uma grande e planejada elaboração da perspectiva argumentativa previamente “anunciada” e defendida pela capa da Veja.

Diante dessas considerações, é possível detectar algumas conexões interessantes entre a porção “vão ficar impunes?” e partes presentes no interior da revista. Essa referida expressão da capa, apesar de se relacionar com o conteúdo da reportagem como um todo, está diretamente conectada ao segundo e ao terceiro parágrafos de “Justiça só para maiores”. Nesses dois parágrafos, os autores não só ressaltam que os adolescentes de Castelo do Piauí são acusados de cometer diferentes atos infracionais – os autores definem os quatro jovens como “velhos conhecidos da polícia” -, como também caracterizam e criticam o contexto jurídico em que se insere o menor infrator, oferecendo ao leitor, a partir disso, soluções para resolver esse inaceitável problema.

Assim, por meio dos referidos parágrafos, os autores elaboram o ponto de vista delineado na capa a partir de diferentes formas, a saber: i) criticando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual é definido como um conjunto de leis excessivamente tolerante com o menor infrator - “um dos mais lenientes conjuntos de leis do mundo destinados a lidar com menores infratores”; ii) comparando a punição a ser recebida pelo adulto – “trinta anos de cadeia” – com a pena a ser recebida pelos adolescentes – “os menores, três anos, sendo que uma ínfima parcela deles cumpre todo o período de reclusão” -, questionando, junto ao leitor, se essa diferença em relação ao período da pena cumprido “é certa” ou “errada” e, por último, iii) apresentando as conclusões do trabalho de Steven Levitt - intitulado “Crime Juvenil e Punição” – e destacando que o referido autor “recomenda sem hesitação que os menores sejam punidos exatamente como os adultos infratores” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 42-43).

Como se pode observar a partir dos fragmentos de texto citados acima, é plausível considerar que a reportagem principal “responde” para o leitor o questionamento apresentado na capa: vão ficar impunes? De acordo com a perspectiva elaborada pela Veja, os adolescentes de Castelo do Piauí vão, sim, “ficar impunes”. Além de ampliar e responder a provocação presente na capa por meio da pergunta retórica “vão ficar impunes”, a revista apresenta sua própria solução para o problema: “um sistema em que a perspectiva de punição

para o jovem seja tão pesada quanto para um adulto, mas que isso seja usado não para encarcerar mais jovens, mas para ‘dissuadi-los de cometer crimes’” (FRAZÃO, COURA E BARROS, 2015, p. 43).

Conforme pode ser percebido até aqui, na emergência da relação de elaboração entre a capa e a reportagem de capa, as combinações efetivadas se construíram, especialmente, a partir de conexões entre as porções da capa referentes à chamada principal e as porções da reportagem referentes aos três primeiros parágrafos. Nesse sentido, é interessante destacar que essas três unidades de informação correspondem ao lide da reportagem, ou seja, o “fundo”, o “cenário” a partir do qual todas as outras informações do texto irão se desenvolver – na análise da estrutura retórica da reportagem de capa, entre os três primeiros parágrafos (satélite) e as porções textuais seguintes (núcleo) emerge a relação retórica de fundo.

Dessa forma, ao investigarmos o diálogo entre os dois gêneros na revista e as relações de sentido que emergem entre eles, compreendemos, de forma mais significativa, a importância da constituição do lide nessa edição da Veja. Percebemos que esse “fundo” do texto não só apresenta as principais questões a serem tratadas e explicitadas no corpo da reportagem, como também é aquele que retoma e elabora os principais aspectos apontados na capa, especialmente a construção do ponto de vista da revista em sua busca incessante de persuadir seus leitores.

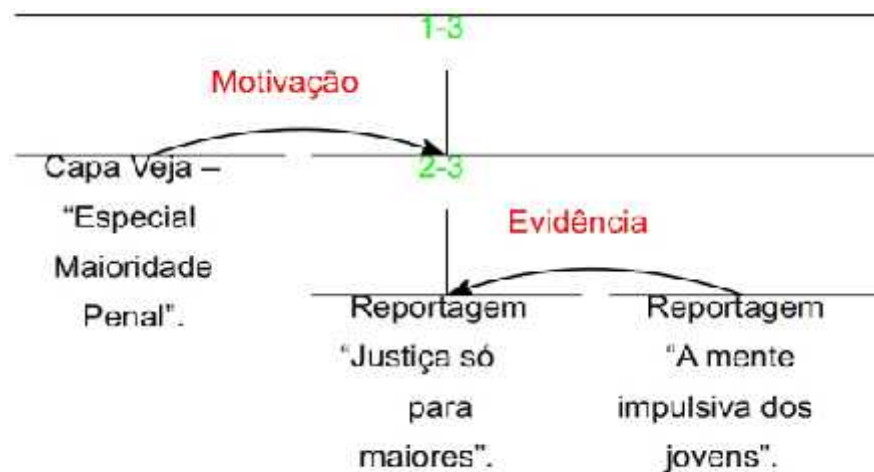
Discutimos acima os principais aspectos que caracterizam a emergência da relação retórica de preparação – em que a capa se constitui como a porção satélite e a reportagem de capa como a porção núcleo – e a emergência da relação retórica de elaboração - em que a capa se constitui como núcleo e a reportagem como satélite. Além da emergência dessas duas relações entre a capa e a reportagem, consideramos também plausível a emergência da *relação retórica de motivação*. De acordo com essa perspectiva de análise, a capa da revista (satélite), caracterizando-se como a grande “vitrine” da publicação, é aquela que cumpre a importante função de despertar o interesse e a atenção dos leitores, motivando-lhes a ler a reportagem de capa (núcleo).

Na emergência dessa última relação retórica, percebemos a relevância de se considerar os diferentes sentidos a serem construídos na capa: os autores da publicação precisam, de fato, “investirem” na maneira como os diferentes modos semióticos se relacionam no texto, articulando, de forma adequada e inteligente, as diferentes escolhas linguísticas e seus diversos significados, as cores, as fontes tipográficas, as imagens. Em nossa análise,

destacamos a importância desse último modo semiótico e seu potencial de impacto no que diz respeito a despertar a atenção e impressionar aqueles que com ela interagem. Para que a capa, realmente, motive o leitor e o incentive a interagir com a reportagem no interior da revista, ressaltamos ainda o quanto é fundamental a escolha dos vários “lugares” a serem ocupados pelos diferentes modos semióticos, uma vez que a cada nova organização dos espaços dentro do arranjo textual, novos sentidos são elaborados, novos significados são construídos.

O diagrama a seguir representa a emergência da relação de motivação entre a capa da Veja e as duas reportagens de capa examinadas:

Diagrama 19 – Diálogo entre a capa e as reportagens de capa da Veja: emergência da relação retórica de motivação



A seguir, a presente tese apresentará a análise da capa e da reportagem de capa da revista IstoÉ e, logo após, os resultados e discussões acerca do diálogo entre esses dois gêneros a partir da referida revista semanal.

4.3 IstoÉ

Entre as três revistas semanais de informação geral selecionadas pelo presente trabalho, a revista IstoÉ é aquela que ocupa a segunda posição no que se refere aos números de circulação nacional. De acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), em abril de 2015, a IstoÉ apresentou uma circulação média de 320 mil exemplares, sendo que a maior parte dos leitores dessa publicação se encontra entre os estados da Região Sudeste. A edição selecionada para análise foi publicada em maio de 2013, a qual, assim como as revistas Carta Capital (2014) e Veja (2015), apresenta a polêmica em torno da maioria penal brasileira como assunto principal.

No contexto político-social em que a referida edição da IstoÉ é produzida e recepcionada pelos leitores, encontra-se a criação, por parte da Câmara dos Deputados, de uma comissão especial para propor alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), buscando estabelecer punições mais duras para jovens menores de 18 anos que cometem crimes. A proposta que serviu de base para as discussões foi apresentada, no final de abril de 2013, pelo governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB), a qual amplia de três para até oito anos o prazo para internação de menores infratores⁴⁵. De acordo com o site de notícias *Último Segundo*, Alckmin decidiu pela apresentação do projeto após a morte do jovem Victor Hugo Deppman, de 19 anos, na zona leste de São Paulo, o qual foi assassinado, em 09 de abril de 2013, com um tiro na cabeça, disparado por um garoto de 17 anos.

Como poderá ser visto a seguir, assim como a revista *Veja* apresenta, como ponto de partida para suas discussões, o impactante caso em que estão envolvidos os quatro adolescentes de Castelo do Piauí (PI), a revista IstoÉ também utiliza a repercussão acerca da morte de Victor Hugo Deppman para dar início à construção da argumentação desenvolvida na reportagem de capa. Dessa forma, ambas as revistas, apresentam, inicialmente, um acontecimento real, de grande impacto, para fundamentar a defesa de seu ponto de vista favorável à redução da maioria penal brasileira de 18 para 16 anos.

⁴⁵ Fonte: Último Segundo - iG @ <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-04-24/camara-dos-deputados-acelera-tramitacao-de-proposta-sobre-maioridade-penal.html>. (acessado em fevereiro de 2018).

Há, no entanto, uma diferença entre as duas publicações: o caso dos quatro garotos do Piauí é o principal fato que a revista *Veja* – edição especial - utiliza tanto na capa quanto na reportagem de capa para construir sua argumentação. Na *IstoÉ*, por sua vez, o referido assassinato ocorrido na zona leste de São Paulo, apesar de estar presente na constituição da reportagem, não é o elemento que constitui a capa da revista, a qual será mais bem apresentada e discutida a seguir.

4.3.1 Análise da capa

A capa da revista *IstoÉ* escolhida para a presente análise, conforme apontado acima, constitui-se a partir de um contexto político social em que o tema da maioria penal volta a fazer parte das discussões mais “acaloradas” da sociedade brasileira. A morte de Victor Hugo Deppman não apenas ocasionou a revolta e a manifestação de familiares e amigos, como também impulsionou a apresentação de um projeto de lei que visa alterar o ECA, especialmente no que diz respeito à punição aplicada aos menores infratores.

Para apresentar o tema da maioria criminal, no entanto, a capa utiliza a imagem de um jovem, vestido de blusa de capuz e calça jeans, o qual carrega na mão esquerda um skate e na mão direita uma arma. A utilização dessa imagem na capa gerou uma nova polêmica: Marcelo Santos, presidente da Confederação Brasileira de Skate (CBSk), redige uma carta endereçada a Delmo Moreira, redator chefe da *IstoÉ*, repudiando a imagem escolhida pela revista e explicitando um pedido de retratação. Segundo o presidente da Confederação de Skate, a representação feita pela capa da *IstoÉ* “provoca a impressão totalmente equivocada dos praticantes do Skate serem adeptos do uso de armamento de fogo e/ou ligados a ações criminosas⁴⁶”.

A análise que será apresentada a seguir, portanto, explicitará a maneira como os diferentes modos semióticos se articulam e se combinam para construir os significados que materializam os propósitos comunicativos dos autores da capa, investigando-se, assim, as relações de sentido que emergem entre as diferentes partes do texto. Como já apontado, esta investigação se organiza por meio de três etapas distintas: inicialmente é analisada a estrutura retórica da capa a partir das combinações entre porções escritas; em seguida é investigada,

⁴⁶ A carta escrita por Marcelo Santos, presidente da Confederação Brasileira de Skate (CBSk), endereçada a Delmo Moreira, redator chefe da *IstoÉ*, pode ser consultada por meio do endereço eletrônico <http://campeonatosdeskate.com.br/2013/05/14/capa-da-revista-isto-e-edicao-2267.html>.

conforme GDV, a imagem central do gênero e, por último, a estrutura retórica do texto a partir de combinações entre porções escritas e imagens.

4.3.1.1 Relações retóricas entre porções escritas

De acordo com a presente análise, a macroestrutura da capa da revista IstoÉ, considerando apenas as porções escritas do arranjo textual, apresenta oito (8) partes distintas, ou seja, oito unidades de informação independentes:

Porção (1): Editora Três;

Porção (2): Exemplar de assinante/venda proibida/1Mai/2013 – Ano 37 – nº 2267/R\$ 9,90;

Porção (3): IstoÉ;

Porção (4): Chamada secundária da esquerda;

Porção (5): Chamada secundária da direita;

Porção (6): Maioridade Penal aos 16 anos?;

Porção (7): Eles votam para presidente, agora podem até mudar de sexo, mas são tratados como crianças quando cometem crimes bárbaros;

Porção (8): Está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão.

As porções escritas delimitadas acima estão explicitadas na capa da IstoÉ reproduzida a seguir:



A presente tese, considerando os critérios de plausibilidade, confeccionou o **Diagrama 20**, o **Diagrama 21** e o **Diagrama 22**, os quais materializam a estrutura retórica da capa a partir das porções escritas. Os três diagramas, mostrados a seguir, apresentam muitas semelhanças; o que os distingue são as possibilidades de relações retóricas que podem emergir entre as porções que constituem a chamada principal da capa da revista, ou seja, aquelas que apresentam em seu conteúdo o tema da maioridade penal.

A partir dos esquemas arbóreos apresentados, na estrutura retórica da capa da IstoÉ, entre o bloco de unidades (1-3), satélite, e o bloco (4-8), núcleo, podem emergir diferentes relações retóricas. A primeira delas é a relação de atribuição: a partir dessa primeira opção, o conjunto de informações “Editora Três”, “Exemplar de assinante/venda proibida/1Mai/2013 – Ano 37 – nº 2267/R\$ 9,90” e a logomarca “IstoÉ” constituem a origem, a fonte de todas as informações trazidas a seguir pela capa. Na perspectiva dessa relação de sentido, por meio da junção núcleo e satélite, além do leitor ser informado acerca dos assuntos apresentados, é também informado sobre quem produziu essas informações.

A segunda relação que pode emergir entre esses dois blocos de porções é a relação retórica de preparação. De acordo com essa perspectiva de análise, ao saber que o tema da maioria penal está sendo apresentado pela capa de um exemplar da revista IstoÉ, a qual é proveniente da Editora Três, publicada em uma determinada data específica, vendida por um determinado valor, o leitor, a partir de todos esses “dados”, pode acionar vários conhecimentos prévios, inferir diferentes informações, as quais lhe permitirão estar mais preparado, mais interessado e, principalmente, mais orientado para a leitura do conteúdo que se segue.

Entre as informações, a partir do bloco de unidades (1-3), a que o leitor pode ter acesso por meio de inferências estão, por exemplo: a) o contexto histórico-social em que o tema é publicado; b) o perfil socioeconômico do público alvo dessa revista e c) o tempo de permanência dessa publicação no mercado editorial – o que interfere diretamente na construção de sua credibilidade ao construir e publicar suas matérias jornalísticas. Além de ter acesso a esses dados, o leitor pode também inferir informações acerca da orientação político-ideológica que norteia, neste caso, a apresentação da chamada principal da capa sobre o tema da maioria penal no Brasil.

É importante lembrar aqui que essa primeira parte da estrutura retórica da capa da IstoÉ em muito se assemelha à estrutura retórica da capa da Veja, revista analisada anteriormente. As primeiras porções escritas presentes em ambas as revistas são muito semelhantes – tanto na Veja como na IstoÉ, encontramos informações como o nome da editora que publica a revista, a expressão “exemplar de assinante”, o valor de compra, o ano e número da edição, a data de publicação e a logomarca da revista -, o que faz com que a relação dessas primeiras porções com o restante do texto seja muito análoga quando comparamos as referidas publicações. Diante disso, a presente tese, na análise da capa da

Veja, examinou, mais detalhadamente, como se efetivou a emergência da relação retórica de preparação nessa parte da organização retórica da capa. Assim, as várias informações a que o leitor pode ter acesso por meio da leitura dessas primeiras partes escritas do texto já foram mais bem apresentadas e discutidas anteriormente, o que torna desnecessário que os mesmos apontamentos sejam realizados na discussão da capa da IstoÉ.

Apesar da análise da estrutura retórica da capa, neste momento, estar considerando apenas as porções escritas do texto, é importante ressaltar que todas as considerações feitas acerca da emergência da relação retórica de atribuição e da relação retórica de preparação também englobam a imagem presente na parte central da capa, ou seja, a imagem de um garoto que tem em suas mãos um skate e uma arma. Dessa forma, todas as informações presentes no bloco (1-3) podem tanto ser a fonte da referida imagem, como podem também constituir o conjunto de informações que irá preparar o leitor na interpretação e compreensão dessa representação, orientando-o durante o processo de construção de sentidos, o qual envolve a articulação texto/imagem.

Há outro aspecto bastante interessante e relevante no que diz respeito à emergência da relação de atribuição e da relação de preparação. Como já explicitado anteriormente, na última fase do presente trabalho há a investigação da emergência de relações retóricas por meio do diálogo entre os gêneros capa de revista e reportagem de capa. Nessa perspectiva, destacamos aqui que tanto a relação de atribuição quanto a de preparação, discutidas acima, também emergem entre as porções de texto (1-3) – apresentadas na capa – e o conteúdo da reportagem de capa como um todo. Isso quer dizer que informações como “editora”, “exemplar de assinante”, “data e número da edição”, “ano da revista”, “valor de venda” e, em especial, o logotipo, a identidade “IstoÉ”, ao mesmo tempo em que apontam para o leitor da reportagem de capa informações quanto a qual fonte aquele conteúdo pode ser atribuído, essas informações também orientam e preparam esse mesmo leitor para a leitura da reportagem presente no interior da revista.

Posto isso, ao se configurar um “processo de preparação” por meio do bloco informacional (1-3) presente na capa, é possível que o leitor atento faça importantes inferências quanto ao contexto histórico-social em que o tema da maioridade penal será discutido na reportagem; é possível que ele já tenha algumas informações acerca do público a que se destina esse texto, além de permitir ao leitor inferir acerca da orientação político-ideológica que norteará as escolhas feitas pelos autores da reportagem - sejam escolhas

referentes ao título, às informações presentes no subtítulo, às contextualizações apresentadas no lide, sejam escolhas referentes aos argumentos desenvolvidos no corpo do texto ou às escolhas das imagens utilizadas.

No bloco informacional (1-3), entre a porção (1-2), satélite, e a porção (3), núcleo, emerge uma *relação de atribuição*: todas as informações presentes na unidade “exemplar do assinante”, assim como o nome “Editora Três” formam, juntos, a procedência do logotipo, a fonte de tudo aquilo que constitui a identidade de “IstoÉ”. Entre as unidades (1) e (2), por sua vez, emerge uma *relação multinuclear de sequência*. A emergência dessa relação retórica é plausível uma vez que, ao se apresentarem os diferentes “dados” acerca da origem das informações presentes na capa, ambas as unidades constituem núcleos informacionais distintos, os quais, considerando a organização espacial dos elementos, ocupam espaços “fixos” no interior do arranjo textual, ou seja, devem estar exatamente onde estão na capa da revista.

No bloco (4-8), emerge novamente a *relação multinuclear de sequência* entre as unidades (4), (5) e (6-8). A relação de sequência é plausível, uma vez que cada uma dessas porções escritas apresenta os diferentes assuntos a serem tratados no interior da revista, ou seja, aqui são apresentadas as diferentes chamadas da capa: “a ficha suja e secreta do novo presidente do Paraguai”, a corrupção em torno do programa habitacional do governo “Minha casa, minha vida” e a chamada principal sobre a maioria penal aos 16 anos.

Além disso, é importante ressaltar que, na constituição do gênero “capa de revista”, para que os propósitos comunicativos sejam efetivados, os elementos textuais precisam ocupar espaços específicos no arranjo textual: os sentidos construídos não seriam os mesmos se, por exemplo, as chamadas secundárias ocupassem a parte central da capa, enquanto que a chamada principal se posicionasse no canto superior direito ou esquerdo, tornando-se um elemento menos saliente na composição. Como já defendido pela presente tese, diante da organização espacial dos elementos em um documento multimodal, é possível “adaptar” a relação de sequência, a qual, nesse contexto, descreve melhor a combinação que se efetiva entre núcleos informacionais distintos da estrutura retórica.

Apesar das porções (4), (5) e (6-8) serem núcleos informacionais independentes entre si, estes apresentam relevância diferente para o gênero em estudo: o núcleo (6-8) é o núcleo mais central para o cumprimento das intenções comunicativas do autor, este é o núcleo que está em maior evidência, é o mais “saliente” em termos multimodais. Isso porque é esta a

porção do texto que apresenta a chamada principal, o conteúdo de maior destaque no interior da revista, além de ser esta porção a principal responsável por atrair e persuadir o leitor a comprar essa publicação.

Partindo do pressuposto de que a emergência das relações retóricas está diretamente atrelada às intenções comunicativas do autor de determinado texto, antes de descrever as relações de sentido que emergem a partir do bloco (6-8), é relevante discutir alguns aspectos que envolvem o conteúdo dessas porções.

Conforme apontado anteriormente, as unidades (6-8) são aquelas que tratam do tema da maioridade penal, ou seja, o assunto central dessa edição da IstoÉ e, portanto, aquele que será discutido pela reportagem de capa. Conforme será explicitado adiante, por meio da análise das características da imagem do garoto na perspectiva da GDV, de Kress e Van Leeuwen (2006) – imagem diretamente conectada às unidades (6-8) –, é possível constatar que a revista defende um posicionamento favorável à redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Além da utilização da imagem, colocada na capa em segundo plano, a revista também revela, por meio dessas três unidades – postas em primeiro plano –, seu ponto de vista sobre o tema.

A capa, por meio de sua porção em maior destaque, de maior “saliência”, lança um questionamento para o leitor: “maioridade penal aos 16 anos?” Inicialmente, podemos julgar que a revista aponta a redução da maioridade penal para 16 anos como uma possibilidade sobre a qual o leitor é incentivado a refletir, incitado a considerar.

No entanto, o conteúdo presente na unidade (7) nos permite considerar que, apesar de lançar, aparentemente, uma pergunta para que o leitor reflita e então se posicione em relação ao tema, a revista já possui uma “resposta”, um ponto de vista definido em direção ao qual ela deseja conduzir o leitor. A partir do conteúdo da unidade (7), essa edição da IstoÉ, de acordo com seu ponto de vista, destaca uma contradição na maneira como as leis brasileiras tratam os adolescentes de 16 anos: essas leis, ao mesmo tempo em que consideram esses jovens maduros, prontos para decidir questões relevantes – como votar e mudar de sexo –, também tratam esses jovens “como crianças” quando estes cometem crimes.

É possível detectar que a revista, implicitamente, critica essa contradição, conduzindo o leitor à reflexão de que se este jovem, de 16 anos, é maduro para tomar decisões importantes em sua vida, ele também está pronto para ser penalizado, como adulto, diante dos crimes que

prática. A partir dessas considerações, é possível apontar que a capa apresenta em sua composição a construção de um ponto de vista a favor de reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos.

Nessa perspectiva, a capa da revista IstoÉ dialoga bem de perto com a capa da revista Veja. Em ambas as revistas, a ideia de “impunidade” em torno dos atos cometidos por adolescentes menores de 18 anos é destacada, motivando o leitor a questionar o tratamento dado a esses jovens e, até mesmo, a questionar se esse tratamento não seria um tratamento “injusto”, uma vez que, de acordo com o ponto de vista dessas publicações, os adolescentes que praticam crimes não estão sofrendo a punição que “merecem”, mas, ao contrário disso, estão sendo “tratados como crianças”.

A unidade (8), por sua vez, faz uma avaliação acerca do que é dito no bloco (6-7). Nessa unidade, inclusive, há um posicionamento explícito dos autores da capa: o tema da maioria penal precisa ser discutido pela sociedade brasileira, lideranças políticas devem “enfrentar de vez essa questão”, retomando as discussões em torno do tema e propondo soluções. Diante dessas considerações, é plausível apontar que entre o núcleo (6-7) e o satélite (8) emerge uma *relação retórica de avaliação*.

Apresentada, portanto, uma visão geral acerca do conteúdo desenvolvido nas unidades (6), (7) e (8) e após apontar que entre esta última unidade e o bloco (6-7) emerge uma *relação de avaliação*, chegamos ao fim da estrutura retórica da capa da IstoÉ. Entre a unidade (6), núcleo, e a unidade (7), satélite, consideramos aceitável a emergência de duas relações retóricas. A primeira refere-se à *relação retórica de motivação*: o conteúdo informacional presente na unidade (7) - a incoerência, segundo a revista, existente no tratamento oferecido aos adolescentes por meio das leis brasileiras que ora os consideram suficientemente maduros para tomarem decisões importantes em sua vida e ora os consideram imaturos e, portanto, inaptos para serem punidos como adultos diante dos crimes que cometem - é a “motivação”, a “incitação”, o “estímulo” para a realização do questionamento presente no núcleo (6): “maioridade penal aos 16 anos?”.

A segunda relação retórica plausível seria a *relação de justificativa*: o mesmo conteúdo informacional da unidade (7), descrito acima, aumenta a prontidão do leitor para aceitar que o autor da capa pode, de fato, apresentar o questionamento presente na unidade (6), ou seja, o conteúdo da unidade (7) “justifica”, “legitima” considerar que a maioria penal brasileira seja estabelecida a partir dos 16 anos e não a partir dos 18 anos.

De acordo com o critério da plausibilidade, toda a análise apresentada acima – análise da emergência e funcionamento das relações de sentido entre as unidades de informação (1) a (8) - corresponde à primeira possibilidade de organização da estrutura retórica da capa, como pode ser constatado no **Diagrama 20**. Tal afirmação aponta para o fato de que, além dessa alternativa de organização, o presente trabalho considera outras duas perspectivas, em que relações retóricas diferentes se manifestam e também se estruturam de maneira distinta.

Tanto a segunda quanto a terceira possibilidade de organização da estrutura retórica da capa se constituem, inicialmente, da mesma forma que a primeira. Até o nível em que entre as porções (4), (5) e (6-8) – porções que correspondem às diferentes chamadas da capa – emerge a *relação multinuclear de sequência* - conforme já descrita -, a organização retórica permanece a mesma. Nesse ponto da estrutura, a partir do bloco de unidades (6-8), é que irá emergir, nessas duas últimas alternativas de estrutura hierárquica, uma nova relação de sentido: a *relação problema-solução*. Para compreendermos como essa última relação retórica se manifesta e funciona no gênero em estudo, é preciso compreender a partir de que perspectiva as unidades (6), (7) e (8) se conectam, a qual será discutida a seguir.

Retomando questões já apontadas anteriormente, é possível constatar que a unidade (7) apresenta uma polêmica, um problema vivido pela sociedade brasileira: segundo a capa da revista, as leis do Estado, ao mesmo tempo em que permitem que adolescentes de 16 anos façam escolhas como pessoas maduras, permitindo a estes decidir questões importantes tanto do ponto de vista individual – mudar de sexo – quanto do ponto de vista social – votar para presidente -, também trata esse mesmo adolescente como uma pessoa imatura, como uma “criança” quando a questão é puni-lo pelos crimes bárbaros que comete.

Desse modo, a revista desenvolve um cenário problemático quando o assunto são os jovens infratores de 16 anos, apontando, implicitamente, a impunidade que, segundo ponto de vista da IstoÉ, tem caracterizado o tratamento dado a esses adolescentes. De acordo com a referida revista, esse “tratamento incoerente” é um problema que “está na hora de o Brasil enfrentar de vez” – conteúdo presente na unidade (8).

A unidade (6), por sua vez, uma das partes mais salientes da capa de revista, apresenta ao leitor, em forma de pergunta – importante recurso argumentativo também já discutido -, uma forma de resolução, uma “chave”, uma “solução” para o problema explicitado nas unidades (7-8): “maioridade penal aos 16 anos?”.

Dessa forma, tanto na segunda quanto na terceira alternativa de organização da estrutura retórica, aqui consideradas, constatamos que os autores da capa da IstoÉ articulam e conectam porções escritas na busca de defender um ponto de vista favorável à redução da maioria penal: a maioria aos 16 anos, nesse contexto, seria a solução para que o Estado brasileiro deixasse de apresentar uma postura incoerente e passasse a punir devidamente aqueles que “cometem crimes bárbaros”.

É possível perceber, inclusive, que a expressão “maioria penal aos 16 anos?” além de ser a porção de maior destaque posta diante do leitor na capa, é também aquela que se encontra, mais diretamente, sob um “foco de luz”, presente na parte superior direita da revista. Como será mais bem examinado posteriormente, esse foco de luz presente no fundo da capa pode nos remeter à ideia de que a maioria penal aos 16 anos é a própria “luz no fim do túnel”, ou seja, reduzir a maioria penal é a “saída” para a sociedade brasileira diante desse contexto complexo e polêmico que envolve os adolescentes que praticam atos infracionais.

Diante dessa perspectiva de análise, na segunda e na terceira forma de organização da estrutura retórica da capa – representadas, respectivamente, pelos **diagramas 21 e 22** -, a partir do bloco de unidades (6-8), entre a porção (6), núcleo, e a porção (7-8), satélite, emerge a *relação retórica de solução*. De acordo com Pardo (2005, p. 140), a relação de solução é aquela em que o satélite explicita um problema, enquanto que o núcleo é a solução apresentada para este problema apontado.

Ao se considerar a interface entre a RST e a Multimodalidade nesse contexto, é possível observar que esse núcleo da estrutura retórica – a solução do problema - corresponde à porção verbal de maior saliência na capa, de acordo com a abordagem multimodal – a expressão “maioria penal aos 16 anos?” apresenta a maior fonte tipográfica do gênero, além da utilização da cor branca nessa parte do texto, o que faz com que ela se destaque em relação ao fundo azul. Além disso, a partir da construção de sentidos que se efetiva por meio das porções escritas, consideramos que o propósito comunicativo central dos autores não é o *problema* que envolve o assunto da maioria penal, mas sim a *solução* que a revista tem a oferecer ao leitor a partir da discussão desse tema.

Diante dessas questões, a presente tese, conforme já apontamos, não pretende afirmar, de maneira categórica, que porções textuais salientes – conforme abordagem multimodal – constituirão a porção núcleo nas combinações que se efetivam no interior dos vários gêneros de texto. No entanto, de acordo com a presente análise, assim como ocorreu na capa da Veja,

a parte do texto que está em destaque, em evidência na capa da IstoÉ corresponde à porção núcleo da estrutura retórica.

A segunda e a terceira possibilidades de organização da estrutura retórica se distinguem em função das relações de sentido que podem emergir entre as unidades (7) e (8). Na segunda perspectiva de análise – **Diagrama 21** -, o conteúdo presente na unidade (7) – satélite - pode tanto “motivar” quanto “justificar” o conteúdo presente na unidade (8): de acordo com a capa da IstoÉ, a contradição presente no tratamento dado pelo Estado brasileiro aos adolescentes de 16 anos ao mesmo tempo em que motiva, suscita o desejo de resolver, de solucionar essa polêmica, é também aquela que justifica, explica e legitima o direito dos autores de afirmar que “está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão”. A partir dessa ótica, portanto, entre a unidade (7), satélite, e a unidade (8), núcleo, podem emergir tanto uma *relação retórica de motivação* quanto uma *relação retórica de justificativa*. Ainda sobre essa alternativa de organização da estrutura retórica, ao associarmos a RST aos aspectos multimodais do texto, ressaltamos que, na relação entre as referidas partes textuais, a unidade (8), além de corresponder à porção núcleo da estrutura, é também aquela de maior saliência quando comparada à unidade (7). Conforme pode ser observado, o trecho escrito “Está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão” apresenta uma fonte maior comparado ao trecho escrito da unidade (7), além de estar destacado em amarelo, o que o faz se sobressair ainda mais em relação ao fundo azul da capa.

Na terceira e última alternativa de análise – **Diagrama 22** -, as funções apresentadas pelas unidades (7) e (8) se invertem: a unidade (7) passa a ser núcleo e a unidade (8), por sua vez, passa a ser satélite. De acordo com esse ponto de vista, a afirmação “está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão” é uma avaliação construída a partir do conteúdo apresentado pela unidade (7). Portanto, nesse contexto, entre a unidade (7), núcleo, e a unidade (8), satélite, emerge a *relação retórica de avaliação*.

Associando as perspectivas teóricas da RST às da GDV, considerando todas as alternativas de organização da estrutura retórica da capa da IstoÉ, é possível constatar que há quatro núcleos que se destacam: as porções escritas (3), (4), (5) e (6). No entanto, ao se considerar as especificidades do gênero “capa de revista” e seus respectivos propósitos de comunicação, os quatro núcleos, conforme apontado anteriormente, apresentam funções distintas no interior do arranjo textual, “pesos comunicativos diferentes” no que diz respeito ao processo de construção de sentidos da capa.

O núcleo (3) corresponde à expressão “IstoÉ”, uma porção de texto em grande destaque: apesar de aparecer por trás da imagem em terceiro plano, o nome da revista está escrito com a maior fonte em relação a todo o restante do texto; apresenta a cor branca que contrasta com o fundo azul, além de estar centralizado na parte superior da capa. Esse nome é o logotipo da revista, o qual carrega em si toda a identidade da mesma. De acordo com Ali (2015, p.56), como acontece com a maioria das revistas, ao fazer com que os logotipos permaneçam sempre os mesmos, os editores têm o objetivo de construir um “selo de identificação” entre os leitores, selo este que precisa ser sempre visível e facilmente reconhecido. Essa última autora destaca ainda que esse “selo”, essa “marca” se torna tão comum e reconhecível, que o leitor a assimila de tal forma que nem mesmo a lê, apenas “sabe que aquele logotipo está lá”. Diante dessas considerações, portanto, o núcleo formado pelo material verbal “IstoÉ” é fundamental para a constituição do gênero: esse núcleo é a principal identificação da revista, sua “marca”, o principal elemento para seu reconhecimento por parte dos leitores.

As porções escritas (4) e (5), por sua vez, apesar de se encontrarem na parte superior da capa, são núcleos que, entre os quatro acima citados, ocupam uma posição de menor saliência na capa. Esses núcleos, os quais correspondem às chamadas secundárias, são aqueles que apresentam conteúdos de relevância menor na edição da revista, não ocupando, assim, um lugar de destaque na organização espacial dos elementos textuais.

Ao contrário dos núcleos (4) e (5), o núcleo (6) é aquele de maior “peso” comunicativo, de maior relevância para o gênero em estudo: esse núcleo diz respeito à chamada da reportagem de capa, ou seja, à temática central, ao assunto mais importante da presente edição. Como já ressaltado, a relevância desse núcleo verbal é ainda mais marcada por sua posição central e em primeiro plano na capa, pelo uso da cor amarela contrastando com o fundo azul, pelo tamanho da fonte, além de outras particularidades de sua tipografia, as quais são fundamentais para sua caracterização.

A seguir será apresentada a análise da imagem central da capa da IstoÉ, de acordo com as categorias presentes na GDV.

4.3.1.2 A imagem na perspectiva da GDV

A capa da revista IstoÉ apresenta duas imagens: a primeira corresponde a uma pequena imagem do presidente do Paraguai, situada na extremidade esquerda, na parte

superior da capa. A segunda é aquela que se refere ao assunto da maioria penal, o tema principal da edição: a referida imagem apresenta um garoto branco, de cabelo aparentemente liso e castanho, vestido com uma blusa de mangas compridas e capuz e com uma calça jeans, o qual carrega um skate na mão esquerda e uma arma na mão direita. A imagem do garoto ocupa uma parte expressiva da capa da revista, a qual aparece no centro desse gênero e está situada atrás de três porções escritas – porções que também se encontram em posição central – e logo à frente do nome “IstoÉ”.

Ambas as imagens – assim como todo o restante das porções escritas – estão sobre um fundo azul, o qual apresenta uma tonalidade mais escura na esquerda que vai se tornando mais clara à medida que nos direcionamos para a direita. Na parte superior da direita, há nesse fundo uma parte branca, a qual se apresenta como uma espécie de “feixe de luz”, de forma que até mesmo o lado direito da blusa do garoto apresenta um marrom mais claro do que o do lado esquerdo.

Conforme já apontado, a presente tese se interessa pelo diálogo entre a capa de revista e a reportagem de capa. Dessa forma, a análise a ser desenvolvida terá como foco apenas a segunda imagem, uma vez que é esta que se refere ao assunto da reportagem principal desta edição: o tema da maioria penal no Brasil.

4.3.1.2.1 Metafunção ideacional

De acordo com a GDV, a imagem central da IstoÉ, a partir do ponto de vista da metafunção ideacional – ou “função de representação” - é uma representação narrativa e reacional: há a presença de um participante, o qual está envolvido em um processo de ação e reação. Esse processo reacional pode ser identificado pela linha do olhar do garoto representado, o que possibilita considerar que este participante interage com o próprio leitor. Além disso, a referida imagem se caracteriza como não transacional, uma vez que o olhar do adolescente se dirige para alguém fora da imagem.

4.3.1.2.2 Metafunção interpessoal

Conforme já apontado, por meio da metafunção interpessoal é possível investigar as relações que se constroem entre o participante representado e o leitor, analisando-se, em especial, como se constrói o “poder da imagem”. Conforme as categorias de análise da GDV, no que diz respeito à dimensão do olhar, a imagem do adolescente é uma imagem de

demanda, ou seja, o participante representado olha diretamente para o leitor, relacionando-se com este de maneira direta e pessoal.

Desse modo, na capa da IstoÉ, é possível identificar um participante que requer, que exige algo do leitor, de forma que é construída uma relação “imaginária” entre eles. Quando o olhar é desse modo direcionado na imagem, o participante demanda que seu leitor faça algo, convidando-o a se aproximar ou a se distanciar, por exemplo. Conforme será mais bem explicitado posteriormente, o garoto, que tem em suas mãos um skate e uma arma, olha para o leitor de maneira intimidadora, ameaçadora, o que promove o desenvolvimento de uma relação de “dominação” entre eles.

No que diz respeito à dimensão do enquadramento, há aqui uma imagem captada a uma distância menor, o que intensifica a relação social imaginária entre esse adolescente e o leitor, os quais estão, conseqüentemente, mais próximos. Assim, a imagem do garoto estabelece claramente uma interação com os leitores da capa, despertando-lhes reações, requerendo-lhes respostas diante daquilo que é exibido, revelado.

De acordo com a dimensão da perspectiva, qualquer imagem é vista por meio de um ângulo específico, por meio de um determinado ponto de vista. Por meio do ângulo horizontal, as relações de maior ou menor empatia são instituídas ou validadas; por meio do ângulo vertical, as relações de poder são estabelecidas ou ratificadas. Assim, na capa de revista em estudo, a partir da perspectiva do ângulo horizontal, há uma relação de empatia com o leitor, uma vez que o participante representado foi captado praticamente de frente, não se mostrando “alheio”, “indiferente”, mas sim disposto e pronto para interagir com aquele que lê a capa.

Na perspectiva do ângulo vertical, constatamos que o garoto olha de cima para baixo, o que lhe atribui “poder” em relação ao leitor, aquele com quem interage. Esse “poder” do adolescente em relação àquele que lê a capa corrobora a ideia de que se desenvolve entre eles um relacionamento em que o jovem é o “dominador”, é aquele que intimida, é quem “dita as regras” dessa relação. Nesse sentido, é importante observar também a expressão facial do garoto, a qual pode ser caracterizada não como uma expressão juvenil, ingênua ou imatura, mas, ao contrário disso, como uma expressão segura, uma expressão de quem se impõe e, até mesmo, de quem oprime o outro.

Em relação à modalidade, a figura do adolescente é uma imagem de modalidade alta, mais próxima do real. Assim, de acordo com Kress e Van Leeuwen (2006), dentre as quatro configurações básicas de modalidade⁴⁷, a imagem analisada se enquadra na “modalidade naturalística”, uma vez que apresenta “a ideia de ser tão próxima quanto à visão que teríamos dela ao vivo” (BRITO e PIMENTA, 2009, p. 103). Assim, todas as variações que envolvem cor, brilho, iluminação e profundidade, por exemplo, são o mais próximo possível da visão real que se teria. Desse modo, em relação aos critérios de modalidade, a imagem do garoto apresenta um grau significativo de detalhamento, em que se identificam claramente as roupas utilizadas pelo jovem, o skate em sua mão esquerda e a arma em sua mão direita. É importante destacar que esse tipo de modalidade é muito comum em imagens de cinema, jornais e revistas, como é o caso do suporte escolhido para o presente trabalho.

Há ausência de detalhes no fundo – a construção, por exemplo, de um “ambiente”, de um “cenário” onde esse jovem se encontra -, de forma que o participante representado é colocado à frente de um fundo predominantemente azul. Apesar da ausência de detalhamento, é preciso observar que há neste fundo uma modulação e uma diferenciação de cores, há também algumas nuances de iluminação: direcionando-se da esquerda para a direita, passa-se de um azul mais escuro para um azul mais claro, mais iluminado.

É possível perceber que à direita, na parte superior da revista, há uma predominância do branco, representado como uma espécie de “foco de luz”, caracterizando-se, assim, uma tonalidade mais clara e iluminada em comparação com o azul escuro da parte esquerda. Essa mudança de tonalidade escura - esquerda - para uma tonalidade mais clara - direita -, bastante marcada na parte superior da revista, também pode ser observada na mudança da cor marrom presente na blusa usada pelo garoto na imagem. Em discussões posteriores, a presente análise apresentará como, possivelmente, as características desse fundo se conectam e se relacionam com as porções escritas da capa, evidenciando-se, assim, como essas diferentes linguagens se articulam de maneira interessante na construção dos sentidos.

⁴⁷ O capítulo que trata da fundamentação teórica explícita, de acordo com Kress e Van Leeuwen (2006), cada uma das quatro configurações básicas de modalidade presentes nas diferentes imagens: a *modalidade naturalística*, a *modalidade abstrata*, a *modalidade tecnológica* e a *modalidade sensorial*.

4.3.1.2.3 Metafunção textual

A partir da metafunção textual, a disposição espacial dos elementos nos diferentes gêneros é analisada, de maneira que os “arranjos composicionais” que permitem a concretização de diferentes significados são estudados. A análise dessa composição dos textos é realizada por meio de três sistemas relacionados entre si: o *valor da informação*; a *saliência* e a *moldura*.

Por meio do sistema valor da informação, observando-se a totalidade da capa de revista, pode-se, verticalmente, traçar uma linha imaginária a partir do espaço entre as duas chamadas secundárias presentes na parte superior, possibilitando-se, dessa forma, a análise do lado esquerdo e direito. Enquanto isso, horizontalmente, pode-se traçar também uma linha imaginária abaixo da porção “está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão”, possibilitando-se, assim, a análise das partes superior e inferior.

Considerando as “linhas imaginárias” acima traçadas, na esquerda - espaço da informação dada -, encontra-se a parte em que a mão do garoto segura um skate; já na direita - espaço da informação nova -, encontra-se a parte em que a mão do garoto segura uma arma. Inicialmente, a figura do skate no espaço da informação dada pode remeter o leitor à ideia do adolescente que “brinca”, que se diverte e que gosta de praticar esportes “radicais”, características muito comuns a essa idade. A partir desse prisma, a presença do skate na imagem parece nos remeter ao “lado mais juvenil” que ainda se faz presente em um adolescente de 16 anos: essa informação, colocada no lado esquerdo do arranjo textual, já é conhecida e compartilhada entre o grupo de leitores. O skate, a partir dessa perspectiva de análise, pode representar o “brinquedo”, a “brincadeira”, o entretenimento com o qual o adolescente se envolve ou, até mesmo, o esporte radical pelo qual ele se vê atraído, desafiado.

Em contrapartida, a figura da arma no espaço da informação nova pode remeter o leitor à ideia dos crimes praticados por esse mesmo adolescente, o qual agora já não se mostra como aquele que se diverte ou pratica um esporte radical, mas, sim, aquele que é violento, agressivo e pode até matar. A partir desse ponto de vista, a informação dada seria a realidade de um adolescente que “brinca”, que gosta de esportes como o skate – características que podem descrever jovens que se encontram nessa fase da vida - e a informação nova seria a realidade de que esse mesmo adolescente pode ser também um criminoso, alguém que pode, até mesmo, cometer homicídios.

No entanto, ainda que o lado esquerdo da imagem por meio da figura do skate possa representar a informação - já conhecida pelo leitor - de que o adolescente, em seu processo de transição entre a fase juvenil e a fase adulta, mantém traços próprios de sua juventude, pode-se questionar, por exemplo, por que a capa de revista apresenta um skate e não outro objeto qualquer de entretenimento ou esporte, como uma bicicleta, uma bola de futebol ou mesmo algo tão comum entre os adolescentes, como o videogame, por exemplo.

Como afirmam os autores Kress e Van Leeuwen (2006) e tantos outros pesquisadores e estudiosos da linguagem visual já citados na presente tese, é fundamental considerar que, longe de serem meras ilustrações, “as imagens têm poder”. Portanto, as escolhas de cada material visual – escolhas que são orientadas por intenções comunicativas diversas e inseridas nos diferentes contextos - apontam, constroem e reforçam conceitos, ideias e sentidos que se constituem por meio de uma intensa interação entre autor/texto/leitor.

Dessa forma, pode-se dizer que a escolha pela figura do skate não foi uma escolha aleatória, uma escolha vazia de sentidos e intenções. O skate, considerado um esporte radical, foi inventado por volta da década de 1950, entre surfistas da Califórnia, nos Estados Unidos, os quais almejavam “surfar” nas ruas da cidade de Los Angeles. Na década de 1970, surge um grupo muito famoso de skatistas, os quais foram denominados “Z-boys”, muito conhecidos pela sua criatividade, irreverência e ousadia ao “surfar” pelas ruas da cidade de Santa Mônica⁴⁸.

É interessante observar que os jovens desse grupo, considerados pelos skatistas de todos os tempos como aqueles responsáveis pela criação de manobras famosas e radicais, são identificados na referência pesquisada como garotos de classe social não favorecida, que invadiam casas, passavam horas descendo e subindo paredes e piscinas vazias na Califórnia. Conforme fonte de pesquisa citada, esses garotos só deixavam o local invadido quando os donos dos imóveis e/ou a polícia os expulsavam.

Assim, ao se pesquisar a origem do skate, percebe-se que este é associado à ideia de uma prática mais radical, mais comum entre aqueles que são ousados, que se expõem a riscos. Percebe-se que esse objeto de entretenimento, esporte e trabalho (como no caso dos skatistas

⁴⁸ A origem e a história do skate foram consultadas a partir do endereço eletrônico *travinha.com.br > História dos Esportes > Radicais e Aventura > Skate*. A referida página da internet foi consultada em 11 de março de 2018.

profissionais) tem sua origem - a qual também pode ser questionada - apontada entre um grupo de jovens identificados socialmente como jovens “rebeldes”, como jovens “transgressores” de normas sociais, como jovens que, de alguma forma, representam um grupo mal visto, mal quisto pelas pessoas em geral. Possivelmente, a constituição desse “cenário negativo” em torno dos skatistas esteja sendo fomentado ao longo dos anos por meio de um senso comum e transferido a todos aqueles que, em diferentes épocas e lugares, dedicam-se a essa prática.

É muito importante salientar que, ao apresentar informações que de alguma forma caracterizam de maneira negativa a origem da prática do skate, a presente tese não tem o objetivo de alimentar ou ratificar os rótulos pejorativos que o senso comum muitas vezes atribui aos skatistas. Na verdade, a breve apresentação dessa origem tem a finalidade de apontar como, possivelmente, os conceitos sobre a identificação desse grupo, compartilhados socialmente, podem auxiliar àqueles que desejam fomentar e promover esse estereótipo depreciativo, o qual, na maioria das vezes, é (re)produzido e legitimado por meio de um consenso pouco crítico e, por vezes, preconceituoso.

Rampazzo (2012) realizou uma pesquisa etnográfica entre jovens praticantes de skate em um bairro da cidade de Porto Alegre/RS. A partir desse contexto urbano, o pesquisador acompanhou o cotidiano dos jovens na pista de skate, buscando compreender os desdobramentos da relação desse esporte como prática no lazer desses jovens com outros aspectos de seu cotidiano, como a família, a educação e o trabalho. O autor faz uma interessante consideração acerca dos rótulos recebidos pelos jovens skatistas:

Na pesquisa bibliográfica (...) encontrei pouco consenso entre os autores das inúmeras vertentes teóricas que circunscrevem o debate sobre os jovens. Contudo, fui alertado pelos pesquisadores e pelos produtores das obras que consultei para este trabalho, sobre a necessidade de me desvincular do entendimento acerca dos jovens e da juventude a partir de imagens e descrições estereotipadas, que, recorrentemente, são sustentadas pelo senso comum. Em vista disso, me esforcei para não me vincular aos estereótipos, que, por vezes, classificavam os jovens como marginais, rebeldes (sem causa), vagabundos, entre outros. Esses rótulos, ou estereótipos, acabam por ser imposições de fora, e pouco refletem, ou traduzem os significados que os jovens têm sobre si mesmos. (RAMPAZZO, 2012, p. 11)

Diante de todas essas considerações, é possível avaliar, portanto, que a IstoÉ, ao tratar da polêmica da maioridade penal em sua capa, escolheu associar a figura do garoto – aquele que representa os adolescentes de 16 anos que praticam atos infracionais – à ideia estereotipada e preconceituosa de um jovem skatista “rebelde”, “transgressor das normas de

convivência social” e, especialmente, perigoso, ameaçador – já que esse adolescente, junto do skate, carrega também uma arma de fogo. Retomando a ideia de que o lado esquerdo, segundo a GDV, constitui-se como o espaço da informação dada, já compartilhada entre os leitores, a revista, para identificar e caracterizar esse adolescente que “comete crimes bárbaros”, parte desse mesmo estereótipo negativo acima descrito e discutido.

Retomando o *lado direito* da imagem - parte em que a outra mão do garoto segura uma arma – tem-se uma possível representação dos crimes cometidos por esse adolescente. Assim, a informação nova apresentada ao leitor é o fato de que esse mesmo jovem que pratica skate, rotulado como “marginal” e “rebelde” – conforme estereótipo já dividido com o leitor – é também o jovem que pratica violência, que manuseia uma arma, que pratica “crimes bárbaros”.

Para corroborar essa associação feita na capa da revista entre o jovem “rebelde” que pratica skate (lado esquerdo) e o jovem criminoso (lado direito), está a escolha da roupa, em especial da blusa de frio com capuz, utilizada pelo participante representado. A cor, a blusa com mangas longas e, principalmente, a presença do capuz “escondem”, “ocultam” a figura do garoto, de forma que seu rosto e cabelo não estão completamente à mostra na imagem. Essa escolha de assim representar o adolescente aponta não para um jovem imaturo, inseguro e que, como ainda mantém alguns traços juvenis, também se diverte e pratica esporte, mas para um adolescente praticamente adulto que, de alguma forma, procura se ocultar, se esconder frente aos crimes que pratica.

Como sinalizado anteriormente, a promoção do estereótipo em torno da figura do skatista pela IstoÉ provocou uma repercussão revoltosa entre os amantes do skate, os quais repudiaram por completo a publicação. Assim, retomando aspectos relacionados à metafunção interpessoal e os associando a aspectos da metafunção textual, é relevante destacar o impacto social causado pela publicação da IstoÉ entre os leitores. Marcelo Santos, presidente da Confederação Brasileira de Skate (CBSk), redige uma carta endereçada a Delmo Moreira, redator chefe da IstoÉ, repudiando a imagem escolhida pela revista e explicitando um pedido de retratação:

(...) sentimos muito tal associação do Skate com a criminalidade e sentimos como um duro golpe ao sério trabalho que é realizado há mais de 40 anos, por muitos brasileiros amantes desta modalidade e profissionais da área. Sentimo-nos muito prejudicados com esse fato e tememos por uma discriminação por parte de alguns segmentos da sociedade, além de nos preocuparmos com a retração que tal fato pode gerar nos investimentos em tal esporte. O que nos chama bastante a atenção e

cremos ser o fato que causou tanto revolta na comunidade skatística nacional, é que não existe nenhum dado oficial, nenhuma pesquisa ou estatística que justifique essa associação de menores infratores e criminosos com a prática do Skate. Nesse sentido, solicitamos que Vossa Senhoria se digne a informar aos leitores da revista IstoÉ, com o devido destaque e de preferência através de uma ampla reportagem, que os skatistas não devem ser associados ao crime e à nenhuma prática delituosa (...)⁴⁹.

A partir da análise realizada, até aqui, acerca da imagem presente no gênero em estudo, é possível articular diferentes características, a saber: **(a)** a ideia de “poder” associada ao adolescente que olha para o leitor de cima para baixo; **(b)** a expressão segura e intimidadora presentes na face do participante representado; **(c)** o estereótipo de um jovem rebelde e transgressor das normas sociais – (re)produzido e fomentado por meio da figura do skate -; **(d)** a presença da arma na mão direita – remetendo-nos à ideia de agressividade, de violência praticada pelo jovem -, além das **(e)** características das roupas utilizadas pelo garoto – roupas que ocultam a imagem desse adolescente e fomentam um estereótipo de violência.

Ao unirmos cada um desses aspectos da imagem anteriormente descritos ao conteúdo das porções escritas – parte do texto em que claramente se questiona a forma como o Estado brasileiro trata o menor infrator -, é possível constatar que a capa da IstoÉ, como um todo, está completamente direcionada para a construção da ideia de um adolescente que não é a vítima, mas o culpado, o responsável pelos atos que comete. Em vista disso, a capa não constrói a imagem de um adolescente inconsciente, “incapaz” de ser punido como um adulto pelos atos infracionais que pratica; a capa não aponta para o adolescente como um indivíduo em desenvolvimento, como um ser imaturo em transição para a fase adulta. Ao contrário disso, a capa constrói a imagem de um adolescente “transgressor”, de um jovem “senhor de si”, que toma decisões importantes, que é agressivo, que é violento e, especialmente, que é cômico diante daquilo que faz. Assim, a partir do ponto de vista desenvolvido, esse mesmo adolescente deve ser tratado como adulto e não “como criança”: a capa da revista, por meio dos diferentes modos semióticos que explora, apresenta ao leitor, claramente, seu posicionamento favorável à redução da maioria penal no Brasil.

Como será constatado a seguir, em relação à análise do lado esquerdo (informação dada) e direito (informação nova), há ainda características do fundo da capa que serão

⁴⁹ A carta redigida pelo presidente da Confederação Brasileira de Skate (CBSk), Marcelo Santos, pode ser lida na íntegra através do endereço eletrônico <http://campeonatosdeskate.com.br/2013/05/14/capa-da-revista-isto-e-edicao-2267.html>.

descritas e discutidas⁵⁰, as quais também são relevantes para a compreensão da construção de sentidos em direção à defesa do ponto de vista a favor da redução da maioria criminal.

Retomando as linhas imaginárias traçadas na capa examinada, é possível identificar, assim como o lado direito e esquerdo, as partes superior e inferior. Conforme pode ser observado, a apresentação do tema da maioria penal aos 16 anos se encontra na parte superior (espaço do ideal), no campo das idealizações, no lugar das discussões, já que este é um assunto que ainda se encontra no “mundo” das ideias, um projeto de lei que, até aquele momento, não se efetivou na realidade.

Em contrapartida, na parte inferior (espaço do real), por meio da figura do skate e da arma nas mãos do adolescente – e todas as outras questões anteriormente discutidas em torno desses elementos da imagem -, explicita-se o que, de fato, segundo a revista, tem ocorrido na realidade: adolescentes rebeldes e ousados praticam crimes bárbaros.

No que diz respeito ao espaço central e às margens da capa, é possível descrevermos alguns aspectos. A pergunta “maioria penal aos 16 anos?” está no centro da capa, ocupando, em primeiro plano, o espaço de maior relevância. Por trás dessa porção escrita, também na posição central, está a imagem do garoto, a qual ocupa uma parte considerável do texto como um todo. Como já apontado na fundamentação teórica, o centro da composição textual é precisamente reservado para as informações de maior relevância - no caso específico do gênero em estudo, a parte central é reservada para a chamada da reportagem principal.

Nas margens superiores estão as chamadas secundárias acerca de outros conteúdos da edição em estudo, as quais se referem às reportagens de menor destaque na revista. Além disso, na margem inferior à direita, encontram-se também informações como “exemplar de assinante”, data, ano e número da edição, valor da revista, assim como o logotipo da editora.

No que se refere à saliência, os elementos de maior destaque no arranjo textual, como já apontado, estão ocupando a posição central, os quais são: a pergunta “maioria penal aos 16 anos?”, em primeiro plano, e a imagem do garoto, em segundo plano. Sobre o primeiro elemento em saliência, podemos destacar as seguintes características:

⁵⁰ As características acerca do lado esquerdo e direito do fundo da capa serão explicitadas na parte da análise que trata da emergência das relações retóricas entre porções escritas e imagem. Realizar posteriormente a discussão acerca desses aspectos do fundo contribui para que fique mais claro o funcionamento das relações retóricas que emergem por meio da articulação entre texto verbal e imagem nesse gênero de texto.

- a) a pergunta “maioridade penal aos 16 anos?” está destacada com a cor amarela e apresenta uma fonte maior e mais espessa em relação às outras porções escritas;
- b) as letras estão bastante expandidas no espaço horizontal da capa;
- c) as letras estão em formato tipográfico e sem curvaturas, o que é condizente com o grau de formalidade de uma capa de revista que trata do assunto em questão;
- d) há uma pequena separação entre as palavras;
- e) todas as letras estão em caixa alta, de maneira que a organização delas é regular, já que não há variação entre letras altas e baixas;
- f) o formato das letras também é regular e o alinhamento está centralizado.

Como se pode observar, uma parte significativa das características desse primeiro elemento se relaciona com a questão da formalidade do gênero textual e assunto em questão. Além disso, é importante ressaltar que a presença desses aspectos formais confere credibilidade à revista de circulação nacional.

Considerando a interface entre a RST e a GDV por meio do gênero em estudo, observamos que o trecho escrito “maioridade penal aos 16 anos?”, identificado como o elemento mais saliente da composição textual, é também descrito pela RST como um dos principais núcleos da estrutura retórica. A partir da abordagem multimodal, torna-se evidente que esse núcleo da estrutura não se apresenta e, portanto, não pode ser visto da mesma forma que os outros núcleos descritos. Desse modo, quando se observa a maneira como a organização retórica da capa se constitui, há a identificação de vários núcleos verbais; no entanto, com o auxílio de um “olhar multimodal”, constata-se que as diferentes porções escritas não são núcleos com o mesmo grau de saliência, não ocupando assim o mesmo espaço de relevância no gênero capa de revista.

Por último, gostaríamos de destacar a formação de algumas “molduras” na capa da IstoÉ. De acordo com as explicitações presentes no capítulo teórico, enquanto os vetores conectam elementos em uma imagem – como o olhar do participante representado, por exemplo -, as molduras, por meio de linhas imaginárias, desconectam esses elementos, apontando aqueles que pertencem ou não a um determinado “núcleo informativo” comum. Para uma capa, as molduras são fundamentais em sua organização espacial, já que esse gênero se organiza por meio do propósito comunicativo de apresentar diferentes assuntos, diferentes

temas que serão desenvolvidos no interior da revista, promovendo, portanto, a constituição de alguns “núcleos informacionais”, de algumas molduras independentes.

Nessa perspectiva, na parte superior da capa, estão presentes duas pequenas molduras, as quais são constituídas pelas chamadas das reportagens secundárias da revista – no caso da chamada secundária da esquerda, a moldura é composta tanto pelo texto quanto pela imagem. Uma terceira moldura é definida pela logomarca da revista, a qual, conforme a disposição dos elementos, está desconectada das duas molduras na parte superior e do restante das porções escritas e imagem que se encontram abaixo dele.

A quarta moldura, por sua vez, é constituída pelas porções de texto (6), (7) e (8), conforme estrutura retórica do texto, em conjunto com a imagem do garoto, a qual está diretamente “conectada” ao conteúdo dessas porções escritas. A quinta moldura corresponde ao conjunto de informações “exemplar de assinante”, “venda proibida”, data da publicação, ano da revista, número da edição e valor de venda. A sexta e última moldura corresponde ao logotipo da editora que publica a revista IstoÉ.

Ao retomarmos mais uma vez as interfaces entre a RST e a abordagem multimodal, constatamos que outras associações teóricas podem ser realizadas. A partir da metafunção textual, é interessante observar que o sistema de molduras dialoga bem de perto com a divisão das unidades de informação da macroestrutura da organização retórica da capa. Assim, é possível constatar que as molduras identificadas segundo a perspectiva da GDV correspondem aos diferentes blocos de informação identificados na perspectiva da RST para se analisar as relações de sentido que emergem entre as diferentes partes da composição textual.

A seguir, serão apresentadas e discutidas as relações retóricas que emergem entre a imagem do adolescente na capa e as porções escritas da chamada principal, conforme critério da plausibilidade.

4.3.1.3 Relações retóricas entre as porções escritas e a imagem

Na capa da IstoÉ, as porções escritas (6), (7) e (8) - conforme estrutura retórica discutida anteriormente a partir do conteúdo verbal⁵¹ – se relacionam diretamente com a

⁵¹ A porção (6) corresponde à pergunta “Maioridade penal aos 16 anos?”; a porção (7) corresponde ao trecho “eles votam para presidente, agora podem até mudar de sexo, mas são tratados como criança quando cometem crimes bárbaros” e a porção (8) corresponde ao trecho “está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão”. A

imagem do garoto e com todo o fundo do texto. Dessa forma, nessa parte do trabalho serão apresentadas as possíveis relações retóricas que emergem entre as porções escritas acima citadas, a imagem do adolescente e o fundo da capa. No entanto, antes da análise propriamente dita, julgamos relevante esclarecer porque o presente estudo considera o conjunto de partes escritas (6-8) como a *porção núcleo* e o conjunto imagem e fundo como a *porção satélite*.

A partir da organização espacial dos diferentes elementos na capa, observa-se que as porções verbais (6-8) se encontram em primeiro plano, apresentando-se assim com maior destaque; a imagem do garoto está logo atrás dessas porções, em segundo plano; em seguida, encontram-se o nome da revista e as chamadas secundárias e, por último, a presença do fundo. Dessa forma, ao considerarmos as características multimodais desse gênero, as porções (6-8) são as primeiras colocadas diante do leitor, são aquelas que apresentam o conteúdo central do texto, são as unidades mais relevantes para a satisfação dos objetivos comunicativos dos autores da capa de revista. Tais características, de acordo com a presente análise, são justificativas suficientes para reconhecer esse conjunto de porções como o núcleo dessa *combinação multimodal*.

Para a discussão e compreensão da relação entre o texto e a imagem na capa da IstoÉ, é relevante que algumas questões já apontadas anteriormente sejam retomadas. Como explicitado, a imagem do adolescente – e todos os elementos que a compõem – se conecta intrinsecamente com as porções escritas (6), (7) e (8). Assim, consideramos que o participante da imagem representa, precisamente, o adolescente de 16 anos descrito pela revista, o qual, de acordo com a unidade (7), toma decisões importantes como votar em presidente e mudar de sexo, mas, ao mesmo tempo, “é tratado como criança quando comete um crime bárbaro”. Além disso, esse jovem de 16 anos da imagem também é o foco das discussões no momento em que o governo brasileiro “enfrenta de vez” as questões que envolvem o assunto da maioridade criminal – conteúdo da unidade (8).

Ao se investigar como o material visual e verbal se articulam para a construção de sentidos, constatamos que a ideia de um Estado brasileiro que se mostra incoerente em relação ao tratamento dado aos adolescentes infratores – remetendo o leitor à ideia de impunidade, já

organização e distribuição das porções escritas do texto na capa foram explicitadas quando a análise da capa tratou, particularmente, da emergência das relações retóricas entre porções escritas.

que, segundo a revista, esses jovens não são punidos como deveriam – é complementada e reforçada pela imagem de um jovem intimidador, “senhor de si”, que se dirige ao outro por meio de um olhar que demonstra “poder” e “intimidação”, olhando para o leitor de cima para baixo.

Além disso, apresentado a partir de um estereótipo que caracteriza o jovem skatista como “rebelde” e “transgressor das leis”, o participante representado na imagem carrega em sua mão uma arma, o que o torna ainda mais agressivo, ameaçador, dominador e, principalmente, perigoso. Assim, conforme já sinalizado, considerando as características anteriormente apresentadas acerca da imagem do adolescente e considerando também as discussões acerca do conteúdo presente nas porções escritas, é possível concluir que os diferentes modos semióticos se associam para construir a defesa de um ponto de vista favorável à redução da maioria penal no Brasil.

Realizadas as considerações sobre a articulação entre as porções escritas e a imagem na capa, a presente análise, por meio do critério da plausibilidade, considera que entre esses dois modos podem emergir relações de sentido distintas, conforme será explicitado a seguir. De acordo com Pardo (2005, p.138), na *relação retórica de interpretação*, o satélite apresenta um conjunto de ideias que não está exatamente expresso no núcleo. No entanto, de acordo com essa mesma definição, o leitor reconhece que esse conjunto de ideias presente no satélite se deriva desse mesmo núcleo.

A partir da combinação entre as porções (6-8) e a imagem do adolescente, é possível observar que o material visual – satélite -, apesar de não apresentar em si mesmo todas as questões levantadas pelas porções escritas, estabelece uma estrita relação com o conteúdo verbal – núcleo. Ao investigarmos a conexão entre esses dois modos, consideramos possível que a imagem se configure a partir do conteúdo desenvolvido na parte escrita, de forma que essa representação se constitui como uma espécie de “interpretação visual”, como outra “versão” daquilo que é apresentado por meio das informações presentes nas porções escritas.

Nessa perspectiva, a imagem do adolescente - vestido de calça jeans, blusa de mangas compridas e capuz, com um skate na mão esquerda e uma arma na mão direita, exercendo “poder” sobre o leitor - “interpreta”, configura-se como uma “significação visual” do que seria esse adolescente “tratado como criança quando comete crimes bárbaros”. É a partir das características desse adolescente “interpretado” por meio da imagem que a revista reforça sua argumentação, fomenta seu ponto de vista, compartilhando com o leitor sentidos por meio de

uma linguagem visual que lhe desperta o interesse. Dessa forma, é plausível apontar que entre as porções escritas (6-8) e a imagem do garoto emerge uma *relação retórica de interpretação*.

Mann e Thompson (1983) apontam que na *relação retórica de reformulação*, o satélite reafirma o conteúdo presente no núcleo. Para exemplificar essa afirmação, os autores utilizam as seguintes porções: “Eu sou pacifista” (núcleo). “Sou contrário a toda guerra” (satélite). A partir desse exemplo, é possível perceber que, de fato, a segunda porção traz o mesmo conteúdo que a primeira, porém o faz de maneira distinta, reforçando o que foi dito anteriormente. De acordo com esse mesmo ponto de vista, Pardo (2005) destaca que na relação retórica de reformulação, satélite e núcleo apresentam um grupo de ideias comparáveis e que o núcleo é mais central para a satisfação dos objetivos do escritor.

A partir das definições dos autores acima apontados, podemos considerar que o material verbal e o material visual apresentam ideias comparáveis. Além disso, toda a construção da imagem, de fato, “reafirma” as informações desenvolvidas na parte escrita: como já discutido, a imagem, inclusive, “reforça”, “realça” o ponto de vista defendido por meio do conteúdo verbal, apresentado um adolescente que, longe de ser uma criança que não sabe o que faz, mostra-se “senhor” de seus atos e de suas escolhas, cômico do poder agressivo que exerce sobre o outro. Diante disso, entre esse conjunto de porções escritas e a imagem é admissível a emergência da *relação retórica de reformulação*, de maneira que a parte escrita caracteriza-se como núcleo, a qual, apresentada imediatamente ao leitor em primeiro plano, revela-se mais importante para a satisfação dos propósitos comunicativos do autor da capa.

A partir desse prisma, é razoável dizer que a imagem do garoto é uma representação, uma “reformulação visual” do grupo de jovens de 16 anos apontado na capa. De acordo com as descrições anteriores dessa imagem a partir da GDV de Kress e Van Leeuwen (2006), tanto o skate na mão esquerda, o revólver na mão direita, as roupas utilizadas pelo garoto, suas expressões faciais e seu “poder” em relação ao leitor são elementos que não apenas se conectam com o que é dito nas porções escritas, mas são elementos que estão, principalmente, “reformulando” as informações presentes nesse núcleo verbal. Como resultado da emergência dessa relação de sentido, o leitor reconhece o mesmo conteúdo tanto no texto quanto na imagem, porém “materializado” de forma distinta.

É interessante observar que entre o modo escrito e o modo visual também se constitui uma relação de parte-todo: ao se referir ao adolescente de 16 anos, o modo escrito aponta para esses jovens enquanto grupo, aponta para a coletividade desses adolescentes como um todo –

tem-se, por exemplo, a utilização do pronome “eles” no início da unidade (7). A imagem, por sua vez, apresenta uma parte desse todo, apresenta um representante desse grupo de jovens, excluindo, por exemplo, as adolescentes do sexo feminino. Nessa relação de parte-todo, a imagem, portanto, representa, a partir de um grupo maior apontado no núcleo, o que seria, de acordo com a visão da revista, esse adolescente de 16 anos. Pode-se considerar, portanto, que entre o texto escrito - o “todo” - e a imagem do garoto - a “parte” - emerge também a *relação retórica de elaboração*.

A imagem do adolescente também pode ser vista como a porção satélite que motiva o leitor da capa de revista a ler o conteúdo escrito. Nessa perspectiva, o material visual, selecionado e organizado de maneira a atrair a atenção do leitor, é aquele que impulsiona a leitura desse último, despertando-lhe o interesse acerca das informações presentes na chamada principal da capa. Assim, entre a imagem e o texto escrito também pode emergir uma *relação retórica de motivação*.

A partir da interface entre a RST e as categorias de análise da GDV, é possível constatar que entre os diferentes espaços definidos no interior da capa de revista – esquerda (dado) e direita (novo) e parte superior (ideal) e parte inferior (real) – também podem emergir diferentes relações de sentido. De uma maneira geral, a partir do eixo horizontal – esquerda e direita – as “partes” estão muito conectadas, uma vez que aquilo que é apresentado como novo se deriva diretamente daquilo que foi apresentado como informação dada, o que, de certa forma, promove uma relação de “continuidade” entre as partes. Por outro lado, a partir do eixo vertical – parte superior e inferior – as “partes” estão um pouco mais “soltas”, um pouco mais desconectadas, uma vez que não há essa relação de continuidade entre elas.

Por meio dessa perspectiva, o presente estudo considera que na capa da IstoÉ, a partir do critério da plausibilidade, entre a esquerda e a direita podem emergir diferentes relações retóricas: a *relação retórica multinuclear de contraste*, a *relação retórica de resultado* ou a *relação retórica de evidência*. Essas relações de sentido irão se manifestar de acordo com a leitura e compreensão que se tem da figura do skate como informação dada.

Isso quer dizer que, se a figura do skate for compreendida como aquela que representa o “brinquedo”, a “diversão” ou o esporte praticado pelo adolescente, entre o lado esquerdo e o lado direito emerge a *relação de contraste*. A emergência dessa relação se justifica uma vez que a esquerda representa a ideia do adolescente que ainda mantém traços juvenis em sua personalidade, a ideia de um jovem que, como qualquer outro garoto dessa idade, diverte-se e

pratica esporte; a direita, por sua vez, opondo-se à ideia da esquerda, representa o adolescente que é violento, agressivo, que não brinca, mas mata.

No entanto, se a figura do skate for compreendida pelo leitor como aquela que (re)produz o estereótipo do adolescente “rebelde”, “vagabundo” e “transgressor da norma”, entre o lado esquerdo e o direito podem emergir tanto a *relação de resultado* quanto a *relação de evidência*. Nessa perspectiva de análise, o ato de cometer crimes, representado pela figura da arma no lado direito da imagem, poderia ser tanto a *evidência* quanto o *resultado* proveniente de um grupo de jovens já caracterizados e aceitos socialmente como rebeldes e transgressores da ordem estabelecida. Dessa forma, o ato de “cometer crimes bárbaros” pode ser tanto a *consequência* como um *aspecto que evidencia* um grupo de adolescentes que já é mal visto pela sociedade, um grupo do qual as pessoas já esperam as piores escolhas e as mais desastrosas consequências. Portanto, para que emergja uma ou outra relação retórica entre o lado esquerdo e direito da imagem, é preciso primeiro considerar como o leitor irá construir os diferentes sentidos em torno da figura do skate.

Ainda na perspectiva do interior da capa como um todo, entre a parte superior e inferior pode emergir uma relação multinuclear de contraste, uma vez que são contrários os contextos apresentados: o primeiro - parte superior - refere-se ao mundo das ideias, em que os atos dos adolescentes estão apenas sendo discutidos, avaliados; enquanto isso, o segundo contexto - parte inferior - refere-se ao mundo real, em que os adolescentes, independentemente da forma como são caracterizados e vistos pela sociedade brasileira, estão, de fato, cometendo “crimes bárbaros”.

Após a investigação sobre como a imagem do adolescente se conecta às porções escritas da chamada principal, está reproduzida abaixo a capa da IstoÉ com todas as suas partes devidamente delimitadas. Logo em seguida, são apresentados quatro diagramas: o **Diagrama 23**, o **Diagrama 24**, o **Diagrama 25** e o **Diagrama 26**. Esses esquemas arbóreos representam possibilidades de organização da estrutura retórica da capa da IstoÉ, considerando as combinações entre a imagem e as porções escritas.



Realizadas as discussões a respeito das relações retóricas que emergem entre as porções (6-8) e a imagem do adolescente e apresentadas também as relações de sentido que podem emergir entre os diferentes espaços presentes no interior do próprio material visual, serão explicitadas, a seguir, possíveis relações que podem se manifestar entre as porções escritas da chamada principal e o fundo azul da capa. De acordo com a presente análise, a variação de tonalidade das cores do fundo estabelece uma conexão bastante significativa com as informações presentes no conjunto de porções (6-8). Dessa forma, selecionamos duas perspectivas que julgamos plausíveis para compreender o processo de construção de sentidos a partir da relação entre o conteúdo verbal e o fundo da capa.

De acordo com a primeira perspectiva – a qual considera especialmente a relação entre o fundo e a porção verbal (8) “Está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão” -, o azul escuro da parte esquerda e o azul mais claro da parte direita representam diferentes períodos sócio-políticos do Brasil, a partir dos quais o tema da maioria penal aos 16 anos ora é colocado na “pauta” das discussões realizadas pelas autoridades políticas, ora é um assunto ignorado, “não enfrentado” por essas mesmas lideranças.

A partir desse ponto de vista, a parte azul mais escura, presente no lado esquerdo da capa, representa o período sócio-político brasileiro em que o assunto sobre a “maioridade penal aos 16 anos” não está em discussão; representa, assim, um momento em que as questões que envolvem esta polêmica não estão sendo debatidas, esclarecidas, solucionadas pelas autoridades políticas. Assim, a cor azul escuro remete ao fato de que esse tema está, de certa forma, “oculto”, “obscuro”, uma vez que “o Brasil ainda não enfrentou de vez essa questão”.

Enquanto isso, o lado direito com as cores azul e marrom em tons mais claros – parte que representa a informação nova, ainda não compartilhada com o leitor - aponta para o período sócio-político em que essa polêmica é colocada em discussão, de forma que as questões que a envolvem deixam de ser ignoradas, deixam de ser obscuras e, visto que são “colocadas em pauta” para serem debatidas e definidas, tornam-se mais “claras”, mais “vistas aos olhos de todos”.

Conforme essa perspectiva, para apontar o momento em que as autoridades políticas brasileiras decidem “enfrentar de vez” a polêmica que envolve os adolescentes menores infratores, na parte superior do lado direito da capa é nitidamente identificada uma espécie de luz branca. Essa luz branca, unida ao texto escrito, tem papel fundamental na construção dos sentidos: o tema da redução da maioria penal para 16 anos está sob um “foco de luz”, já

que este representa o momento em que as autoridades brasileiras colocam essa polêmica em debate. Assim, a cor branca, ou seja, o foco de “luz” aponta para o “enfrentamento da questão”, para esse importante período em que a questão da maioria criminal é tratada e esclarecida a partir do contexto político brasileiro, momento este destacado pela capa da revista.

A segunda perspectiva, por sua vez, considera mais especificamente a conexão entre o foco de luz branca presente à direita da parte superior da capa com a porção de texto (6) – “maioridade penal aos 16 anos?” – a qual é a porção mais central, mais em destaque na capa da IstoÉ. De acordo com essa segunda concepção, o leitor é levado a se sentir incomodado, a se indispor diante da atitude contraditória do Estado brasileiro de considerar adolescentes de 16 anos suficientemente maduros para tomar importantes decisões - conferindo-lhes direitos como votar e mudar de sexo – e, ao mesmo tempo, tratar esses jovens como imaturos, “incapazes” de sofrer devidamente as consequências diante dos “crimes bárbaros” que cometem. Diante dessa incoerência presente no tratamento dado a esse adolescente, ao leitor, implicitamente, é “lançada” a ideia de “impunidade”, já que adolescentes estão cometendo crimes bárbaros e não estão sendo devidamente penalizados por isso.

Assim, segundo a capa da IstoÉ, diante desse cenário paradoxal que envolve as leis brasileiras, o leitor é motivado a aceitar a avaliação feita pelos autores da capa na porção (8): “está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão”. É a partir desse contexto de “enfrentamento da questão”, desse contexto de “busca por soluções” que a capa apresenta ao leitor, sob um “foco de luz”, a redução da maioria penal para 16 anos como uma “alternativa”, como um “caminho”, como “uma luz no fim do túnel” para se resolver as incoerências presentes no tratamento oferecido aos adolescentes que cometem crimes.

Retratar o tema da redução da maioria penal de maneira saliente e apresentá-lo em formato de pergunta são recursos argumentativos eficientes, já que a revista, por meio dessas estratégias, além de captar a atenção do leitor, conduz este último a aderir a essa ideia, a considerar a redução da maioria para 16 anos a partir de um ponto de vista bastante positivo. Tal afirmação se justifica uma vez que é possível perceber que o questionamento apresentado na capa não tem como principal objetivo apenas provocar uma reflexão, mas sim conduzir o leitor a partir de uma visão construída pela própria revista, ou seja, um ponto de vista que considera a redução da maioria penal como uma “solução” para o problema que envolve jovens criminosos menores de 18 anos. Por meio dessa ótica, ao reduzir a maioria

penal, os jovens “tratados como crianças” pelo Estado, serão devidamente punidos, responsabilizados pelos atos que praticam.

É interessante destacar também que a partir dessa segunda perspectiva de análise, o lado esquerdo do fundo, parte da capa que traz a informação dada, já conhecida pelo leitor, pode representar a maioria penal aos 18 anos, enquanto que o lado direito, parte que apresenta a informação nova, pode representar a maioria penal aos 16 anos. Assim, a informação dada, a já conhecida maioria penal aos 18 anos é apresentada ao leitor por meio de um contexto problemático, por meio de um contexto de “incoerência”, de “impunidade”, enquanto que o “novo” - a redução da maioria para 16 anos - é apresentado em destaque, sob um foco de luz, como uma importante solução para os problemas já compartilhados junto aos leitores no âmbito penal.

Diante dessas duas possibilidades de análise - tanto aquela em que o fundo da capa está mais conectado à avaliação presente na unidade (8) quanto aquela em que o fundo, especialmente a luz branca da parte superior-direita, está mais conectado à unidade (6) -, é possível reconhecer que há uma relação bastante intrínseca entre a variação de tonalidades e cores e o modo semiótico da escrita. Assim como ocorreu na relação entre o conjunto de unidades (6-8) e a imagem do garoto, podemos, aqui, também considerar plausível que o fundo da capa de revista tanto “interpreta” o conteúdo das informações presentes no texto verbal, quanto “reformula” esse mesmo conteúdo.

Dessa forma, o fundo, a partir de todos os aspectos que o caracterizam, pode constituir uma “perspectiva visual”, uma “significação não verbal” das informações desenvolvidas pelas porções escritas. Do mesmo modo, esse fundo pode também “reafirmar”, “reforçar” o conteúdo das unidades escritas, apresentando-o, porém, de maneira distinta. Portanto, entre o fundo (satélite) e o texto verbal (núcleo) podem se manifestar tanto uma *relação retórica de interpretação* quanto uma *relação retórica de reformulação*, conforme definições de ambas as relações explicitadas anteriormente.

Ao emergir e configurar a conexão entre esses diferentes modos semióticos – a escrita e as cores -, a materialização e funcionamento dessas relações de sentido permitem ao leitor reconhecer que núcleo e satélite se inserem dentro de um mesmo processo argumentativo, em que diferentes linguagens se articulam para a defesa do ponto de vista desenvolvido na capa da IstoÉ como um todo.

Nas seções seguintes, o presente estudo apresenta a análise da reportagem de capa da revista IstoÉ, conforme os mesmos procedimentos utilizadas na investigação da matéria principal da revista Veja.

4.3.2 Análise da reportagem de capa

A revista IstoÉ, diferentemente da revista Veja, não apresenta o tema da maioria penal por meio de diferentes reportagens. A única reportagem de capa trazida pela revista tem como título “Os jovens criminosos e a maioria penal”. Conforme será detalhado a seguir, considerando apenas as conexões entre as porções escritas, o referido texto apresenta em sua organização retórica treze (13) unidades de informação, ou seja, 13 porções distintas de texto verbal. Considerando, por sua vez, as combinações entre o texto escrito e a imagem, a reportagem de capa da IstoÉ apresenta vinte e cinco (25) porções, entre as quais emergem as diferentes relações retóricas que serão descritas a seguir.

A reportagem de capa em estudo está reproduzida abaixo com todas as suas partes delimitadas. Como já esclarecido na análise da revista anterior, grande parte das porções textuais apresenta duas numerações diferentes: a numeração menor corresponde à organização retórica a partir de combinações apenas entre porções escritas (1ª parte da análise) e a numeração maior corresponde à organização retórica a partir das combinações entre o material verbal e o visual (2ª parte da análise).

Anexo III – Capas de revista e Reportagens de Capa analisadas



Anexo III – Capas de revista e Reportagens de Capa analisadas

3

OS JOVENS DE 16 ANOS CONQUISTAM NOVOS DIREITOS, MAS AINDA SÃO TRATADOS COMO CRIANÇAS QUANDO COMETEM CRIMES GRAVES. AGORA, AUMENTA A PRESSÃO PARA QUE ADOLESCENTES RECEBAM PENAS MAIS DURAS QUANDO PARTICIPAM DE CRIMES HEDIONDOS OU SÃO REINCIDENTES, E O CONGRESSO RESOLVE ENFRENTAR A QUESTÃO

1

4

5

D desde 1940, quando a legislação brasileira estipulou a maioridade penal, qualquer jovem com idade inferior a 18 anos é considerado "incaaz". Em outras palavras, o Estado entende que ele não tem condições de fazer as próprias escolhas nem de assumir as consequências de seus atos. É esse o conceito que tem praticamente assegurado a impunidade a adolescentes criminosos que cometem atos bárbaros e que estimula o crime organizado a recrutar cada vez mais crianças para suas fileiras. **Mas será que um jovem de 16 anos em 2013 tem o mesmo amadurecimento e acesso à informação que tinha um adolescente da mesma idade em 1940?** Será que o rapaz de 17 anos, 11 meses e 27 dias que covardemente atirou na cabeça do universitário Victor Hugo Deppman, de 19 anos, depois de lhe roubar o celular, não sabia das consequências de seus atos?

5

10

Victor foi morto por um criminoso que já tinha passagem pela Fundação Casa, onde havia cumprido apenas 45 dias por outro roubo. Estava na rua, armado, porque não pode receber uma pena maior. Situações como essa vêm se repetindo em todo o País e a sociedade clama por mudanças. Pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha mostra que 93% dos brasileiros são favoráveis à redução da maioridade penal para 16 anos. Querem que o adolescente capaz de cometer atos hediondos seja tratado como adulto. "Precisamos responder com urgência ao desespero da sociedade brasileira", diz o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Na terça-feira 23, a Câmara criou uma comissão especial para enfrentar um tabu: propor alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um conjunto de normas aprovadas

O QUE VIGORA HOJE

- Internação de até três anos para menores infratores
- Todos os menores infratores ficam reclusos em um mesmo lugar
- A idade máxima para um interno em reclusão é de 21 anos
- O adulto que comete o crime de corrupção de menor é julgado pelo Código Penal e tem pena que varia de 1 a 4 anos de reclusão

PENAS MAIS DURAS PARA MENORES INFRATORES

Na semana passada, a Câmara dos Deputados criou uma comissão especial para propor mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelecer maior punição para adolescentes criminosos. Confira a proposta que servirá de base para as discussões


O QUE O PROJETO PROPÕE

- Internação de até oito anos para menores a partir dos 12 anos que cometerem crimes hediondos ou sejam reincidentes em infrações
- A partir dos 18 anos, os internos serão direcionados a um novo internato ou colocados em uma área separada dos mais novos
- A idade máxima para o interno será de 26 anos.

A partir dessa idade, será feita uma avaliação para verificar a condição para o reingresso ao convívio social.

- Penas mais duras para o adulto que comete o crime de corrupção de menor
- A internação compulsória no caso de doença mental será por prazo indeterminado e passará por reavaliação a cada seis meses

11



Anexo III – Capas de revista e Reportagens de Capa analisadas

Comportamento



7

JOSÉ VALDIR E MARISA RITA PERDERAM O FILHO VICTOR HUGO DEPPMAN, 19 ANOS, ASSASSINADO POR UM MENOR DE 17 ANOS EM FRENTE À SUA CASA: O CRIMINOSO ERA REINCIDENTE E HAVIA FICADO PRESO APENAS 45 DIAS

6



5

10

A aplicação da medida seria restrita aos crimes hediondos, não às infrações médias ou leves (furtos e roubos, por exemplo). Se medidas como essa estivessem em vigor, o universitário Victor teria cruzado com o jovem criminoso que o matou na porta de casa.

6

14

Ainda segundo a proposta aprovada pelos deputados, quando for diagnosticada doença mental, o juiz poderia indicar tratamento ambulatorial ou internação compulsória por prazo indeterminado, com reavaliações a cada seis meses. A medida tornaria legal, por exemplo, a situação de Roberto Aparecido Alves Cardoso, o Champinha. Ele vive em um limbo jurídico desde 2003, quando liberou o grupo responsável por assassinar o casal Liana Friedenbach e Felipe Castil, em São Paulo – a adolescente Liana também foi vítima de estupro coletivo, outro crime que horrorizou o País. Na época, Champinha tinha 16 anos, a mesma idade da estudante que matou. Há dez anos, o criminoso está internado na Unidade Experimental de Saúde, alvo de uma investigação do Ministério Público Federal por oferecer tratamento “medieval” aos detentos. O equipamento do governo estadual teria o objetivo de tratar jovens de alta periculosidade com graves patologias, mas não chega nem perto disso. Esse é um problema a ser enfrentado. Especialistas em educação afirmam que não adianta reduzir a maioria de penal nem aumentar as penas se o Estado não for capaz de oferecer condições para que os jovens te-

5

10

em 1990 para proteger a infância, elogiado internacionalmente como uma das legislações mais modernas do mundo. O objetivo dos deputados é endurecer as punições aplicadas aos menores infratores. No caso de reincidência e crimes hediondos, como homicídio e estupro, o prazo máximo de internação saltaria dos atuais três anos para oito (leia quadro abaixo). **O problema é que desde 2000 já foram criados 12 projetos de lei para alterar o estatuto, mas nada sai do papel. Enquanto isso, a situação só se agrava. Nos últimos dez anos, o número de jovens infratores aumentou 138%.** Se em 1990 o ECA era extemplo, hoje está desatualizado. Apertas para contextualizar, no início dos anos 1980 o crack não existia em boa parte do País. “Passou da hora de fazermos reformulações”, afirma o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que vai comandar a comissão da

5

10

Câmara. Ele defende o aumento do tempo de permanência na Fundação Casa, onde ficam os menores detidos, de três para oito anos nos casos hediondos. Assim, o infrator poderia ficar preso até os 26 anos – e não mais até os 21. A partir dos 18 anos, ele seria encaminhado para uma área específica, isolada dos menores. No Senado, uma emenda constitucional de Aloysio Nunes (PSDB-SP) propõe reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos.

12



13

AOS 16 ANOS, CHAMPINHA, CHOCOU O BRASIL AO ASSASSINAR UM CASAL DE JOVENS EM SÃO PAULO – A MENINA TAMBÉM FOI BARBARAMENTE ESTUPRADA. PARA NÃO SER SOLTO, ENTROU NUMA ESPÉCIE DE LIMBO JURÍDICO. ESTÁ PRESO ATÉ HOJE

Anexo III – Capas de revista e Reportagens de Capa analisadas

A CULPA É DELE?

As estruturas do cérebro e a maturidade mental ainda não estão completas aos 16 anos. Isso não justifica, mas ajuda a explicar alguns comportamentos

Corpo caloso
Setor da criatividade e da linguagem. Na adolescência, essas fibras nervosas engrossam e processam a informação com mais eficiência

Córtex pré-frontal
Responsável pela tomada de decisões, pelo controle das emoções (como impulsividade) e pelo planejamento. Área que mais demora a amadurecer; sua formação completa pode ultrapassar os 20 anos

Gânglios basais
Ajudam a priorizar a informação e o aprendizado motor. Já estão bem desenvolvidos na adolescência

Amígdala
Aí estão concentrados a raiva, o medo e a ansiedade. É a parte mais utilizada para o processamento das emoções enquanto o córtex pré-frontal não amadurece – por isso, as reações dos adolescentes são mais impulsivas que as dos adultos

Hipocampo
Responsável pela memória a curto e longo prazo. O desenvolvimento mais acentuado ocorre quase no início da vida adulta e dura até os 40 anos

Cerebelo
Área que ajuda no controle da música, matemática e das habilidades sociais. Com a idade, aumenta o número de neurônios e a complexidade de suas conexões

6
7
14
15
16
20

7
15
8
16

os jovens de 16 anos têm total consciência dos delitos que cometem. “Eles sabem que nada vai acontecer: se matarem e roubarem, a ficha estará limpa aos 18 anos, quando saírem da Fundação Casa”, diz Oliveira. O promotor acrescenta que, quando pegos, a primeira coisa dita pelos infratores à polícia é: ‘sou de menor’. “É inadmissível a quantidade de pessoas honestas e famílias inteiras sendo destruídas, enquanto apenas discutimos a redução da maioridade penal.”

Organizações de defesa dos direitos humanos e organismos internacionais de atenção às crianças entendem que a diminuição da idade penal não resolve o problema da violência juvenil. Argumentam que os adolescentes ainda não estão completamente formados e que as mudanças devem ocorrer nas razões sociais que levam ao crime. “Reduzir a maioridade penal não resolve. Ou agimos nas causas da violência ou daqui a pouco veremos o tráfico estar recrutando crianças com 14, 12 ou 10 anos”, diz Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. O promotor Thales Cezar de Oliveira, da Vara da Infância e Juventude de São Paulo, discorda. Segundo ele:

O mesmo estado que patina ao definir uma nova legislação capaz de punir menores que cometam crimes hediondos vem, ao longo dos anos, assegurando novos direitos aos jovens de 16 anos. A Justiça Eleitoral, por exemplo, permite a obtenção do título de eleitor e a participação nas urnas já nessa idade. Ou seja, o Estado entende que o jovem de 16 anos é capaz de formar consciência política e votar para presidente. No Brasil, eles também podem trabalhar com carteira registrada e, com autorização dos pais, casar e ser emancipados. Internacionalmente não há um consenso jurídico ou científico que determine em qual idade uma pessoa deixa de ser criança e está apta a responder como um ser maduro. Na Inglaterra é possível prender um infrator de dez anos. Nos Estados Unidos, é permitido tirar licença de motorista aos

Anexo III – Capas de revista e Reportagens de Capa analisadas

Comportamento

16, mas fica proibido de consumir bebidas alcoólicas antes dos 21.

9 Com tantas incertezas, cabe à neurociência dar algumas pistas sobre comportamentos característicos dessa faixa etária, como a impulsividade. Diversas pesquisas apontam que o cérebro demora até os 25 anos para se formar por completo. O córtex pré-frontal é a última parte desse processo, mas responde por toda a nossa cognição: tomada de decisão, capacidade de avaliar riscos, planejamento de estratégias, etc. Só ao longo do desenvolvimento biológico ele aprende até onde é possível empurrar limites e ignorar regras. Por isso, um adolescente tende a fazer escolhas baseado mais na intensidade das emoções do que em análises racionais.

10 Eles são mais reativos, levam menos em conta as consequências de seus atos” afirma o neurocientista André Frazão Helene, do Laboratório de Ciências da Cognição da Universidade de São Paulo (USP). “Mas, aos 16 anos, o cérebro já sabe diferenciar o certo do errado, tanto no sentido do que é moral quanto legalmente aceito.” O amadurecimento biológico, porém, varia de pessoa para pessoa – assim como algumas meninas



8

9 **DISCUSSÃO** Deputado Carlos Sampaio, relator da comissão na Câmara que estuda reformulações no ECA: menores presos por mais tempo nos casos de crimes hediondos

menstruam aos 10 e outras, aos 15. O córtex pré-frontal também está ligado às relações interpessoais, à capacidade de se colocar no lugar do outro. Seja para compreender uma opinião divergente seja para se identificar com a dor alheia. Para a psicóloga Maria Alice Fontes, especialista em neuropsicologia, o desenvolvimento cerebral explica certas atitudes da puberdade, mas não justifica todas elas. **“Não dá para usar o cérebro como desculpa para dizer que o jovem nesta idade não tem nenhum discernimento”**.

10 19

portanto, não pode assumir as responsabilidades pelo que faz”, afirma.

Além do fator biológico, há a influência do ambiente e do contexto em que o ser humano cresce. Primeiro, vale lembrar que muitas transformações históricas e culturais separaram os adolescentes de hoje dos da década de 1940, época em que a maioria foi instruída no País. Mesmo nas metrópoles, um rapaz de 15 anos se divertia descendo ladeiras de rolina, enquanto hoje quer ostentar o smartphone da moda. O acesso à internet ou às informações em larga escala também era reduzido. Em segundo lugar, não há como ignorar as condições socioeconômicas e a estrutura familiar de um adolescente que comete um crime. Se o cérebro é fisiologicamente imaturo, o ambiente deveria oferecer o suporte necessário para o desenvolvimento ideal. Quanto se pode esperar de um jovem carente, desprovido de boa educação, com referências de violência doméstica, cercado pelo tráfico? “O debate sobre essa questão esquece, muitas vezes, que o contexto é determinante no comportamento”, diz Martha de Toledo Machado, professora de direito da criança e do adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

11 21

A RESPONSABILIDADE AOS 16 ANOS

O que a legislação brasileira deixa (ou não) um adolescente dessa idade fazer



17

Votar
Desde a Constituição de 1988, o voto se tornou facultativo a partir dessa idade. O jovem cidadão consegue tirar o título de eleitor, mas ainda não é obrigado a exercer seu dever

Beber
Menores de 18 anos não podem consumir bebida alcoólica. Desde 2011, no Estado de São Paulo, até a venda ficou proibida – os comércios devem checar um documento de identidade do comprador

Fumar
Em tese, o acesso ao cigarro também é vedado – assim como outros produtos cujos componentes podem causar dependência física ou psíquica

Dirigir
Os cursos para obter a carteira de motorista são permitidos apenas aos maiores de 16 anos. Ao contrário dos EUA, que fornecem licença provisória aos 16 anos mais cedo.

Fontes: Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Civil, Departamento de Justiça, Legislação Federal sobre Tabaco, Tribunal Superior Eleitoral, Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e Secretaria Estadual de Educação em São Paulo (Secretaria de Educação)

Anexo III – Capas de revista e Reportagens de Capa analisadas



24

25

Adulto para mudar?

Alexander Brasil, 16 anos, de Curitiba (PR), tem voz e corpo de menino. Mas nasceu mulher e sempre sentiu que estava no corpo errado. Usava o futebol como desculpa para o jeito masculinizado. Com 12 anos, depois de pesquisar, contou aos pais que era transexual – a mãe achou que era uma provocação para afrontá-los. Sofreu tanto bullying no colégio que quase foi reprovado. Hoje toma hormônios sem prescrição médica, comprados pela internet, arriscando a própria saúde. Agora o SUS vai oferecer tratamento gratuito nos casos de transtorno de identidade de gênero a partir dos 16 anos.

12 Nessa fase, um garoto já se reconhece como garota (ou vice-versa) e sofre com o transtorno de identidade de gênero.

22 Embora não possa ser operado antes dos 18, o paciente receberá do Estado acompanhamento psicológico e hormonal para iniciar as transformações estéticas. O seja, é tido como suficientemente maduro para tomar uma decisão com implicações, muitas vezes, irreversíveis. Até agora, jovens nessa situação viviam numa espécie de submundo no que diz respeito ao sistema público de saúde. Mesmo depois

de passar por uma extensa trajetória, avaliação médica e receber o diagnóstico do transtorno, não podiam receber acompanhamento psicológico e tratamento hormonal gratuito por meio do SUS. Atravessavam o turbulento período da adolescência em sofrimento porque a aparência não condizia com a sua identidade sexual. Alifios, muitos deles recorriam ao mercado negro da internet para adquirir hormônios sem prescrição. “O perigo é que eles acabam dando um jeito de se sentir me-

lhores, se sujeitando a efeitos colaterais e arriscando a saúde”, afirma o psiquiatra Alexandre Sadock, da clínica de Transtorno de Identidade de Gênero e Orientação Sexual da USP.

“Foi o que fez Alexander Brasil, 16 anos. Ele nasceu mulher e, aos 4 anos, já chorava quando lhe botavam vestidos ou insistiam que frequentasse as aulas de balé. Por conta própria, começou a tomar testosterona há um ano; os pelos cresceram, a voz engrossou.” Agora me sinto muito mais feliz e confortável com meu corpo”, diz Alexandre. Com as mudanças físicas, trocou de colégio para livrar-se de vez do bullying que quase o fez reprovar de ano no ensino médio. A situação irá melhorar para Alexander e outros garotos em situação parecida com a dele com o tratamento hormonal gratuito para pessoas acima dos 16 anos – essa é uma das etapas a caminho da cirurgia de mudança de sexo, que só pode ser realizada a partir dos 18. A medida reafirma o poder de decisão desses jovens e mostra que o Estado é, sim, capaz de tratar o adolescente de hoje em dia como adulto. Exatamente o que está falando no âmbito penal. ■

12

22

13

23



4.3.2.1 Relações retóricas entre porções escritas

As porções escritas da reportagem de capa “Os jovens criminosos e a maioria penal”, conforme pode ser visto na reprodução acima, foram distribuídas da seguinte forma:

Porções (1): Suzana Borin (autora da reportagem);

Porção (2): Título da reportagem;

Porção (3): Subtítulo;

Porção (4): 1º parágrafo;

Porção (5): 2º parágrafo;

Porção (6): 3º parágrafo;

Porção (7): 4º parágrafo;

Porção (8): 5º parágrafo;

Porção (9): 6º parágrafo;

Porção (10): 7º parágrafo;

Porção (11): 8º parágrafo;

Porção (12): 9º parágrafo;

Porção (13): 10º parágrafo.

A partir da delimitação dessas porções escritas do texto, é possível materializar a estrutura retórica da reportagem por meio do **Diagrama 27**, apresentado a seguir:

Entre a unidade (1) (satélite) e o bloco de unidades (2-13) (núcleo), emerge a *relação retórica de atribuição*, a partir da qual “o leitor é informado sobre a mensagem e sobre quem ou o que a produziu” (PARDO, 2005, p.136). Dessa forma, a emergência dessa relação de sentido é plausível, uma vez que, conforme sua própria definição, o nome da autora constitui a “origem”, a “fonte” da “mensagem”, que nesse caso corresponde a todo o corpo do texto apresentado no gênero em estudo.

Conforme foi discutido na análise da estrutura retórica da primeira reportagem da Veja, há três perspectivas principais de organização da estrutura retórica a partir do relacionamento entre o título, o subtítulo e o corpo da reportagem⁵². Considerando que essas três partes fundamentais da reportagem podem se relacionar de diferentes maneiras, haverá, conseqüentemente, a emergência de diferentes relações retóricas entre elas. De acordo com a primeira perspectiva – representada pelo **Diagrama 8** do presente trabalho -, o “corpo da reportagem” seria uma elaboração do conjunto de porções “título+subtítulo”. Assim, ao emergir a *relação de elaboração*, o bloco “título+subtítulo” constituiria o núcleo, enquanto que a porção “corpo da reportagem” constituiria o satélite.

Na segunda perspectiva - representada pelo **Diagrama 9** -, a porção “título+subtítulo” - agora satélite - prepara, orienta o leitor para a leitura do “corpo da reportagem”, porção que, nesse caso, se configura como um núcleo. Por meio dessa segunda perspectiva, portanto, emerge uma *relação de preparação* entre as duas referidas porções de texto. Por sua vez, a terceira perspectiva – aquela que foi selecionada pela presente tese e está representada pelo **Diagrama 10** - considera que a porção textual formada pelo “subtítulo”+“corpo da reportagem” (satélite) elabora a porção “título” (núcleo), configurando-se, portanto, a emergência da *relação retórica de elaboração* entre essas duas partes.

Diante dessas considerações, no caso da reportagem da IstoÉ, o satélite constituído pelo bloco de unidades (3-13) - o qual corresponde ao conjunto subtítulo mais corpo do texto - elabora o núcleo constituído pela unidade (2) - título da reportagem -, emergindo, assim, uma *relação de elaboração* entre essas porções. Por meio dessa perspectiva de análise, portanto, todas as partes que aparecem após o título são informações adicionais, constituem-se como desdobramentos da porção central “Os jovens criminosos e a maioria penal”.

⁵² Na análise da reportagem “Os jovens criminosos e a maioria penal”, da revista IstoÉ, o título corresponde à unidade (2), o subtítulo corresponde à unidade (3) e o corpo da reportagem corresponde às unidades (4-13).

Ainda considerando a terceira perspectiva retomada logo acima, a unidade (3), subtítulo, relaciona-se diretamente com o corpo da reportagem e não com o título, conforme ocorre na primeira e na segunda perspectiva de análise da estrutura retórica. Dessa forma, a unidade (3) pode tanto apresentar a função de preparar e orientar o leitor para a leitura do conteúdo presente no corpo do texto, como também pode apresentar uma breve “síntese” acerca do que será desenvolvido a seguir, um primeiro “resumo” em que são destacadas as questões mais centrais acerca do conteúdo da reportagem de capa. Dessa forma, entre as porções (3), subtítulo, e (4-13), corpo da matéria publicada, pode emergir tanto a *relação de preparação* quanto a *relação de resumo*.

A porção (4) - primeiro parágrafo do texto, o qual, neste caso, corresponde ao lide da reportagem -, apresenta o “fundo”, o “cenário”, ou seja, as contextualizações histórico-sociais a partir das quais a autora deseja que o leitor reflita e compreenda o assunto da maioridade penal no Brasil. Dessa forma, é admissível afirmar que entre a porção (4), satélite, e o bloco (5-13), núcleo formado por todas as outras unidades seguintes da reportagem, emerge uma *relação retórica de fundo*, também denominada *background*.

Mais do que identificar as relações retóricas que emergem entre as diferentes porções de texto, o presente trabalho, conforme pode ser observado por meio das análises até aqui desenvolvidas, pretende apontar os vários contextos em que essas relações de sentido se manifestam. Consideramos indispensável explicitar a maneira como a emergência de cada uma dessas relações, por meio da interação autor/texto/leitor, contribui para a funcionalidade do texto – conectando as diferentes “peças” desse complexo “quebra-cabeça” - e, especialmente, como cada uma delas está a serviço da construção da argumentação apresentada.

Como já ressaltado durante a análise da *Veja*, ao desenvolver as reportagens, os autores utilizam diferentes estratégias argumentativas para defenderem seu ponto de vista acerca do assunto em discussão. Entre essas estratégias, destacam-se o conteúdo do título, as informações presentes no subtítulo, a apresentação de argumentos a partir de dados históricos, dados estatísticos e, especialmente, a partir de fatos que ocorreram na sociedade brasileira, a utilização de perguntas retóricas, o uso de breves narrativas, a presença de intertextos que têm em comum o tema abordado, além do uso da fala de especialistas, as quais se configuram como “recursos de autoridade” utilizados pelos autores em sua busca por credibilidade em face de seus leitores. Dentre essas estratégias argumentativas, é imprescindível o merecido

destaque dado às imagens selecionadas para compor o corpo do texto junto de suas respectivas legendas.

A partir desse ponto de vista, é relevante apontar que o contexto em que emerge a relação de fundo, acima apontada, assume um papel fundamental no processo de construção de sentidos. Isso ocorre porque o conteúdo apresentado na unidade (4) “contextualiza” o leitor, aumentando-lhe a habilidade para compreender as informações apresentadas no decorrer do texto e, principalmente, a habilidade para reconhecer os pontos de vista ali defendidos. A autora da IstoÉ, por exemplo, por meio desse primeiro parágrafo, sinaliza, dá claros indícios de que o leitor será “guiado” por um “caminho” favorável à redução da maioria penal.

Por meio do lide, a autora Suzana Borin, inicialmente, apresenta contextualizações históricas acerca do período em que o Estado brasileiro estipulou a maioria penal, destacando que nessa época “qualquer jovem com idade inferior a 18 anos é considerado ‘incapaz’”, ou seja, “o Estado entende que ele não tem condições de fazer as próprias escolhas nem de assumir as consequências de seus atos” (BORIN, 2013, p. 67). A autora, em seguida, considera que esse conceito que fundamenta a legislação brasileira é “o que tem praticamente assegurado a impunidade a adolescentes criminosos” e é o que “estimula o crime organizado a recrutar cada vez mais crianças para as suas fileiras”.

Desse modo, assim como ocorreu na revista *Veja*, a autora da IstoÉ ressalta a ideia de “impunidade”, já que, segundo ela, os jovens menores de 18 anos que cometem crimes não estão sendo penalizados como deveriam. De acordo com Suzana Borin, a ideia de um “adolescente incapaz de responder por seus atos” - conceito que norteia as ações do Estado - tem sustentado e promovido esse contexto de “adolescentes impunes”. É possível observar que a revista, assim como na reportagem, desde sua capa reprova e rejeita a maneira como o adolescente é compreendido pelo Estado brasileiro: “eles votam para presidente, agora podem até mudar de sexo, mas são tratados como crianças quando cometem crimes bárbaros”.

Feitas essas considerações e dando continuidade a sua argumentação, a autora incita o leitor a questionar se esse adolescente, de fato, não é capaz de responder pelo que faz e ser, assim, realmente punido pelos crimes que comete. Para isso, são lançadas ao leitor duas perguntas retóricas, bastante argumentativas, as quais nortearão a construção de toda a reportagem: (1) “mas será que um jovem de 16 anos em 2013 tem o mesmo amadurecimento e acesso à informação que tinha um adolescente da mesma idade em 1940?” e (2) “será que o

rapaz de 17 anos, 11 meses e 27 dias que covardemente atirou na cabeça do universitário Victor Hugo Deppman, de 19 anos, depois de lhe roubar o celular, não sabia das consequências de seus atos?” (BORIN, 2013, p.67).

Conforme já discutido, lançar perguntas, em especial no início do texto, é um recurso argumentativo muito eficiente: perguntas provocam reflexões e essas reflexões, por sua vez, são tendenciosamente direcionadas. A partir da primeira pergunta presente no “pano de fundo” construído no texto – a qual aparece em negrito na reportagem, configurando-se como um fragmento de texto mais saliente –, a autora leva o leitor a questionar e a rejeitar a legitimidade do conceito, mantido pelo Estado, do “adolescente incapaz”, lançando mão do argumento de que o jovem da atualidade é muito mais informado do que na década de 1940. O “ser mais informado”, nesse contexto, parece apontar para a ideia de que o adolescente de hoje estaria mais “preparado”, seria mais “maduro”, mais “consciente” diante daquilo que faz do que em tempos anteriores, o que, conseqüentemente, o tornaria mais apto a ser penalizado como um adulto.

Na análise anterior, no lide apresentado pela revista *Veja*, os autores, de acordo com seu ponto de vista favorável à redução da maioridade criminal, apresentam uma narrativa em que quatro adolescentes, menores de 18 anos, participam de um estupro coletivo, crime que despertou a atenção de todo o país. Segundo a capa e a reportagem de capa da revista *Veja*, esses adolescentes, apesar de terem “estuprado, torturado, desfigurado e matado”, não serão devidamente punidos pelo que fizeram, já que há “justiça só para maiores”. De acordo com nossa investigação, essa narrativa é também um recurso argumentativo expressivo, pois ao discutir o tema da maioridade penal a partir de um fato real tão impactante, torna-se possível “ancorar a discussão em algo cuja existência pode ser constatada, valendo portanto, como prova” (KOCH, ELIAS, 2016, p. 163), reforçando, sobremaneira, o ponto de vista defendido.

É interessante observar que, por meio da segunda pergunta, a revista *IstoÉ* utiliza o mesmo recurso: apesar de não desenvolver uma narrativa, a pergunta apresentada traz todas as informações necessárias para que o leitor entenda e sinta a gravidade do crime cometido pelo adolescente que roubou e matou outro jovem. Importante notar ainda que a autora, nessa parte do texto, faz questão de detalhar a idade do adolescente que matou o estudante Victor Hugo Deppman: “17 anos, 11 meses e 27 dias”. Ao utilizar esse recurso, a autora busca desconstruir a ideia de que esse garoto não tinha consciência das consequências de seus atos, já que, estando tão próximo à idade de 18 anos, esse jovem não seria um adolescente “incapaz” de

assumir as consequências de suas escolhas, mas, ao contrário disso, seria um jovem cômico do crime praticado.

Além disso, por meio da apresentação dessa informação, Suzana Borin retoma a ideia da impunidade que, conforme destacado anteriormente, caracteriza o tratamento direcionado ao adolescente infrator: de acordo com o ponto de vista da autora, apesar de apresentar uma idade tão próxima aos 18 anos, esse rapaz, que “covardemente atirou na cabeça do universitário Victor Hugo Deppman”, não será “devidamente punido”, já que, por poucos dias, não será penalizado como um adulto. Nessa perspectiva, mais uma vez, Borin constrói argumentos que reforçam seu posicionamento favorável à redução da maioridade criminal e, ao mesmo tempo, conduz e instiga o leitor a assumir esse mesmo ponto de vista.

Diante de todas essas considerações, está clara a importância da emergência da *relação retórica de fundo* para um texto argumentativo como a reportagem de capa. Sem este “cenário norteador”, o qual constitui a porção satélite na organização retórica em estudo, a discussão do tema da maioridade penal não teria o mesmo peso argumentativo e a interação entre o leitor e o texto não se construiria de forma tão articulada.

De acordo com a organização e distribuição das informações no decorrer da reportagem, a presente análise considera que o bloco de porções textuais (5-13) pode ser subdividido em dois blocos menores: o bloco (5-11) e o bloco (12-13), entre os quais, segundo a presente investigação, emerge uma *relação retórica de concessão*, a qual será explicada a seguir.

A partir do bloco (5-11), a autora da reportagem apresenta e discute diferentes aspectos acerca da definição da maioridade penal no Brasil, destacando como essa questão se delinea de forma complexa e polêmica dentro da sociedade brasileira. Entre os aspectos abordados, são apontados projetos de lei que propõem penas mais duras para os menores infratores – momento em que a autora caracteriza o Estatuto da Criança e do Adolescente como “desatualizado” -, além de serem apresentadas propostas para tratar dos casos em que é diagnosticada doença mental – parte do texto em que Susana Borin, ao construir sua argumentação, utiliza o exemplo do caso “Champinha”, afirmando que, se as novas propostas fossem colocadas em vigor, a complexa questão jurídica que envolve esse jovem seria resolvida.

É importante notar que, ao apresentar ao leitor as diferentes informações que envolvem o tema da maioridade penal, a autora opina diante das questões apontadas, evidenciando seu posicionamento favorável às medidas de alteração no ECA que tornam mais rígidas as punições aos menores infratores: “se medidas como essas estivessem em vigor, o universitário Victor não teria cruzado com o jovem criminoso que o matou na porta de casa” (BORIN, 2013, p.68).

Além dessas propostas de lei, a partir do bloco (5-11) a autora, por meio da fala de diferentes especialistas, apresenta ora pontos de vista de pessoas que são a favor da redução da maioridade penal, ora pontos de vista que são contra. Diante dessa diversidade de opiniões, Suzana Borin, ressalta o quanto o assunto do estabelecimento da maioridade penal no Brasil está inserido em um contexto de incoerências, dúvidas e incertezas. Como se verá adiante, ainda nesse grande bloco de porções textuais, a autora irá apresentar ao leitor, por meio dos estudos da neurociência, possíveis respostas que buscam minimizar a complexidade das questões levantadas.

Como se pode notar até aqui, por meio do bloco (5-11) da estrutura retórica da reportagem da IstoÉ, porção núcleo, a autora desenvolve, adiciona e contrasta, a cada novo parágrafo, informações que evidenciam que o estabelecimento da maioridade criminal aos 16 ou 18 anos é um tópico político-social difícil de ser definido, uma “questão difícil de ser enfrentada” - conforme destacado na própria capa de revista -, já que “não há um consenso jurídico ou científico que determine em qual idade uma pessoa deixa de ser criança e está apta a responder como um ser maduro” (BORIN, 2013, p.69). Por sua vez, no bloco (12-13), porção satélite, Suzana Borin destaca uma nova polêmica: apesar de não haver, segundo a reportagem, certezas e resultados precisos que apontem o nível de maturidade mental e social de um adolescente de 16 anos, o Estado tem autorizado e regulamentado novos direitos aos jovens dessa idade, mais especificamente, o tratamento gratuito para mudança de sexo.

Ao apresentar as informações que constituem esses dois grandes blocos de porções – bloco (5-11) (núcleo) e bloco (12-13) (satélite) –, a autora da reportagem permite que o leitor relacione essas partes textuais e perceba uma relevante incompatibilidade: se o Estado brasileiro se encontra diante de tantas ressalvas e incertezas no que diz respeito à maturidade de um jovem de 16 anos, como é possível que esse mesmo Estado autorize um tratamento para mudança de sexo – tratamento que promove transformações significativas no corpo e na

vida desse adolescente -, considerando-o, assim, suficientemente maduro para tomar essa decisão?

Por meio dos dois referidos blocos de informação, ao construir e ressaltar, junto ao leitor, essa expressiva incompatibilidade no que diz respeito às ações do Estado relacionadas ao adolescente menor de idade, a autora da matéria fomenta um importante reforço para a defesa de seu ponto de vista favorável à redução da maioridade penal para 16 anos. Tal reforço argumentativo se constitui a partir do raciocínio de que, se esse adolescente de 16 anos tem maturidade para assumir atitudes tão decisivas, é incoerente e contraditório considerar que ele não tem consciência de seus atos, devendo ser, portanto, devidamente punido pelos crimes que pratica. Assim, ao se delinear a argumentação da autora na reportagem de capa, emerge, entre os blocos (5-11) e (12-13), a *relação retórica de concessão*. A partir dessa perspectiva, Suzana Borin desenvolve as seguintes afirmações presentes nos últimos parágrafos do texto:

Embora não possa ser operado antes dos 18, o paciente receberá do Estado acompanhamento psicológico e hormonal para iniciar as transformações estéticas. Ou seja, é tido como suficientemente maduro para tomar uma decisão com implicações, muitas vezes, irreversíveis. (...) A medida reafirma o poder de decisão desses jovens e mostra que o Estado é, sim, capaz de tratar o adolescente de hoje em dia como adulto. Exatamente o que está faltando no âmbito penal. (BORIN, 2013, p. 71) (Negrito utilizado pela autora da reportagem).

Explicitando as diferentes características da relação de concessão, Decat (2008, p.01) destaca sua “forte função argumentativa dentro dos propósitos argumentativos do usuário da língua”. Considerando, mais particularmente, a microestrutura do texto, a referida autora também afirma que a função primeira da oração concessiva é a de “colocar em contraste argumentos do discurso” (DECAT, 1999a, p.05). Como apontado, tais características são bastante explícitas no contexto em que a referida relação retórica emerge na reportagem da IstoÉ.

Ainda sobre essa relação de sentido, gostaríamos de salientar, por último, que Neves (1999, p. 566) afirma que a oração concessiva tem a função de “aportar conteúdos ou argumentos novos após aparentemente concluída uma primeira porção do enunciado, e após uma quebra marcada no andamento da fala”. Apesar de Neves se referir a uma análise que trata da microestrutura do texto a partir da modalidade oral da língua, é possível também reconhecer essa característica da relação concessiva na macroestrutura da reportagem “Os jovens criminosos e a maioridade penal”, conforme evidenciado pela presente investigação.

Tal afirmação se justifica, uma vez que, ao apresentar as “evidências” científicas acerca do comportamento de um adolescente de 16 anos a partir da perspectiva biológica e da perspectiva do contexto em que o ser humano cresce (8º parágrafo, porção 11), Borin, de fato, poderia finalizar ali o assunto apresentado pelo texto. Os dados da ciência apontados nessa parte da reportagem constituem possíveis respostas, segundo o ponto de vista da autora, para alguns questionamentos apresentados no primeiro parágrafo. Assim, por meio das vozes de especialistas – as quais propiciam credibilidade às ideias defendidas –, Borin “responde” que os jovens de 2013 não são os mesmos adolescentes de 1940 (primeira pergunta) e que, ao contrário do conceito utilizado pelo Estado, eles têm, sim, consciência de seus atos e, devem, portanto, sofrer as devidas consequências (segunda pergunta).

A partir dessa construção de ideias no texto, é possível que o leitor tenha a impressão de que a autora está findando a discussão proposta acerca da maioridade criminal no Brasil. No entanto, para fomentar o “fio argumentativo” que vem se desenrolando no decorrer da reportagem, Suzana Borin opta por apresentar uma nova informação – o tratamento gratuito para mudança de sexo a partir dos 16 anos –, a qual, ao ser inserida e articulada à argumentação, promove, como destacado, a emergência da relação retórica de concessão.

Entre as porções (12) e (13), emerge a *relação retórica de elaboração*: como pode ser visto, a unidade (12) apresenta a informação acerca do tratamento gratuito, autorizado pelo Ministério da Saúde, a partir dos 16 anos, para a mudança de sexo. A unidade (13), por sua vez, continua a elaborar essa informação, apresentando o exemplo de Alexander Brasil, que, segundo a reportagem, “nasceu mulher e, aos 4 anos, já chorava quando lhe botavam vestidos ou insistiam que frequentasse as aulas de balé”. Dessa forma, no contexto em que emerge a relação de elaboração, a autora conclui sua argumentação, apresentando um fato que autentifica, legitima sua avaliação final: “a medida reafirma o poder de decisão desses jovens e mostra que o Estado é, sim, capaz de tratar o adolescente de hoje em dia como adulto. Exatamente o que está faltando no âmbito penal”.

Como apontado no **Diagrama 27**, o bloco de porções (5-11) também se subdivide em dois blocos menores – blocos (5-8) e (9-11) –, entre os quais emerge uma importante relação retórica que se constitui a serviço da argumentação desenvolvida pela autora: a *relação retórica de evidência*. Após desenvolver as informações presentes no bloco (5-8), a autora inicia a unidade (9) da seguinte forma: “com tantas incertezas, cabe à neurociência dar algumas pistas sobre comportamentos característicos dessa faixa etária, como a

impulsividade” (BORIN, 2013, p.70). Nesse sentido, a partir do bloco (9-11), é possível constatar que, diante das “incertezas” em torno da polêmica que envolve o estabelecimento da maioria penal no Brasil, a autora lança mão de informações e argumentos relacionados à neurociência: a primeira parte dessas informações vai se referir a fatores biológicos - unidades (9-10) - e, em seguida, a fatores ligados às influências do ambiente e do contexto em que o ser humano cresce – unidade (11).

Inicialmente, por meio desses dados neurocientíficos, a autora parece apenas “lançar luz” sobre a discussão anteriormente desenvolvida, pretendendo, desse modo, apresentar evidências, comprovações científicas para esclarecer, elucidar as dúvidas em torno do assunto “maioridade penal aos 16 anos”. No entanto, por meio da leitura das unidades seguintes, é possível constatar que, além de apresentar algumas informações e contextualizações provenientes da ciência, a autora também se utiliza dessas informações para continuar a tecer argumentos favoráveis ao ponto de vista que ela está construindo.

A emergência da *relação de evidência* se manifesta, portanto, na busca da autora de legitimar, por meio de fundamentação científica, a ideia de que “o adolescente de hoje em dia pode ser tratado como adulto”. Esse argumento, favorável à redução da maioria penal de 18 para 16 anos, aparece, por exemplo, na voz de alguns especialistas. Entre essas vozes – as quais se configuram no texto como “grandes autoridades no assunto” – estão a de André Frazão Helene, do Laboratório de Ciências da Cognição, da Universidade de São Paulo (USP), e a de Maria Alice Fontes, especialista em neuropsicologia, os quais, respectivamente, afirmam na reportagem:

- (1) Eles são mais reativos, levam menos em conta as consequências de seus atos. Mas, aos 16 anos, o cérebro já sabe diferenciar o certo do errado, tanto no sentido do que é moral quanto legalmente aceito.
- (2) **Não dá para usar o cérebro como desculpa para dizer que o jovem nesta idade não tem nenhum discernimento** e, portanto, não pode assumir as responsabilidades pelo que faz. (BORIN, 2013, p.70). (Negrito utilizado pela autora da reportagem).

Conforme já apontado em outras discussões, usar a voz de especialistas constitui-se como um eficiente “recurso de autoridade” dentro do processo argumentativo, em especial quando essa voz se materializa por meio do discurso direto, conforme explicado pelas autoras a seguir:

Na prática, ao recorrer a essa estratégia, o autor da matéria imprime ao texto maior grau de credibilidade, pois implicitamente nos diz: *eu estou apenas transcrevendo o que foi dito; quem diz é uma autoridade que fala com conhecimento de causa; merece, portanto, credibilidade* (KOCH, ELIAS, 2016, p. 48).

Assim como acontece com outros trechos que revelam a construção de um ponto de vista favorável à redução da maioria penal, a afirmação feita pela especialista em neuropsicologia citada anteriormente está destacada em negrito no corpo do texto. Em termos multimodais, destacar esses trechos – mais precisamente, argumentos –, colocando-os em negrito, torna-os mais “salientes”, mais visíveis para o leitor. Postos no decorrer de toda a reportagem, esses “argumentos salientes” facilitam o acesso deste leitor aos argumentos em favor da redução da maioria penal, o que fomenta a intenção comunicativa que orienta a reportagem como um todo.

É interessante observarmos que, na busca de um mesmo propósito comunicativo, a *relação retórica de evidência* emerge tanto na construção da argumentação da revista Veja, quanto na argumentação da revista IstoÉ. Assim, tanto uma revista quanto a outra se utilizam de “respostas”, “provas”, “evidências” da neurociência para ampliar a discussão em torno da maioria penal e, principalmente, legitimar e validar os argumentos favoráveis à redução da maioria penal desenvolvidos pelos autores. Nas duas publicações, a utilização dessas informações provenientes do contexto científico se configura como uma estratégia importante para persuadir o leitor a “crer” e a aceitar o ponto de vista desenvolvido na reportagem, o que se harmoniza com a própria definição que Pardo (2005, p.138) apresenta: a relação de evidência é aquela por meio da qual “a convicção do leitor aumenta”.

No entanto, há uma diferença muito interessante entre a Veja e a IstoÉ. Na revista Veja, conforme discutido em análise anterior, a relação de evidência emerge por meio do diálogo entre duas reportagens distintas: a primeira, intitulada “Justiça só para maiores”, constitui o núcleo, e a segunda – aquela que apresenta os argumentos provenientes da neurociência -, intitulada “A mente impulsiva dos jovens”, constitui o satélite. Dessa forma, os autores da Veja buscam comprovar, por meio de dados científicos, que é viável e coerente o estabelecimento da maioria penal aos 16 anos por meio de uma reportagem distinta, intrinsecamente conectada à matéria anterior, o que, segundo defendido pelo presente trabalho, promove a emergência de relações de sentido entre esses textos. Já na revista IstoÉ,

conforme pode ser observado acima, a relação de evidência emerge entre porções textuais que pertencem à mesma reportagem de capa, “Os jovens criminosos e a maioria penal”.

Dando continuidade às descrições da estrutura retórica, o bloco de unidades (5-8) se subdivide em outras duas porções: o bloco (5-7) e a unidade (8). Entre essas duas partes, por sua vez, emerge uma *relação multinuclear de contraste*. A emergência dessa relação se dá uma vez que, ao se relacionarem, essas duas porções destacam as decisões contrárias do Estado: de acordo com Borin (2013, p. 69), o mesmo Estado que “patina ao definir uma nova legislação capaz de punir menores que cometem crimes hediondos” – informações desenvolvidas no bloco de unidades (5-7) – é também o Estado que “vem, ao longo dos anos, assegurando novos direitos aos jovens de 16 anos”, como votar, trabalhar com carteira registrada, casar e ser emancipado (com autorização dos pais) - informações desenvolvidas na unidade (8).

Desse modo, a relação de contraste emerge em um contexto em que a autora, argumentando a favor da redução, destaca a incoerência, o “contraste” existente na ideia de um Estado que não pune um adolescente de 16 anos por considerá-lo imaturo para assumir as consequências de seus atos criminosos, mas, ao mesmo tempo, garante-lhe direitos, considerando-o maduro o bastante para tomar decisões muito importantes em sua vida.

A partir do bloco (5-7) se desdobram duas *relações retóricas de elaboração*: a porção de texto (6-7) acrescenta novas informações aos argumentos desenvolvidos na unidade (5). A unidade (7), por sua vez, traz novos detalhes a partir do que é apontado na unidade (6). Na emergência da relação de elaboração muitos argumentos a favor da redução da maioria são desenvolvidos e mesclados a uns poucos argumentos contra. A emergência dessa relação de sentido está claramente a serviço da intenção comunicativa da autora de conduzir o leitor a posicionar-se também favoravelmente.

Retomando o bloco de unidades (9-11), é possível constatar que este se subdivide em duas porções: a primeira delas corresponde ao bloco (9-10), o qual se refere às informações acerca da perspectiva biológica do comportamento de um adolescente de 16 anos e a segunda porção corresponde à unidade (11), a qual se refere às informações acerca da perspectiva do contexto em que o ser humano cresce.

De acordo com a presente análise, entre essas duas unidades emerge uma *relação multinuclear de lista*, já que por meio delas são listadas as diferentes perspectivas científicas a

partir das quais o comportamento adolescente pode ser investigado. A unidade (10), por sua vez, acrescenta novas informações à perspectiva biológica apresentada na unidade (9), o que promove a emergência da *relação retórica de elaboração* entre essas duas partes da reportagem.

A seguir, será discutida a emergência de relações retóricas na reportagem “Os jovens criminosos e a maioridade penal” a partir da combinação entre porções escritas e as imagens presentes no texto.

4.3.2.2 Relações retóricas entre as porções escritas e as imagens

Na reportagem de capa da revista IstoÉ, encontramos as imagens listadas a seguir:

Imagem (1): “Adolescente criminoso”;

Imagem (2): Quadro “Projeto de lei”;

Imagem (3): “Victor Deppman”;

Imagem (4): “Champinha”;

Imagem (5): Infográfico “A culpa é dele?”;

Imagem (6): “Deputado Carlos Sampaio”;

Imagem (7): Infográfico “A responsabilidade aos 16 anos”;

Imagem (8): “Alexander Brasil”.

Todas essas imagens, acima apresentadas, combinadas ao texto escrito da reportagem, constituem o **Diagrama 28**, apresentado logo em seguida. Assim, para a organização da estrutura retórica do texto da IstoÉ, foram delimitadas as porções textuais apontadas abaixo:

Porção (1): Autora da reportagem;

Porção (2): Imagem (1) - “Adolescente criminoso”;

Porção (3): Título;

Porção (4): Subtítulo;

Porção (5): 1º parágrafo;

Porção (6): Imagem (3) – “Victor Deppman”;

Porção (7): Legenda da Imagem (3);

Porção (8): Imagem (6) – “Deputado Carlos Sampaio”;

Porção (9): Legenda da Imagem (6);

Porção (10): 2º parágrafo;

Porção (11): Imagem (2) – Quadro “Projeto de Lei”;

Porção (12): Imagem (4) – “Champinha”;

Porção (13): Legenda da imagem (4);

Porção (14): 3º parágrafo;

Porção (15): 4º parágrafo;

Porção (16): 5º parágrafo;

Porção (17): Imagem (7) – Infográfico “A responsabilidades aos 16 anos”;

Porção (18): 6º parágrafo;

Porção (19): 7º parágrafo;

Porção (20): Imagem (5) – Infográfico “A culpa é dele?”;

Porção (21): 8º parágrafo;

Porção (22): 9º parágrafo;

Porção (23): 10º parágrafo;

Porção (24): Imagem (8) – “Alexander Brasil”;

Porção 25: Legenda da Imagem (8).

Antes de iniciarmos a discussão acerca das combinações que se efetivam entre as porções de texto verbal e visual, é conveniente retomarmos uma questão importante, já sinalizada na metodologia da presente tese. Conforme pode ser observado no diagrama 28, as imagens da matéria “Os jovens criminosos e a maioria penal” não aparecem no referido esquema arbóreo na mesma ordem em que estão distribuídas ao longo da reportagem. Dessa forma, é possível percebermos, por exemplo, que a Imagem (6) – “Deputado Carlos Sampaio”, sexta imagem apresentada na penúltima página da reportagem da IstoÉ, corresponde ao terceiro material visual apresentado na organização da estrutura retórica em estudo.

A partir da presente análise, observamos que tal fato ocorre uma vez que, apesar de determinada imagem ser apresentada aos leitores ocupando um espaço mais ao fim da reportagem de capa, esse mesmo material visual pode se combinar com uma porção verbal apresentada bem no início do texto: como se vê no diagrama 28, apesar de constituir o layout da penúltima página da matéria, a Imagem 6 está diretamente conectada ao 2º parágrafo do texto, presente na segunda e terceira página da revista. Dessa forma, detectamos que o material visual pode não estar “próximo” à parte de texto verbal com a qual se relaciona no interior de determinado gênero.

Bateman (2008), em suas análises por meio de diferentes gêneros de texto, aponta conexões entre o texto escrito e a imagem que se efetivaram por meio do mesmo contexto de combinação explicitado acima. O referido autor destaca ainda que tanto os leitores – em seu processo de construção de sentidos – quanto os analistas do texto – em sua busca por compreender as combinações que se concretizam nos diferentes arranjos textuais – precisam estar atentos, já que nem sempre a disposição dos vários elementos em um layout “facilita” a percepção das conexões que podem ali se efetivar.

A Imagem (1) - “Adolescente criminoso” é o primeiro material visual apresentado ao leitor, colocado na primeira página da reportagem, por detrás do título. Apesar de a primeira imagem estar em segundo plano, a mesma se encontra em uma posição central, destacada em relação a um fundo de tonalidades neutras – ora um cinza mais escuro ora um cinza mais claro -, ocupando um espaço considerável da página. Na imagem está representado um adolescente, branco, vestido com uma blusa clara, calça jeans e um tênis comumente associado a um estilo skatista. Além dessas características, o participante representado, o qual apresenta suas mãos nos bolsos, carrega, na parte da frente, enfiado na cintura, um revólver.

Como destacado anteriormente, neste trabalho as imagens presentes nas reportagens de capa não são investigadas por meio das categorias de análise apontadas na Gramática do Design Visual, de Kress e Van Leeuwen (2006), conforme realizado com a imagem da capa da revista. No entanto, para que se entenda melhor a relação da Imagem (1) com o texto escrito da reportagem em estudo, alguns aspectos apontados por esses autores serão aqui evidenciados.

Como se pode ver, essa é uma imagem de demanda: o participante representado não está alheio ao leitor; ao contrário disso, o adolescente olha diretamente para ele. Conforme já discutido, esse olhar interage significativamente com aquele que lê, despertando nele algum sentimento, requerendo-lhe alguma resposta, alguma reação. É possível perceber que o adolescente selecionado pela IstoÉ e que é representado na primeira página da reportagem interage com os leitores por meio de uma expressão facial segura, ativa e, de certa forma, intimidadora. Um elemento que fomenta esse aspecto “intimidador” do adolescente se refere à presença da arma na cintura, o que o torna ainda mais ameaçador, definindo-o, em concordância com o próprio título, como um “jovem criminoso”.

Além de se dirigir ao leitor por meio de uma expressão facial confiante e ativa, o participante representado na primeira imagem foi captado por meio de um plano mais fechado, posicionado bem de frente de quem lê. Tais escolhas nos apontam que a autora do texto optou por representar um jovem que estivesse bem próximo do leitor, intensificando a interação entre eles. Outra questão interessante corresponde ao “nível do olhar”. Apesar de na reportagem o garoto e o leitor se olharem no mesmo nível – e não como na capa, em que o adolescente olha para o leitor de cima para baixo, conferindo-lhe mais “poder” em relação a esse último -, ainda assim é possível perceber que nesta imagem o jovem, com uma arma na cintura, olhando diretamente para quem lê, está de cabeça erguida, numa postura que transmite a ideia de um adolescente que é “senhor de si”, resoluto, seguro.

A partir de todos os aspectos até aqui elencados acerca do “jovem criminoso” representado na primeira imagem da reportagem de capa, é plausível considerar que a elaboração dessa representação se orienta pelo mesmo propósito comunicativo que orientou a criação da capa da IstoÉ. Como explicitado na análise desse último gênero, a revista articula texto escrito, cores e imagem para defender um ponto de vista favorável à redução da maioria penal de 18 para 16 anos, apresentando, na capa, a figura de um adolescente armado e intimidador, que olha para o leitor de cima para baixo, numa postura insolente e

ameaçadora. Considerando, por sua vez, a reportagem principal, semelhantemente ao que ocorreu na capa, é possível perceber que o leitor é levado a se sentir receoso, com medo, intimidado, já que o participante na imagem, armado e altivo, é também apresentado como um “jovem criminoso”, como um “perigo” com o qual se deve ser cauteloso, como um “problema” que precisa ser “enfrentado”. Nesse sentido, a revista IstoÉ, em sua reportagem, optou por elaborar um material visual que transmite a mesma ideia da capa de um adolescente de 16 anos cômico de suas escolhas e atitudes, a imagem de um jovem que sabe o que faz e que, portanto, é maduro o suficiente para ser responsabilizado e punido como um adulto diante dos atos criminosos que pratica, fato que, conforme desenvolvido pela autora, legitima a diminuição da maioridade criminal no Brasil.

Como se verá a seguir, os sentidos construídos a partir dessa primeira imagem são corroborados e fomentados pelas outras imagens e suas respectivas legendas que aparecem durante o fluxo da reportagem. Além disso, o ponto de vista favorável à redução por meio da apresentação desse primeiro material visual é também corroborado pelo **a)** conteúdo do subtítulo – “Os jovens de 16 anos conquistam novos direitos, mas ainda são tratados como crianças quando cometem crimes graves” -; **b)** pelo conteúdo do lide – “Será que o rapaz de 17 anos, 11 meses e 27 dias que covardemente atirou na cabeça do universitário Victor Hugo Deppman, de 19 anos, depois de lhe roubar o celular, não sabia das consequências de seus atos?” – **c)** e por cada argumento que é apresentado ao longo do corpo do texto (argumentos a favor da diminuição da maioridade criminal, os quais são centrais para o cumprimento dos propósitos comunicativos da autora, estão marcados em negrito no texto).

Dessa forma, a presente análise considera que a Imagem (1) - “Adolescente criminoso”, assim como o primeiro material visual da reportagem de capa da revista Veja, não se relaciona com um fragmento específico da reportagem, mas sim com a matéria em sua totalidade. A partir de todos os aspectos levantados, julgamos plausível a emergência tanto da *relação retórica de motivação* quanto da *relação retórica de preparação* entre essa primeira imagem e todo o restante da reportagem de capa. Nessa perspectiva, a Imagem (1) constitui a porção textual que pode tanto preparar o leitor para a leitura do conteúdo da reportagem - orientando-o acerca do ponto de vista assumido pela revista em relação ao tema da maioridade penal no Brasil -, quanto motivar e incentivar esse mesmo leitor a ler o referido conteúdo, despertando-lhe o interesse acerca do assunto em questão já a partir desse primeiro elemento visual.

De acordo com a presente investigação, há três diferentes imagens na reportagem que se relacionam diretamente com o segundo parágrafo do texto: a Imagem (3) – “Victor Deppman”, a Imagem (6) – “Deputado Carlos Sampaio” e a Imagem (2) – Quadro “Projeto de Lei”, conforme a ordem em que aparecem no diagrama da organização retórica anteriormente apresentado. Apesar de não haver, no texto escrito do segundo parágrafo, uma referência direta que o conecte a esses materiais visuais, é possível perceber, por meio das informações presentes nesse fragmento verbal, que se constroem combinações entre essas referidas porções.

Logo após a apresentação do “fundo”, do “cenário” que norteará toda a construção de sua argumentação, Suzana Borin, logo no início do parágrafo seguinte, retoma o caso Victor Hugo Deppman – já apontado ao leitor, por meio de uma pergunta retórica. Assim, no início do segundo parágrafo, para desenvolver seu ponto de vista acerca da temática da maioria penal, a autora apresenta ao leitor mais informações sobre o ocorrido. Como se pode perceber no texto escrito, não são apontados ao leitor muitos detalhes sobre o crime, já que, na verdade, este não se configura como o foco da reportagem de capa, mas sim como o ponto de partida, como o fato social que impulsiona as discussões da autora a partir de uma perspectiva favorável à redução da maioria criminal brasileira.

A Imagem (3), por sua vez, é aquela que apresenta, em sua parte superior, a foto de Victor Deppman, o universitário de 19 anos que foi morto, e, em sua parte inferior, a foto dos pais desse mesmo jovem. Um fator interessante a ser observado nessa imagem se refere ao fato de que, enquanto que Deppman é apresentado ao leitor por meio de uma *imagem de oferta*, seus pais, por outro lado, a partir de uma expressão facial de tristeza e consternação, são apresentados por meio de *uma imagem de demanda*. Assim, ao escolher a Imagem (3) como um dos elementos que preenchem o arranjo textual da reportagem, a autora, ao mesmo tempo em que leva o leitor a observar e a “contemplar” a imagem do jovem “covardemente assassinado”, também induz esse mesmo leitor a interagir diretamente com os pais de Deppman, os quais, unidos, impelem aquele que lê a participar e, principalmente, a sentir seu sofrimento e desolação diante da perda de seu filho. A partir desses aspectos, constatamos que a escolha desse material visual, assim como outros elementos presentes no texto, configura-se como mais uma estratégia da autora para que o leitor aprecie e aceite a mesma perspectiva defendida por ela na reportagem de capa da IstoÉ.

A partir dessa breve caracterização da Imagem (3), consideramos possível que, na estrutura retórica da reportagem em análise, entre essa porção de texto visual (satélite) e o segundo parágrafo (núcleo), emergja tanto a *relação de motivação* quanto a *relação de preparação*. Portanto, a imagem de Victor Deppman e seus pais, segundo perspectiva de análise da presente tese, pode tanto impulsionar e incentivar o leitor a se dirigir para o conteúdo presente no texto escrito – mais especificamente no segundo parágrafo –, como também pode preparar e orientar esse mesmo leitor para a leitura da referida porção escrita.

Como apontado anteriormente, alguns argumentos da autora que sustentam o ponto de vista favorável à redução da maioria penal, presentes no fluxo do texto, são ressaltados diante do leitor através do uso do negrito. A legenda da Imagem (3), a primeira a aparecer na reportagem da IstoÉ, constitui-se a partir dessa mesma estratégia da autora: por meio do uso da cor amarela – o restante da legenda está na cor branca –, a autora dá destaque a algumas informações que evidenciam sua perspectiva argumentativa. Nessa primeira legenda, por exemplo, Suzana Borin ressalta a perda, por parte dos pais, de Victor Hugo Deppman, evidenciando o sofrimento vivido por esta família, além de destacar a informação de que “o criminoso era reincidente e havia ficado preso apenas 45 dias”, corroborando aspectos presentes no texto escrito que tratam especificamente do ponto de vista que defende penas mais duras para os menores infratores e um período maior de internação nos casos de reincidência e crimes hediondos.

Assim, de acordo com o presente trabalho, a legenda, ao mesmo tempo em que oferece algumas explicações/esclarecimentos acerca dos elementos visuais presentes na imagem, é também aquela que traz novas informações, novos dados ao conteúdo visual apresentado. Diante disso, é possível considerarmos que entre a Imagem (3) (núcleo) e sua legenda (satélite) podem emergir tanto a *relação retórica de explicação* quanto a *relação retórica de elaboração*. Importante salientar que a emergência tanto de uma quanto de outra relação retórica, por meio da combinação entre esses dois modos semióticos distintos, são “subordinadas” à construção da argumentação da autora que perpassa todo o texto.

Como explicitado anteriormente, apesar da Imagem (6) estar situada no fim da reportagem de capa, na penúltima página, essa porção de texto visual também se relaciona com o segundo parágrafo. Nessa parte escrita da reportagem, Borin destaca que no dia 23 de abril de 2013, mais ou menos uma semana antes da publicação da edição da IstoÉ, a Câmara criou uma comissão especial para propor alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente,

com a finalidade de endurecer as punições aplicadas aos menores infratores. Após essas informações, a autora apresenta ao leitor uma citação do deputado Carlos Sampaio, quem, na época, iria comandar a referida comissão da Câmara. Esse líder político, em concordância com o ponto de vista defendido na matéria como um todo, defende o aumento do tempo de permanência dos menores detidos na Fundação Casa e afirma que “passou da hora de fazermos reformulações”.

Assim como o deputado é apresentado ao leitor por meio do modo escrito, ele também o é por meio da linguagem visual: na Imagem (6), o participante representado é o deputado Carlos Sampaio, situado em frente do Palácio do Congresso Nacional, em Brasília. Interessante observar que a legenda (satélite), ao explicar o conteúdo da imagem (núcleo) – fazendo com que entre essas duas porções emergja a *relação de explicação* –, apresenta informações que constituem uma espécie de “prévia”, uma forma de apresentação inicial acerca do que o leitor irá encontrar no conteúdo desenvolvido no corpo do texto da reportagem. A partir dessa perspectiva, assim como ocorreu na combinação entre a Imagem (3) – “Victor Deppman” (satélite) e o 2º parágrafo (núcleo), entre a Imagem (6) – “Deputado Carlos Sampaio” (satélite) e o 2º parágrafo (núcleo) também pode emergir tanto uma *relação de motivação*, quanto uma *relação de preparação*, já que esse último material visual ao mesmo tempo em que motiva o leitor a buscar informações presentes no corpo do texto, impelindo-o para a leitura da reportagem, também prepara, orienta esse leitor acerca de algumas questões que serão tratadas por meio das porções escritas presentes no 2º parágrafo do gênero em estudo.

É importante apontar que, na estrutura retórica da reportagem “Os jovens criminosos e a maioria penal”, a Imagem (3) e a Imagem (6) também estabelecem uma conexão entre si. De acordo com a presente análise, essas duas porções de texto visual correspondem a núcleos informacionais diferentes, independentes entre si. Assim, entre essas porções visuais distintas é plausível a emergência da *relação multinuclear de sequência*: para a construção dos sentidos - por parte dos leitores -, a partir da organização dos elementos no interior do arranjo textual - elaborada pela autora -, é imprescindível que tanto a Imagem (3) quanto a Imagem (6) ocupem, exatamente, seus respectivos espaços na reportagem de capa. Como já enfatizado anteriormente, se esses materiais visuais são colocados em lugares diferentes no interior da composição textual, pode haver mudança na maneira como o leitor interage e interpreta a referida publicação, modificando, conseqüentemente, o processo de construção de significados.

Ainda com relação às conexões que se efetivam entre porções de texto visual e o segundo parágrafo, examinaremos, por último, a combinação entre esse fragmento de texto verbal e a Imagem (2) – Quadro “Projeto de Lei”. Como apontado acima, por meio do segundo parágrafo, os autores informam ao leitor que em abril de 2013 a Câmara dos Deputados organizou uma comissão especial para propor alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente e estipular maior punição para os adolescentes infratores. A Imagem (2), por sua vez, apresenta, junto aos leitores, mais informações, mais detalhes sobre o projeto de lei proposto: na esquerda do quadro, o leitor tem acesso às informações sobre “o que vigora hoje” e, na direita, mais detalhes sobre “o que o projeto propõe”. Portanto, consideramos plausível que entre o segundo parágrafo do texto e o Quadro “Projeto de Lei” emerge a *relação retórica de elaboração*, já que a referida imagem acrescenta à porção verbal novos detalhes, novos dados e aspectos sobre as alterações direcionadas ao ECA.

Ressaltamos, aqui, um ponto importante: diferentemente do que acontece com as três imagens analisadas anteriormente, a conexão entre a Imagem (2) e o texto escrito é sinalizada explicitamente pela autora. Na página 68 da reportagem, encontramos a expressão “leia quadro abaixo”, a partir da qual o leitor é imediatamente direcionado ao material visual. No entanto, é interessante perceber que na reportagem de Suzana Borin há um problema na distribuição dos elementos verbais e visuais no interior do arranjo textual: apesar de o leitor ser direcionado para a parte inferior da página 68 por meio de uma sinalização direta, não há, no referido espaço dessa página, o quadro mencionado, mas sim outra imagem.

O material visual Quadro “Projeto de Lei” é, na verdade, apresentado ao leitor no fim da página anterior. Mais uma vez, encontramos na reportagem da IstoÉ outro aspecto importante tratado por Bateman (2008) acerca de alguns problemas encontrados, por leitores e analistas do texto, no que diz respeito às combinações que se efetivam entre o modo semiótico escrito e a imagem: ainda que haja uma sinalização explícita, é relevante que os conteúdos dos diferentes modos que se combinam sejam efetivamente relacionados.

A Imagem (4) – “Champinha” está conectada ao terceiro parágrafo. Nessa parte escrita da reportagem, a autora, conforme iniciado no segundo parágrafo, continua a discutir a proposta apreciada pelos deputados na Câmara. São apresentadas ao leitor informações específicas, segundo a nova proposta, sobre como serão tratados os casos em que é diagnosticada uma doença mental. Nesse ponto da discussão, Borin relembra o caso de Roberto Aparecido Alves Cardoso, mais conhecido como “Champinha”, o adolescente que,

em 2003, com 16 anos de idade, segundo a autora, liderou um grupo que assassinou Felipe Caffé e Liana Friedenbach, a qual também foi vítima de um estupro coletivo, um crime que “horrorizou o país”.

Interessante notar que, assim como fez a revista *Veja*, a revista *IstoÉ* utiliza o caso Champinha para discutir o estabelecimento da maioria penal no Brasil, dando destaque à incapacidade das leis e políticas brasileiras para lidar com os menores infratores, especialmente em casos de infrações tão graves, como o citado. Conforme discutido na análise da revista *Veja*, essa é uma eficiente estratégia argumentativa utilizada pela autora na construção da reportagem, já que, ao citar um fato real que impactou em grande medida a sociedade brasileira e ainda não foi solucionado – o qual, segundo o texto, se encontra em uma “espécie de limbo jurídico” –, Borin reforça a ideia de que mudanças na lei são necessárias, o que legitima o projeto de lei apresentado pelos deputados, em que são propostas punições mais duras para os adolescentes infratores.

Nessa perspectiva, a Imagem (4) se configura como mais um elemento importante para a constituição dos propósitos comunicativos da autora: esse material visual (satélite), ao se relacionar com o terceiro parágrafo (núcleo), tanto motiva o leitor a buscar mais informações no corpo da reportagem – o que promove a emergência da *relação de motivação* – quanto prepara e orienta esse leitor, informando-o que o material verbal tratará de um fato de grande repercussão na sociedade e que ainda continua a despertar o interesse daqueles que buscam compreender o assunto da maioria criminal no Brasil – contexto em que emerge a *relação de preparação*. De acordo com a presente análise, entre a referida imagem e sua legenda podem emergir as *relações retóricas de explicação e elaboração*, já que é plausível considerar que essa legenda pode explicar o conteúdo da imagem como também pode acrescentar-lhe novos aspectos, novas informações.

O primeiro período do quinto parágrafo da reportagem é apresentado de maneira mais saliente, marcado em negrito. Essa saliência, como já discutido, não está vazia de significado ou intenções. Nessa parte do texto escrito, a autora destaca, junto ao leitor, um dos principais argumentos desenvolvidos na reportagem, o qual revela, de forma mais explícita, seu ponto de vista quanto à legislação atual que trata do menor infrator: “O mesmo Estado que patina ao definir uma nova legislação capaz de punir menores que cometam crimes hediondos vem, ao longo dos anos, assegurando novos direitos aos jovens de 16 anos” (BORIN, p. 69). Após a

apresentação desse argumento, Borin passa a elencar alguns direitos dados pelo Estado ao jovem de 16 anos, como votar ou trabalhar com carteira registrada.

Nesse sentido, apesar de não haver uma sinalização explícita no corpo do texto, percebemos, claramente, a conexão existente entre o quinto parágrafo (núcleo) e a Imagem (7) – Infográfico “A responsabilidades aos 16 anos” (satélite). Essa imagem traz ao referido texto escrito mais detalhes, maiores informações sobre o que as leis brasileiras permitem - ou não permitem – um adolescente nessa faixa etária fazer: o infográfico apresenta informações quanto a votar, beber, dirigir, assistir a filmes adultos, casar, emancipar e ser preso. Dessa forma, para a presente análise, é bastante aceitável a emergência da *relação de elaboração* entre essas porções textuais.

Conforme discutido, por meio do sexto e sétimo parágrafo, na busca por fundamentar, cientificamente, seu ponto de vista favorável à redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, a autora da reportagem recorre à neurociência, destacando vozes de especialistas que legitimam seu ponto de vista, como a fala da psicóloga Maria Alice Fontes, a qual afirma que “(...) ‘não dá para usar o cérebro como desculpa para dizer que o jovem nesta idade não tem nenhum discernimento e, portanto, não pode assumir as responsabilidades pelo que faz’” (BORIN, p.70). Partindo dessas vozes – ou, como já apontado, “recursos de autoridade” -, Borin apresenta algumas informações que caracterizam o funcionamento do cérebro de um adolescente de 16 anos, enfatizando o amadurecimento biológico de um jovem dessa idade diante das escolhas e atos que pratica – “(...) ‘Mas, aos 16 anos, o cérebro já sabe diferenciar o certo do errado, tanto no sentido do que é moral quanto legalmente aceito’” (BORIN, p.70).

Diante desse conteúdo apresentado, percebemos que a Imagem (5) – Infográfico “A culpa é dele?” se relaciona diretamente com os dois parágrafos apontados acima, adicionando a eles mais informações científicas acerca do cérebro adolescente, trazendo detalhes e aspectos específicos sobre as partes pertencentes a esse órgão, como o cerebelo, o hipocampo, a amígdala, os gânglios basais, o corpo caloso e o córtex pré-frontal. Como pode ser visto na reportagem, na imagem há um garoto, em posição estática, como uma espécie de “robô desligado” ou “descarregado”, com os braços e a cabeça abaixados, com seu cérebro em evidência e as partes acima citadas descritas. Portanto, entre a porção verbal (sexto e sétimo parágrafos, núcleo) e a porção visual (Imagem 5, satélite) também emerge a *relação retórica de elaboração*.

Apesar de não haver uma indicação explícita na parte escrita da reportagem de capa, a Imagem (8) – “Alexander Brasil” estabelece uma combinação direta com o nono e décimo parágrafos. Essas duas unidades de texto escrito, de acordo com o que foi explicitado anteriormente, apresenta a decisão do Estado de autorizar o tratamento gratuito para mudança de sexo a partir dos 16 anos. Como vimos também, a apresentação dessa iniciativa do governo brasileiro se delineia como mais uma estratégia da autora em sua busca por validar a diminuição da maioridade criminal para 16 anos: Borin aponta para o leitor as decisões “incompatíveis” do Estado, que ora considera um jovem de 16 anos suficientemente maduro – concedendo-lhe importantes direitos, como mudar de sexo – e ora o considera imaturo, incapaz de responder por seus atos – tratando-o “como criança quando comete crimes bárbaros”.

Na Imagem 8, o participante representado é Alexander Brasil, o jovem de 16 anos que, segundo o décimo parágrafo da reportagem, “nasceu mulher e, aos 4 anos, já chorava quando lhe botavam vestidos ou insistiam que frequentasse as aulas de balé” (BORIN, p. 71). Conforme pode ser visto nesse material visual, o adolescente representado corresponde a um exemplo de jovem que será beneficiado pelo tratamento gratuito oferecido pelo Ministério da Saúde. Na representação, Alexander Brasil não olha diretamente para o leitor, mas para algo fora da imagem. Essa imagem, portanto, caracteriza-se como uma *imagem de oferta*, em que o leitor é convidado a observar o participante e suas ações e não a interagir com ele, como nas representações de demanda. Além de não olhar para o leitor, o adolescente não foi captado de frente e sim de perfil, reforçando ainda mais o fato de que a autora da reportagem optou por um elemento visual que não estabelecesse uma interação com o leitor, mas que mantivesse certa distância em relação a este último, sem demandar-lhe, necessariamente, alguma reação específica, como no caso da primeira imagem presente na reportagem de capa, “Jovem criminoso”.

Diferentemente das imagens analisadas anteriormente, as quais se relacionam com algum aspecto específico dos parágrafos com que se conectam, a Imagem 8 se relaciona com o conteúdo dos parágrafos nono e décimo de um modo geral e não com um ponto em particular dessas porções escritas. Conforme pode ser visto, a legenda dessa imagem, ao explicá-la e, ao mesmo tempo, elaborá-la – acrescentando-lhe novos dados -, traz como título “Adulto para mudar?” e apresenta, em seu conteúdo, uma espécie de “reformulação” ou uma espécie de “resumo” de todas as informações desenvolvidas pela autora nos parágrafos (9) e (10).

Portanto, de acordo com a presente análise, entre a porção constituída pela Imagem 8 e sua legenda (satélite) e a porção formada pelo nono e décimo parágrafo (núcleo) é possível a emergência tanto da *relação retórica de reformulação* quanto da *relação retórica de resumo*. Nesse sentido, a representação de Alexander Brasil e sua legenda podem, ao mesmo tempo, oferecer uma “reformulação visual” a partir do que o leitor encontrará no texto escrito e oferecer também uma espécie de “síntese”, de “resumo” do que esse mesmo leitor terá nos dois últimos parágrafos da reportagem “Os jovens criminosos e a maioria penal”.

Na análise da emergência de relações de sentido entre as porções escritas e as imagens da reportagem de capa da IstoÉ, gostaríamos de destacar, por último, uma outra possibilidade de leitura da organização retórica do referido texto. Consideramos plausível que entre o corpo do texto da reportagem como um todo (porção núcleo) e o conjunto de materiais visuais, ou seja, as oito imagens e suas respectivas legendas (porção satélite) emergja tanto a *relação retórica de motivação* quanto a *relação retórica de preparação*. Nessa perspectiva de análise, consideramos que o leitor, folheando, antes da leitura do texto escrito, cada uma das páginas da reportagem, além de ser motivado a ler a matéria publicada e impelido a se direcionar para o texto escrito, é também preparado e orientado por meio do conteúdo das imagens acerca do que será desenvolvido pela autora no corpo do texto.

Assim, no caso da reportagem da IstoÉ, ao interagir com as diferentes imagens presentes em cada página, ao mesmo tempo em que o leitor é incentivado a ler as porções escritas, ele também é informado, por exemplo, que o conteúdo verbal tratará de questões referentes aos jovens que cometem crimes graves; apresentará um projeto de lei que propõe penas mais duras para os menores infratores; irá abordar questões referentes ao caso Victor Hugo Deppman e ao caso “Champinha”, dentre outros pontos que orientam aqueles que interagem inicialmente com o texto. A partir dessas informações, os leitores, em seu primeiro contato com a reportagem de capa, podem acionar conhecimentos prévios, levantar hipóteses acerca do assunto abordado e, especialmente, inferir possíveis pontos de vista defendidos pelos autores.

A seguir, o presente estudo apresenta o **Diagrama 29**, o qual materializa essa segunda leitura plausível da organização retórica da reportagem da IstoÉ, partindo das combinações entre o material verbal e o visual.

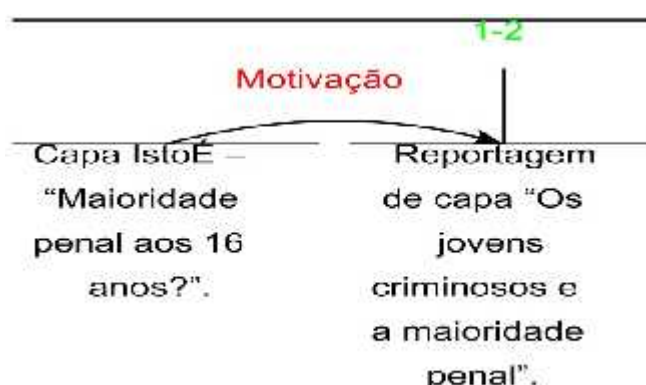
4.3.3 Emergência de relações retóricas entre a capa e a reportagem de capa

As análises e discussões desenvolvidas neste trabalho têm como ponto de partida a perspectiva que considera a forte “conexão” entre a capa e a matéria de capa. Assim, de acordo com as investigações até aqui desenvolvidas – tanto da revista *Veja* quanto da revista *IstoÉ* -, defendemos que, de uma forma mais “geral”, de uma maneira mais “abrangente”, há algumas relações de sentido que podem emergir entre a capa e a reportagem de capa, considerando esses textos em sua totalidade: as *relações retóricas de motivação, preparação e elaboração*.

Partindo do diálogo existente entre os dois gêneros apontados acima, a capa se configura, inicialmente, como uma grande “mola propulsora” que persuade o leitor a interagir com os diferentes textos presentes no interior da revista, especialmente com a reportagem principal. Dessa forma, conforme já apontado em capítulo anterior da presente tese, a capa é extremamente importante para a revista: esta é a grande “vitrine” da edição publicada, é aquela que constituirá a “primeira impressão” do leitor. Este último, por sua vez, segundo os propósitos comunicativos do gênero em estudo, deve ser “conquistado”, “seduzido”, persuadido a se dirigir para o interior da publicação, buscando mais informações, mais detalhes acerca do conteúdo que lhe despertou o interesse.

Assim, como pode ser visto nas publicações examinadas por esta tese, os autores de uma capa de revista “investem”, de forma expressiva, no processo de construção de sentidos, utilizando modos semióticos distintos, os quais, de acordo com seus respectivos recursos, proporcionarão uma rica rede de significados. De acordo com as análises aqui realizadas, as diferentes cores, imagens e porções escritas articuladas entre si estão a serviço da perspectiva argumentativa da revista, buscando convencer aqueles que leem a aceitar e, especialmente, a se apropriar dos pontos de vista defendidos pelos autores. Diante das características acima apontadas, assim como ocorre entre porções presentes no interior de um mesmo texto, consideramos plausível que entre a capa (satélite) e a reportagem (núcleo) emerge a *relação retórica de motivação*, como materializado no esquema a seguir:

Diagrama 30 – Diálogo entre a capa e a reportagem de capa da IstoÉ: emergência da relação retórica de motivação



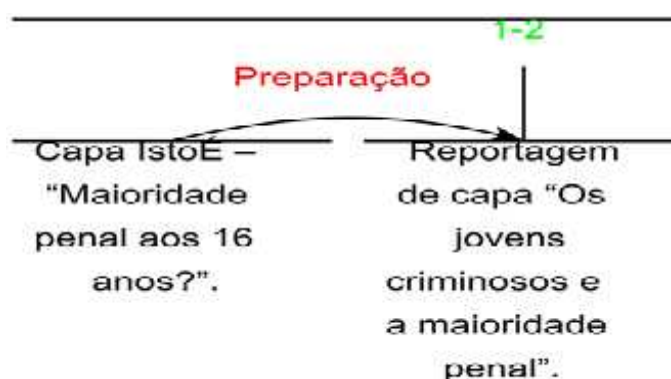
Além de motivar o leitor a ler a reportagem principal, a capa também irá “prepará-lo” para a leitura da reportagem; é a capa que irá “orientar” e “conduzir” esse leitor em seu contato com o interior da revista, fazendo com que este último esteja muito mais interessado quanto ao conteúdo ali desenvolvido. Segundo já investigado e discutido tanto a partir da revista *Veja* quanto da revista *IstoÉ*, ao lermos uma determinada capa, ao interagirmos com as diferentes linguagens ali exploradas, somos “informados” acerca de vários aspectos extremamente importantes em nossa preparação para a leitura da reportagem de capa.

Conforme já mais bem explicitado em análises anteriores, dentre esses “aspectos preparatórios” estão, por exemplo: **a)** a informação de que a reportagem foi produzida e publicada pela Editora *Três* – importante editora brasileira, fundada em 1972, por Domingo Alzugaray, ex-diretor da editora *Abril*, para quem, inicialmente, fornecia materiais jornalísticos para a produção da revista *Veja* –; **b)** a partir de conhecimentos prévios sobre a logomarca *IstoÉ*, o leitor pode fazer inferências sobre a perspectiva político-ideológica que irá caracterizar e nortear toda a construção da reportagem acerca do tema “maioridade penal”; **c)** há na capa um determinado valor de compra dessa publicação semanal, a partir do qual o leitor é orientado sobre o possível perfil socioeconômico do público a que a reportagem se destina; **d)** ao ler o número da edição e o número do ano, o leitor já recebe a orientação de que a revista está há algum tempo no mercado brasileiro de publicações, fato que confere à *IstoÉ* credibilidade em relação às discussões e posicionamentos que assume por meio das matérias que publica; **e)** por meio da data presente na capa, o leitor já é informado sobre o contexto sociocultural em que se desenvolvem as discussões propostas pela reportagem principal.

Por último, tratando ainda aspectos relacionados à emergência da relação retórica de preparação, gostaríamos de destacar o fato de que, por meio da leitura da capa, o leitor já tem acesso ao ponto de vista assumido pela publicação em relação ao assunto/tema abordado. Segundo apontado nas investigações concretizadas, ao ler a capa da *Veja* ou da *IstoÉ*, o leitor já sabe que as edições selecionadas pela presente tese assumiram um posicionamento favorável à redução da maioria penal no Brasil e que, portanto, esse também será o ponto de vista a ser desenvolvido e defendido pela reportagem de capa.

Enfatizamos que, para que haja essa “preparação”, esse “fazer interessar” de maneira eficiente, além da escrita, diferentes modos semióticos na capa, como a imagem e as cores, precisam ser criativamente e eficientemente explorados, uma vez que “o visual é um poderoso meio de comunicação” (KRESS, 1997). Assim, se a capa, por meio da integração de diferentes linguagens, é aquela que *prepara* o leitor para sua interação com o gênero reportagem principal, pode-se apontar que, por meio dessa relação núcleo-satélite, assim como ocorre na emergência da relação de motivação, a *capa* se constitui como *satélite*, enquanto que a *reportagem* como *núcleo*. Vejamos essa representação no diagrama a seguir:

Diagrama 31 – Diálogo entre a capa e a reportagem de capa da IstoÉ: emergência da relação retórica de preparação

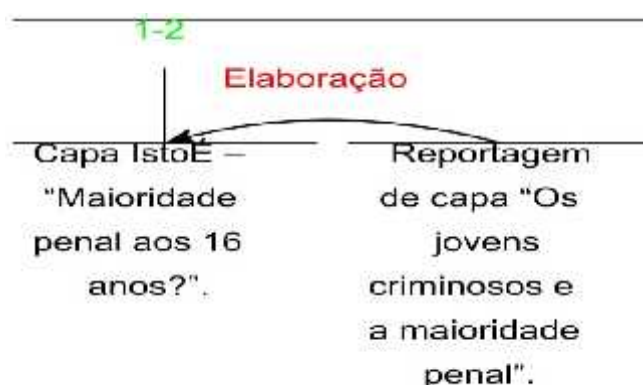


Ao se investigar o diálogo entre os dois gêneros em estudo, observa-se que também é aceitável a emergência de outra relação retórica: a *relação de elaboração*. Na perspectiva da emergência dessa relação de sentido, a reportagem se constitui como o desenvolvimento, como o desdobramento dos conceitos e ideias que foram anteriormente “anunciados” pela capa da revista. Assim, os diferentes parágrafos, as diferentes imagens e suas respectivas

legendas presentes na reportagem estão *elaborando*, acrescentando novos dados e informações aos assuntos apontados ao leitor por meio da capa.

Ressaltamos que, ao emergir a relação de elaboração entre os dois gêneros de texto examinados, invertem-se as funções dos mesmos na organização da estrutura retórica *intertextual*: a *capa* – aquela que apresenta os assuntos, os temas a serem tratados no interior da revista – constitui a porção *núcleo*, enquanto que a *reportagem de capa* - aquela em que o conteúdo da capa é desenvolvido, elaborado – corresponde à porção *satélite*. Em seguida, o diagrama que materializa a emergência, entre textos, dessa relação retórica:

Diagrama 32 – Diálogo entre a capa e a reportagem de capa da IstoÉ: emergência da relação retórica de elaboração



Conforme discutido até aqui, foram apontadas as três relações de sentido que, segundo este trabalho, podem emergir entre a capa e a reportagem principal da IstoÉ, considerando que as combinações se desenvolvem a partir desses gêneros vistos como um todo. A seguir, serão examinadas algumas conexões que se efetivam a partir do relacionamento entre partes específicas de cada um desses textos. Desse modo, além de investigar as possíveis relações de sentido que emergem entre a capa e a reportagem vistas como duas grandes porções, a presente tese também investiga as possíveis combinações que se desenvolvem entre partes específicas da capa e partes específicas da reportagem, considerando, para isso, tanto o material verbal quanto o material visual.

A primeira combinação a ser apresentada corresponde à conexão entre a imagem do adolescente da capa e a imagem do adolescente na primeira página da reportagem principal. Anteriormente, quando discutimos a conexão entre o primeiro material visual da matéria de

capa e o texto escrito da mesma, já apontamos semelhanças e diferenças entre essas duas representações dos jovens de 16 anos. Assim, destacamos que, na busca por defender um ponto de vista a favor da redução da maioria penal, em ambos os gêneros os autores optaram por uma imagem em que o adolescente, em sua interação com o leitor, se revela por meio de uma expressão facial segura, altiva e, de certa forma, intimidadora. Conforme descrito, há dois elementos que reforçam, em grande medida, esse aspecto “ameaçador” do participante representado: o primeiro corresponde ao fato desse jovem se dirigir ao leitor olhando-o de cima para baixo – o que delega “poder” a esse adolescente em relação àquele que lê o texto - e o segundo à presença da arma de fogo, ora na mão do garoto (imagem da capa), ora em sua cintura (imagem da reportagem).

Dessa forma, ao apresentar o jovem de 16 anos em ambos os gêneros textuais, a revista IstoÉ não optou por representá-lo por meio de um material visual que constrói, junto àquele que lê, a ideia de um adolescente que está inserido em um período de transição entre a fase juvenil e a vida adulta e que, portanto, é incapaz de fazer suas próprias escolhas e assumir as consequências de seus atos. Pelo contrário, a revista em estudo optou, tanto em sua capa quanto em sua reportagem de capa, por uma representação do adolescente que remete o leitor à ideia de um jovem que é “senhor de si”, que sabe o que faz e que, por isso, é capaz de responder por suas escolhas e atos como um adulto.

Diante de todas essas questões apontadas e discutidas, consideramos plausível que, na combinação que se efetiva entre a imagem do “Adolescente skatista” (porção núcleo), presente na capa, e a Imagem (1) “Adolescente criminoso” (porção satélite), presente na matéria de capa, emerge a *relação retórica de reformulação*, já que o material visual da reportagem retoma aquele apresentado ao leitor na capa, mantendo o mesmo conteúdo, a mesma construção de ideias e significados, apresentando, apenas, algumas poucas diferenças. Desse modo, ao comparar as duas representações, o leitor reconhece o “adolescente criminoso” como uma *reformulação* do “adolescente skatista”.

Na chamada principal da capa, a revista lança ao leitor o seguinte questionamento: “Maioridade penal aos 16 anos?”. De acordo com a presente análise, essa provocação se constitui como uma *preparação*, como uma *orientação* para que aquele que interage com o texto já saiba, explicitamente, qual será o conteúdo trazido pela reportagem principal da edição. Assim, ao ler a expressão “maioridade penal aos 16 anos”, o leitor é “convidado”, “impulsionado” a acionar os seus conhecimentos prévios sobre o assunto abordado, trazendo

para seu processo de leitura informações e pontos de vista já compartilhados e assumidos por ele, os quais serão confrontados diante do conteúdo trazido pela reportagem. Nessa perspectiva, entre esse fragmento da capa (satélite) e a reportagem em sua totalidade (núcleo) emerge a *relação retórica de preparação*.

Há, ainda, outra possibilidade de combinação entre o fragmento de texto “maioridade penal aos 16 anos” e a reportagem no interior da revista. Consideramos possível que a reportagem, como um todo, seja o desdobramento, uma espécie de “resposta” desenvolvida pela própria revista à provocação posta diante do leitor por meio da capa. Assim, o título, o subtítulo, todo o corpo do texto da reportagem, todas as imagens utilizadas e suas respectivas legendas constituem uma grande elaboração oferecida ao leitor a partir do questionamento anteriormente apresentado, a qual, conforme visto, é desenvolvida por Suzana Borin a partir de um ponto de vista favorável à redução da maioridade penal no Brasil. Portanto, entre essa porção escrita da capa (núcleo) e toda a reportagem (satélite) emerge a *relação retórica de elaboração*.

Na capa da IstoÉ encontramos a seguinte porção verbal: “Eles votam para presidente, agora podem até mudar de sexo, mas são tratados como crianças quando cometem crimes bárbaros. Está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão.” Na reportagem, por sua vez, encontramos a seguinte parte, também verbal: “Os jovens de 16 anos conquistam novos direitos, mas ainda são tratados como crianças quando cometem crimes graves. Agora, aumenta a pressão para que adolescentes recebam penas mais duras quando participam de crimes hediondos ou são reincidentes, e o congresso resolve enfrentar a questão”. Como podemos observar, o subtítulo, presente na reportagem principal, retoma, claramente, porções de texto que foram apresentadas na capa, apontando ao leitor informações muito semelhantes. A diferença entre essas porções é que o subtítulo da reportagem acrescenta novas informações ao que foi anunciado ao leitor por meio da capa, trazendo, por exemplo, mais dados sobre o que a revista está chamando de crimes “bárbaros” ou “graves” (crimes hediondos, aqueles tratados de maneira mais severa pela lei, como homicídio, latrocínio, estupro, genocídio, entre outros), além de apontar, de maneira mais específica, a instituição da sociedade brasileira que “resolveu enfrentar a questão”, ou seja, o *Congresso Nacional*, composto pela Câmara dos Deputados (a revista apresenta, por meio de texto e imagem, o Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), relator da comissão na Câmara que estuda reformulações no ECA) e pelo *Senado Federal* (a revista cita o nome do Senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), quem propõe, por meio de emenda constitucional, reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos).

Dessa forma, o presente trabalho considera que entre a referida porção de texto verbal apresentada na capa (núcleo) e a referida porção de texto que constitui o subtítulo da reportagem principal (satélite) emerge a *relação retórica de elaboração*, uma vez que dados e informações importantes estão sendo acrescentados ao que foi anteriormente apontado ao leitor.

Conforme discutido em análises anteriores, o fragmento “Eles votam para presidente, agora podem até mudar de sexo, mas são tratados como crianças quando cometem crimes bárbaros” aponta para o leitor, segundo ponto de vista defendido pela revista, uma incômoda contradição presente nas ações do Estado brasileiro. Como enfatizado pela edição da IstoÉ em estudo, essa contradição se manifesta uma vez que a legislação brasileira ora trata os adolescentes de 16 anos como “adultos” - garantindo-lhes importantes direitos que podem interferir, de maneira significativa, tanto em sua relação com a sociedade (votar para presidente) quanto em sua relação com o próprio corpo (mudar de sexo) – e ora trata esses mesmos adolescentes como “crianças” – não punindo-os como adultos quando cometem crimes graves, como no caso, conforme apontado pela IstoÉ, em que o jovem “de 17 anos, 11 meses e 27 dias” assassinou Victor Hugo Deppman.

Dessa forma, a revista, já em sua importante “vitrine”, apresenta ao leitor uma forte crítica às decisões e às ações do Estado, apontando que este último tem sido incoerente em relação ao tratamento dado aos adolescentes, especialmente no que diz respeito à falta de punição aos menores infratores. Desse modo, de acordo com a perspectiva da IstoÉ, para que a “questão seja enfrentada”, é preciso rever o estabelecimento da maioridade penal, conforme destacado na chamada principal: “Maioridade penal aos 16 anos?”.

A crítica feita pela revista por meio do trecho verbal acima referido é explicitamente desenvolvida pela reportagem de capa, tanto a partir do bloco de porções constituído pelo quinto parágrafo e pela Imagem (7) – Infográfico “A responsabilidade aos 16 anos”, quanto a partir do bloco de porções formado pelo 9º e 10º parágrafos e pela Imagem (8) – “Alexander Brasil”. Desse modo, percebemos que a capa da IstoÉ aponta para o leitor alguns direitos importantes que um adolescente de 16 anos possui no contexto da sociedade brasileira; a reportagem principal, no que lhe concerne, irá apresentar informações mais detalhadas, irá acrescentar outros dados a esses “direitos” citados na capa.

Nesse sentido, o quinto parágrafo, por exemplo, já em seu início parece retomar o texto da capa: “O mesmo Estado que patina ao definir uma nova legislação capaz de punir

menores que cometam crimes hediondos vem, ao longo dos anos, assegurando novos direitos aos jovens de 16 anos”. Dando continuidade à discussão, o referido parágrafo acrescenta detalhes quanto aos direitos conquistados por esses adolescentes, como votar para presidente (conforme destacado na capa), trabalhar com carteira registrada e, com autorização dos pais, ser emancipado e casar. De acordo com a análise feita acerca das combinações entre o texto e a imagem na reportagem de capa, a Imagem (7) – Infográfico “A responsabilidade aos 16 anos”, por sua vez, é aquela que elabora o quinto parágrafo, adicionando mais informações ao conteúdo apresentado nessa porção verbal. Dessa maneira, ao elaborar o quinto parágrafo, esse material visual também elabora o fragmento de texto apresentado na capa, acrescentando-lhe novos dados.

A informação, presente na capa, de que os adolescentes “agora podem até mudar de sexo” é o principal direito desses jovens que a autora Suzana Borin explora no interior da reportagem, apresentando mais detalhes quanto a esta questão por meio do nono e décimo parágrafo. Nessa parte da matéria, a autora dá destaque ao fato de que, em alguns dias, o Ministério da Saúde publicaria uma portaria que autoriza o tratamento gratuito para mudança de sexo a partir dos 16 anos. É apresentado também o caso de Alexander Brasil – participante representado na Imagem 8 -, um dos jovens a ser beneficiado por essa decisão do Estado.

Segundo analisado anteriormente, ao dar ênfase a esse direito de mudança de sexo, a autora reforça, em grande medida, a sua argumentação em favor da redução da maioridade penal. Isso ocorre uma vez que, ao salientar para o leitor, tanto da capa quanto da reportagem, que um adolescente de 16 anos tem maturidade de fazer escolhas tão significativas para sua vida social e pessoal, a autora pretende legitimar a ideia de que esse mesmo adolescente é capaz de assumir as consequências de seus atos e que, portanto, deve ser punido como um adulto diante dos crimes que pratica.

Dessa forma, a partir do diálogo entre a capa e a reportagem de capa da IstoÉ, consideramos plausível que entre o trecho “Eles votam para presidente, agora podem até mudar de sexo, mas são tratados como crianças quando cometem crimes bárbaros” (porção núcleo) e os blocos de porções constituídos pelo quinto parágrafo e a Imagem (7) e pelo nono e décimo parágrafos e a Imagem (8) (porção satélite) emerge a *relação retórica de elaboração*.

O último fragmento de texto presente na chamada principal da capa – “Está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão” - é, também, claramente desenvolvido pela reportagem

principal. Como pode ser detectado a partir da comparação entre os dois gêneros, algumas partes da reportagem apontam, explicitamente, como o Brasil está “enfrentando a questão” relacionada ao assunto do estabelecimento da maioria penal. Nesse sentido, o segundo parágrafo, por exemplo, acrescenta a informação de que, em abril de 2013, a Câmara criou uma comissão especial para propor alterações no ECA, a partir das quais os deputados têm o objetivo de endurecer as penalizações direcionadas aos menores infratores. Nesse mesmo parágrafo, o leitor é também informado que no Senado há uma emenda constitucional, do senador Aloysio Nunes, que propõe a redução da maioria criminal de 18 para 16 anos.

Por meio do terceiro parágrafo, outras informações quanto a “enfrentar a questão” também são acrescentadas à capa: a proposta estudada pelos deputados apresenta possíveis ações a serem realizadas pelo Estado diante dos casos em que o menor infrator apresenta alguma doença mental. O quarto parágrafo, por sua vez, elabora e reforça as informações trazidas pelo segundo e terceiro parágrafos, apresentando alguns pontos de vista de profissionais diretamente relacionados ao tema da maioria penal.

Ressaltamos que o trecho de texto apresentado na capa “Está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão” não é desenvolvido na reportagem apenas por porções de texto verbal, mas também pelos materiais visuais apresentados. Conforme visto anteriormente na investigação das combinações entre o texto e a imagem na matéria principal da revista, a Imagem (3) “Victor Deppman”, a Imagem (6) “Deputado Carlos Sampaio” e a Imagem (2) Quadro “Projeto de lei” estão diretamente conectadas ao segundo parágrafo; além disso a Imagem (4) “Champinha” está diretamente conectada ao terceiro parágrafo. Desse modo, todos esses materiais visuais citados, assim como os respectivos parágrafos com os quais se combinam, também elaboram a referida porção verbal da capa, adicionando-lhe novas informações, novos pontos de vista, por meio de um modo semiótico diferente.

Diante de toda essa discussão, consideramos plausível que entre a porção da capa “Está na hora de o Brasil enfrentar de vez essa questão” e o bloco constituído pelo segundo, terceiro e quarto parágrafos da reportagem (além das imagens que se combinam com essas partes verbais) emerge a *relação retórica de elaboração*.

Em discussões anteriores, apontamos que a autora da reportagem, a partir do conteúdo presente no sexto, sétimo e oitavo parágrafos, apresenta aos leitores informações provenientes da neurociência, na busca por fundamentar a ideia de que um adolescente de 16 anos tem maturidade o suficiente para “discernir entre o certo e o errado” e “assumir a responsabilidade

pelo que faz”. Assim, por meio de uma possível *evidência* científica, Suzana Borin pretende legitimar seu ponto de vista favorável à redução da maioria penal.

Conforme análise da presente tese, os três parágrafos acima citados, além de estabelecerem uma *relação retórica de evidência* com as porções anteriores da reportagem de capa, também estabelecem essa mesma relação de sentido com o conteúdo da capa como um todo. Nessa perspectiva, as informações e dados vindos da neurociência utilizados pela autora se configuram como uma espécie de “prova” não apenas para validar a argumentação desenvolvida na reportagem, mas também para legitimar o ponto de vista defendido na capa da revista.

Gostaríamos de destacar as últimas considerações feitas pela autora ao finalizar a reportagem: “A medida reafirma o poder de decisão desses jovens e mostra que o Estado é, sim, capaz de tratar o adolescente de hoje em dia como adulto. Exatamente o que está faltando no âmbito penal” (BORIN, p.71). Essa *conclusão* – ou *avaliação* –, além de se configurar como o fechamento de toda a argumentação construída pela autora da reportagem em favor da redução da maioria penal, configura-se, também, como uma espécie de “arremate” da perspectiva defendida na capa, uma forma de “comentário final” que “costura” e “emenda” esses dois gêneros de texto tão intrinsecamente conectados na revista IstoÉ.

Diante das discussões realizadas até aqui, é possível constatar a relevância da emergência das diferentes relações retóricas para a constituição do diálogo entre a capa e a reportagem principal. Cada relação de sentido que emerge entre esses dois gêneros caracteriza o diálogo entre eles, de maneira que são estabelecidos importantes “links”, como se cada um desses textos se configurasse, de fato, como “parte” um do outro. Assim, a partir do presente estudo, tendo como base os pressupostos da RST e da Multimodalidade, é possível considerar que as diferentes relações retóricas emergem não apenas no interior da capa e da reportagem – considerando as combinações entre os diferentes modos semióticos -, mas emergem, também, por meio da conexão entre esses dois textos na revista.

As informações seguintes apresentam nossas considerações finais. Por meio delas, retomamos aspectos e questões relevantes apresentados e discutidos em nossas análises, apontando possíveis caminhos que podem promover novos trabalhos em RST, especialmente, pesquisas que associam essa teoria a outras abordagens de investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese analisou a emergência de relações retóricas entre modos semióticos distintos, a partir de um *corpus* constituído de textos dos gêneros capa de revista e reportagem de capa, retirados das revistas brasileiras Veja, IstoÉ e Carta Capital. Após a análise de cada um desses gêneros em particular, investigamos a emergência de relações retóricas que se efetiva no diálogo entre eles na revista. A apresentação de nossas considerações finais se organiza por meio de quatro partes principais. Na primeira parte, retomamos aspectos gerais que caracterizam a nossa análise como um todo: **i)** a aplicação da RST na análise de texto organizados espacialmente; **ii)** a identificação de porções núcleo/satélite nas combinações entre modos semióticos distintos e **iii)** a emergência de “relações múltiplas” numa abordagem multimodal. Na segunda parte, apontamos aspectos específicos da investigação das capas; na terceira, questões específicas das matérias de capa e, por último, os pontos mais relevantes acerca da emergência de relações de sentido entre textos.

Ao examinarmos a emergência de relações retóricas entre modos semióticos diferentes nos gêneros selecionados pelo presente estudo, percebemos que a RST nos possibilitou não apenas apontar relações simples entre os elementos que compunham o arranjo textual das capas e das reportagens, mas, principalmente, descrever, de forma mais elaborada, como todas as partes desses textos se conectam umas às outras e se organizam na constituição de uma estrutura complexa. Assim, a utilização desse quadro teórico traz para o estudo das combinações texto/imagem a importante noção de “estrutura”, revelando como as complexas redes de relações de sentido se configuraram integralmente nas composições textuais examinadas.

A investigação dos dois gêneros procurou explicitar que as **partes textuais distribuídas espacialmente também se organizam retoricamente**. Assim, ainda que na combinação entre material verbal e visual as porções que se relacionam não sejam contíguas, não estejam uma ao lado da outra, havia elementos no texto - espécies de “links” - que promoveram as **conexões “a longa distância”**. Na análise do presente *corpus*, entre os elementos que auxiliaram no reconhecimento das combinações entre as várias partes textuais estão: o conteúdo apresentado por cada uma delas, as cores utilizadas, o tamanho das fontes, as características tipográficas, além das várias “molduras”, as quais, durante a investigação,

foram as principais responsáveis por conectar e desconectar as diversas porções da composição textual.

Na capa, por exemplo, combinações “a longa distância” foram percebidas na relação entre as chamadas secundárias e a chamada principal, as quais preenchem, atendendo aos propósitos comunicativos do gênero, espaços bem distintos no arranjo textual. Assim, ainda que essas manchetes não ocupassem, no interior da composição, espaços adjacentes, os conteúdos apresentados e as funções desempenhadas por cada uma delas se configuraram como aspectos determinantes na compreensão de que essas porções, na organização da estrutura retórica, estavam conectadas entre si.

Na reportagem, por sua vez, as conexões que se efetivaram entre porções separadas espacialmente foram vistas em casos em que determinados parágrafos, que se situavam bem no início do texto, combinaram-se, notadamente, com fotos, quadros ou infográficos que estavam localizados nas páginas finais da matéria de capa. Desse modo, ainda que algumas partes da reportagem ocupassem espaços não lineares e “distantes” entre si, por meio do conteúdo apresentado por cada uma delas, foi possível reconhecer como se relacionavam e se combinavam umas com as outras, fazendo com que esse texto multimodal, na combinação de seus vários modos, constituísse uma complexa organização retórica.

Encontramos na análise das reportagens de capa conexões sinalizadas por dois tipos de referência. Foram muito poucos os exemplos de **referência “diretiva”** – como em “Veja o quadro abaixo”. Na maior parte dos casos, os exemplos são de **referência “elíptica”**, ou seja, não havia nenhuma sinalização explícita no texto da reportagem que indicasse a conexão entre o fragmento verbal e o material visual. Nesse sentido, percebemos que nas matérias principais das três revistas selecionadas por este trabalho não havia referências visíveis que motivassem ou “encorajassem” o leitor a conectar/desconectar determinados elementos da composição textual, dificultando, assim, a sua leitura.

Nas combinações entre modos semióticos distintos, tanto na capa quanto na reportagem de capa, observamos que, de maneira predominante, o **material verbal** constituiu a **porção núcleo**, enquanto que o **material visual** constituiu a **porção satélite**. Acerca desses resultados, ressaltamos algumas questões relevantes. Acreditamos que o fato do material verbal constituir, majoritariamente, as porções textuais que apresentam os propósitos comunicativos centrais dos autores dos textos selecionados pode estar atrelado às características dos gêneros examinados: em uma **reportagem de capa**, em um **artigo de**

jornal ou em um **artigo de divulgação científica**, apesar dos autores utilizarem muitos elementos visuais – como fotos, gráficos, infográficos ou tabelas -, **o uso do modo semiótico da escrita é predominante**. Mesmo nas capas de revista investigadas, em que, como se viu, a imagem exerce um papel extremamente relevante na construção dos sentidos, as informações centrais das manchetes foram materializadas na forma de linguagem escrita. Assim, se considerarmos a organização estrutural desses gêneros, o tipo de conteúdo abordado por cada um deles, a maneira como as diferentes informações são apresentadas e, especialmente, os propósitos comunicativos que os orientam, podemos ratificar que, tradicionalmente, a escrita continua sendo a forma de linguagem mais utilizada pelos autores para a sua interação com os leitores.

A predominância do modo escrito e sua função determinante na constituição dos gêneros estudados por este trabalho foram evidenciadas por meio da constituição de uma estrutura retórica sem a presença do material visual, a qual foi materializada por meio da confecção de esquemas arbóreos que consideraram apenas as porções escritas. Isso quer dizer que, na construção da complexa rede de sentidos tanto da capa quanto da reportagem, o material verbal se configurou como um modo semiótico independente, autossuficiente. Assim, podemos considerar que nos referidos gêneros, ainda que os diferentes tipos de imagem tenham desempenhado papel importante na construção dos sentidos, foi por meio do material verbal que as informações mais centrais, mais nucleares foram apresentadas ao público leitor.

A análise das características multimodais apresentadas na composição textual das capas e das reportagens selecionadas se configurou como uma estratégia bastante produtiva na identificação de porções núcleo/satélite, especialmente no contexto de conexões intersemióticas. Nas capas de revista, por exemplo, os elementos textuais mais *salientes* – aqueles que, segundo a abordagem multimodal, apresentam características que contribuem para que os interpretemos como sendo o foco da composição -, em geral, foram aqueles que, na organização da estrutura retórica, corresponderam às porções-núcleo.

Nesse sentido, acreditamos ser possível articularmos o **conceito de *saliência***, da Multimodalidade, ao **conceito de *porção núcleo***, da RST. Tal consideração se justifica, uma vez que julgamos coerente afirmar que as partes do texto que irão “carregar” os propósitos centrais do autor serão, muito provavelmente, aquelas que apresentarão maior destaque, caracterizando-se como a parte principal da composição, seja ocupando um espaço central no

arranjo textual, seja por meio de tamanhos maiores de letras, do uso de cores ou por meio da visualização em primeiro plano.

Diante dos resultados encontrados por este trabalho, não pretendemos afirmar que, independentemente da situação comunicativa, as porções escritas constituirão porções-núcleo e as imagens porções-satélite, ou vice versa. Na contramão desse posicionamento assertivo, acreditamos que, nas combinações entre o texto escrito e a imagem, a constituição e organização dessas porções estão diretamente vinculadas à maneira como os diferentes elementos estão arranjados nos textos e às funções exercidas por cada um deles, o que, por sua vez, está fortemente relacionado aos propósitos comunicativos que caracterizam determinado gênero e às intenções dos autores na sua interação com o público leitor.

Um aspecto a ser ressaltado é o que concerne às **“relações múltiplas”** identificadas no corpus organizado para esta tese. A partir das combinações texto/imagem nas reportagens das diferentes revistas, percebemos que as mesmas imagens podiam estabelecer diferentes conexões com o texto escrito, promovendo, assim, a emergência de diferentes relações retóricas. Como exemplo, quando um determinado infográfico se combinava com o texto escrito da matéria de capa como um todo, concretizava-se, considerando os critérios da plausibilidade, a emergência da relação retórica de preparação ou da relação de motivação entre essas partes textuais. No entanto, quando esse mesmo infográfico se conectava a um parágrafo específico da reportagem, efetivava-se a emergência da relação de elaboração ou da relação de explicação.

Dessa forma, a organização da estrutura retórica de textos numa abordagem multimodal se revela muito mais complexa, uma vez que **a existência de “relações múltiplas” parece ser um traço característico das combinações intersemióticas**. Esses contextos de análise exigem mais atenção e cuidado por parte dos analistas e requerem, também, adaptações nos procedimentos tradicionalmente utilizados, em especial, no que diz respeito à elaboração de esquemas arbóreos mais flexíveis, os quais necessitam ir além da linearidade dos textos. Quanto a essa questão, portanto, a presente tese pode trazer uma contribuição para as pesquisas em RST, principalmente diante do fato de que os estudos comumente realizados não tratam das combinações entre modos distintos.

Em relação às **três capas analisadas**, a emergência de três relações de sentido foi recorrente entre as primeiras porções da estrutura retórica: a relação de *atribuição*, *preparação* e *sequência*. No que diz respeito a essa última relação de sentido, destacamos que

a presente tese **reformulou** a sua definição. Assim, partindo do princípio de que *textos lineares* se organizam segundo a lógica do *tempo*, enquanto que os *textos de natureza espacial* se organizam segundo a lógica do *espaço*, adaptamos a *relação multinuclear de sequência* para a investigação de textos multimodais. De acordo com o novo conceito proposto, assim como, em um texto linear, os diferentes núcleos apresentam elementos que ocupam um lugar específico na “linha do tempo”, em um texto de natureza espacial, os diferentes núcleos que se relacionam por meio de uma relação de sequência ocupam um espaço específico no arranjo textual.

Portanto, conforme apontado pelos diagramas trazidos neste trabalho, na organização das diferentes estruturas retóricas dos dois gêneros examinados, a relação de sequência é muito mais frequente que a relação de lista. Tal fato ocorre uma vez que, numa abordagem multimodal, para que os sentidos construídos a partir de uma determinada composição sejam mantidos, é imprescindível que cada elemento do texto ocupe exatamente o espaço onde está.

Acreditamos que a ocorrência frequente das três relações de sentido acima apontadas está fortemente atrelada às características particulares do gênero capa de revista: porções como nome da revista, nome da editora, número da edição, data de publicação ou mesmo porções que correspondem às manchetes da revista são partes textuais que constituem as capas em geral, apresentando elementos estruturais do gênero. Nesse sentido, é previsível que as combinações entre essas porções e a emergência de determinadas relações retóricas se repitam no interior do arranjo textual.

As estruturas retóricas da capa da *Veja*, da *IstoÉ* e da *Carta Capital* se diferenciam umas das outras na maneira como as porções que compõem a **chamada principal** se combinam. Dessa forma, foram as combinações entre as porções textuais mais importantes para o cumprimento dos propósitos comunicativos do gênero que promoveram a constituição do aspecto distintivo da organização retórica de cada uma das capas. No entanto, mesmo nessa parte da estrutura retórica, algumas relações também foram recorrentes, como as relações retóricas de *avaliação*, de *motivação*, de *justificativa* e de *solução*.

A análise das imagens centrais de cada uma das capas por meio das categorias apontadas pela Gramática do Design Visual evidenciou como a construção desse importante material visual está marcada ideologicamente e, especialmente, como esse modo semiótico, por meio de sua apresentação, reproduz e legitima conceitos e preconceitos compartilhados socialmente e situados em uma dada cultura. Nesse sentido, enfatizamos a relevância dessa

imagem central da capa na elaboração do ponto de vista dos autores no texto, os quais também a utilizam como uma das principais estratégias para chamar a atenção do leitor para a edição publicada, persuadindo-o a ler o conteúdo apresentado no interior da revista. Nas capas das três revistas, a partir da conexão entre a **imagem do centro** e a **manchete principal**, emergiram diferentes relações retóricas, entre as quais estão as relações retóricas de *motivação*, de *avaliação*, de *interpretação*, de *reformulação* e de *elaboração*.

Nas capas das revistas *Veja* e *Carta Capital*, as imagens principais aparecem bem no centro da composição e a manchete principal ocupa um espaço abaixo desse material visual. Essa disposição do arranjo textual diferenciou essas duas capas da capa da revista *IstoÉ*, em que a imagem central aparece em segundo plano, atrás da manchete principal do texto. Diante desse contexto de análise, percebemos que tanto na capa da *Veja* quanto na capa da *Carta Capital*, entre as possibilidades de organização da estrutura retórica, a **imagem central** pode constituir a **porção núcleo**, como também pode constituir a **porção satélite**. Dessa forma, é possível que o leitor, em sua interação com os referidos textos, construa e identifique diferentes conexões entre as várias porções textuais, ora considerando o material visual como uma porção central para o cumprimento das intenções comunicativas dos autores, ora reconhecendo os segmentos escritos da manchete principal como a parte mais central, mais nuclear da capa de revista.

A partir, ainda, da investigação das capas, **a presente tese propôs a formulação de uma nova relação núcleo-satélite: a relação retórica de *Identificação***. Ao definir essa nova relação retórica, partimos da hipótese de que as combinações entre a imagem e o texto verbal podem se efetivar por meio de contextos comunicativos diferentes e, conseqüentemente, podem promover a emergência de relações retóricas distintas daquelas que emergem especificamente entre porções escritas. No entanto, ressaltamos que a presente tese não teve como foco desenvolver uma análise mais aprofundada para autenticar ou legitimar a constituição da “relação retórica de identificação”. Desse modo, estamos apenas sugerindo essa possibilidade de relação de sentido, a qual, de fato, precisa ser “testada” por meio de outras situações comunicativas.

Quanto à investigação das **reportagens de capa**, assim como ocorreu na capa, no primeiro nível da organização da estrutura retórica emergiu uma mesma relação de sentido em todos os textos examinados: a relação retórica de *atribuição*. Uma vez que todas as matérias principais foram assinadas, é previsível que no gênero se efetive a combinação entre o nome

do autor(a) (porção satélite) e todo o conteúdo apresentado pelo texto (porção núcleo), considerando tanto as porções escritas como as imagens utilizadas.

Considerando as combinações que podem se efetivar entre as três partes básicas da reportagem de capa – o **título**, o **subtítulo** e o **corpo do texto** –, propomos **três perspectivas gerais de análise** da estrutura retórica, as quais, conforme defendido por este trabalho, caracterizam não apenas os textos examinados, mas sim o referido gênero em estudo. Dentre as três perspectivas apontadas e discutidas, a presente tese optou pela terceira: de acordo com essa possibilidade de organização retórica do gênero reportagem de capa, o bloco informacional subtítulo+corpo da reportagem (satélite) *elabora* o título (núcleo), emergindo, portanto, entre essas partes a relação de *elaboração*. Na combinação entre o subtítulo e o corpo do texto, o subtítulo pode “resumir” o conteúdo que será apresentado pelo corpo da reportagem ou também pode “orientar”, “preparar” o leitor para a leitura a ser realizada. Assim, entre a porção subtítulo (satélite) e a porção corpo do texto (núcleo) podem emergir tanto uma relação retórica de *resumo*, quanto uma relação retórica de *preparação*.

Todas as matérias de capa examinadas pela presente tese apresentaram, nos primeiros parágrafos, exatamente o que se espera de um **lide**: ao tratar do tema da maioridade penal, a maior parte das reportagens narrou, inicialmente, algum caso em que um adolescente, menor de 18 anos, cometeu um ato infracional que chocou a sociedade brasileira, além de ter apresentado fatos históricos, questões jurídicas e contextualizações político-sociais acerca do assunto abordado. Desse modo, identificou-se, claramente, essa característica do gênero de permitir que o leitor, a partir das informações trazidas nos primeiros parágrafos, tenha um “vislumbre”, uma espécie de “amostra” geral do conteúdo apresentado adiante, especialmente no que diz respeito ao fio condutor que permeia toda a argumentação desenvolvida pelos autores. Diante da constituição desse grande “cenário” a partir das porções iniciais dos textos examinados, identificamos a emergência da relação retórica de *fundo* em todos eles, a qual também foi apontada por este estudo como um traço característico do gênero reportagem de capa.

Após a emergência da relação de fundo, cada reportagem de capa apresentou uma **organização da estrutura retórica particular**, específica. Assim, após a emergência das relações de sentido recorrentes no gênero, as reportagens passaram a se organizar retoricamente conforme se efetivavam as combinações presentes em cada uma delas. Dessa forma, à medida que novas informações e argumentos desenvolvidos pelos autores iam sendo

acrescentados à discussão e apresentados aos leitores, novas relações retóricas também iam emergindo, como as relações retóricas de *elaboração*, *evidência*, *justificativa*, *concessão*, *conclusão*, *avaliação*, *contraste*, *sequência*, *lista*, entre outras.

A **caracterização geral do material visual** apresentado na reportagem foi de suma importância para a compreensão de como esse modo semiótico se articula às porções escritas do texto, ampliando e enriquecendo, de maneira determinante, a argumentação desenvolvida pelos autores nas composições examinadas. A análise de cada representação não verbal realizada pela presente tese, a partir dos gêneros textuais selecionados, confirmou, de forma contundente que as imagens não são meras ilustrações, ao contrário disso, as imagens têm poder. Os diferentes materiais visuais, de acordo com seus recursos e peculiaridades, inseridos na interação entre autor/texto/leitor, têm o poder de atrair, motivar, persuadir e (des)construir ou legitimar ideias e conceitos partilhados socialmente. Desse modo, texto e imagem se associam, promovendo a emergência de diferentes relações de sentido e delineando uma estrutura retórica complexa.

A partir das reportagens de capa estudadas, percebemos que há duas relações retóricas que, de maneira geral, emergiram entre o material visual e o texto escrito: as relações retóricas de *motivação* e *preparação*. Assim, quando o leitor, antes mesmo de ler o conteúdo completo, folheia as diferentes páginas da matéria de capa, cada imagem do corpus – seja essa imagem materializada na forma de uma **foto**, de um **quadro** ou de um **infográfico** -, além de motivar esse mesmo leitor a ler o material verbal presente no corpo do texto, também o orienta e o prepara para a leitura do conteúdo escrito, apontando questões discutidas, polêmicas retomadas pelos autores e, em especial, o ponto de vista defendido em toda a composição.

Na constituição da estrutura retórica das reportagens, além das duas relações de sentido – citadas acima - que se configuraram de maneira mais geral, entre os parágrafos do texto e os materiais visuais apresentados pelos autores, emergiram outras relações retóricas: a relação de *circunstância espacial*, de *reformulação*, de *resumo*, de *elaboração*, de *evidência* e *justificativa*. Percebemos que o tipo de material visual tem influência direta na emergência das relações retóricas. Assim, em sua combinação com o texto verbal, **fotos**, em geral, motivam e preparam os leitores, o que leva à emergência das relações de *motivação* e *preparação*. Por sua vez, **quadros** e **infográficos**, comumente, acrescentam novas informações e/ou apresentam “provas”, evidências que legitimam o que é dito – e

principalmente defendido - pelos autores no corpo da reportagem, promovendo a emergência da relação de *elaboração* e da relação de *evidência*.

Buscando contribuir e avançar no que diz respeito à análise da emergência de relações retóricas entre modos semióticos distintos, a presente tese, a partir de suas investigações, considerou plausível que **entre foto (núcleo) e legenda (satélite)**, de forma geral, emergiu a relação de *explicação* e a relação de *elaboração*. Ressaltamos, no entanto, a necessidade de novas pesquisas em RST examinarem, a partir dos diversos gêneros, as combinações entre as duas referidas porções textuais.

Gostaríamos de destacar, ainda, outros dois fatores que nos impelem a estudar, de forma mais aprofundada, **o papel das legendas no processo de construção de sentidos**: além de ser este um dos poucos contextos encontrados em nosso *corpus* em que **a imagem, claramente, constitui a porção núcleo e não a porção satélite**, as análises apontaram que **as legendas exercem um papel fundamental na construção da argumentação dos autores**, conectando-se não apenas ao material visual com o qual se relacionam, mas também ao corpo do texto como um todo. Nas matérias de capa examinadas, as legendas se constituíram como fragmentos específicos em que os autores apresentam - por vezes de maneira mais explícita que no próprio corpo da reportagem - o ponto de vista defendido, lançando aos leitores, através dessas breves porções verbais, perguntas retóricas e avaliações acerca do assunto abordado.

O estudo das capas de revista e das reportagens de capa selecionadas por este trabalho evidenciou, a partir de todos os seus contextos de análise, que **a emergência de cada uma das relações retóricas apontadas e discutidas está a serviço da argumentação desenvolvida pelos autores nos dois gêneros de texto**. Dessa forma, para compreender a organização da estrutura retórica de cada um deles, mais do que identificar as relações que emergiam entre os diferentes modos semióticos, tínhamos o objetivo de “revelar” alguns possíveis “bastidores” da construção de sentidos nesses textos. Para o cumprimento dessa importante tarefa, discutimos, de maneira contextualizada, como se delineava e funcionava a emergência de cada relação retórica na intensa busca dos autores por defender seu ponto de vista acerca do mesmo tema tratado tanto na capa quanto na reportagem principal.

Após o intenso trabalho de análise das capas e das reportagens, a presente tese concretizou, portanto, seu **objetivo central: verificar a possível emergência de relações retóricas entre textos**, mais especificamente entre os gêneros anteriormente examinados.

Assim, testamos e confirmamos nossa hipótese inicial: considerando o fato de que a capa de revista e a reportagem de capa são dois gêneros multimodais intrinsecamente relacionados na revista, foi possível identificar e discutir, numa abordagem multimodal, a emergência e o funcionamento de relações retóricas no diálogo entre esses dois textos. Além disso, percebemos também que a emergência de diferentes relações de sentido entre a capa e a reportagem se constitui e se configura como um fator fundamental para o diálogo entre esses dois gêneros na revista.

A partir das análises desenvolvidas, considerando tanto a capa quanto a reportagem como um todo, percebemos que **entre esses dois gêneros, de forma mais “abrangente”, de maneira mais “geral”, emergiram duas relações retóricas: a relação retórica de preparação e a relação retórica de elaboração.** Na emergência da relação de preparação, a capa de revista é aquela que “prepara” o leitor para a leitura da reportagem principal; é a capa que “conduz”, que “orienta” esse leitor em seu contato com o interior da revista, despertando-lhe, de forma persuasiva, o interesse quanto ao conteúdo a ser apresentado. Portanto, ao emergir essa primeira relação de sentido, a **capa** constitui a **porção satélite**, enquanto que a **matéria de capa** constitui a **porção núcleo**.

Na emergência da relação de elaboração, a reportagem de capa é aquela que desenvolve, que amplia, que apresenta os desdobramentos de conceitos e ideias acerca do tema “anunciado” na capa. De acordo com essa perspectiva de análise, a reportagem principal constitui a porção que acrescenta novos dados, que adiciona informações mais pormenorizadas acerca do assunto destacado na edição publicada. Desse modo, ao emergir essa segunda relação de sentido, a **capa** constitui a **porção núcleo**, enquanto que a **reportagem** constitui a **porção satélite**.

Depois de identificar e discutir a emergência das relações retóricas de preparação e elaboração entre os gêneros selecionados – considerando cada um deles em sua totalidade –, apontamos e discutimos **combinações específicas que se efetivaram entre as porções presentes na capa e as porções presentes na matéria de capa**. Por meio das análises, explicitamos que, quando consideramos que **a capa prepara** o leitor para a leitura da reportagem principal, as porções textuais que compõem cada um dos referidos gêneros se combinam de uma determinada forma. Quando, porém, consideramos que **a reportagem elabora** as informações anunciadas na capa, essas mesmas porções textuais, pertencentes aos dois gêneros, relacionam-se de forma distinta. Dessa forma, o presente estudo descreveu e

discutiu as combinações que se efetivaram entre as porções da capa e as porções da reportagem de capa, tanto na **perspectiva da relação de preparação** quanto na **perspectiva da relação de elaboração**.

Por último, o presente estudo identificou e discutiu que **entre capa e reportagem também é possível a emergência da relação retórica de *motivação*** em que a capa da revista (satélite), caracterizando-se como a grande “vitrine” da publicação, é aquela que cumpre a importante função de despertar o interesse e a atenção dos leitores, motivando-os a ler a reportagem principal (núcleo). Na emergência dessa última relação de sentido, enfatizamos o fato de que os autores da publicação precisam “investir” na maneira como os diferentes modos semióticos se relacionam no texto, articulando, de forma inteligente, as diferentes escolhas linguísticas e seus diversos significados às cores, às fontes tipográficas e, em especial, às imagens.

A presente tese, em sua busca por testar a hipótese de que emergem relações de sentido não apenas entre porções de um mesmo texto, mas também entre textos distintos, na análise das revistas selecionadas, **verificou que além do diálogo entre a capa e a matéria de capa na revista, há também o diálogo entre as reportagens que constituem o grupo das matérias de capa**. A partir dessa constatação, apontamos e discutimos, por exemplo, que, na revista *Veja*, a segunda reportagem de capa está fortemente relacionada à primeira reportagem de capa da edição, promovendo a emergência da relação retórica de *evidência* entre elas. O mesmo contexto de análise estava presente na revista *Carta Capital*: entre a primeira e a segunda reportagem de capa emergiu a relação retórica de *fundo*.

Desse modo, foi muito relevante perceber que, **assim como a emergência de relações retóricas no interior de um mesmo texto está a serviço da construção da argumentação dos autores – como aconteceu no interior das reportagens principais examinadas -, o mesmo contexto se repete quando estamos tratando de combinações entre textos**. Assim, tanto no diálogo das reportagens da revista *Veja*, quanto no diálogo das reportagens da revista *Carta Capital*, a emergência das relações de sentido está “subordinada” à construção do ponto de vista da empresa responsável pela revista no que diz respeito ao tema abordado pela edição. Nesse sentido, ainda que as diferentes reportagens de capa, em cada revista, tenham sido assinadas por autores distintos, todos eles são orientados por uma mesma perspectiva ideológica, fazendo com que o diálogo entre as matérias – e, conseqüentemente, a emergência

de relações retóricas entre elas – contribua, de maneira articulada e inteligente, para a defesa de uma visão selecionada dos fatos.

Após investigar todos os textos dos dois gêneros selecionados neste trabalho, percebemos que, na análise da emergência de relações retóricas entre modos semióticos distintos e da emergência de relações retóricas entre textos, os resultados encontrados nas três revistas examinadas são muito semelhantes. No entanto, ressaltamos que a escolha de publicações orientadas por visões ideológicas distintas em muito contribuiu e enriqueceu nossas investigações, uma vez que foi possível “acompanhar” de perto como funcionam as relações de sentido em contextos argumentativos diversos. Além disso, ratificamos que as relações que emergem entre as diferentes partes que se conectam em uma composição estão intimamente ligadas aos propósitos comunicativos dos autores, os quais, na interação com os leitores, ao construírem seu ponto de vista, lançam mão dos vários recursos que cada modo semiótico disponibiliza e fazem com que o arranjo textual se materialize por meio de uma complexa rede de combinações.

Apesar desta tese, em nenhuma de suas etapas, ter como foco a aplicação de nossos resultados e discussões no contexto da sala de aula, não podemos, porém, deixar de destacar o quanto defendemos e acreditamos no diálogo entre nosso estudo e o processo de ensino-aprendizagem. Ao trabalharmos com determinado gênero textual, seja em atividades de leitura ou escrita, consideramos viável – e interessante tanto para professores quanto para alunos – levar para as aulas de Língua Portuguesa aspectos que se referem aos “bastidores” da organização textual, apontando para nossos estudantes como cada parte do texto está conectada uma às outras e como essas várias “peças”, juntas, constroem um grande “quebra-cabeça”.

Ademais, todos aqueles que estão envolvidos na instigante tarefa de ensinar e aprender a linguagem podem se sentir intensamente atraídos pelo estudo crítico das imagens, uma vez que os professores podem enfatizar como esse importante modo semiótico, longe de ser apenas uma “ilustração”, tem poder de atrair, persuadir e velar informações marcadas ideologicamente. Nós, professores, podemos – e devemos – despertar em nossos estudantes a noção de que texto escrito e imagem estão fortemente articulados no arranjo textual, exercendo, cada um deles segundo os seus recursos, papel relevante na construção dos diversos contextos argumentativos. Falando especificamente do trabalho com revistas em sala, é possível apontar o fato de que os textos que constituem esse veículo de comunicação

também estabelecem conexões entre si, por meio de um diálogo orientado pelo ponto de vista político-ideológico das empresas responsáveis pelas revistas brasileiras.

Investigar a emergência de relações de sentido entre *modos diferentes* e, especialmente, *entre textos*, levou-nos a um percurso trabalhoso, cheio de dúvidas e incertezas que se revelavam no decorrer do caminho. Ao mesmo tempo, no entanto, nosso objeto de estudo e os objetivos que se alicerçavam diante dele nos motivavam a cada fase vencida da pesquisa, a cada novo passo que nos desafiava. Após idas e vindas e, principalmente, muito estudo e investigação, chegamos ao final deste trabalho, fim este que sabemos ser apenas a concretização de mais uma etapa, visto que ainda há muito que fazer. Reconhecemos, assim, nossas limitações e esperamos, animados, motivar outros pesquisadores a dar continuidade a essa caminhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACARTURK, C. e TABOADA, M. (2013). *Cohesion in multimodal documents*. Information Design Journal. DOI: 10.1075/idj.20.2.02aca.
- ALI, F. (2015). *A arte de editar revistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- ALMEIDA, D. B. L. de. (2006). *Icons of contemporary childhood: a visual and lexicogrammatical investigation of toy advertisements*. Tese (Doutorado em Letras/Inglês) - Programa de Pós-Graduação em Letras/Inglês e Literatura Correspondente, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- _____. (Org.). (2008). *Perspectivas em análise visual: do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa: Editora da UFPB.
- ANDRÉ, E. (1995) Ein planbasierter Ansatz zur Generierung multimedialer Präsentationen [A planbased approach to the generation of multimedia presentations]. St Augustin: Infix.
- ANTONIO, J. D. (2003). *Estrutura retórica do texto: uma proposta para a análise da coerência*. Signótica, **15**(2): 223-236.
- _____. (2011). *Expressão da relação retórica de propósito em elocuições formais e entrevistas orais*. Unisinos, **9**(3): 206-215.
- _____. (2012a). *Expressão linguística das relações retóricas de circunstância e de condição por meio de orações adverbiais temporais e por meio de orações adverbiais condicionais*. Estudos Linguísticos, **41**(1): 128-143.
- _____. (2012b). *Relações retóricas estabelecidas por orações gerundiais adverbiais*. Alfa, **56**(1): 55-79.
- ANTONIO, J. D. e ALVES, D. V. S. (2013). *Relações retóricas sinalizadas pelo marcador discursivo então em elocuições verbais*. Veredas on-line, 2, p. 173-197.
- ANTONIO, J. D. e TAKAHASHI, C. (2010). *Atuação da relação retórica de elaboração na macroestrutura e na microestrutura de elocuições formais*. Calidoscópico, **8**(3):174-180.
- AVELLAR, A. P. e BEDENDO, R. (2007). *A Revista Veja e o Caso João Hélio: uma análise crítica do discurso na mídia sobre a segurança pública*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, 12, 2007, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora, 2007, p. 1-15.
- BAHIA, J. (1990). *Jornal, história e técnica*. 4. ed. São Paulo: Ática. 2v. v2: As técnicas do jornalismo.
- BAKHTIN, M. (1986). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1992). *Os gêneros do discurso*. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, p. 277-326.

BALDRY, A. e THIBAUT, P.J. (2006). *Multimodal Transcription and Text Analysis: A Multimedia Toolkit and Coursebook*. London: Equinox.

BALOCCO, A. E. (2005). A perspectiva discurso-semiótica de Gunther Kress: o gênero como um recurso representacional. In: BONINI, A.; MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial.

BARTHES, R. (1977). The rhetoric of the image. In: *Image-Music-Text*, Fontana, London, p. 32-51.

BATEMAN, J. A. (2008). *Multimodality and Genre. A Foundation for the Systematic Analysis of Multimodal Documents*. Houndsmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

_____. (2014a). Multimodal coherence research and its applications. In: GRUBER, H.; REDEKER, G. (2014). *The Pragmatics of Discourse Coherence: theories and applications*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

_____. (2014b). *Text and Image: a critical introduction to the visual verbal divide*. London/New York: Routledge.

BEZERRA, F.; NASCIMENTO, R. G.; HEBERLE, V. M. (2010). *Análise multimodal de anúncios do programa "Na Mão Certa"*. *Letras UFSM*, Santa Maria, v. 20, n. 40, p. 9-26.

BORIN, Suzana. Os jovens criminosos e a maioria penal. *Revista Isto É*, São Paulo, a. 37, n. 2267, p. 66-71, maio, 2013.

BRITO, R. C. L. e PIMENTA, S. M. O. (2009). *A Gramática do Design Visual*. IN: LIMA, C. H. P.; PIMENTA, S. M. O.; AZEVEDO, A. M. T. de. (Org.) *Incursoes Semióticas: Teoria e Prática de Gramática Sistêmico-Funcional, Multimodalidade, Semiótica Social e Análise Crítica do Discurso*. Rio de Janeiro: Livre Expressão.

CAIXETA, G.F. (2015). *“Que bom, que bom, ai, que bom!” Da existência da relação retórica de interjeição*. Belo Horizonte, UFMG/MG. (Tese. Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso), 261p.

CAMARGO, H. W. (2007). *Título, Gravata e Olho: recursos argumentativos na revista Realidade*. *Travessias*. 1(2): 1-9.

CAMPOS, M. S. (2009). *Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados*. *Opinião Pública*. 15(2): 478-509.

CAMPOS, R. C. S. (2012). *Anunciou: Vendeu???? O anúncio publicitário na mídia impressa e os mecanismos de sua construção como gênero: uma análise funcional discursiva*. Belo Horizonte, UFMG/MG. (Tese. Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva), 175p.

CARLSON, L. e MARCU, D. (2001) *Discourse tagging reference manual*. ISI Technical Report ISI-TR-545. p.23-26; 33-36.

CHAFE, W. L. (1980). *The deployment of consciousness in the production of a narrative*. IN: CHAFE, W.L. (ed.) *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex.

CORREIA, M.R.F.R. e JAMAL, A. M. A. L. (2014). *O critério de plausibilidade na identificação de relações retóricas na macroestrutura textual, a partir da RST: diferentes possibilidades de leitura, diferentes possibilidades de análise*. In: Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários, 3, 2014, Maringá. *Anais...* Maringá, 2014, p. 1-13.

COSTA, R.D. (2014). *A organização das construções de “por exemplo” em português: uma abordagem à luz da Teoria da Estrutura Retórica*. Belo Horizonte, UFMG/MG. (Tese. Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva), 137p.

DECAT. M. B. N. (1999a). *Uma abordagem funcionalista da hipotaxe adverbial em português*. Revista SériEncontros (Descrição do Português: abordagens funcionalistas), ano XVI, n.1, Araraquara, SP: UNESP, p.299-318.

_____. (2008). A relevância das investigações dos processos linguísticos, numa abordagem funcionalista, para os estudos sobre os gêneros textuais. In: ANTÔNIO, J.D. (Org.) *Estudos descritivos do português: história, uso, variação*. São Carlos, Claraluz, p. 169-191.

_____. (2010). Estrutura retórica e articulação de orações em gêneros textuais diversos: uma abordagem funcionalista. In: MARINHO, J. H. C; SARAIVA, M. E. F. (Org.) *Estudos da Língua em uso: da gramática ao texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. (2012). *Uma abordagem funcionalista para o estudo de processos linguísticos em gêneros textuais do português em uso*. Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFRJ. Vol. 8, nº 1.

DEPPMAN, Marisa e FRIEDENBACH, Ari. Devemos reduzir a maioria penal para 16 anos? *Revista Época*, São Paulo, n.885, p. 56-57, maio, 2015.

DIONÍSIO, A. P. (2006). *Gêneros multimodais e multiletramento*. In: KARKOVSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 131-144.

DISCINI, N. (2005). *Comunicação nos textos*. São Paulo: Contexto.

DITTRICH, I. J. e LAGE, N. (2002). *Ideologia e Marketing: o espaço da opinião nas editoriais econômicas dos magazines semanais de informação*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 25, 2002, Salvador (BA). *Anais...* Salvador, 2002, 89-107.

FARIA, M. A. e ZANCHETTA JR., J. (2007). *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª ed. rev. E atual. São Paulo. 2012.

FRAZÃO, F.; COURA, K.; BARROS, M.; FERNANDES, V. Justiça só para maiores. *Revista Veja*, São Paulo, a. 48, n. 24, p. 40-47, junho, 2015.

FUCHS, J. T. (2009). *Rhetorical Structure Theory: limites e possibilidades de representação da organização textual*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

FUCHS, J. T. e GIERING, M. E. (2008). *A Importância da consideração de aspectos funcionais do texto para a eficiência de análises RST*. *Revista Intercâmbio*, volume XVII: 225-245, 2008. São Paulo: LAEL/PUCSP.

FUCHS, J. T.; SOUZA, J. A. C.; GIERING, M. E. (2008). *A relação de comentário como escolha estratégica em textos midiáticos de divulgação científica*. *Anais do II Colóquio da ALED no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília.

GAYDECZKA, B. (2007). *A multimodalidade na reportagem impressa*. *Estudos Linguísticos*, 36(3): 108-115.

GIERING, M. E. (2007). Organização retórica do artigo de opinião autoral: configuração prototípica. *Círculo de Linguística Aplicada a la Comunicación - CLAC*, v. 29, p. 1-19, 2007.

_____. (2008a). Contexto midiático, fim discursivo e organização retórica de artigo de divulgação científica. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Orgs.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. 1 ed. Uberlândia: Edufu, 2008a. v. 1, p. 2057-2067.

_____. (2008b). Gênero de discurso artigo de divulgação científica para crianças: estratégias retóricas e estrutura composicional. *Investigações*, Recife, v. 21, p. 241-260, 2008b.

GLENBERG, A. M.; WILKINSON, A. C. e EPSTEIN, W. (1982). *The Illusion of Knowing: Failure in the Self-assessment of Comprehension*. *Memory and Cognition* 10 (6): 597-602. DOI: 10.3758/BF03202442

GRIJO, C. S. B. (2011). *O domínio dos gêneros textuais através do processo de retextualização*. Belo Horizonte, UFMG/MG. (Dissertação. Mestrado em Linguística do Texto e do Discurso), 133p.

GRUBER, H.; REDEKER, G. (2014). *The Pragmatics of Discourse Coherence: theories and applications*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

HALLIDAY, M. A. K. (1985). *An introduction to functional grammar*. Baltimore: Edward Arnold.

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1976). *Cohesion in English*. London: Longman.

HALLIDAY, M. A. K. e MATTHIESSEN, C. M. I. M. (2004). *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. London: Hodder.

HEBERLE, V. M. (2004). *Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de ideias? Linguagem em (Dis)curso*, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão: Ed. Unisul, v.4, n.esp, p. 85-112.

HEBERLE, V. M. e MEURER, J. L. (2007). Aspects of visual analysis for the EFL class. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRAPUI, 1, 2007, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: UFMG.

HODGE, R. e KRESS, G. (1988). *Social Semiotics*. London: Polity Press.

HOLSANOVA, J. e NORD, A. (2010). *Multimedia Design: Media Structures, Media Principles and Users' Meaning-making in Newspapers and Net Papers*. In *Neue Medienneue Formate. Ausdifferenzierung und Konvergenz in der Medienkommunikation (Interaktiva. Schriftenreihe des Zentrums für Medien und Interaktivität (ZMI), Gießen 10)*, ed. By Hans-Jürgen Bucher, Thomas Gloning, and Kartin Lehnen, 81–103. Frankfurt/New York: Campus Verlag.

JAMAL, A. M. A. L. (2015). *Identidade discursiva da resenha acadêmica de divulgação à luz da Teoria da Estrutura Retórica e da Teoria das Sequências Textuais*. Belo Horizonte, UFMG/MG. (Tese. Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso), 220p.

JEWITT, C. e KRESS, G. (2008). *Multimodal literacy*. New York: Peter Lang.

KATO, M. A. (1985). *A formal-functional approach: or an integrated view of language description*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. (Trabalho apresentado no ENPULI)

KITTREDGE, A; OBERLANDER, J.; RAMBOW, O. (1991). On the need for domain communication knowledge. *Computational intelligence*, v. 7, p. 305 - 314.

KNOTT, A. et al. (2001). Beyond Elaboration: the interaction of relations and focus in coherent text. In: SANDERS, T.; SCHILPEROORD, J.; SPOOREN, W. (eds.). *Text representation: linguistic and psycholinguistic aspects*. Amsterdam and Philadelphia, PA: John Benjamins, p. 181-196.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. (2008). *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez.

KOCH, I. V. e ELIAS, V. M. (2016). *Escrever e Argumentar*. São Paulo: Contexto.

KOSTELNICK, C. e HASSETT, M. (2003). *Shaping Information: The Rhetoric of Visual Conventions* (Carbondale, IL: Southern Illinois University Press).

KRESS G. (1989). *Linguistic processes in sociocultural practices*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (1995). *Writing the future: English and the Making of a Culture of Innovation*. Snyder (ed.) Page to Screen, London: Routledge.

_____. (1997). *Visual and verbal modes of representation in electronically mediated communication: the potentials of new forms of text in I*. Snyder (ed.) Page to Screen, London: Routledge.

_____. (2003). *Literacy in the new media age*. London/NY: Routledge.

_____. (2008). Genres and the multimodal production of Scientificness. In: JEWITT, C.; KRESS, G. (Ed.). *Multimodal literacy*. New York: Peter Lang. p. 173-186.

_____. (2010). *Multimodality. A social semiotic approach to contemporary communication*. New York: Routledge.

KRESS, G. e VAN LEEUWEN, T. (2001). *Multimodal Discourse: The modes and media of contemporary communication*. London: Arnold.

_____. (2002). *Colour as a semiotic mode: notes for a grammar of colour*. Sage publications, London, v.1 p.343-368.

_____. (2006). *Reading images: the grammar of visual design*. London. New York: Routledge.

LAGE, N. (1985). *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática.

MACHIN, D. (2007) *Introduction to multimodal analysis*. London: Hodder Arnold.

MANN, W.C. (2005). *Introdução à teoria da estrutura retórica*. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MANN, W.C.; MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S.A. (1992). Rhetorical Structure Theory and text analysis. In: W.C. MANN; S.A. THOMPSON (eds.), *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelphia, J. Benjamins, p. 39-77.

MANN, W.C. e THOMPSON, S.A. (1983). *Relational propositions in Discourse*. ISI/RR-p. 83-115.

MANN, W. C. e THOMPSON, S. A. (1987). Rhetorical Structure Theory: a theory of text organization. **ISI/RR-87-100**, 1-81.

MANN, W.C. e THOMPSON, S.A. (1988). *Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization*. *Text*, **8**(3):243-281.

MATTHIESSEN, C. e THOMPSON, S. (1988). *The structure of discourse and 'subordination'*. In: J. HAIMAN; S. THOMPSON (eds.), *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam/ Philadelphia, J. Benjamins, p. 275-329.

MARCUSCHI, L. A. (2002). *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, pp. 19-36.

MARTIN, J. R. (1983). *Conjunction: The Logic of English Text*. In *Micro and Macro Connexity of Discourse (Papers in Textlinguistics 45)*, ed. by Janos S. Petofi, and Emel Sozer, 1-72. Hamburg: Helmut Buske Verlag.

MARTIN, J. R. e ROSE, D. (2003). *Working with Discourse: Meaning beyond the Clause*. London and New York: Continuum.

MARTINEC, R. e SALWAY, A. (2005). *A System for Image-text Relations in New (and Old) Media*. *Visual Communication* 4 (3): 337–371. DOI: 10.1177/1470357205055928.

MARTINS, M. O inimigo errado. *Revista Carta Capital*, São Paulo, a. xx, n. 812, p. 32-33, agosto, 2014.

MAYER, R.E. (2009). *Multimedia learning* (2ª ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

MEIRA, A. C. G. A. (2015). *Casa de Ferreiro, Espeto de Pau: uma análise das relações retóricas a partir do uso dos provérbios como estratégia argumentativa em textos da internet*. Belo Horizonte, UFMG/MG. (Tese. Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva), 216p.

MELO, J. M. de. (1985). *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes.

MESQUITA, F. A. (2008). *As fontes jornalísticas no Caso Dossiê – uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital*. Bauru, UNESP/SP. (Dissertação. Mestrado em Comunicação), 144p.

MEYER, B. J. F. (1975). *Identification of the Structure of Prose and Its Implications for the Study of Reading and Memory*. *Journal of Reading Behavior* VII (1): 7–47.

MOTTA-ROTH, D. e NASCIMENTO, F. S. (2009). *Transitivity in visual grammar: concepts and applications*. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 12, n. 2, p. 319-349.

NASCIMENTO, F. S.; BEZERRA, F. A. S.; HEBERLE, V. M. (2011). *Multiletramentos: iniciação à análise de imagens*. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 14, n. 2, p. 529-552.

NEIVA JR. E. *A imagem*. 2. ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Ática, 2006. (Coleção Primeiros Passos)

NEPOMUCENO, A. R. (2013). *Uma abordagem funcionalista das relações retóricas em anúncios publicitários*. Belo Horizonte, UFMG/MG. (Tese. Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva), 322p.

NEVES, M. H. M. (1999). As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M. *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Da UNICAMP. v.7. p.545-591.

O'DONNELL, M. (1997). RST-Tool: an RST analysis tool. In: Proceedings of the 6th European Workshop on Natural Language Generation. March 24 - 26. 1997. Gerhard-Mercator University, Duisburg, Germany.

_____. RSTTool - an RST Markup Tool. Version 3.0 Users Guide. Disponível em: <<http://www.wagsoft.com/RSTTool/>> Acesso em: 20 de mar. 2016.

O'HALLORAN, K .L. (2004). Visual semiosis in film. In: _____. (Ed.). *Multimodal discourse analysis*. London/New York: Continuum, p. 109-130.

OLIVEIRA, J. V. C. (2012). *A constituição e funcionamento de artigos de divulgação científica na mídia impressa: características composicionais e estratégias discursivas*. Belo Horizonte, UFMG/MG. (Dissertação. Mestrado em Linguística do Texto e do Discurso). 241p.

O'TOOLE, M. (1990). *A systemic-functional semiotics of art*, *Semiotica* **82**, 185-209.

O'TOOLE, M. (1994). *The language of displayed art*, Leicester University Press (Pinter), London.

PARDO, T. A. S. (2005). *Métodos para análise discursiva automática*. 195f. Tese (Doutorado em Ciências da Computação e Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos.

PIMENTA, S. M. O. (2001). *A semiótica social e a semiótica do discurso de Kress*. In: MAGALHÃES, C. M. (Org.) *Reflexões sobre Análise Crítica do Discurso*. Série Estudos Linguísticos, v. 2, Belo Horizonte: FALE/UFMG. p. 185-206.

PUZZO, M. B. (2009). *Gêneros discursivos: capas de revista*. *Caminhos em Linguística Aplicada*, UNITAU. **1**(1): 63-71.

RAMOS, C. M. S. (2007). *Especificidades discursivas e efeitos de sentido no gênero textual Reportagem de Capa*. *Cadernos de Semiótica Aplicada*. **5**(1): 1-12.

RAMPAZZO, M. (2012). *Skate, uma prática no lazer da juventude: um estudo etnográfico*. Porto Alegre, UFRS/RS. (Dissertação. Mestrado em Ciências do Movimento Humano), 128p.

REDEKER, G. e GRUBER, H. (2014). Introduction – The pragmatics of discourse coherence. In: GRUBER, H.; REDEKER, G. (2014). *The Pragmatics of Discourse Coherence: theories and applications*. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins Publishing Company.

RIBEIRO, A.; GRILLO, C.; CORRÊA, H. e LAZZERI, T. Parados diante do terror. *Revista Época*, São Paulo, n.885, p. 48-51, maio, 2015.

RIBEIRO, A. e LAZZERI, T. Um novo foco para o debate. *Revista Época*, São Paulo, n.885, p. 52-55, maio, 2015.

- ROYCE, T. D. (2007). Intersemiotic complementarity: A framework for multimodal discourse analysis. In: T.D. Royce and W.L. Bowcher, eds, *New Directions in the Analysis of Multimodal Discourse*., Lawrence Erlbaum Associates, p. 63-110.
- RUCHKYS, A. A. (2014). *As relações retóricas e a articulação de dispositivos e de orações no Capítulo I da Constituição Brasileira de 1988*. Belo Horizonte, UFMG/MG. (Tese. Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva), 198p.
- SALGADO, G. M. (2012). *A justiça sentada: a imagem da justiça brasileira na escultura de Ceschiatti*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 100. Disponível em: < http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11716 >. Acesso em out 2017.
- SCOTT, L. e ROBINSON, S. (1993). *Australian Journey – Environments and Communities*. Melbourne: Longman Cheshire.
- SILVA, C. L. S. (2005). *VEJA – O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Niterói, UFF/RJ. (Tese. Doutorado em História Moderna e Contemporânea). Vol. 1 e 2. 658p.
- SILVA, D. E. G. e CARVALHO, A. C. C. (2016). *A redução da maioria penal na voz de adolescentes (des)favorecidos*. *Revista de Estudos da Linguagem*. **26**(3). 729-755.
- TABOADA, M. (2006). *Discourse Markers as Signals (or Not) of Rhetorical Relations*. *Journal of Pragmatics*, **38**(4): 567-592.
- TABOADA, M. (2009). *Implicit and explicit coherence relations*. In: RENKEMA, J. (Ed.). **Discourse, of course**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 127-140.
- TABOADA, M. e HABEL, C. (2013). *Rhetorical Relations in Multimodal Documents*. *Discourse Studies* 15 (1): 65–89. DOI: 10.1177/1461445612466468
- TABOADA, M; MANN, W. C. (2006a). *Applications of Rhetorical Structure Theory*. *Discourse Studies*, v. 8, n. 4, p. 567-588.
- TABOADA, M.; MANN, W. C. (2006b). *Rhetorical Structure Theory: Looking Back and Moving Ahead*. *Discourse Studies*, v. 8, n. 3, p. 423-459.
- TRUFFI, Renan. *Mau conselheiro*. *Revista Carta Capital*, São Paulo, a. xx, n. 812, p. 28-31, agosto, 2014.
- TUFTE, E. R. (1997). *Visual Explanations: Images and Quantities, Evidence and Narrative*. Cheshire, Connecticut: Graphics Press.
- VAN DIJK, T.A. (1992). *Cognição, discurso e interação*. São Paulo, Contexto, 207 p.
- VIEIRA, J. A.; ROCHA, H. D.; MAROUN, C. R. G. e AQUINO, J. S. D. (2007). *Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal*, v. 1. Rio de Janeiro: Vozes.
- VILICIC, F. e THOMAS, J. A. *A mente impulsiva dos jovens*. *Revista Veja*, São Paulo, a. 48, n. 24, p. 48-49, junho, 2015.
- VITORINO, M. A. (2011). *Representações Multimodais: a religião pela capa de revista*. Recife, UFPE/PE. (Dissertação. Mestrado em Linguística), 126p.

XAVIER, W. (2013). *Impunidade no sistema penal: aspectos extrajudiciais e alopóiese*. [online]. Disponível na Internet via www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?pagina=121&idarea=17&id_dh=12206. Arquivo capturado em 22 de outubro de 2017.

WAHLSTER; WOLFGANG; ANDRÉ, E.; WOLFGANG, F.; PROFITLICH, Hans-Jürgen e RIST, T. (1993). *Plan-based Integration of Natural Language and Graphics Generation*. *Artificial Intelligence* 63 (1–2): 387–427. DOI: 10.1016/0004-3702(93)90022-4.

WURMAN, R. S. (1996). *Information Architects*. New York, NY: Watson-Guptill Publications.